

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

NÍVEL DOUTORADO

MARIA SCHIRLEY LUFT

JORNALISMO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA:
AS FONTES DE INFORMAÇÃO NA COBERTURA
DOS DESMATAMENTOS NO JORNAL O LIBERAL DO PARÁ

São Leopoldo

2010

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

NÍVEL DOUTORADO

MARIA SCHIRLEY LUFT

JORNALISMO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA:
AS FONTES DE INFORMAÇÃO NA COBERTURA
DOS DESMATAMENTOS NO JORNAL O LIBERAL DO PARÁ

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Linha de Pesquisa: Linguagem e Práticas Jornalísticas
Orientadora: Profa. Dra. Christa Berger

São Leopoldo

2010

Copyright© 2010 by Maria Schirley Luft.

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

L949j Luft, Maria Schirley.

Jornalismo ambiental na Amazônia: as fontes de informação na cobertura dos desmatamentos no Jornal O Liberal do Pará / Maria Schirley Luft -- 2010.

203 f. il.; 30 cm.

Tese (Doutorado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2010.

“Orientação: Profa. Dra. Christa Berger”.

1. Jornalismo ambiental. 2. Desmatamento da Amazônia. I. Título.

CDD 079.811 (22. ed.)

Biblioteconomista Maria de Fátima Andrade Costa – CRB-11/453.

Maria Schirley Luft

JORNALISMO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA:
AS FONTES DE INFORMAÇÃO NA COBERTURA
DOS DESMATAMENTOS NO JORNAL O LIBERAL DO PARÁ

Monografia (Tese) apresentada à
Universidade do Vale do Rio dos
Sinos como requisito parcial para a
obtenção do título de doutor em
Ciências da Comunicação.

Aprovada em 13 de outubro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manuel José Sena Dutra – UFPA

Prof. Dr. Manuel Carlos da Conceição Chaparro – USP

Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi – UFRGS

Prof. Dr. José Luiz Braga – UNISINOS

Profa. Dra. Christa Berger – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

À orientadora, Profa Dra. Christa Berger, meus agradecimentos, pela compreensão e acompanhamento efetivo no decorrer do processo.

Aos jornalistas paraenses, Lúcio Flávio Pinto, editor do Jornal Pessoal, Carlos Mendes, correspondente do jornal O Estado de São Paulo, no Pará; e ao editor do Jornal O Liberal, Mauro Neto, pelo apoio na coleta dos materiais.

Aos professores, José Aparecido, Chefe do Departamento de Comunicação Social, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Maurício Elias Zouein e Lourival Novaes Neto. Também, à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPPG) especialmente, ao professor, Alberto Moura de Castro, pelo apoio e confiança durante o meu período de afastamento.

À Secretaria do Poscom, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em especial, Lilian Boettier e Valéria Cabral.

Aos meus pais, Antonio e Aniza Luft, por compreenderem a minha ausência, especialmente, a minha irmã Sirlene, sempre atenta nos momentos de crise.

O jornalismo não pode ter a ambição [...] de assumir papéis e espaços que devem pertencer a outros sujeitos, principalmente os que constroem as divergências e os confrontos. Ao contrário, [...] deve privilegiar e desenvolver em si mesmo a vocação de captar, entender, interpretar e ajustar ou confrontar os discursos organizados dos grupos sociais, institucionalizados ou não, sejam eles produtores de ações ou vítimas delas.

Carlos Chaparro, 2001.

RESUMO

O presente Estudo de Caso procura examinar como se deu a cobertura dos desmatamentos na Amazônia, no jornal O Liberal, do Pará, no ano de 2008. Partimos da premissa de que as notícias sobre o meio ambiente são construídas a partir de um sistema complexo de relações entre jornalistas e fontes de informação, em que as fontes oficiais predominam no processo. Num segundo momento, buscamos identificar as falas que melhor caracterizam o confronto de opiniões, sobre os desmatamentos, e como isso repercute na produção noticiosa. A análise quantitativa revelou que houve uma predominância das fontes dos setores Políticos: representadas, na sua grande maioria, pelo governo federal – através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Ministério do Meio Ambiente, que atingiram um percentual de 65,21%, em relação ao total de matérias publicadas (230); seguidas das fontes do meio Científico, Econômico e Social. As fontes do meio Social, representadas pelo cidadão comum, a sociedade civil organizada, aparecem em último lugar, com um percentual de 6,52%. A análise qualitativa para examinar as falas que melhor caracterizam o confronto de opiniões, concluiu que: madeireiros, políticos, pesquisadores e entidades sociais consideram a falta de regularização fundiária, como a principal causa dos desmatamentos ilegais na Amazônia; e que as ações de fiscalização do governo federal, juntamente com a implementação de políticas públicas, incluindo a criação de Unidades de Conservação (UCs), e o reflorestamento das áreas já degradadas, representam um avanço no combate aos desmatamentos na Amazônia. Constatamos, por outro lado, que fontes ligadas aos meios científicos e políticos, defendem a manutenção da “floresta em pé”, como a alternativa mais coerente, do ponto de vista social e ambiental, e mesmo econômico, para a preservação da Amazônia, enquanto maior patrimônio genético do planeta e, também, para assegurar a sobrevivência dos mais de 23 milhões de pessoas que vivem na região, principalmente, daquelas populações que dependem do extrativismo para o seu sustento.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental. Fontes de informação. Desmatamento. Amazônia.

ABSTRACT

This case study proposes to examine how the deforestation in Amazonia was spread out on O Liberal newspaper in Pará in 2008. It starts from the point that news on environment is built from a complex system of relations between journalists and sources of information and that, along the process, official sources prevail. The second step is to identify speeches that better feature the confrontation of opinions on deforestation, and how this reflects in news output. A quantitative analysis revealed that the sources were predominant in politician sectors - represented by Federal Agencies, IBAMA (Brazilian Institute of Environment and Natural Renewal Resources) and Ministry of Environment, state and municipal government, a total of 65,21%, regarding to all printed published texts (230); followed by scientific, economic and social sources. Social sources, represented by the common citizen, organized civil society, turn up in last place, with 6,52%. A qualitative analysis to observe speeches that better feature the confrontation of opinions achieved that: lumbers, politicians, researchers and social entities consider a lack of agrarian regularization in Amazonia as the main cause of illegal deforestation; and that the control of federal government proceedings, public policy implementation, including the creation of Conservation Units, and reforestation of areas already degraded, represent an advance in the combat to criminal environments. It was evidenced, on the other hand, that scientific and politician sources, defend that the "Stand up Forest" maintenance is the most correct alternative, a whole, of social and environmental point of view, and even economic, to assure the preservation of the forest as the biggest genetic patrimony on the planet, and more than 23 million people who live in the region, mainly, those populations that depend on the extractive for their survival.

Keys-words: Environment Journalism. Sources of information. Deforestation. Amazonia.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade e frequência das matérias.....	89
Gráfico 2 - Participação das fontes por setor.....	92
Gráfico 3 - Participação das fontes políticas	93
Gráfico 4 - Governo federal.....	107
Gráfico 5 - Governo estadual.....	107
Gráfico 6 - Governo municipal.....	108
Gráfico 7 - Participação das fontes científicas.....	111
Gráfico 8 - Participação das fontes econômicas.....	113
Gráfico 9 - Participação das fontes sociais	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desmatamentos (causas e consequências).....	94
Quadro 2 – Alternativas (“Floresta em pé”).....	104
Quadro 3 – Arco de fogo (títulos das matérias).....	124

LISTA DE SIGLAS

ALEPA – Assembléia Legislativa do Estado do Pará

APP – Área de Preservação Permanente (APP)

ASA – Associação de Assentados da Serra Azul

CBJA – Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental

CI – Organização Não-Governamental Conservação Internacional

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DETER – Detecção do Desmatamento em Tempo Real.

EA – Educação Ambiental

FABICO – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

FAEPA – Federação de Agricultura do Estado do Pará

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GEOMA – Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

LBA – Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPEG – Museu Goeldi

MST – Movimento dos Sem Terra

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

NEJ – Núcleo de Jornalismo Ambiental

ONU – Organização das Nações Unidas

ORM – Organizações Rômulo Maiorana

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAS – Programa Amazônia Sustentável

PDS – Projeto de Desenvolvimento Social

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PRODES – Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite

RBJA – Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental

RNP – Rede Nacional de Pesquisas

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Pará

SINDIMATA – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira de Tailândia

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

TEAM - Tropical Ecology Assessment and Monitoring

UCs – Unidades de Conservação

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIFLOR – União de Entidades Florestais do Pará

USP – Universidade de São Paulo

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 COMPREENDENDO AS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS.....	20
1.1 QUESTÕES DO CAMPO.....	20
1.2 POR QUE AS NOTÍCIAS SÃO COMO SÃO?.....	26
1.2.1 Rotinas e enquadramentos.....	28
1.3 TECNOLOGIAS DIGITAIS: MODELO LINEAR <i>VERSUS</i> NÃO-LINEAR.....	33
1.3.1 Efeitos sobre as práticas.....	35
1.3.2 O tempo do jornalismo.....	38
2 O PERCURSO DAS FONTES.....	42
2.1 A BUSCA PELA LEGITIMAÇÃO.....	42
2.2 A SOCIALIZAÇÃO DAS NOTÍCIAS.....	49
3 JORNALISMO AMBIENTAL - JORNALISTA DO PRESENTE.....	53
3.1 O QUE É “SABER AMBIENTAL”	53
3.1.1 Desvendando conceitos.....	55
3.1.2 Ações mercadológicas – desafios.....	59
3.2 O PIONEIRISMO DO RIO GRANDE DO SUL.....	64
3.3 A CONSTRUÇÃO DA PAUTA.....	71
4 DESCRIÇÃO DO OBJETO: BASES METODOLÓGICAS.....	76
4.1 ESTUDOS DE CASO – DELINEAMENTO.....	76
4.2 MODELO INDICIÁRIO.....	80
4.3 PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO E ANÁLISE.....	81
4.3.1 Por que o Jornal O Liberal.....	85
5 A PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS.....	88
5.1 QUANTIDADE E FREQUÊNCIA DE MATÉRIAS.....	88
5.2 PRINCIPAIS FONTES.....	90
5.2.1 Desmatamentos: causas e consequências.....	93
5.2.2 Alternativas: “Floresta em pé”	103
5.3 ANÁLISE QUALITATIVA – DESCRIÇÃO DO OBJETO.....	121
5.3.1 Protestos.....	125
5.3.2 Principais falas.....	126
5.3.3 Consensos.....	131
6 CONCLUSÃO.....	134
REFERÊNCIAS.....	143
WEBGRAFIA.....	147
ANEXOS.....	149

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, pesquisas apontam deficiências nas coberturas da imprensa nacional sobre a Amazônia. O relato dos fatos tem se dado de forma superficial, fragmentada e descontínua, e ainda depende de eventos especiais para atingir a opinião pública. Questões de toda ordem dificultam o entendimento de que o meio ambiente deve perpassar, sistematicamente, todas as etapas da produção noticiosa, todas as editorias, independente do meio de comunicação utilizado.

Estudo pioneiro realizado no Brasil, por Ramos (1996), sobre a cobertura da Conferência do Rio de Janeiro, a Rio-92, nos maiores jornais e TVs do País, durante a realização e repercussão do evento, concluiu que houve uma baixa incidência de notícias sobre a Amazônia e, também, uma baixa participação dos meios científicos e sociais – representados pelo cidadão comum, as Organizações-Não Governamentais, os movimentos sociais, e outras entidades representativas.

À luz dos princípios do jornalismo ambiental, as fontes científicas são responsáveis por dar sustentação e credibilidade às notícias sobre o meio ambiente, à medida que contribuem para ampliar a capacidade do jornalismo de ultrapassar os limites do factual, buscar modelos alternativos de desenvolvimento, com mais propriedade. Por outro lado, as fontes do meio social têm sobre si, a responsabilidade de imprimir legitimidade às notícias, denunciando os crimes ambientais, na imprensa, e junto aos órgãos competentes, como um fenômeno que mais diretamente lhes atingem.

No âmbito regional, os problemas e desafios do jornalismo se movem mais ou menos na mesma direção. Apesar das condições favoráveis, em relação à proximidade dos fatos, e maior identificação com o contexto, pesquisas apontam que a imprensa na Amazônia, também, não tem registrado um bom desempenho no tratamento dos temas ambientais. Falta aprofundamento e amplitude às notícias, além de uma busca ostensiva pelas fontes de informação; principalmente, nas questões que demandam um alto grau de complexidade. Citamos como exemplo, os desmatamentos; as queimadas; o desenvolvimento sustentado, as questões fundiárias.

Pesquisas recentes dão conta que as estratégias adotadas pela imprensa regional – jornais, TVs e rádios, não contemplam a integridade dos fatos, e cobram dos meios de comunicação, um papel mais ativo na preservação da floresta, e dos

mais de 23 milhões de habitantes que vivem na região, principalmente, na defesa daquelas populações mais diretamente atingidas pelos crimes ambientais.

A década em curso foi particularmente fértil para o desencadeamento de conflitos no Estado do Pará. Levantamentos do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) demonstram que os anos de 2007 e 2008, registraram a destruição de extensas áreas de florestas, no Estado, e a tendência é que os índices atinjam quadros alarmantes, nas próximas décadas.

Registros do jornal O Liberal destacam que o governo federal intensificou as ações de fiscalização na região, adotando medidas restritivas, e de grande porte, para conter os desmatamentos ilegais. A criação de Unidades de Conservação (UCs), a demarcação de novas reservas indígenas, e a liberação de incentivos para projetos de reflorestamento de áreas degradadas são algumas das iniciativas governamentais que, nos últimos anos, passaram a contar com o apoio de entidades sociais, presentes na região.

Alguns exemplos contextualizam bem essa questão.

Em 2000, a chegada da Expedição Amazônia Viva, do Greenpeace, ao porto de Belém, para denunciar os desmatamentos ilegais, provocou um dos maiores confrontos discursivos, já registrados na imprensa regional. Durante mais de duas semanas, madeireiros, empregados do setor, políticos, e outros setores ligados, direta e indiretamente, aos desmatamentos, se digladiaram na imprensa tentando minimizar os impactos das denúncias de integrantes do Greenpeace.

Alguns aspectos marcaram a cobertura desse acontecimento.

Estudo que realizamos para avaliar como se deu o acesso do Greenpeace ao processo noticioso, no jornal O Liberal, concluiu entre outras questões: 1) Que a cobertura dos desmatamentos se deu de forma superficial e descontínua e ainda depende de eventos especiais para atingir a opinião pública; 2) Que houve uma baixa participação dos meios científicos e, também, sociais na construção do noticiário. Os índios, por exemplo, foram excluídos da cobertura, assim como os pequenos agricultores, assentados, ribeirinhos e que, em síntese, são os principais atingidos pelos crimes ambientais na região (LUFT, 2005).

Outros acontecimentos de grandes proporções marcaram a cobertura dos desmatamentos, no Pará, durante a década em curso, se tomarmos como referência, o Jornal O Liberal do Pará..

Em 2005, conflitos envolvendo questões fundiárias e a exploração predatória de madeira culminou com o assassinato da missionária norte-americana, Dorothy Stang. Irmã Dorothy havia denunciado, à imprensa e às autoridades, os desmatamentos ilegais, na região de Anapu, no sudoeste do Pará, numa área onde estava sendo implantando um projeto de assentamento para pequenos agricultores – também chamado Projeto de Desenvolvimento Social (PDS), com o apoio do INCRA. O fato obteve uma das maiores repercussões na imprensa nacional e estrangeira, não somente, por tratar-se de um dos crimes mais hediondos, já registrados no País mas, também, pelos desdobramentos que foram atribuídos ao Caso.

Em 2006, fazendeiros, órgãos federais e Organizações Não-Governamentais se digladiavam, em Santarém, oeste do Pará, em torno de uma antiga polêmica que previa o desmatamento de uma extensa área de floresta, para dar lugar a projetos de desenvolvimento agrícola, destinados ao plantio da soja para exportação.

Em 2008, o município de Tailândia, situado no nordeste do Pará, foi palco da Operação Arco de Fogo - a maior já realizada, pelo governo federal, no combate à extração e ao comércio ilegal de madeira na região. Durante mais de três meses, os setores atingidos pela fiscalização: madeireiros, empregados de serrarias, e o comércio de um modo geral, instalados no município, protestaram na imprensa contra os responsáveis pela ação: IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, e o governo estadual.

Mais de 600 homens da Força Nacional, e Polícia Estadual, foram enviados ao município para conter os conflitos - que culminaram com a prisão dos envolvidos, a aplicação de milhões em multas pelo IBAMA e, também, para garantir o transporte da madeira apreendida, mais de 15 mil metros cúbicos – o equivalente para encher 500 carretas, para Belém. As proporções desse acontecimento podem ser observadas em nossa análise qualitativa, no item 5.3.

Estes são alguns dos muitos exemplos que trazem no bojo, os efeitos de uma problemática histórica envolvendo questões fundiárias, e o extrativismo predatório de madeira, e que se intensificaram, a partir da década de 70, com as políticas públicas destinadas para a Amazônia, que desconsideraram as especificidades e necessidades regionais.

O modelo de desenvolvimentista adotado no País, pelos governos militares, que privilegiava a entrada do grande capital na Amazônia, sem considerar, na

prática, a diversidade cultural das populações presentes na região – se transformou no grande vilão, e o principal responsável pelos índices alarmantes de destruição da floresta e, conseqüentemente, pelo caos sócio-ambiental que se instalou de forma avassaladora na região.

De acordo com os órgãos de pesquisa, a política dos Grandes Projetos para o setor agropecuário e de mineração, a implantação do Projeto Grande Carajás, aliada às obras de infra-estrutura, a construção de estradas – com destaque para a Transamazônica, de hidrelétricas e, também, dos projetos de colonização agrária, que levaram para a região, milhares de trabalhadores, são apontadas como as principais causas dos altos índices de desmatamentos registrados, hoje, no Estado do Pará.

Nos últimos anos, a destruição de vastas áreas de floresta, no Estado do Pará, bem como suas conseqüências, sociais e ambientais, tem repercutido de forma significativa na imprensa regional/nacional e estrangeira, se tornando um dos temas mais recorrentes nos grandes eventos internacionais sobre meio ambiente.

O anúncio do governo brasileiro de reduzir os desmatamentos em 80%, até 2020, como prerrogativa para a redução da emissão de gases na atmosfera, que provocam o efeito estufa, se tornou o fio condutor das negociações, durante a Conferência de Copenhague (Dinamarca), a COP-15, realizada em dezembro de 2009.

O propósito do governo brasileiro de reduzir, de forma drástica, os índices de desmatamentos, durante esta década, representa um avanço nas negociações e, ao mesmo tempo, novos desafios para a imprensa brasileira, que ainda se vê limitada diante da falta de profissionais qualificados para cobrir o meio ambiente de forma mais sistemática. Os cursos de jornalismo no Brasil, todavia, não atendem esta demanda.

A Agenda 21 - documento oficial da Rio-92 e a Agenda Positiva, elaborada pelo Congresso Nacional (2001) destacam a importância dos meios de comunicação na produção, difusão e democratização da informação ambiental em larga escala. A Agenda Positiva considera que a imprensa tem um papel-chave para o cumprimento das agendas regionais, e no acompanhamento da implantação e execução dos zoneamentos ecológicos econômicos, os ZEEs.

De acordo com o jornal O Liberal, ainda recai sobre o jornalismo enquanto a linguagem do presente, outra grande missão em âmbito regional. A responsabilidade

de minimizar os descompassos entre a velocidade com que se proliferam os crimes ambientais na Amazônia, e a incapacidade dos meios científicos, de realizarem pesquisas qualitativas, na mesma proporção dos acontecimentos. A reportagem, “Floresta em pé é muito mais lucrativa”, chama a atenção para o fato de que “na Amazônia quase sempre a motosserra chega antes da ciência” (Jornal O Liberal, 25/08/10, Atualidades).

A necessidade de cobrir os desmatamentos na Amazônia, de acordo com suas complexidades, conciliar os múltiplos interesses, com alternativas sociais e, ambientalmente, responsáveis, que visem a preservação da floresta e, principalmente, das populações mais diretamente atingidas, tornaram-se o foco de interesse desse estudo.

No nosso entender, três pressupostos são particularmente férteis para o aprofundamento dos debates em torno de uma cobertura mais qualificada dos desmatamentos, e à luz dos princípios do jornalismo ambiental, enquanto uma prática inter e multidisciplinar: a) Quantidade e frequência das matérias, com o objetivo de identificar as possíveis oscilações e períodos, mais e menos, significativos da cobertura; b) Principais fontes visando identificar quem são os agentes que predominam na cobertura; que agentes são mantidos à margem do noticiário, e como esses fatores repercutem na identificação das principais causas e conseqüências dos desmatamentos; e principalmente, na identificação de alternativas sustentáveis para a região; c) Análise qualitativa, para identificar a “Principais falas”, presentes na cobertura da Operação Arco de Fogo, buscando compreender melhor, o grau de complexidade e confronto de opiniões, que se desencadearam durante o acontecimento. E como estas falas podem repercutir na busca de prioridades, tendências, consensos.

Com base nos referenciais acima, nosso percurso teórico-metodológico foi construído a partir de cinco eixos:

No Capítulo 1, intitulado, Compreendendo as práticas jornalísticas, procuramos explorar como está sendo construído o campo jornalístico, de acordo com os avanços democráticos e tecnológicos, partindo de uma primeira questão: o que é campo jornalístico, como este está sendo construído, e de que maneira ele pode funcionar no enfrentamento das perturbações sociais?

Partimos da premissa de que as notícias são “construções sociais”: o resultado de um processo cada vez mais negociado entre jornalistas e fontes. Enfatizamos, de

um lado, as contribuições das teorias do *gatekeeper*, que determinou os limites do campo profissional, munido de certa autonomia; e, num segundo momento, a teoria do *newsmaking*, enquanto o marco inicial das relações entre jornalistas e fontes de informação.

Ainda no mesmo Capítulo, buscamos compreender como os efeitos espaço-temporais, decorrentes do novo modelo digital, não-linear de produção e difusão da informação, incidem sobre os princípios básicos do jornalismo e, como esses fatores repercutem nas relações entre jornalistas e fontes.

No Capítulo 2 – O percurso das fontes, discorreremos sobre o que são fontes jornalísticas, e qual a sua função e importância no sentido de explicar a complexidade dos fenômenos contemporâneos? A partir dessa indagação, buscamos explorar como estão sendo construídas as relações entre o jornalismo – enquanto produtor da notícia, e as fontes de informação – enquanto produtores dos acontecimentos, tendo por base a importância histórica dos movimentos sociais/ambientalistas, e as estratégias que estes utilizam para conquistar espaços de visibilidade para as suas ações.

No Capítulo 3 – Jornalismo ambiental: jornalista do presente, buscamos situar os principais problemas e desafios, teóricos e metodológicos, que circundam a construção e delimitação do jornalismo ambiental, como uma linguagem com capacidade para compreender, internalizar e difundir as atuais demandas socioambientais. Destacamos os efeitos do choque de temporalidades, entre o saber ambiental e o saber jornalístico, aprofundando os conceitos de meio ambiente, e de desenvolvimento sustentado, e como tais conceitos devem ser tratados pela imprensa, na era do jornalismo globalizado, e em tempo real. Buscamos tratar, também, como pequenas ações individuais, e coletivas, podem repercutir na imprensa e em favor de uma melhor qualidade de vida da população.

No Capítulo 4 – Descrição do objeto: bases metodológicas, procuramos delimitar o percurso metodológico a ser empregado nos procedimentos de seleção e análise dos materiais. Neste caso, como os Estudos de Caso podem se tornar mais produtivos, quando associados ao modelo indiciário – instrumento para apreensão das singularidades do objeto; e à análise de conteúdo, como o método mais apropriado para o enquadramento de grandes temas sociais/ambientais. E, por fim, como os três modelos podem funcionar, no nosso objeto de estudo – a cobertura dos desmatamentos na Amazônia, se acionados conjuntamente.

A priori e, de modo mais específico, os pressupostos e procedimentos teórico-metodológicos levantados acima, objetivam responder duas questões básicas do nosso objeto: a) Como o jornal opera no processo de enquadramento das fontes, partindo da premissa de que existe uma pré-disposição histórica para a utilização das fontes oficiais, na produção das notícias, e uma tendência, também histórica, para a exclusão daquelas fontes que não se enquadram aos procedimentos de rotina; b) Quais são as “principais falas”, ou, as que melhor caracterizam o confronto de opiniões, a complexidade de relações entre jornalistas e fontes, na cobertura dos desmatamentos, sobre a Operação Arco de Fogo, item 5.3.

O Capítulo 5 – A Produção de notícias foi elaborado em duas etapas: análise quantitativa para examinar como se deu a cobertura dos desmatamentos no Pará, sob o ponto de vista da “Quantidade e freqüência de matérias”, e também das “Principais fontes”, visando identificar possíveis disparidades entre o volume de matérias publicadas, em determinados períodos; por que, alguns acontecimentos são mais relevantes do que outros, e adquirem maior visibilidade; e por que determinadas fontes predominam no processo.

A análise qualitativa – relativa à segunda etapa da pesquisa, nos propomos a examinar as falas mais relevantes, na cobertura da Operação Arco de Fogo, realizada, em 2008, no município de Tailândia, nordeste do Pará, como prerrogativa para a compreensão dos múltiplos interesses que se contrapõem na produção noticiosa sobre os desmatamentos na Amazônia.

Em síntese, nosso propósito maior, é dar continuidade à pesquisa que realizamos durante o curso de mestrado, sobre o mesmo objeto. Contribuir para os avanços do jornalismo ambiental, enquanto campo inter e multidisciplinar – que pressupõe o uso de múltiplas fontes de informação; e sobretudo, para o aprofundamento das coberturas dos desmatamentos na Amazônia, de acordo com a complexidade do tema, e em consonância com as necessidades regionais.

1 COMPREENDENDO AS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS

1.1 QUESTÕES DO CAMPO

Os estudos envolvendo as relações entre o jornalismo e as fontes de informação, registraram um aumento significativo, nas últimas décadas, em decorrência dos avanços democráticos e tecnológicos, influenciados, em grande medida, pelo surgimento da rede mundial de computadores, a Web.

Pesquisas realizadas, mais recentemente, apontam que a construção de uma teoria da notícia deve amparar, ao mesmo tempo, e num mesmo objeto, todas as instâncias que compõem o processo noticioso: de um lado, as questões de ordem profissional e organizacional, e, por outro, as questões de ordem social – ou a sociedade em seus processos organizativos, a partir de cruzamentos com as diversas ciências, e as teorias específicas do jornalismo.

Entendemos que os debates sobre o campo jornalístico, de modo mais específico, sobre as relações entre os jornalistas e as fontes de informação, na cobertura dos desmatamentos na Amazônia - objetivo maior dessa pesquisa, podem se tornar mais produtivos, se atentarmos para uma questão básica, inerente ao processo ao qual estamos nos propondo: compreender o que é campo jornalístico, como este está sendo construído, e de que maneira ele pode funcionar no enfrentamento das perturbações sociais.

Embora os estudos da socióloga norte-americana, Gaye Tuchman (1977), tenham reconhecido o jornalismo como um campo de conhecimento, já na década de 70, partilhamos com Mazzarino (2007), a idéia de que a delimitação do campo jornalístico passa, obrigatoriamente, pelo entendimento do que é um campo social, e como este deve funcionar no sentido de atender às complexidades do mundo contemporâneo.

Rodrigues (2000) busca apoio em Bourdieu (1997), para quem campo social é um ambiente de forças que se contrapõem, para explicar o que ele considera a linha do horizonte do saber moderno, ou seja: a explicação dos fenômenos, a formulação das regras do seu funcionamento, a compreensão da sua organização.

Para este autor, campo social é:

Uma instituição dotada de legitimidade indiscutível, publicamente reconhecida e respeitada pelo conjunto da sociedade, para criar, impor,

manter, sancionar e restabelecer uma hierarquia de valores, assim como um conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, num determinado domínio específico da experiência (RODRIGUES apud REVAN, 2000, p. 189).

Rodrigues também se baseia em Bachelard (1971) para defender a tese de que a construção dos campos sociais, de acordo com a complexidade dos fenômenos, e seus processos organizativos, pode se tornar mais produtiva, se associada ao conceito de fronteira¹.

Segundo o autor, “é na fronteira entre campos de legitimação que a tensão se gera e se manifesta. A luta pela mobilização do conjunto da experiência por cada um dos campos traduz essa natureza tensional da racionalidade moderna dos campos sociais” (RODRIGUES, 2000).

Fausto Neto (1995) também compreende o campo jornalístico a partir de Bourdieu (19971). Para este autor, campo jornalístico é o lugar por onde se efetivam os jogos do poder, envolvendo as duas principais esferas que compõem o processo noticioso: de um lado, os jornalistas, com seus aparatos reguladores e suas estratégias de legitimação e, de outro, o público, com suas estratégias organizativas para enquadrarem-se aos espaços midiáticos.

Com base nas duas principais instâncias que compõem o processo noticioso: jornalistas e público, as notícias são o resultado de discursos sociais – também chamados de “atos políticos” ou (falas reladoras), que podem se efetivar, tanto do lado do emissor – a imprensa, quanto do lado do público. O autor considera os títulos das matérias jornalísticas insumos férteis para o exame da questão.

O campo jornalístico – como um espaço de enunciação – não é apenas de registro de ações alheias [...] é algo mais complexo e estratégico pelo fato de que é na esfera dos discursos sociais que as noções de realidade e seus respectivos matizes representacionais vão tomando formato [...] (FAUSTO NETO, 1995, p. 25).

¹ Há quase quatro décadas, Bachelard (1971), já antecipava que os avanços das ciências, no sentido de explicar as complexidades dos fenômenos, diante dos efeitos da globalização, estavam condicionados a uma revisão do conceito de “fronteira”. De acordo com o autor a “fronteira científica” não pode mais ser vista como um lugar “neutro, abandonado, indiferente”, mas sim, como uma “zona de pensamentos particularmente ativos”, um espaço para os tensionamentos, as transgressões, os cruzamentos. Bachelard defende que o ponto de partida para vencer o reducionismo das ciências, e estabelecer uma cooperação entre o campo teórico e a investigação experimental seria a construção de uma “filosofia do presente”, a partir da qual cada problema passa a ter a sua própria filosofia, a sua própria história. O reordenamento das ciências se dá por meio do cruzamento de três matrizes epistemológicas: as ciências cognitivo-cibernéticas, humanas e sociais, com ênfase para as teorias da informação.

Berger (1998) também se apropria do conceito de campo de Bourdieu para compreender o campo jornalístico de acordo com a sua capacidade para confrontar e legitimar discursos que têm origem, em outros campos sociais, mais enfaticamente, no campo político.

Estudo pioneiro dessa autora, para examinar como se deu o acesso do Movimento dos Sem Terra (MST), às rotinas de produção do Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, comprovou que a produção da notícia é, entre outros fatores, o resultado do enfrentamento de três sujeitos: o sujeito da enunciação (junção entre empresa e os jornalistas)²; o sujeito do enunciado (a fonte), enquanto produtora do acontecimento; e o sujeito destinatário (o público), ao qual se destinam as notícias (BERGER, 1998).

De acordo com Berger, o processo de enfrentamento entre os três sujeitos que compõem o processo noticioso: os jornalistas, as fontes, e o público, têm como lugar de encontro a linguagem. Enquanto a redação do jornal opera como um instrumento de legitimação de poder, entre os diversos campos sociais “em confronto”.

Traquina (2001) define campo jornalístico, de modo mais específico. Este é o “conjunto de relações entre agentes especializados na elaboração de um produto específico, a notícia”.

Mazzarino (2007) compreende o campo jornalístico como um sistema social, de alta complexidade, através do qual quatro sujeitos interagem entre si, para dar existência aos fatos:

- a) Fontes de informação enquanto produtores dos acontecimentos;
- b) Jornalistas enquanto produtores da notícia;
- c) Estruturas organizacionais enquanto suportes de produção; e
- d) Consumidores ou receptores da informação noticiosa.

De modo mais específico, o campo jornalístico é parte de uma teia complexa de interação entre campos sociais onde diversos sujeitos, de “outros” campos sociais buscam visibilidade.

² De acordo com Berger (2003) “a luta que é travada no interior do campo do jornalista gira em torno do ato de nomear, pois, nele se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Esse poder se concentra em quem escolhe a manchete, foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. É esta luta que os jornalistas travam no interior do campo do jornalismo, em suas concretas e históricas relações de trabalho” (BERGER apud TEIXEIRA, 2008).

Wolf (2005) procura explicar a complexidade de relações que interferem na estruturação do campo jornalístico, tendo por base as múltiplas funções dos meios de comunicação. De modo mais abrangente, os MCM são ao mesmo tempo:

Um setor industrial de máxima relevância, um universo simbólico que é objeto de consumo em grande escala, um investimento tecnológico em contínua expansão, uma experiência individual cotidiana, um terreno de conflito político, um sistema de mediação cultural e de agregação social [...] (WOLF, 2005, p. 9).

Entendemos que os conceitos de campo jornalístico descritos acima; seja, sob a perspectiva de enfrentamento com outros campos sociais, a partir de (BERGER, 1998); instrumentado por meio de “atos políticos” ou “falas relatadoras” (FAUSTO NETO, 1995); ou, como parte de uma teia complexa de interação entre campos sociais (MAZZARINO, 2005) ou, de modo mais específico, como um espaço de interação entre “agentes especializados” (TRAQUINA, 2001), contribuem para compreendermos, com mais ênfase, nosso objeto de pesquisa. O exame de como ocorrem os enfrentamentos entre jornalistas e fontes, na cobertura dos desmatamentos na Amazônia, no Jornal O Liberal do Pará. E dentro desse jogo de poderes e disputas, sabermos quem são as fontes que ditam as cartas no processo, e quais as fontes, que agem nas fronteiras de legitimação entre esses dois campos, no sentido de mudar a ordem natural das coisas, de provocar a desordem nos acontecimentos.

De acordo com os pressupostos acima, defendemos a idéia de que a construção do campo jornalístico requer um mergulho, mesmo que superficial, sobre os momentos teóricos que marcaram o início do processo de delimitação do campo profissional, e que lançaram as luzes para o reconhecimento das fontes de informação, enquanto sujeitos ativos na produção noticiosa.

No nosso entender, duas correntes teóricas foram decisivas para o processo de evolução e legitimação do campo jornalístico. 1) A teoria do *gatekeeper*, porque atribuiu à atividade, o poder de decisão sobre a veiculação dos acontecimentos; 2) Os estudos de Tuchman (1977), porque atribuíram um “caráter social” às notícias.

A descoberta da teoria do *gatekeeper*, por David Manning White (1950), foi particularmente significativa porque atribuiu ao profissional, o direito de decidir sobre a seleção e publicação dos acontecimentos.

O processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, portões, que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista – ou *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não (TRAQUINA, 2005, p. 69).

A aplicação do conceito de “seleção”, ao conceito de *gatekeeper*, contribuiu para sistematizar o trabalho jornalístico, sob dois aspectos: 1) Impôs uma ordem burocrática ao processo de produção, e um sentido de autoridade ao jornalista – embora restrita a sua experiência individual; 2) Um poder de decisão sobre os critérios editoriais da empresa.

A importância da teoria do *gatekeeper* para a delimitação do campo jornalístico seria reconhecida, mais tarde, pelo paradigma etnoconstrutivista de notícia. Esta passou a ser o “resultado de um processo de produção, definido como a percepção, “seleção” e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (TRAQUINA, 2005).

Entretanto, a teoria do *gatekeeper* tornou-se alvo de muitas críticas em função do seu reducionismo teórico-metodológico. Esta previa a análise das notícias, apenas no nível individual – se baseou na atividade de apenas um jornalista, no estado de Ohio (EUA), ignorando, portanto, outras instâncias igualmente relevantes do processo noticioso.

Os estudos de White concluíram que a teoria do *gatekeeper*: a) Privilegia apenas uma abordagem microssociológica das notícias, ignorando, outros fatores, de caráter macrossociológicos, como a organização jornalística, por exemplo; b) A teoria do *gatekeeper*, por se basear no conceito de seleção, apresenta uma concepção bem limitada do trabalho jornalístico, minimizando as demais instâncias que compõem a produção de notícias.

Embora a teoria do *gatekeeper* tenha lançado as bases para a legitimação profissional atribuindo ao jornalista, o poder de decisão sobre a publicação das notícias, os estudos de *newsmaking*³, seriam o marco inicial de uma nova relação entre jornalismo e sociedade.

³ Os estudos de *newsmaking* procuram aperfeiçoar a teoria do *gatekeeper*; analisam a produção da notícia de acordo com os aspectos organizacionais, mais especificamente, as relações entre jornalismo e sociedade, e como esta se manifesta nos sistemas de produção e rotina. Coloca em jogo, de um lado a cultura profissional e, de outro, a organização do trabalho jornalístico (do uso das fontes à seleção dos acontecimentos, aos enquadramentos e aos critérios de noticiabilidade que serão considerados na legitimação da notícia). De um modo mais abrangente, os *newsmaking* são estudos etnográficos que “colocam em evidência as causas da fragmentação e super-representação

O reconhecimento das notícias como construções sociais, contribuiria, não somente, para alargar o eixo dos estudos do nível individual, o do jornalista – característico da teoria do *gatekeeper*, mas, também, para o nível da organização e da comunidade profissional.

Os estudos de Tuchman (1983) foram decisivos na legitimação do campo jornalístico, porque colocaram em questão, dois aspectos importantes: 1) A visão reducionista da teoria do *gatekeeper*; 2) Porque reconheceram o jornalismo como um “campo de conhecimento”, e toda uma gama de implicações, decorrentes dessa descoberta.

Tuchman (1983) examinou como se deu o acesso dos movimentos feministas de Nova Iorque, aos sistemas de produção no jornal *The New York Times*, e em outros veículos norte-americanos. O estudo concluiu que a notícia é uma “instituição social”, se levados em consideração, os princípios que a fundamentam, isto é: a) A notícia tem o poder para fazer com que a informação chegue ao consumidor; b) A notícia é uma aliada das instituições legitimadas e c) A notícia é localizada, produzida e disseminada por profissionais que trabalham para instituições empresariais.

Para Traquina (2005), a descoberta da teoria do *gatekeeper* que imprimiu autoridade ao jornalista e, mais tarde, a inserção de um viés social às notícias – via estudos de Tuchman, foram decisivas para a delimitação de uma cultura profissional, consolidando uma tendência que perpassaria os estudos do jornalismo, nas últimas quatro décadas.

O autor defende que:

O desenvolvimento de um campo jornalístico mais autônomo tem como factor crucial a profissionalização das pessoas envolvidas na atividade jornalística em que são reivindicadas a autoridade e a legitimidade de exercer um monopólio sobre o poder de decidir a noticiabilidade dos acontecimentos e das problemáticas (TRAQUINA, 2005, p. 94).

Entendemos que essa breve recorrência às teorias do *gatekeeper*, e do *newsmaking*, como legitimadoras do campo jornalístico, seja elucidativa para a compreensão do nosso objeto de pesquisa, sob dois aspectos: 1) Consideramos que

da esfera político-institucional da informação e como estes aparecem nos procedimentos rotineiros de coleta dos materiais de onde são extraídas as notícias” (WOLF, 2005).

o jornalista, plenamente habilitado, tem capacidade para exercer a profissão, com certa autonomia e, por vezes, desvinculada de interesses ideológico-econômicos, das empresas para as quais trabalham. Principalmente, quando estão em jogo, temas sociais mais amplos, que requerem um tratamento inter e multidisciplinar – dada a complexidade dos seus objetos; 2) A importância da teoria do *newsmaking*, como marco inicial das relações entre jornalismo e sociedade, mais precisamente, entre jornalistas e fontes de informação.

1.2 POR QUE AS NOTÍCIAS SÃO COMO SÃO?

Vimos até aqui as contribuições das teorias do *gatekeeper*, para a delimitação do campo jornalístico, e maior autonomia profissional; e da teoria de *newsmaking*, no sentido de ampliar as relações entre jornalismo e sociedade.

Traquina (2005) toma por base Wolf (2005) para defender a idéia de que os estudos sobre a teoria da notícia não devem se limitar em saber o que é notícia, e quais os fatores que determinam a noticiabilidade dos acontecimentos, mas, sim, em buscar subsídios para responder “Por que as notícias são como são”?

Segundo esse autor, essa é uma questão bem mais complexa e abrangente, porque implica na resolução de uma problemática, de caráter estrutural, que tem norteado os estudos do jornalismo, nas últimas décadas, isto é: se o eixo das pesquisas deve ser orientado para o campo dos mídia – em torno dos profissionais do campo jornalístico, ou para os agentes sociais – ou fontes de informação, que interagem com os jornalistas.

Traquina considera que os debates deveriam se concentrar em torno de duas questões primordiais: a primeira consiste em reconhecer o conceito etnoconstrutivista⁴ de notícia como “construções sociais”. Que estas são “o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da

⁴ Para o construtivismo os jornalistas são participantes ativos na construção da realidade. As notícias acontecem na conjuntura de acontecimentos e textos. “Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento”. Sob essa perspectiva, as notícias são o resultado de um processo complexo de produção, determinado por fatores internos, ligados à cultura profissional – normas redacionais, os enquadramentos, o uso da pirâmide invertida; e externos, de caráter organizacional, marcados pelas rotinas, pelos fatores espaço-temporais de produção (TRAQUINA, 2005).

organização”, em que os jornalistas são participantes ativos na construção da realidade (TRAQUINA, 2005).

O segundo aspecto prevê que os problemas do campo jornalístico não podem ser tratados de forma isolada, fragmentada, levando em consideração que, jornalistas e fontes, interagem entre si, permanentemente; e que o processo noticioso tem capacidade para gerar múltiplos cruzamentos – tensões nas suas fronteiras de legitimação, se retomarmos, mais uma vez, o conceito de Rodrigues (2000) sobre a teoria dos campos sociais.

Há mais de uma década, Fausto Neto (1995), identificou, com muita propriedade, a capacidade de integrar, num mesmo objeto de análise, as duas principais instâncias que compõem o processo noticioso: de um lado, os profissionais – os jornalistas; e de outro, o público; e identificou como se constroem as relações e os enfrentamentos entre esses dois campos sociais.

Pesquisa pioneira realizada pelo autor, sobre a cobertura da campanha presidencial no Brasil, em 1994, nos principais jornais do País, comprovou que o jogo de poder que se estabeleceu, entre os meios de comunicação, e o público, para a construção da agenda jornalística, resultou do encontro de dois tipos de discursos.

a) O discurso da pesquisa de opinião, se sobrepondo, muitas vezes, ao discurso jornalístico; este “virando uma vitrine ao publicizar não apenas os resultados, mas a existência dos próprios institutos de opinião pública”;

b) Os discursos dos media que, segundo o autor, operam como dispositivos de legitimação dos institutos de pesquisa, por meio de um discurso auxiliar, denominado como discurso segundo.⁵

Entendemos que os referenciais teóricos acima, sobre as principais teorias que impulsionaram o processo de legitimação do campo jornalístico – *gatekeeper* e *newsmaking*, e os vários fatores profissionais/organizacionais e sociais – decorrentes de ambas as correntes, possam operar como um eixo norteador no nosso percurso de análise; identificar como se constroem as relações entre jornalistas e as fontes de informação, na cobertura dos desmatamentos na Amazônia. E compreendermos, com mais precisão, como, e em que momentos,

⁵ De acordo com Fausto Neto o discurso jornalístico é uma espécie de “fala relatora” – “ato político” que se apóia em técnicas internas ao seu saber, para endereçar a outros circuitos (leitores) as falas por ela orientadas (1995).

ocorrem os enfrentamentos, entre jornalistas – enquanto produtores da notícia, e as fontes de informação, enquanto produtoras dos acontecimentos.

Partimos da premissa de que existe uma predisposição histórica, por parte da imprensa, para o uso das fontes oficiais ou institucionais, e também uma pré-condição histórica para a exclusão de determinadas fontes que não se enquadram aos procedimentos de rotina, assunto que será tratado no Capítulo 2, O Percurso das fontes.

1.2.1 Rotinas e enquadramentos

Buscamos compreender acima as contribuições da teoria do *gatekeeper* (WHITE, 1950) e dos estudos de *newsmaking* (TUCHMAN, 1977) para a construção da uma teoria da notícia, e como as duas perspectivas teóricas podem operar na busca de explicações e de respostas para a questão “Por que as notícias são como são”, formulada por Traquina (2004).

Tuchman (1977) examinou como foram construídas as notícias, na perspectiva das relações entre jornalistas e fontes – nesse caso, os movimentos feministas, de Nova Iorque, e quais as estratégias que estes utilizaram para se inserirem às rotinas de produção.

Os estudos levantaram as principais causas que obrigam as empresas jornalísticas a operarem de acordo com os fatores espaço-temporais de produção:

- a) Os acontecimentos – matéria-prima do trabalho jornalístico, podem surgir em qualquer parte; e
- b) Os acontecimentos são imprevisíveis, e por isso, podem surgir a qualquer momento.

Os estudos concluíram que as empresas desenvolveram três estratégias para enquadrarem-se aos fatores “espaciais” de produção:

- 1) A territorialidade geográfica: as empresas jornalísticas dividem o mundo em áreas de responsabilidades territorial;
- 2) A especialização organizacional: as empresas estabelecem representantes em certas organizações que produzem acontecimentos, com certo grau de noticiabilidade;

3) A especialização em determinados temas: as empresas jornalísticas se auto-dividem por seções, ou editorias que objetivam orientar o público para o consumo das notícias.

Tuchman (1983) também identificou como as empresas jornalísticas operaram para vencer o fator “tempo” na produção das notícias.

1) A empresa jornalística tem o seu próprio biorritmo. A ocorrência de um acontecimento tem que apresentar uma evidência clara de caracterização como acontecimento;

2) Planejamento do futuro, através do serviço de agenda – lista de acontecimentos previstos, o que contribui para a organização do trabalho jornalístico, com uma certa antecedência; e

3) O ritmo do trabalho jornalístico, o valor do imediatismo, a definição do jornalismo como relatos dos acontecimentos, baseados na atualidade (TRAQUINA, 2005).

De acordo com os pressupostos acima, “as notícias são como são” – questão formulada por Traquina (2005), porque fatores internos/microsociológicos, e externos/macrossociológicos, assim as determinam; nem só, fatores internos ou individuais, conforme prevê a teoria do *gatekeeper*, nem só, fatores externos, conforme determinam as teorias organizacionais.

Mas, se, por um lado, os estudos de *newsmaking* identificaram as rotinas e demais procedimentos das empresas, para se enquadrarem aos fatores espaço-temporais de produção, os estudos culturais, contribuiriam, mais tarde, para alargar o conceito de notícia.

A inserção de um viés culturalista ao conceito de notícia, parte da constatação de que a produção noticiosa é o resultado de um processo de interação entre os profissionais de jornalismo, e entre os jornalistas e a sociedade.

Para comprovar a hipótese duas questões foram formuladas:

a) Os procedimentos de rotina: a estrutura dos valores-notícia, utilizados para enquadrar os acontecimentos, ou, o conjunto de regras e normas utilizados pelos membros da “comunidade”, apontam para a existência de uma “cultura jornalística”⁶.

⁶ Cultura jornalística é “um emaranhado inextricável de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, padronizações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, que se referem, às funções da mídia e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e as modalidades que controlam a sua confecção. Posteriormente, a ideologia se

b) Notícias são “narrativas” marcadas pela cultura profissional e pelo contexto social, onde estão inseridos os meios de comunicação. Esse fato pressupõe um *saber de narração* (ERICSON et al., 1987), em outros termos, a aprendizagem da linguagem jornalística – o jornalês, e que, por sua vez, pressupõe o domínio de todo um *inventário de discursos – mapas culturais*, conforme são chamados pelos estudos culturais, influenciados pelas regras e valores que compõem a ideologia profissional, tais como: a objetividade, a independência, o imediatismo (TRAQUINA, 2005).

De acordo com Ericson, Barneck e Chan (1987) a aprendizagem do vocabulário jornalístico – o “jornalês”, contribui para o processo de acumulação de conhecimento, e, também, nas experiências individuais do profissional, em suas “transações diárias com colegas, superiores hierárquicos, fontes de informação, e textos jornalísticos” (Apud TRAQUINA, 2005).

O enquadramento das notícias, por meio de técnicas e formatos, visa dar sustentação às normas organizacionais e profissionais de produção. A pirâmide invertida, ou a busca de respostas para as cinco perguntas Quem? O que? Quando? Onde? e Por que? continua sendo o método mais utilizado para a ordenação das notícias, e melhor enquadramento dos fatos, de acordo com os fatores espaço-temporais de produção.

No âmbito da escola culturalista britânica a produção noticiosa é o resultado de um processo de interação social constituído pelas práticas jornalísticas específicas, que requerem conhecimentos precisos, na “identificação e contextualização” dos acontecimentos (TRAQUINA, 2005). Cabe ao jornalista “entender como a sociedade funciona”, em consonância com outros aspectos de caráter organizacionais/profissionais, condicionados a: 1) Organização burocrática dos mídia; 2) Estrutura dos valores-notícia ou noticiabilidade; 3) Momento da construção da própria notícia.

De acordo com Traquina (2005) na perspectiva dos estudos culturais, a construção da notícia mobiliza pelo menos três saberes: de “reconhecimento”, de “procedimento” e de “narração”.

1) O saber de reconhecimento: está relacionado à capacidade do jornalista para selecionar quais os acontecimentos que possuem valor como notícia⁷; os critérios de noticiabilidade⁸ são identificados de acordo com a proximidade geográfica, o conflito, a notoriedade, etc.

2) O saber de procedimento: conhecimentos que orientam o processo de coleta dos dados para a elaboração das notícias, isto é: “Quais as fontes a contatar? Quais as perguntas a formular? Quais elementos devem ser considerados/selecionados?”

3) O saber de narração: consiste na capacidade de compilar todas as informações e empacotá-las, numa mesma narrativa, dentro de um espaço de tempo delimitado, colocando em evidência, os pontos mais relevantes dos acontecimentos

Na perspectiva do paradigma etnoconstrutivista, as notícias são, de modo mais específico, o resultado de um processo complexo de produção marcado por “constrangimentos organizacionais”; “narrativas”, “rotinas” e relações entre os próprios jornalistas e com as fontes de informação (TRAQUINA, 2005).

Para Chaparro (2001) a compreensão de “como a sociedade funciona”, de que tratam os estudos culturais, requer conhecimentos precisos dos jornalistas, além de saberes inter e multidisciplinares para integrar às práticas, isto é, a formatação dos fatos, aos fatores culturais/sociais, em todas as suas etapas de produção: elaboração da pauta, seleção das fontes, elaboração da entrevista, construção das narrativas.

⁷ Os “valores-notícia” são critérios de relevância ou, “convenções profissionais”, difundidos ao longo de todas as etapas da produção que funcionam como linhas-guia na apresentação do material a ser transformado em notícia. Contribuem para responder questões do tipo: quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, relevantes para serem transformados em notícia; o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias. Mais especificamente, os valores-notícias são um componente da noticiabilidade baseado em regras práticas que compreendem um *corpus* de conhecimentos profissionais que explicam e guiam os procedimentos do trabalho redacional. São por natureza, dinâmicos, alteram-se com o tempo conforme o momento histórico, e estão presentes nas interações cotidianas dos jornalistas (WOLF, 2005). Gans (1979) nos seus estudos sobre a cobertura da guerra do Vietnã atentou para a importância dos valores-notícia como estratégia para vencer fatores organizacionais de produção: “Para prevenir o caos, a aplicação dos critérios relativos da notícia requer consenso entre os jornalistas e, sobretudo, uma organização hierárquica [...] sobre os critérios relevantes para uma determinada notícia” (WOLF, 2005).

⁸ Para Gaye Tuchman (1983:44) “a noticiabilidade – *newsworthiness* é construída através de acordos mútuos realizados pelos chefes, que trabalham para manter um equilíbrio interpessoal, enquanto que a “avaliação da noticiabilidade é um fenômeno negociado, constituído pelas atividades de uma complexa burocracia, desenhada para supervisionar a rede informativa” (TRAQUINA, 2005).

De acordo com Henn (1996) a produção das notícias, desde o planejamento até a sua publicação, é um trabalho de pauta; ela “é o “filtro inicial” por onde se encaminham os acontecimentos rumo à noticiabilidade”.

O autor toma por base o conceito de “seleção”, para defender a tese de que existe uma estreita relação entre o *gatekeeper* e a função do pauteiro: “Na verdade o que se tem na seleção de acontecimentos é um vasto número de critérios, que exige consenso, como também na organização hierarquizada na qual despontam os editores com a função de pauteiros”.

De acordo com o estudo, a agenda *setting* tem uma função decisiva no processo de legitimação das relações entre pauteiro e sociedade.

Essa seleção não é sustentada por visões particularistas, mas alimentada por um processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de *feedback*, aspecto que dá conta da verticalização [...]. Essa rotina traduz uma necessidade de orientação do receptor no sentido de construir um quadro interpretativo diante do fluir dos acontecimentos (HENN, 1996, p. 76).

A capacidade do pauteiro de decidir sobre a publicação do temário e, por outro lado, a capacidade dos destinatários de formarem um “quadro interpretativo”, sobre os assuntos que lhe são fornecidos, via *agenda setting*, transforma a pauta, num “campo privilegiado”, um espaço de negociação e de trocas permanentes, entre o pólo emissor e o pólo receptor.

A pauta, na medida em que concentra toda a codificação que rege a produção jornalística e funciona como um projeto deveria converter-se em campo privilegiado da experimentação conduzindo a linguagem jornalística para novas complexidades. Como momento significativo de uma cadeia [...] que vai do acontecimento e segue seu curso com a notícia publicada (HENN, 1996, p. 110).

Henn (1996) procura explicar, por que, a pauta deve ser considerada a “porta de entrada no mundo do sistema jornalístico”, ou o espaço de negociação entre emissores e destinatários.

Seis atributos fundamentam essa questão:

- 1) A pauta consegue reorganizar a notícia já traduzida no ecossistema, dando-lhe novos rumos; 2) Gera organização, na medida em que planeja uma edição, estipula roteiros, orienta repórteres e editores; 3) Como delimitadora de

temas e, com carga seletiva, tem capacidade para regular o sistema, de se auto-determinar; 4) A notícia, mesmo depois de publicada, pode converter-se numa nova pauta, criando novos enfoques, dando continuidade ao processo noticioso; 5) A pauta pontua o processo da notícia gerando organização, em meio à desordem característica dos acontecimentos; e 6) A pauta, como processo vivo, pode ser a chave para que a linguagem jornalística conquiste novo frescor, renovando toda a cadeia produtiva (HENN, 1996).

Vimos até aqui, que a formulação de uma boa pauta é, portanto, uma pré-condição para o bom funcionamento das demais etapas de produção, da entrevista, principalmente.

Para Medina (2008) a entrevista é a etapa em que as relações entre jornalistas e fontes, se efetivam de fato. É quando o entrevistador – o repórter; e o entrevistado – a fonte, se enfrentam na busca de um denominador comum, do “diálogo possível”. De acordo com esses pressupostos, Medina define a entrevista como um “processo de interação social que envolve, além da técnica, um compromisso com a comunicação coletiva. Deixa-se o terreno exclusivo do desempenho profissional individual de repórter para se valorizar seu papel social”. Do mesmo modo, a entrevista deve ser encarada como uma “situação psicossocial de alta complexidade”, que envolve etapas de observação mútua, busca de confiança recíproca, etc.

Entendemos que a produção noticiosa se torna ainda mais complexa se considerados os efeitos espaço-temporais, que se aprofundaram com o surgimento das tecnologias digitais de informação. Assunto que veremos a seguir.

1.3 TECNOLOGIAS DIGITAIS: MODELO LINEAR *VERSUS* NÃO-LINEAR

Vimos acima que a imprensa, em toda a sua história, opera por meio de um sistema de produção linear, determinado por fatores espaço-temporais, que deram origem às rotinas, aos enquadramentos e que, em síntese, dão sustentação à produção noticiosa.

Com o surgimento do sistema digital e, “em tempo real”, via satélites computadorizados - o chamado modelo não-linear de produção e transmissão da informação, utilizado pelo sistema televisivo e, com mais ênfase, na rede mundial de

computadores – a Web, as “fronteiras” do modelo padrão de jornalismo – baseado na linearidade, começam a ser tensionadas.

É notório que os efeitos espaço-temporais, decorrentes do novo modelo de produção e difusão digital, nada mais são, do que forças opostas que provocam a desordem entre os dois sistemas em questão: o modelo linear que opera baseado nas teorias informacionais, que têm sua origem ligada aos estudos de Lasswell⁹, e que ainda vem sendo utilizado pelos jornais; e o não-linear, ou multidimensional, que se caracteriza pela alta velocidade, capacidade de armazenamento e interatividade – característico da Web e, utilizado, também, pelo sistema televisivo.

Alguns autores se destacam no sentido de explicar, como, e por que, as tecnologias de informação estão inferindo sobre a sociedade, e também, sobre os princípios básicos do jornalismo; e quais os efeitos que estas podem provocar nas relações entre jornalismo e sociedade.

Postman (1992) foi um dos pioneiros a identificar os efeitos sociais das tecnologias de informação, de modo particular, sobre a vida humana. Sustenta que “o crescimento descontrolado das tecnologias destrói os cursos vitais da humanidade, cria uma cultura, sem um fundamento moral e mina certos processos mentais e relações sociais”, que justificam a nossa existência. E acrescenta: a tecnologia pode ser “tanto um amigo, quanto um inimigo” da sociedade.

O autor procura explicar como o monopólio das tecnologias – ou tecnopólio, incide sobre a sociedade, redefinindo conceitos, determinando novas práticas discursivas; e, como esses fatores colocam em risco, princípios éticos e morais como: liberdade, verdade, inteligência, fato, sabedoria, memória, história.

O sociólogo polonês, Zygmunt Bauman, é um os críticos mais contundentes na atualidade, sobre os efeitos das tecnologias digitais, e como estão acelerando o surgimento de uma nova sociedade: a “sociedade do medo”.

No livro *Tempos Líquidos*, o autor procura chamar a atenção sobre os riscos que perpassam o sistema social na era da globalização, diante ao alto poder de penetrabilidade da TV.

⁹ O modelo lasswelliano, proposto em 1948 – auge da teoria hipodérmica, prevê que o modo mais apropriado de descrever um “ato de comunicação” é responder às perguntas: quem diz o quê, por qual canal, a quem, e com qual efeito. O esquema contribuiu para organizar a *communication research*, a partir de dois temas centrais: a análise dos efeitos e análise de conteúdo. Por isso, Lasswell é considerado o pai da análise de conteúdo (WOLF, 2005).

Num planeta atravessado por “auto-estradas da informação”, nada que acontece em alguma parte [...] pode de fato, ou ao menos potencialmente permanecer do “lado de fora” *intelectual*. Não há terra nulla, não há espaço em branco no mapa mental, não há terra nem povo desconhecidos, muito menos incognoscíveis. A miséria humana de lugares distantes e estilos de vida longínquos são apresentados por imagens eletrônicas e trazidas para casa de modo tão nítido e pungente, vergonhoso ou humilhante como o sofrimento ou a prodigalidade ostensiva dos seres humanos próximos de casa [...] (BAUMAN, 2007, p. 27).

Lasch (2005) considera os efeitos tecnológicos da globalização – fenômeno que ele denomina de “tecnologias das formas de vida”¹⁰, um “risco” para a sociedade. O autor parte da idéia de que as tecnologias digitais são nocivas para a sociedade porque contrariam os princípios do modelo linear de produção e difusão da informação, historicamente, mais apropriado para a reflexão e a elaboração de projetos de longo prazo.

O autor se baseia em Luhman (1997) e Arnoldi (2000) para identificar os efeitos espaço-temporais, decorrentes do novo modelo multidimensional da Web, e de que forma, este opera sobre o sistema social, de modo mais abrangente: 1) Compressão: narração e discurso se comprimem em formas de significado abreviadas; 2) Aceleração: a velocidade da produção é demasiado rápida para a reflexão e para o aprofundamento; e 3) Expansão/descontinuidade: a cultura à distância pressupõe redes unidas por laços técnicos e sociais, impedindo a formação de relações estáveis, e de longo prazo.

Sob os efeitos da “compressão” do espaço e a “aceleração” do tempo - características da era da informação globalizada, os acontecimentos se tornam, cada vez mais efêmeros, têm curta duração, e se esgotam rapidamente, independente do seu grau de importância e abrangência (p. 46).

1.3.1 Efeitos sobre as práticas

¹⁰ De acordo com Scott Lasch (2005) o termo “formas tecnológicas de vida contribui para compreendermos o mundo por meio de sistemas tecnológicos, que trabalham segundo um modelo cibernético” – não linear ou à distância, buscando características semelhantes e interfaces com as formas de vida; estas incluem, por um lado, as formas naturais ou biológicas – isto é, o próprio corpo e, por outro, as sociais e culturais, associadas ao cotidiano.

Conforme vimos no item 1.3, vários são os críticos que se debruçam sobre os efeitos negativos das tecnologias digitais, diante do multidimensional da Web, e alto poder de penetrabilidade da TV.

Entendemos, no entanto, que não podemos desconsiderar a importância da rede mundial de computadores, no sentido de potencializar as práticas jornalísticas, considerando alguns fatores: 1) A disponibilização de recursos, como emails, e outros serviços interativos, ampliam a capacidade dos jornalistas de realizarem entrevistas *on line*, coberturas *on line* e de vídeo-conferências, à distância, e sem a necessidade de se deslocarem das redações. 2) O novo sistema não-linear e multidimensional também disponibiliza, aos seus usuários, um dinâmico serviço de intercâmbio de informações, entre comunidades profissionais, em torno de temáticas e de interesses afins. Pesquisas recentes apontam que os jornalistas ambientais estão entre os usuários que mais se beneficiaram dos serviços oferecidos pela Web, no sentido de ampliar o exercício profissional¹¹, mesmo que este modelo ainda esteja em fase de experimentação.

Também devemos considerar que a Web – enquanto sistema interativo amplia, significativamente, a capacidade da sociedade, de intervir criticamente sobre os fatos. O acesso livre aos meios de comunicação: rádio, jornais, TVs, por meio de emails, conversas em tempo real, depoimentos, e outras redes de difusão, possibilita que pessoas de todas as partes do mundo, se manifestem, emitam opiniões sobre os fatos, enviem sugestões de pautas, num processo de interação jamais experimentado entre fontes e jornalistas.

Entendemos que os múltiplos canais de acesso à informação, disponíveis no sistema Web, para a sociedade, sirvam de prerrogativa para que se levantem duas questões importantes, as quais, deverão nortear futuros estudos acerca das relações entre jornalistas e fontes. O fato é que temos, de um lado, a abertura do processo noticioso para a pluralidade de vozes, anônimas, desconhecidas das rotinas de produção – esta uma exigência do jornalismo contemporâneo; e, por outro lado, o modelo tradicional de jornalismo que, historicamente, se orienta em torno das fontes oficiais, como pré-condição para a organização burocrática, para imprimir credibilidade e legitimidade às notícias, assunto tratado no Capítulo 3.

¹¹ PESTANO (2008); ALBA (2008); PRINGLE (2008).

Autores assinalam a importância das redes mundiais para o processo de capacitação de pessoas e grupos na legitimação de suas ações.

Castells (2000) destaca o pioneirismo dos movimentos ambientalistas¹² como os sujeitos que melhor se apropriaram dos recursos tecnológicos das redes, enquanto espaço para mobilização da sociedade, o compartilhamento de interesses, em larga escala.

O autor procura embasar suas conclusões no conceito de tecnosocialidade – relação entre tecnologia e sociedade, a partir de estudos feitos com movimentos sociais, e aponta o Greenpeace, como uma das fontes que melhor se utilizam da rede como espaço estratégico para a articulação e divulgação de suas ações.

Afirma o autor:

Existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalista e as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede [...]: ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço, a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações [...] (CASTELLS, 2000, p. 154).

O antropólogo argentino, Garcia Canclini (2007), também se apóia no conceito de tecnosocialidade para identificar quem são os novos sujeitos que estão se apropriando das redes mundiais, e sugere novos rumos para o exercício da cidadania.

No livro “Leitores, espectadores e internautas”, o autor considera que os usuários, da Web, são, na verdade, uma “extensão” dos “leitores” de jornais, revistas, etc., advindos do antigo sistema linear/analógico de informação, e que, no novo sistema, têm suas funções ampliadas para “espectadores” e “internautas”.

Em contrapartida, o autor atenta para a necessidade de que sejam identificados os reais benefícios das redes mundiais, no sentido de atender os interesses sociais, e levanta uma questão importante: “em tempos de globalização, interdependência mundial a pergunta não é como construir fronteiras impenetráveis,

¹² De acordo com Manuel Castells (2000), o Greenpeace é uma “organização altamente centralizada e uma rede mundialmente descentralizada, controlada por um conselho de representantes do país, um pequeno conselho executivo, e responsáveis regionais para a América do Norte, América Latina, Europa e região do Pacífico”.

mas como utilizar os recursos tecnológico-culturais para atender melhor às necessidades majoritárias e de diferentes grupos” (GARCIA CANCLINI, 2007, p. 87).

Entendemos que as idéias de Castells (2000) e Garcia Canclini (2007), embora não infiram diretamente sobre o nosso objeto de estudo, contribuam para ampliar a compreensão dos efeitos das tecnologias digitais para o surgimento de novos processos de sociabilidade e, também, de novas perspectivas nas relações entre jornalismo e sociedade.

Vale ressaltar que, no momento, porém, é do nosso interesse compreender – e, tão somente, sobre o plano teórico, como o modelo não-linear de produção e difusão da informação – que traz como consequência, a compressão do tempo e do espaço, está incidindo sobre a produção de notícias, colocando “em risco”, os princípios básicos do jornalismo: atualidade, periodicidade, universalidade, e difusão. E como esses fatores operam nas relações entre jornalistas e fontes de informação, questões que serão aprofundadas no item a seguir.

1.3.2 O tempo do jornalismo

O jornalista e pesquisador francês, Ignacio Ramonet (1999), foi um dos pioneiros a desconstruir o jornalismo da forma como este se apresenta, e a identificar as reais repercussões dos efeitos espaço-temporais, do novo modelo de transmissão não-linear, e “em tempo real”, sobre o modelo tradicional do jornalismo – baseado na linearidade da produção e difusão do noticiário.

O autor parte da premissa de que existe uma “contradição” histórica entre o tempo do jornalismo e o tempo político – fenômeno que se acentuou com o surgimento das tecnologias digitais, para explicar as razões que levam os jornalistas a cometerem tantos “erros” de cobertura. “Assim como o tempo político – deve ser lento para permitir que [...] a razão se imponha, assim o tempo midiático atinge o limite extremo da velocidade: a instantaneidade”.

Estudos sobre a cobertura das guerras do Golfo (1991), da guerra das Malvinas (1982), e de outros acontecimentos significativos, de alcance mundial, nas redes de TVs norte-americanas, concluíram que a colisão entre o tempo e o espaço da produção jornalística – decorrente do novo modelo de transmissão digital, é o principal responsável pelo caráter espetacular atribuído aos telejornais, nos últimos anos.

Em vez de a TV procurar mostrar uma política de idéias e de julgar as ações dos políticos, a vida política se tornou um entrechoque de homens ou de mulheres [...], quando o que conta é a própria pessoa, sua capacidade de convencer, seu caráter, seu domínio e não sua política. Sob este aspecto não há uma diferença entre um programa político e um programa de grande público, o que é julgado é a performance (RAMONET, 1999).

Estudos de Fausto Neto (1995) constataram a mesma tendência na imprensa brasileira.

Segundo este autor, na campanha presidencial, de 1994, que deu vitória ao candidato, Fernando Henrique Cardoso, a agenda jornalística, dos principais jornais e TVs no País, também foi construída a partir do uso de técnicas publicitárias. Estas tinham por objetivo “publicizar o noticiário, e conduzir a campanha em torno da performance dos candidatos – Lula e FHC”, do que, propriamente, no aprofundamento de projetos e perspectivas de longo prazo.

Todo o processo de construção e de transmissão do HEG¹³ girou em torno da performance do candidato diante das câmeras. Este fato tem uma repercussão muito importante nas maneiras como o chamado nicho político estrutura as novas formas de articulação com o discurso mediático para – ainda que diante das restrições legais – usufruir dos dispositivos de comunicação enquanto possibilidades de construção da política e particularmente dos seus produtos (FAUSTO NETO, 1995, p. 23).

Os estudos de Ramonet (1999) concluíram, também, que os altos índices de “erros” encontrados nas notícias sobre a guerra do Golfo, na imprensa norte-americana, marcam o início de uma mudança substantiva nas relações do jornalismo com a realidade/sociedade e, conseqüentemente, com a verdade. Estes fatos levaram o autor a profetizar o “fim do telejornal”, e a identificar a vulnerabilidade do jornalismo, enquanto campo profissional, segundo ele, em “vias de regressão”.

De acordo com os estudos, a “vítima”, o “salvador” e o “dignatário”, identificadas nos estudos sobre a cobertura da guerra do Golfo, são, na verdade, fontes/personagens criadas pelo jornalismo americano para “seduzir” a opinião pública, e vencer a concorrência, em tempos de globalização econômica, “superabundância de informação” e “convergência tecnológica”.

O autor destaca que o jornalismo, “em tempo real”, baseado no uso de técnicas publicitárias, associado à superabundância de informação, e a um mercado

¹³ O autor se refere ao Horário Eleitoral Gratuito nas TVs.

cada vez mais competitivo – característicos da globalização, é hoje, o principal responsável por uma das lacunas mais freqüentes do jornalismo: a incompreensão dos limites entre realidade e ficção, e como estes fatores colocam em risco, princípios básicos do jornalismo como a verdade, a liberdade, a independência.

Postman (1992), também considera a colisão entre a realidade e ficção¹⁴ - característica da era da globalização, a principal responsável por trazer à luz, um mundo distante e distorcido da realidade. Afirma o autor: “[...] as novas tecnologias mudam o que conhecemos como “conhecimento” e “verdade”: elas alteram aqueles hábitos de pensamento enraizados que dão a uma cultura o sentido daquilo que o mundo é – do que é a ordem natural das coisas, do que é razoável, do que é necessário, do que é inevitável, do que é real”.

Os estudos de Ramonet (1999) também constataram que a superabundância de informação¹⁵, associada à globalização dos acontecimentos, decorrentes das transmissões, em tempo real, na televisão, via de regra, induz o jornalismo a repetição, a contar sempre a mesma história, e a adotar, cada vez mais, estratégias publicitárias e técnicas de sedução, para atrair o público consumidor.

Os jornalistas se repetem, se imitam, se copiam, se correspondem e se misturam a ponto de não constituir mais do que um único sistema informacional, no seio do qual é cada vez mais árduo distinguir as especificidades de um meio tomado isoladamente. E o surgimento da internet reforçou ainda mais essa imbricação (RAMONET, 1999, p. 135).

Para Chaparro (2001) a “superabundância de informação” que acomete o jornalismo contemporâneo, é o resultado de um processo complexo de fusão entre democracia, mercado e tecnologia, fenômeno que se aprofundou a partir dos anos 70, dando origem a uma lógica de competição sustentada pela informação.

¹⁴ Chaparro (2001) defende que o jornalismo não pode transitar pela ficção. Como linguagem da atualidade, este tem de reconhecer que existe uma limitação imposta pelo dever de construir um discurso com base na verdade dos fatos. Tudo que o jornalismo relata deve ser verdadeiro, porque trata de temas relacionados à vida real de pessoas e instituições, de sociedades organizadas. A compreensão das limitações entre realidade e ficção, é a razão da força do jornalismo. Em síntese: “a veracidade do relato jornalístico responde ao pressuposto, estabelecido por compromisso socialmente partilhado, de que a notícia tem a confiabilidade da informação rigorosa, clara, atida aos fatos. E ordenada por critérios gerados em convicções éticas”.

¹⁵ Ramonet (1999) considera que “toda superinformação – acarreta quase que, automaticamente, uma desinformação”. Desinformar – que, em outras palavras, significa “cobrir uma mentira com a aparência de verdade”, com o objetivo de enganar o telespectador, tem sido uma técnica muito usada no novo modelo de jornalismo “direto e em tempo real”.

A globalização dos processos políticos, econômicos e sociais provocou o desaparecimento dos intervalos de tempo e distância, na difusão das notícias, subvertendo os conceitos de atualidade, proximidade, universalidade e periodicidade, características, básicas e constantes do jornalismo. A “notícia tornou-se o produto mais abundante da realidade global”.

Embora o novo modelo digital e, em tempo real, bem como seus efeitos sobre a produção e difusão das notícias, não infiram diretamente na análise dos nossos materiais, o mesmo é significativo à medida que contribui para compreendermos nosso objeto de estudo – a cobertura dos desmatamentos na Amazônia, como um fenômeno globalizado, e uma tendência que deverá se acentuar nas próximas décadas.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que o Jornal O Liberal é uma empresa que sempre esteve atenta aos avanços tecnológicos e editoriais, e conta com um parque industrial dos mais avançados, que pode ser comparado aos grandes jornais do eixo Rio-São Paulo.

A versão digital do jornal O Liberal mantém links e parcerias com diversos sites, blogs e colunas *on line* e, mais recentemente, está disponibilizando conteúdo aos seus assinantes, através de iPad (Apple), um dos mais avançados sistemas operacionais de acesso à informação.

2 O PERCURSO DAS FONTES

2.1 A BUSCA PELA LEGITIMAÇÃO

Vimos no Capítulo 1, que o jornalismo opera de acordo com fatores organizacionais e espaço-temporais de produção. Vimos, também, como as tecnologias digitais – ou o modelo não-linear, e em tempo real, ameaçam os princípios básicos do jornalismo, e de que maneira esses fatores repercutem nas relações com as fontes de informação.

Wolf (2005) considera que, embora as fontes de informação sejam determinantes na produção das notícias – no sentido de imprimir legitimidade aos acontecimentos, “elas continuam imprecisas na mitologia profissional, que tende a enfatizar o papel ativo do jornalista”.

Chaparro (2001) também considera que os estudos do jornalismo devem priorizar as relações entre jornalistas e fontes. Para este autor, a discussão tem sido “prejudicada por preconceitos como o de acreditar que a informação e a explicação da atualidade só podem ter o mérito da credibilidade se forem inteiramente produzidas nas redações”.

De acordo com Traquina (2005) a incompreensão sobre a dinâmica das relações entre fontes e jornalistas é um dos fatores que comprometem os avanços dos estudos de uma teoria da notícia, principalmente, no que tange à teoria do agendamento. Faltam elementos para explicar de que maneira se constroem as relações entre as três agendas que compõem a produção de notícias: a agenda jornalística, a agenda pública e a agenda política.

Entendemos que as considerações de Wolf (2005), Traquina (2005) e Chaparro (2001) animam à idéia de que os estudos sobre as relações entre jornalistas e fontes, podem se tornar mais produtivos se buscarmos compreender, alguns aspectos, de forma mais abrangente: O que são fontes hoje? Como se estruturam? E qual o papel que estas desempenham no processo noticioso? e quais os fenômenos decorrentes?

Embora Gaye Tuchman (1977) tenha comprovado, em primeira instância, a importância das fontes de informação para a construção das notícias, entendemos que as sementes das relações, entre meios de comunicação e sociedade, tenham

sido lançadas, nas décadas de 40 e 50, com o surgimento dos estudos dos efeitos limitados.

Os estudos dos efeitos limitados¹⁶ previam que a influência dos media “deriva mais das características do sistema social a eles circundante do que do conteúdo que difundem”. E que: “[...] para compreender as comunicações de massa, é necessário focalizar a atenção num âmbito social mais amplo em que elas agem e de que fazem parte” (LAZARFELDT, 1944 apud WOLF, 2005).

Os estudos sobre fenômenos sociais “mais amplos” – característicos da teoria dos efeitos limitados, tais como, a estratificação da audiência¹⁷, a partir da propaganda no rádio e, posteriormente, a descoberta dos “líderes de opinião”¹⁸, contribuiriam, mais tarde, para os estudos sobre as fontes de informação no campo do jornalismo.

À luz da teoria dos efeitos limitados os líderes de opinião “representam a parte da opinião pública que tenta influenciar o resto do eleitorado e que mostra uma reação e uma resposta mais atenta aos eventos” – nesse caso, a campanha presidencial americana de 1940 (WOLF, 2005).

O processo de investigação para avaliar a capacidade de influência dos líderes de opinião, nas orientações de voto, utilizaram algumas variáveis tais como: status socioeconômico, profissão, religião, e outros fatores culturais e intelectuais, extraídos dos “discursos, eventos, documentos escritos, as discussões, que integram todo o material de propaganda” da campanha (LAZARFELD-BERELSON-GAUDET, 1944 apud WOLF, 2005).

¹⁶ Se a teoria hipodérmica falava de manipulação, por meio da propaganda, e a teoria psicológico-experimental ocupava-se de persuasão, a “teoria dos efeitos limitados” ocupa-se da influência, e não apenas da exercida pela mídia, mas daquela que flui dos relacionamentos interpessoais na comunidade, da qual as comunicações de massa são apenas um componente, uma parte (WOLF, 2005).

¹⁷ A teoria dos efeitos limitados atribui um caráter prático-aplicativo aos fenômenos sociais. Estuda a dinâmica dos processos de formação das opiniões públicas – estratificação da audiência, no consumo da propaganda no rádio, de acordo com o contexto em que estes se inserem. O estudo de Lazarsfeld (1940) *Radio and the Printed Page. An Introduction to the Study of Radio and Its Role in the Communication of Ideas*, é a mais importante referência no campo desses estudos. A pesquisa financiada pela Rockefeller Foundation analisa o papel da propaganda no rádio em relação a diversos tipos de público, buscando correlacionar as características dos destinatários, com as dos programas preferidos pelo público e os motivos pelos quais a audiência ouve esses programas em vez de outros. (WOLF, 2005).

¹⁸ Os líderes de opinião são descobertos através do estudo *The People's Choice. How the Voter makes up his Mind in a Presidential Campaign* (LAZARFELD-BERELSON-GAUDET, 1944). Os autores procuram identificar os motivos e modalidades com que se formam as opiniões públicas durante a campanha presidencial de 1940, numa comunidade do estado Ohio (Eric County) (WOLF, 2005).

Estudos realizados posteriormente, envolvendo o jornalismo e as fontes de informação, também se basearam em critérios semelhantes aos que foram utilizados no processo para avaliação dos “líderes de opinião”, no âmbito dos estudos dos efeitos limitados.

Gans (1979) examinou como se deu a cobertura da Guerra do Vietnã, na imprensa norte-americana. As fontes foram avaliadas e categorizadas, de acordo com alguns critérios tais como: status profissional e intelectual, e também, de acordo com as instituições as quais estas fontes aparecem vinculadas.

Mas o que são fontes jornalísticas, e qual a sua função e importância no sentido de explicar a complexidade dos fatos contemporâneos?

De acordo com Traquina (2005), “fonte de informação, pode ser potencialmente qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha, de determinado acontecimento ou assunto”.

Para Sousa (2005) fonte “é toda e qualquer entidade que possua dados susceptíveis de serem usados pelo jornalista no seu exercício profissional”. [...] O que é certo é que as fontes situam-se “no coração do jornalismo”, afirma o autor.

Gans (1979), também, enfatiza a importância das fontes legitimadas na construção das notícias. Fontes são “todas as pessoas que o jornalista observa ou entrevista [...] e as que fornecem apenas as informações de base ou as ocasiões para esta notícia [...] enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros sectores da sociedade” (apud Wolf, 2005).

O pesquisador norte-americano foi o pioneiro a categorizar e a identificar os critérios de relevância, utilizados pelos jornalistas, para avaliar as fontes de informação.

A análise da cobertura jornalística da Guerra do Vietnã, nas redes de TV, CBS, NBC, revistas *Time* e *Newsweek*, identificou a existência de três categorias de fontes: Institucionais; Oficiais ou estáveis; Provisórias. Os principais atributos levados em consideração, pelos jornalistas, no processo de avaliação das fontes, foram: Oportunidade antecipada/revelada; Produtividade; Fidedignidade; Confiabilidade e Responsabilidade.

Os estudos de Gans também concluíram que os veículos estudados adotaram determinadas estratégias com o objetivo de privilegiar as fontes oficiais, representadas pelas altas hierarquias do Pentágono e da Casa Branca, e demais instituições nacionais e estrangeiras, favoráveis à realização da guerra.

Sobre a predominância das fontes oficiais, na cobertura da Guerra do Vietnã, Gans concluiu que: “Para prevenir o caos, a aplicação dos critérios relativos às notícias requer consenso entre os jornalistas e, sobretudo, uma organização hierárquica em que àqueles com mais poder possam impor sua opinião sobre os critérios relevantes para uma determinada notícia” (apud WOLF, 2005).

Wolf (2005) procura explicar por que as fontes oficiais ou estáveis – ou as que ocupam posições institucionais de autoridade, correspondem melhor do que outras, aos procedimentos de rotina dos meios de comunicação: “Pressupõe-se que as fontes estáveis são mais confiáveis porque não podem permitir-se mentir abertamente e, também, são consideradas mais persuasivas em virtude de as suas ações e opiniões serem oficiais” (GANS, 1979 apud WOLF, 2005).

De acordo com Traquina (2005) os critérios mais relevantes, do ponto de vista organizacional, e da própria cultura jornalística, que devem ser levados em consideração, pelos jornalistas, na seleção das suas fontes, são:

1) Autoridade de posição: a “autoridade” da fonte é um critério fundamental para a comunidade jornalística; “quanto mais prestigioso for o título ou a posição da fonte, maior será a confiança das pessoas na sua autoridade.

2) Produtividade: este é o critério mais importante para que as fontes obtenham maior acesso às notícias; a produtividade não está associada, tão somente, à quantidade e a qualidade de materiais que uma fonte é capaz de fornecer, mas, também, à necessidade que os jornalistas têm de limitar o número de fontes a serem consultadas, para evitar custos demasiado elevados e prazos, demasiado dilatados (WOLF, 2005).

3) Credibilidade: está associado à fidedignidade; trata-se de uma confiança que as fontes institucionais vão adquirindo aos poucos, e com o tempo, até se tornarem estáveis nos procedimentos de rotina. As fontes que, em certas ocasiões, forneceram materiais credíveis têm boas probabilidades de se transformarem em fontes regulares (WOLF, 2005).

Sousa (2005) sugere que se acrescente, aos critérios de avaliação das fontes, o item “representatividade”¹⁹, fator este, relacionado ao número de pessoas que uma fonte legitimamente representa.

¹⁹ De acordo com o autor “as fontes humanas devem ser escolhidas pela sua qualificação para falar sobre algum assunto, pela sua competência e credibilidade, pela oportunidade e pertinência do contacto e, obviamente, pela sua disponibilidade para falarem com os jornalistas (SOUSA, 2005).

Uma fonte que só se representa a si mesma poderá não ser tão boa quanto uma fonte que representa várias pessoas [...]. De qualquer maneira, o princípio é o de que quanto mais pessoas uma fonte representar maior acesso deve ter aos órgãos de informação. No caso de uma campanha cívica, por exemplo, todos os líderes “são representativos” (SOUSA, 2005, p. 55).

Berger (1998) assinala que a credibilidade não pode ser considerada, tão somente, um atributo utilizado para a seleção e validação das fontes de informação. A credibilidade é, sobretudo, o capital do jornalista, um dos fatores que prepondera nas relações entre o profissional e o seu público leitor.

A credibilidade é construída [...] assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com a persuasão, pois no diálogo com o leitor, valem os ‘efeitos de verdade, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas (BERGER, 1998, p. 30).

Chaparro (2001) considera que a credibilidade do jornalismo está diretamente ligada à confiabilidade de suas fontes. Para tanto, é necessário que o outro lado do processo noticioso, o lado das fontes, enquanto produtoras da ação, “esteja recheado de competência técnica e inquietação [...] criatividade e lucidez crítica, sem as quais, a construção do relato e da análise da atualidade, fracassarão”.

De acordo com essa concepção, as fontes “tornaram-se entidades organizadas, interessadas e preponderantes, mesmo quando não aparecem, mas agem politicamente, habitualmente nas reportagens de denúncia, nas quais, com freqüência, as informações decisivas têm origem anônima”.

Henn (1996) também se refere à importância das fontes institucionais para a organização e sistematização da pauta, já que é nesta etapa, que são feitas as previsões dos recursos humanos e financeiros da cobertura, a seleção das fontes, principalmente.

A pauta prevê, inclusive, as fontes mais acessíveis e as que podem tanto fornecer o maior número de informações possíveis, como as que têm condições de contextualizar os acontecimentos, interpretando-os. Para se ter um fluxo constante e seguro das notícias, geralmente privilegiam-se as fontes que satisfazem essas exigências, ou seja, as institucionais e as encarnadas nas assessorias de imprensa e agências (HENN, 1996, p. 81).

Notamos até aqui, que a predominância das fontes oficiais na produção de notícias, é uma tendência que tem se mantido estável, ao longo de décadas, nos estudos do jornalismo, tanto no que se refere aos temas políticos - conforme os estudos de Ramonet (1999)²⁰, e Fausto Neto (1995), assunto abordado no Capítulo 2, como, também, nos temas sociais mais amplos e de alcance global, como a AIDS, o meio ambiente.

Estudo comparativo sobre a cobertura da AIDS, do português Nelson Traquina (2005), realizado em Portugal, Inglaterra e Estados Unidos, constatou que, entre os anos de 1985 e 1989, mais de 60% das notícias publicadas na imprensa portuguesa, privilegiavam as fontes oficiais – governo, agência governamental, entre outras, muito embora esse índice tenha diminuído gradativamente. Entre 1989 e 1991, o peso das fontes oficiais caiu cerca de 8%, em relação à primeira fase dos estudos. Em âmbito global, as fontes oficiais são o principal ator em 63% das notícias examinadas.

Os estudos dos britânicos Miller e Williams (1993), também, sobre a cobertura da AIDS, identificaram índices semelhantes a estudos anteriores, sobre o uso das fontes oficiais. “[...] embora as vozes alternativas consigam fazer-se ouvir”, os autores concluem: “Nós não discordamos de que as fontes poderosas jogam um papel crucial no resultado final dos mídia noticiosos” (apud TRAQUINA, 2005).

Estudos sobre o meio ambiente também revelam que o uso das fontes oficiais tem se mantido estável. Pesquisas de Sood, Stockdale e Rogers (1987) envolvendo um desastre natural, nos EUA, concluíram que: “as fontes oficiais abrangem 78% do total de fontes entrevistadas, sendo que este mesmo padrão de dependência em fontes oficiais tem se mantido para as notícias sobre desastres naturais” (apud TRAQUINA, 2005).

No Brasil, estudo pioneiro realizado por Ramos (1995), sobre a cobertura da Conferência do Rio de Janeiro, a Rio-92, nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, TV Globo e na extinta TV Manchete, também identificaram que houve uma predominância das fontes oficiais no noticiário.

O autor concluiu que: “considerando-se que as notícias de fontes internacionais reproduzem, em sua maioria, o que é dito por governos estrangeiros,

²⁰ Os estudos de Ramonet (1999), sobre a cobertura da guerra do Golfo, nas TVs norte-americanas também comprovaram que as fontes oficiais, representadas, nesse caso, pelos militares, mantiveram o total controle da informação, na agenda dos telejornais.

podemos afirmar que as fontes governamentais (nacionais e estrangeiras) estão presentes em mais da metade das matérias publicadas” (RAMOS, 1995).

Wolf (2005) tomou por base os estudos de Gans (1979), para defender que o acesso das fontes aos meios de comunicação, não se dá de forma casual ou arbitrária. As fontes são essenciais para o funcionamento dos meios de comunicação, porque refletem de um lado, a estrutura social e de poder existentes e, por outro, organizam-se de acordo com os procedimentos produtivos.

Na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem num sistema que se assemelha mais a um jogo de puxar a corda do que a um organismo funcional inter-relacionado. [...] As competições para ver quem consegue puxar a corda para o seu lado são resolvidas com a força: e as notícias são entre coisas, “o exercício do poder sobre a interpretação da realidade (SCHLESINGER, 1972; GANS, 1979 apud WOLF, 2005, p. 234).

A lógica que existe por trás da rede noticiosa pressupõe a compreensão das relações entre fontes e jornalistas a partir de três eixos: 1) Da seriedade que existe na relação entre ambos os campos; 2) Do investimento que é feito no cultivo das fontes; e 3) Dos critérios de avaliação que os jornalistas utilizam na sua interação com os diversos agentes sociais.

De acordo com a teoria etnoconstrutivista as relações entre os jornalistas e as fontes oficiais, são “simbióticas”, o que significa que um não sobrevive sem o outro; ambos os agentes se beneficiam dessa “troca”. Os benefícios para os jornalistas são: 1) A eficácia; 2) Uma autoridade que valida a notícia. Para as fontes oficiais os benefícios são: 1) A publicização dos seus actos; 2) Saliência social; 3) O reforço da sua legitimidade.

Vimos anteriormente que os estudos de Gans constataram a predominância das fontes oficiais durante toda a cobertura da guerra do Vietnã. Por outro lado, os mesmo estudos também levantaram algumas “distorções” significativas, no que se refere àquelas fontes que não tiveram acesso aos jornalistas; ou, por serem contrárias à guerra, ou por não atenderem aos requisitos organizacionais das redações. As fontes contrárias, excluídas do processo da cobertura, eram descritas como “inimigas” pela imprensa americana, enquanto os protestos eram tratados como notícias de “desordem social” (WOLF, 2005).

Tuchman (1977) também levantou distorções no uso das fontes na imprensa norte-americana. A autora concluiu que o acesso aos meios de comunicação é um

“recurso estratificado socialmente”, e que não houve uma continuidade de contatos com os jornalistas. Segundo a autora é a partir dessa continuidade que se estabelece a credibilidade de uma fonte (Apud TRAQUINA, 2005).

Berger (1998) que examinou como se deu o acesso do Movimento dos Sem Terra (MST), do Rio Grande do Sul, no Jornal Zero Hora, concluiu que os impasses decorrentes da exclusão de determinadas fontes, na produção de notícias, são de responsabilidade dos próprios jornalistas.

A autora parte da premissa de que existe uma predisposição histórica do texto jornalístico para a incorporação de múltiplas vozes.

A coexistência em qualquer situação textual de uma pluralidade de vozes que não se fundem em uma consciência única, mas, ao contrário, em diálogo e em confronto, geram algo além delas próprias. As vozes que compartilham um território textual provem de sujeitos socialmente constituídos e inseridos em condições de produção concretas. É este o sentido plural e negociado do discurso jornalístico que se encontra na especificidade de sua condição de produção (BERGER, 1998, p. 198).

A falta de acesso e a exclusão de determinadas fontes de informação, no processo noticioso, tornou-se o foco dos estudos do jornalismo, nos últimos anos, assunto que trataremos a seguir.

2.2 A SOCIALIZAÇÃO DAS NOTÍCIAS

Vimos no Capítulo 2, que as notícias são o resultado de um processo, cada vez mais negociado, entre jornalistas e fontes. Enquanto, por um lado, jornalistas operam de acordo com suas estratégias organizativas, as fontes de informação, estão cada vez mais estrategicamente capacitadas, para imprimir ações com alto grau de noticiabilidade.

A organização das fontes para se enquadrarem aos fatores organizacionais, e às rotinas de produção é um fenômeno que se desencadeou, a partir da década de 70, com a emergência dos movimentos sociais. “Ao final dos anos 60, um período de conflitos, tensões políticas e crise econômica contribuiu para tornar a estrutura social fundamentalmente vulnerável e permeável à comunicação dos meios de massa (CAREY, 1978 apud WOLF, 2005).

Para Chaparro (2001), a capacitação das fontes de informação foi a maior revolução ocorrida no jornalismo nas últimas décadas.

A mais importante modificação ocorrida nos processos jornalísticos nos últimos quarenta anos foi [...] a organização e a capacitação discursiva das fontes interessadas, produtoras e controladoras de acontecimentos, revelações e falas que alteram, explicam ou desvendam a atualidade. Elas produzem e controlam as informações que interessam ao jornalismo, e hoje fazem isso estrategicamente, como forma competente de agir e interagir no mundo (CHAPARRO, 2001, p. 30).

Pesquisas feitas pelo autor sobre o processo de evolução de algumas fontes no Brasil, com base nos avanços democráticos e na expansão tecnológica, das últimas décadas, é, hoje, a principal referência nos estudos sobre fontes de informação.

O trabalho é o resultado de mais de uma década de pesquisas, realizadas pelo autor, sobre o processo de legitimação das fontes no Brasil, que teve início nas assessorias de imprensa, e posteriormente, junto ao Movimento dos Sem Terra, no auge de seu processo de legitimação midiática.

A investigação integra um projeto maior, denominado “Revolução das fontes”²¹ – ainda em andamento, e cujos levantamentos e constatações levaram o autor a identificar o jornalismo como “linguagem dos conflitos”²², em reconhecimento à contribuição da teoria da complexidade, do filósofo francês, Edgar Morin.

Há quase duas décadas, Morin (1990) procura entender as relações entre o jornalismo e as ciências sociais. Para o autor o acontecimento jornalístico²³ contribui

²¹ Em entrevista ao site Comunique-se, no dia 29/04/05, o autor procura explicar por que utiliza o termo Revolução das Fontes. Esta “é uma denominação que identifica a capacitação que as fontes adquiriram nas últimas décadas, para interferir decisivamente no processo jornalístico. Elas propõem pautas, produzem acontecimentos, desenvolvem temas, geram conteúdos irrecusáveis, dominam os segredos da linguagem jornalística - e fazem isso com enorme competência. Em muitos aspectos, uma competência mais desenvolvida que a das redações” Disponível em: <<http://www.comunique-se.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

²² Chaparro (2001) baseia-se na premissa de que o “conflito faz parte da natureza humana” e, portanto, está no coração das notícias. Nas democracias, o jornalismo, tornou-se o espaço público dos confrontos discursivos envolvendo interesses sociais, políticos, econômicos. Enquanto os relatos jornalísticos são o instrumento mais apropriado para tratar dos confrontos da vida real, na defesa de poderes, princípios, idéias, crenças, espaços, bens, lucros, direitos, emoções, preferências, gostos, ambições ou tendências com determinantes contrários.

²³ De acordo com Edgar Morin (1990) “o acontecimento é tudo o que não se inscreve nas regularidades estatísticas [...] porque ele é o novo, isto é, a informação, no sentido em que a informação é o elemento novo de uma mensagem. O acontecimento-informação é, em princípio, desestruturante (e a grande imprensa mostra todos os dias um mundo desestruturado [...]), e a este título, a informação, é o que perturba os sistemas racionalizadores que se esforçam por manter uma

para instrumentalizar o campo de estudos da “sociologia ensaística” – ciência que busca explicar os fenômenos sociais, de acordo com as tendências em vigor.

Sob a perspectiva da teoria da complexidade o jornalismo deve ser compreendido como uma prática social inter e multidisciplinar, sustentado por meio de duas vertentes:

1) É uma linguagem e um ambiente que a sociedade organizada utiliza para expressar e ajustar discursos conflitantes do tempo presente;

2) É um processo de alta complexidade, carregado de contradições e complicações, ações e interações. Diante dessa perspectiva, as fontes de informação se transformam em “sujeitos discursivos, que agem de forma estratégica, por meio de acontecimentos, atos, falas, e/ou silêncios [...] produzem colisões transformadoras (sociais, culturais, políticas, econômicas, religiosas [...])” (CHAPARRO, 2001).

O autor codificou as fontes de informação, em sete categorias, utilizando critérios profissionais e institucionais:

1) Fontes Organizadas: são empresas e/ou instituições de todos os tipos com capacidade de produzir fatos e falas noticiáveis. Capazes, portanto, de utilizar a linguagem jornalística e o espaço público em que o jornalismo se transformou, e com capacidade para realizar e socializar intervenções discursivas na sociedade. Caracterizam-se pela competência profissional adquirida para lidar com o jornalismo, tanto no que se refere às técnicas da linguagem quanto ao potencial transformador e difusor do Jornalismo. Nesse processo entram os sujeitos sociais que, com vigor institucional, agem e interagem nos espaços e nas dinâmicas da democracia, tanto nos formatos representativos quanto nos formatos participativos. E como isso se dá em cenários de conflitos (políticos, econômicos, ideológicos, culturais, religiosos, científicos, ético-morais etc.), o recurso à ferramenta jornalística da denúncia e cada vez mais freqüente;

2) Fontes Informais: são aquelas que, de modo geral, não têm nem identidade nem atuação institucional. E como pessoas, apenas como pessoas, tornam-se protagonistas da narração jornalística, falando apenas por si. Em boa parte das situações, elas aparecem nos conflitos narrados como vítimas ou

testemunhas dos fatos da atualidade, em especial aqueles que mais fortemente geram efeitos sociais;

3) Fontes de Referência: são pessoas sábias ou instituições que detêm conhecimento reconhecido e socializável, indispensável ao entendimento mais complexo dos acontecimentos da atualidade;

4) Fontes de Aferição: são aquelas em que, por sua qualificação especializada ou pelo grau de conhecimento em determinados temas e cenários da atualidade, e por sua independência e honestidade, são consideradas confiáveis para a aferição das revelações jornalísticas, tendo em vista o dever da veracidade que o Jornalismo tem para com a sociedade;

5) Fontes Aliadas: são os informantes particulares dos jornalistas (repórteres, pauteiros, editores, colunistas, editorialistas [...]), com os quais se estabelece uma relação de confiança recíproca;

6) Fontes Documentais: como o nome já sugere, são documentos, sigilosos ou não, mas preferencialmente inéditos, que contenham estudos, diagnósticos, avaliações, estatísticas e/ou denúncias relevantes, desde que carreguem consigo, como condição de qualidade, a respeitabilidade da instituição ou da pessoa de origem;.

7) Fontes Bibliográficas: são livros, teses, *papers* e outras formas de produção científica, técnica e/ou cultural que possam dar consistência e referenciais tanto à narração quanto à argumentação jornalística (Material enviado, em primeira mão, para esta pesquisadora, no dia 14 de maio de 2009).

Entendemos que o modelo acima é significativo à medida que nos fornece um panorama sobre como estão sendo construídas as relações entre jornalistas e fontes, podendo contribuir para uma melhor compreensão do nosso objeto, e na análise dos nossos materiais.

Por outro lado, partilhamos com a idéia de que a categorização das fontes, de acordo com sua área de atuação, e capacidade de produzir ações com alto teor de visibilidade, contribui para sistematizar as práticas jornalísticas e, também, para ampliar a capacidade do jornalista, de confrontar opiniões, interesses, de identificar prioridades e consensos.

Nossa pesquisa pretende percorrer um caminho semelhante ao modelo apresentado: identificar quem são, e o lugar de onde falam as fontes, que compõem a cobertura dos desmatamentos na Amazônia.

3 JORNALISMO AMBIENTAL: JORNALISTA DO PRESENTE

3.1 O QUE É “SABER AMBIENTAL”?

Vimos no Capítulo 2, que o campo jornalístico enfrenta desafios teóricos e metodológicos, no seu processo de legitimação e, na busca de uma maior autonomia profissional.

No campo do jornalismo ambiental, pesquisas apontam que os problemas são mais profundos e complexos, porque colocam em questão, a capacidade do profissional para compreender e internalizar as atuais demandas, e a visão de que os fatos ambientais se globalizaram e estão cada vez mais interdependentes entre si.

Bueno (2007) assinala alguns obstáculos que movem a construção e delimitação do jornalismo ambiental. Segundo o autor, os problemas do jornalismo ambiental decorrem, em grande medida, do choque de temporalidades entre o “saber ambiental” – que compreende a totalidade do saber; e o sistema fragmentado e desconectado da produção jornalística, que tem como princípio, a distribuição e segmentação das matérias em editorias e cadernos especializados.

Estudos realizados há quase uma década, no Brasil, comprovam que o tempo e o espaço de produção, entre ciência e jornalismo, são incompatíveis, e que, esse fato, dificulta a realização de pesquisas envolvendo a interdependência entre ambas as áreas. Enquanto por um lado, “a produção de um trabalho científico é resultado não raro de anos de investigação, e que normalmente encontra amplos espaços para publicação nas revistas especializadas, a produção jornalística é rápida e efêmera, e esbarra em espaços cada vez mais restritos, e, portanto, deve ser enxuta, sintética” (OLIVEIRA, 2005).

Para Bueno (2007), além da incompatibilidade espaço-temporal com a ciência, o jornalismo ambiental, também, se depara com a incompreensão do conceito de meio ambiente, como um sistema inter e multidisciplinar, que requer conhecimentos, que vão muito além do tradicional “saber jornalístico”, ensinado, hoje, nos meios acadêmicos.

Enquanto por um lado, o “saber jornalístico” compreende um conjunto de conhecimentos, habilidades e funções inerentes ao campo profissional, que determinam as linguagens, formatos e os enquadramentos mais adequados na

produção do noticiário; a construção do “saber ambiental” compreende, por sua vez, um conjunto de conhecimentos científicos, tradicionais, valores e experiências.

Leff (1995) defende que:

A compreensão e a ação sobre a questão ambiental requer um enfoque holístico e uma abordagem epistemológica que permitam apreender a convergência de diferentes processos (ecológicos, produtivos, tecnológicos, culturais, econômicos e políticos) requerendo assim, a articulação de diferentes saberes, ciências e disciplinas (p. 11).

Estudos recentes dão conta de que a construção do saber ambiental - dada a complexidade dos seus objetos, requer a análise dos fatos de acordo com duas perspectivas distintas e que, ao mesmo tempo, são interdependentes entre si.

Para uma compreensão mais abrangente da questão, devemos levar em consideração:

a) Que os temas ambientais estão em permanente construção e que variam de acordo com o contexto socioambiental de cada país, ou região, como também dos métodos, normas e leis, empregados na exploração dos recursos. Bacchetta (2008) assinala que “[...] as metas de um projeto, as tecnologias mais apropriadas, os mecanismos de decisão e de gestão, a relação entre empresas, comunidades locais e governos, não podem ser reduzidos a uma receita única, devem ajustar-se às condições de cada lugar e atender às necessidades e aspirações dos mais atingidos”. Tradução nossa.

b) Que os problemas ambientais, por mais localizados que se apresentem, são parte integrante de um fenômeno global, cujas raízes estão associadas a uma crise ambiental mundial, que se aprofundou a partir da década de 70, quando os movimentos ambientalistas passaram a operar, mais intensivamente, em âmbito global, imprimindo um novo tom aos debates. No Capítulo 2, Castells (2000), assinala a importância dos movimentos sociais e o papel das tecnologias de informação para a evolução e globalização dos problemas ambientais, e levanta alguns pressupostos sobre como está ocorrendo o processo.

De acordo com Capra (1982) a crise ambiental do mundo moderno vai muito além dos atuais pressupostos que se apresentam. É uma crise de dimensões “intelectuais”, “morais” e “espirituais”, que requer revisões profundas nas teorias de desenvolvimento, fundamentadas na histórica divisão entre homem e natureza.

Há quase três décadas, o autor já descrevia o momento de conflitos e incertezas, ao qual estava submetida a humanidade, em decorrência da exploração desordenada dos recursos naturais.

Um estado de crise complexa e multidimensional envolvendo múltiplos aspectos [...] como a saúde e o modo de vida, com a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, com a economia, a tecnologia e a política. A abrangência dessa crise requer obrigatoriamente uma abordagem inter e multidisciplinar no que se refere as teorias de desenvolvimento (CAPRA apud SOUZA, 2002, p. 28).

Entendemos que a compreensão da crise ambiental, se torna ainda mais complexa, quando associada às tecnologias de informação digitais, enquanto espaço para a ampliar os debates em âmbito mundial.

Mas o que é meio ambiente, e como este deve ser tratado pela imprensa na era do jornalismo globalizado, e em tempo real?

3.1.1 Desvendando conceitos

De acordo com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (1972), o meio ambiente é um sistema complexo que atua na interface com a quase totalidade de disciplinas, e cujo futuro depende, em grande medida, da conscientização humana quanto ao manejo dos recursos naturais, e quanto ao uso da ciência e da tecnologia, em favor do bem comum.

O Relatório de Brundtland (1991), também denominado “Nosso futuro comum”, define o meio ambiente como “o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de produzir efeitos diretos ou indiretos, em curto e longo prazo, sobre os seres vivos e as atividades humanas” (PESTANO, 2008).

De acordo com estudos realizados, mais recentemente, no campo da Ecologia, “um novo paradigma aponta para a compreensão do meio ambiente como sistema aberto, complexo e dinâmico, por meio do qual os problemas ambientais, longe de serem localizados e delimitados, são ao contrário, transfronteiriços, e não podem, portanto, ser circunscritos a partir de limites estabelecidos politicamente” (SOUZA, 2002).

À luz dos princípios do jornalismo ambiental o conceito de meio ambiente mais apropriado no sentido de atender às necessidades e complexidades dos problemas atuais, deve transcender a visão reducionista, baseada no binômio fauna e flora, e se expandir na direção das interações sociais (BUENO, 2007).

Sob a égide do paradigma sistêmico, a natureza, a sociedade e a cultura, não podem ser tratadas como sistemas isolados, mas sim, como partes integrantes de um mesmo ecossistema, que interagem entre si permanentemente.

Meio ambiente é o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas [...] que não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.) (BUENO, 2007, p. 33).

Pestano (2008) segue essa mesma linha de raciocínio, e procura ir além. Defende que o conceito de meio ambiente mais apropriado, para fazer avançar os estudos do jornalismo, não pode se restringir em explicar as relações entre natureza, sociedade e cultura, mas, também, as relações que temos com nós mesmos, de modo particular, com o meio em que vivemos.

Temos que ver o meio ambiente não somente como o impacto que o homem ocasiona a flora e a fauna, como também os impactos que ocasionamos a nós mesmos. [...] Acaso nossa conduta depredadora em nossa vida cotidiana não ocasiona dano, impacto e contaminação ambiental? [...] Nossas relações interpessoais também fazem parte do meio ambiente. Analfabetismo, desemprego, violência são atitudes depredadoras (PESTANO, 2008, p. 34). Tradução nossa.

Vimos no início deste Capítulo, que o conceito de desenvolvimento sustentado é outra questão que permanece incompreendida, por grande parte dos jornalistas ambientais.

Os pressupostos teóricos acerca das relações entre globalização tecnológica e meio ambiente pressupõem que o conceito de desenvolvimento sustentado deva ser compreendido de acordo com alguns fatores internos que o determinaram:

1) Trata-se de uma proposta que está cada vez mais distante de atingir um patamar consensual, porque envolve múltiplos interesses, e sujeitos que, em na sua grande maioria, atuam em lados totalmente opostos, entre ricos e pobres;

2) Que o conceito varia de acordo com o contexto político, social e ambiental, e com os modelos de apropriação e exploração dos recursos naturais, próprios de cada país, ou região; e

3) Que esta é uma proposta surgida nos grandes eventos internacionais, capaz de produzir efeitos políticos, econômicos, sociais, ambientais, em larga escala. .

O Relatório de Brundtland (1991), da Comissão das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, define desenvolvimento sustentável como sendo aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991 apud SOUZA, 2002).

De acordo com Nosty (2008) a nova concepção mundial para o uso dos recursos naturais determina que devemos combater os modos de consumo desenfreado e o desperdício, reequilibrar a riqueza disponível no planeta, e usar os recursos não-renováveis, de forma mais equitativa e inteligente.

Souza (2002) considera que a proposta do desenvolvimento sustentado foi mais uma resposta aos efeitos do crescimento econômico desordenado, cujos debates se intensificaram, a partir das décadas de 60/70, com a Conferência de Roma²⁴, que se tornou conhecida em 1972, com a publicação do Relatório, Os Limites do Crescimento, documento preparatório para a Conferência sobre “desenvolvimento humano”, realizada em Estocolmo, também neste mesmo ano.

As preocupações em torno das possibilidades de esgotamento dos recursos naturais, resultantes da Conferência de Roma e de Estocolmo, atentaram, pela primeira vez, para a importância de integrar as necessidades sociais e ecológicas, à dimensão econômica do desenvolvimento mundial, na busca de resultados mais equitativos e com menos danos ao meio ambiente.

²⁴ O Relatório Os Limites do Crescimento foi elaborado por uma equipe do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), contratada pelo Clube de Roma, e chefiada por Dana Meadows. O relatório, que ficaria conhecido como Relatório do Clube de Roma ou Relatório Meadows, trata de problemas cruciais para o desenvolvimento da humanidade tais como energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia que vendeu mais de 30 milhões de cópias em 30 idiomas, tornando-se o livro sobre ambiente mais vendido da história. Utilizando modelos matemáticos, os técnicos do MIT chegaram a conclusão de que o Planeta Terra não suportaria o crescimento desordenado devido à pressão gerada sobre os recursos naturais e energéticos e ao aumento da poluição, apesar dos avanços tecnológicos. O MIT, é um centro universitário de educação e pesquisa privado localizado em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos e um dos líderes mundiais em ciência e tecnologia.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_de_roma>. Acesso em: 1^o nov. 2010.

A Conferência do Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro – a Rio-92 e, posteriormente, a Rio+10, realizada, em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, foram decisivas no sentido de aprofundar os debates em torno do que é sustentabilidade, bem como intensificar parcerias e ações entre países, na defesa de um planeta mais sustentável.

A Agenda 21 – documento oficial da Rio-92, estabelece que todo país tem o compromisso de refletir – global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade, poderiam cooperar, no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais. O documento exige a reinterpretação do conceito de progresso, com o objetivo de contemplar uma maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo a qualidade das relações entre homem e meio ambiente, e não apenas a quantidade do crescimento.

A Agenda 21 brasileira, aponta como prioridades os programas e ações de inclusão social (com o acesso de toda a população à educação, saúde e distribuição de renda), a sustentabilidade urbana e rural, a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável. Todavia, o ponto-chave dessas ações, de acordo com o documento, é o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis que visem combater a cultura do desperdício²⁵.

Vimos até aqui que, sob o foco da sustentabilidade, os modelos de desenvolvimento devem ser analisados e interpretados sob a perspectiva inter e multidisciplinar, tendo sempre em consideração que a dimensão econômica não pode vir desvinculada das questões políticas, sociais e ecológicas.

Bacchetta (2008) sustenta que:

a) A dimensão ecológica implica em preservar e potencializar a diversidade e complexidade dos ecossistemas, sua produtividade, os ciclos naturais e a biodiversidade para garantir a sobrevivência física e cultural das comunidades, sobretudo dos países mais pobres;

b) A dimensão social consiste em reconhecer o direito a um acesso equitativo aos bens ambientais para todos os seres humanos, em termos mais abrangentes, tanto entre gêneros como entre culturas;

²⁵ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21>. Acesso em: 23 dez. 2009.

c) A dimensão econômica busca definir as novas atividades econômicas a partir de unidades de produção locais e diversificadas, adaptadas às características dos ecossistemas para que estes sejam usados de forma sustentável;

d) A dimensão política requer a participação direta das pessoas na tomada de decisões, no processo de desenvolvimento, na definição de seu futuro e na gestão dos bens ambientais através de formas de governo descentralizadas e democráticas. Tradução nossa.

Dutra (2005) chama a atenção para a multiplicidade de sentidos e interpretações que circundam o conceito de sustentabilidade, tendo por base Redclif (1987). O autor mapeou mais de cem versões para o termo, o que resultou na publicação do livro *“Sustainable development, exploring the contradictions”*.

Dutra (2005) procura resgatar a importância social do conceito de sustentabilidade, com base no Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “Nosso Futuro Comum”. O autor destaca dois conceitos-chave que fundamentam as relações entre homem, meio ambiente e as tecnologias: a) “o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade”; b) a noção de limitações “que o estágio da tecnologia e organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras” (CMMDA, 1991 apud DUTRA, 2005).

O autor também destaca o Princípio 1, da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92. O documento prevê que “os seres humanos devem estar no centro das preocupações, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável. Todos têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza” (DIAS, 1994 apud DUTRA, 2005).

Apesar das múltiplas variações que circundam o conceito de desenvolvimento sustentável, pesquisadores procuram relativizar a importância da proposta, no sentido de integrar interesses políticos, econômicos e sociais, entre países de todos os continentes, ricos e pobres.

O desenvolvimento sustentável representa nesse contexto, uma das propostas mais bem assimiladas pelos organismos oficiais que tratam de políticas de desenvolvimento, tanto no nível dos estados-nações quanto no nível internacional, quer sejam instituições de planejamento quer sejam organismos financiadores (SOUZA, 2002, p. 28).

3.1.2 Ações mercadológicas: desafios

Vimos acima que a proposta do desenvolvimento sustentável foi o maior avanço registrado na história do ambientalismo, em âmbito mundial, no sentido de unir forças e objetivos comuns entre países; possui uma integridade teórica e foi construída a partir de consensos entre os meios políticos, econômicos, sociais e científicos. No entanto, esse fato, não significa, necessariamente, que os propósitos do desenvolvimento sustentado tenham se concretizado, no âmbito das práticas.

As disparidades entre os discursos mundiais, decorrentes dos grandes eventos, e o cumprimento das metas, na prática, são bem visíveis no Brasil. Passados quase vinte anos, da Conferência do Rio de Janeiro, e o governo brasileiro ainda não conseguiu concluir as agendas regionais, os Zoneamentos Ecológicos Econômicos - prerrogativas para a implantação de qualquer programa sustentável de desenvolvimento.

A Amazônia ainda é o maior exemplo, de como as disparidades entre o campo teórico e o campo das práticas podem funcionar, quando está em jogo, a sustentabilidade. A falta de políticas públicas identificadas com o contexto regional, aliada à má aplicabilidade dos recursos financeiros e tecnológicos, são alguns dos problemas que impedem a consolidação de um modelo que possa integrar desenvolvimento e preservação ambiental na Amazônia.

Do mesmo modo, a imprensa regional também não tem registrado um bom desempenho.

Pesquisa realizada na Rede Amazônica de Televisão, afiliada da Rede Globo, em Manaus, revelou que os interesses econômicos prevalecem no noticiário quando o tema envolve a sustentabilidade.

A promoção do conceito de desenvolvimento sustentável aparece na imprensa apenas de forma fragmentada e isolada revelando uma total falta de compromisso desses veículos na cobrança de um modelo de desenvolvimento adequado a Amazônia brasileira (ALMEIDA, 2008, p, 272).

O estudo se baseou no conceito de desenvolvimento sustentável para a Amazônia do Prof. da Universidade de São Paulo (USP), Aziz Ab Saber, e da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva – uma das responsáveis pela criação do maior percentual de florestas protegidas na Amazônia – as Unidades de Conservação Integral (UCs), durante o período em que esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente, de 2003 a 2006.

De acordo com o prof. Aziz Ab Saber (2002) “não é possível planejar a Amazônia tomando como referência as demais regiões brasileiras. Acredita-se que a região necessita de políticas públicas diferenciadas (nas áreas de saúde, educação, transportes, etc.) e que é preciso conciliar bem a consciência técnico-científica e as legítimas aspirações das comunidades locais” (ALMEIDA, 2008).

A ex-ministra, Marina Silva, considera que as soluções para os impasses estariam na capacidade de gerenciamento dos governos federal, estaduais e municipais, na implementação de projetos que visem conciliar políticas públicas e manejo participativo, priorizando a inclusão das comunidades locais, nas principais atividades.

Coelho (2000) se apóia no pensamento sistêmico para defender que “as políticas públicas e ambientais para a Amazônia requerem forçosamente um tratamento de caráter inter e multidisciplinar que considere os processos ecológicos, sócio-espaciais, sócio-culturais, políticos e econômicos, na condução do desenvolvimento econômico”.

Para Bueno (2007) os problemas do jornalismo ambiental estão associados ao uso inadequado do termo “sustentabilidade”, pelos meios de comunicação.

A atribuição de um viés ideológico ao meio ambiente, por setores econômicos, políticos e sociais, e especialmente, pelos meios de comunicação, estão entre os fatores que contribuem para dissimular o termo sustentabilidade. De acordo com o autor, nos últimos anos, o marketing ambiental passou a ser usado, com mais frequência, para encobrir crimes ambientais, ou mesmo a apropriação indevida de bens e recursos naturais, por grandes empresas.

Pelas mesmas razões, alguns jornalistas também se renderam aos atrativos do marketing verde, sem levar em conta os prejuízos profissionais que isso pudesse acarretar. Criou-se uma “pretensa confusão entre jornalismo ambiental e marketing verde ou ecopropaganda, mesmo em se tratando de termos e práticas que se situam em campos conceituais e epistemológicos distintos, e atrelados a compromissos de outra ordem” (BUENO, 2007).

Bueno (2007) defende a solução para os impasses está nas mãos dos jornalistas ambientais. Cabe a estes profissionais, a missão de extrapolar a “vertente meramente econômica”, atribuída ao meio ambiente, assumindo posturas mais socialmente responsáveis, em torno de projetos e questões que tenham como prioridade uma melhor qualidade de vida da população.

De acordo com essa perspectiva, as notícias em meio ambiente devem ser construídas de acordo com alguns princípios, que vislumbrem, sobretudo: 1) Combater a visão de que os recursos naturais são inesgotáveis; 2) Identificar as causas e conseqüências dos modos de produção e de consumo predatórios; e 3) Alertar a população sobre os danos ambientais.

Além de ações mais concretas no combate à postura mercadológica, adotada pelas empresas, os jornalistas ambientais, devem se posicionar, mais criticamente, diante das empresas de comunicação que, via de regra, são as principais responsáveis pela falta de aprofundamento e fragmentação das coberturas em meio ambiente.

O jornalismo ambiental deve encampar atribuições inovadoras no campo profissional.

O jornalismo ambiental é aquele que denuncia questões como a apropriação da água doce, por empresas agroindustriais, que alerta para o impacto real das novas usinas hidroelétricas, que enxerga a energia nuclear não apenas como fonte para novos investimentos industriais, mas como geradora de lixo perigoso para o qual não temos ainda destino seguro (BUENO, 2007, p. 21).

Baumont (2008) considera que a incorporação da dimensão ambiental ao jornalismo, passa, obrigatoriamente, pelo resgate da reportagem investigativa, enquanto instrumento sistêmico, capaz de abranger múltiplas versões e interpretações para os fatos.

Para Girardi: Schwaab (2008) a reportagem tem uma função-chave no sentido de “abranger a integridade do sistema, e contextualização das informações, a sustentabilidade, a promoção da cidadania porque permite abordagens críticas e uma forma de fugir a factualidade dos fatos”.

Alguns jornalistas brasileiros já comprovaram que é possível, e como é possível, romper com as barreiras mercadológicas das grandes empresas de comunicação, e exercer a profissão de forma ética e responsável, assumindo posturas mais comprometidas com o futuro do planeta, e com a sobrevivência das próximas gerações.

André Trigueiro é um dos exemplos mais bem sucedidos, que serve para comprovar, na prática, que o jornalista ambiental pode assumir posturas socialmente

responsáveis, e exercer a militância²⁶, mesmo estando vinculado a um grande monopólio de comunicação.

Como editor e âncora do programa “Cidades e Soluções”, exibido, às quartas-feiras, às 23h30min, no *Globo News*, empresa pertencente às Organizações Globo, André Trigueiro, vem se dedicando, de forma bastante crítica e pontual, apontando as causas e soluções, para os principais problemas ambientais que afetam as grandes cidades brasileiras. Defende que a crise ambiental, no Brasil, beira o caos, pela “desinformação da sociedade e pela falta de planejamentos de longo prazo, a descontinuidade dos projetos, a má qualidade dos gestores públicos” (TRIGUEIRO, 2008).

No artigo, “Cidades Sustentáveis”, o autor procura explicar como o fenômeno da urbanização, baseado no crescimento industrial desordenado, pode afetar a qualidade de vida nas grandes cidades, colocando em risco, a esgotabilidade dos recursos naturais, principalmente, dos potenciais energéticos.

O Programa, “Cidades e Soluções”, detalha experiências e projetos sustentáveis bem sucedidos, desenvolvidos em capitais brasileiras, como, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, e aborda, entre outras questões: o reordenamento do transporte público, o uso de madeira certificada na indústria da construção civil, a realização de licitações sustentáveis, e o repasse do ICMS Ecológico aos municípios comprometidos com a proteção de ecossistemas – instrumentos, comprovadamente, eficientes de gestão sustentável, e que podem ser as sementes para um planejamento maior de urbanização. No Brasil mais de 80% da população já vive nas cidades, e a tendência é que os problemas aumentem de forma acelerada, caso não forem tomadas providências urgentes e de longo prazo.

Bueno (2007), Girardi: Schwaab (2008). Gelós (2008), Dornelles (2008) defendem que o compromisso social dos jornalistas não se restringe, tão somente,

²⁶ O termo “militante” usado por Bueno (2007) e Dornelles (2008), está relacionado ao jornalismo cívico, que surgiu nos Estados Unidos, em 1994. A falta de credibilidade da imprensa norte-americana fez com que alguns jornalistas se tornassem parceiros ativos da população na busca de solução para os problemas da comunidade. Jay Rosen (1994:373) entende que “o jornalismo pode e deve ter um papel no reforço da cidadania (*citizenship*), melhorando o debate público e revendo a vida política” (TRAQUINA, 2005). Questionar o conceito de objetividade – a idéia do jornalista neutro e imparcial em relação aos fatos, a noção de uma verdade desinteressada, é um dos principais desafios para a delimitação do jornalismo cívico. O português Nelson Traquina (2005) não concorda com a idéia do jornalista “militante”, e questiona essa condição. “Será realista defender a posição que a existência ou não de cidadãos conscienciosos depende do jornalismo?”.

em cobrir os temas ambientais com todas as suas nuances e sob o paradigma da sustentabilidade.

De acordo com esses autores, o princípio básico da imprensa passa pelo compromisso de manter a opinião pública bem informada, para que esta possa agir conscientemente sobre seus direitos de cidadão, principalmente, no combate aos modelos de produção e de consumo predatórios e que, em síntese, são a raiz de toda a problemática ambiental.

A sociedade bem-informada é por consequência uma sociedade mais cidadã, e mais participativa na tomada de decisões, no combate aos danos ambientais.

A sociedade deve ser capaz de transformar as relações dos grupos sociais com os setores de poder, em todos os aspectos que afetam as suas vidas. [...] o resultado será uma relação dos grupos sociais, mais equilibrada, com o Estado, e o mercado, em termos locais, regionais e globais (GELÓS, 2008, p. 67). Tradução nossa.

Vale ressaltar, que o Estado do Rio Grande do Sul é um dos pioneiros do ambientalismo no País, e tem um papel relevante quando o assunto envolve parcerias entre o cidadão comum, a sociedade civil organizada, os jornalistas e os próprios meios de comunicação, e como essas relações podem funcionar na prática.

Assunto que trataremos a seguir.

3.2 O PIONEIRISMO DO RIO GRANDE DO SUL

Muitas ações pioneiras marcam a história do ambientalismo, no Rio Grande do Sul. Importante lembrar que, na década de 70, o Estado foi palco de uma das maiores manifestações individuais, já registradas no País. O protagonista foi o estudante de engenharia elétrica, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Carlos Alberto Dayrell, que chamou a atenção da opinião pública regional e nacional, ao impedir que as máquinas da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, derrubassem uma árvore centenária, numa avenida central da capital gaúcha, para a construção de um viaduto.

A ação/protesto do estudante, embora tenha se transformado num caso de polícia, chamou a atenção das autoridades que desistiram da ação, enquanto a foto, relativa ao acontecimento, foi estampada na capa do jornal O Estado de São Paulo.

O acontecimento merece destaque se comparado às grandes estratégias utilizadas pelos movimentos sociais, nas últimas quatro décadas. Vale ressaltar, que as ações espetaculares têm sido o instrumento de pressão mais utilizado pela sociedade, para chamar a atenção da opinião pública, e obter mais espaços na grande imprensa.

Também na década de 70, foi fundada, em Porto Alegre, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) – uma das mais antigas do País, com o objetivo de acompanhar e denunciar as políticas de desenvolvimento no Estado, que privilegiam as grandes e médias empresas, que agem na contramão da sustentabilidade e dos princípios de preservação.

A Agapan foi fundada no dia 27/04/71, sob a liderança do ambientalista José Lutzenberger²⁷ (1926-2002), um engenheiro agrônomo que, durante muitos anos, trabalhou para empresas fabricantes de adubos químicos, no Brasil e, no exterior, e que, mais tarde, se tornaria um dos maiores ecologistas do mundo, tendo recebido diversos prêmios internacionais²⁸.

Em 1971, depois de ter trabalhado treze anos, como executivo da Basf – empresa multinacional alemã, líder mundial em produtos químicos, Lutzenberger, abandonou a carreira para denunciar o uso indiscriminado de agrotóxicos, nas lavouras do Rio Grande do Sul. Passou a se dedicar exclusivamente à preservação da natureza, defendendo o desenvolvimento sustentável na agricultura, e o uso dos

²⁷ José Lutzenberger foi o criador da “Fundação Gaia” – uma área de preservação ambiental, com 30 hectares, no município de Pantano Grande, no Rio Grande do Sul. A Fundação se localiza numa antiga jazida de basalto, e trata-se de uma referência na recuperação de áreas degradadas e na divulgação da agricultura regenerativa. Lutzenberger publicou diversos livros, entre os quais, o Fim do futuro? - Manifesto Ecológico Brasileiro, em 1976. Coordenou também os estudos ecológicos do Plano Diretor do Delta do Jacuí (RS), e teve um papel importante na implantação do Parque Municipal do Lami, em Porto Alegre (que hoje leva seu nome), e do Parque Estadual da Guarita, em Torres.

Disponível em;

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Lutzenberger#Liga.C3.A7.C3.B5es_externas/>. Acesso em: 22 dez. 2009.

²⁸ José Lutzenberger recebeu mais de quarenta prêmios, entre estes, o The Right Livelihood Award (Prêmio Nobel Alternativo), em 1988, em Estocolmo, na Suécia, e o Prêmio Nacional da Ecologia do Bundes Naturschutz Deutschland, na Alemanha.

Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Lutzenberger#Liga.C3.A7.C3.B5es_externas>. Acesso em: 22 dez. 2009.

recursos renováveis, alertando para os perigos do modelo de globalização que ora se delineava.

Em março de 1990, José Lutzenberger, foi nomeado secretário-especial do Meio Ambiente, da Presidência da República, onde permaneceu até 1992. Nesse período, teve papel decisivo na demarcação das terras indígenas, em especial, a dos índios Yanomami, em Roraima, extremo norte do Brasil; na decisão do Brasil de abandonar a bomba atômica, na assinatura do Tratado da Antártida, na Convenção das Baleias e na participação do Brasil nas conferências preparatórias para a Conferência Mundial do Ambiente, a Rio-92.

Para a fundação da Agapan, José Lutzenberger, contou com o apoio de outro ambientalista gaúcho: Augusto Carneiro²⁹, um porto-alegrense, hoje, com 87 anos, que tem dedicado grande parte de sua vida às causas ambientais.

Augusto Carneiro e José Lutzenberger formaram uma dupla decisiva no processo de criação da Agapan e nos rumos tomados pelo movimento ecológico gaúcho e brasileiro. Enquanto Lutzenberger trilhava o caminho que o levou a ser um dos ecologistas mais conhecidos do mundo, Carneiro fazia o seu trabalho de formiga na retaguarda, [...] dando cobertura à atuação de José Lutzenberger e fazendo sua atuação ecológica própria³⁰.

Augusto Carneiro, por sua vez, foi o disseminador da figura e da obra de outro pioneiro do ambientalismo gaúcho; Henrique Luiz Roessler (1896-1963), que nasceu e viveu em São Leopoldo (RS), município localizado, há 31 km de Porto Alegre.

No período de 15 de fevereiro de 1957 a 8 de novembro de 1963, Henrique Roessler, publicou mais de 300 artigos, no Suplemento Rural do Correio do Povo de Porto Alegre³¹, - jornal de maior circulação, à época, buscando sensibilizar a população sobre crimes e danos ao meio ambiente, tais como: a caça e a pesca predatórias, o desmatamento, as queimadas florestais e a poluição dos rios pelas indústrias e esgotos domésticos. As ações de Henrique Luiz Roessler, mais tarde,

²⁹ Apesar dos seus 87 anos – dos quais 38 anos são dedicados ao ativismo, Augusto Carneiro, segue na militância ambiental, participando ativamente nos problemas ecológicos regionais, vendendo livros, distribuindo artigos, interagindo com as pessoas, comunicando-se e passando informações importantes sobre o meio ambiente. Há quase duas décadas, Augusto Carneiro, faz seu trabalho de formiga, todos os sábados pela manhã, na Feira dos Produtores Ecologistas, no Bairro Bonfim, em Porto Alegre.

³⁰ Disponível em: <<http://blog.agirazul.com.br/2009/04/27/agapan-comemora-38-anos-de-desafios-e-conquistas-ambientais>>. Acesso em: 1º dez. 2009.

³¹ Em 1986, o ambientalista gaúcho, Augusto Carneiro, editou e publicou o livro “O Rio Grande do Sul e a Ecologia – Crônicas Escolhidas de um Naturalista Contemporâneo”, uma antologia dos principais textos publicados por Henrique Luiz Roessler, no Jornal Correio do Povo, de Porto Alegre.

serviriam de base para a criação da Agapan e para o surgimento do movimento ecológico no Estado³².

Durante mais de quatro décadas, a Agapan tem participado ativamente no combate aos crimes ambientais tendo se confrontado com interesses de grandes empresas nacionais e estrangeiras, instaladas no Rio Grande do Sul, e se engajado em projetos ambientais como a recuperação das águas do Rio Guaíba – que banha a capital, Porto Alegre, e em processos judiciais como o que proíbe a exploração imobiliária às margens do mesmo rio.

As ações individuais de ambientalistas como, Henrique Luiz Roessler, José Lutzenberger e Augusto Carneiro – considerado, hoje, o decano dos ambientalistas gaúchos³³, cidadãos que dedicaram grande parte de suas vidas em defesa das causas ambientais; mais a criação da Agapan, contribuíram para que os temas ambientais assumissem um lugar de destaque na agenda jornalística regional. Além de exercerem um papel decisivo para a consolidação e o surgimento dos movimentos ambientalistas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Alguns resultados merecem destaque.

Estudos de Beatriz Dornelles (2008) constataram que, dentre os mais de 30 jornais de bairro que circulam, atualmente, em Porto Alegre, o meio ambiente é o assunto mais abordado. A mesma tendência também se verifica nos jornais diários, do interior do Rio Grande do Sul que, nos últimos anos, ampliaram os espaços para os temas ambientais. A capital gaúcha também registrou um aumento acentuado das mídias alternativas e dos movimentos ambientalistas.

A imprensa, por sua vez, também, teve um papel decisivo no processo de conscientização e democratização da informação ambiental no Estado.

De parte dos jornalistas gaúchos, muitas ações merecem destaque.

De acordo com Girardi: Schwaab (2008) quatro momentos justificam o pioneirismo e a evolução do jornalismo ambiental no Estado do Rio Grande do Sul:

1. Criação do Núcleo de Jornalismo Ambiental (NEJ), em 1990;
2. Criação da Rede de Ecojornalistas Ambientais (RBJA), em 1993;

³² Disponível em: <<http://blog.agirazul.com.br/2009/04/27/agapan-comemora-38-anos-de-desafios-e-conquistas-ambientais/>>. Acesso em: 1º dez. 2009.

³³ O envolvimento de Augusto Carneiro com a questão do lixo o levou a representar, durante muitos anos, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), no Conselho Deliberativo do Departamento Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (DMLU). Como representante da Agapan, sempre lutou na defesa dos papeleiros, no trabalho de reciclagem de papel e papelão, bem como da reciclagem de latas e garrafas plásticas.

3. Criação da primeira disciplina em jornalismo ambiental do País, em 2003;
4. Realização do 2º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, em 2007;
5. Lançamento do livro “Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões”, em 2008.

O Núcleo de Ecojornalistas Ambientais foi fundado no dia 22/06/90. Foi uma das primeiras entidades do gênero criada, no País, tendo participado ativamente na criação da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA).

A RBJA é uma rede de discussão na internet, com cerca de 400 jornalistas credenciados, incluindo os maiores veículos de comunicação do País, e que está presente em vários países da América Latina. A rede possibilita a troca de pautas, fontes e informações, e também a troca de experiência entre os jornalistas especializados mais experientes, com os mais jovens, que estão ingressando no mercado.

O NEJ desenvolve várias outras ações e serviços, entre as quais a EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais, criada em janeiro de 2003, durante o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em parceria com a Pangea - Associação Ambientalista Internacional. Tem como meta viabilizar a produção e a distribuição de material jornalístico, tendo por base a atuação das entidades civis ambientalistas. A Agência possui, hoje, um dos maiores conteúdos específicos sobre Jornalismo Ambiental, na Internet, na língua portuguesa tais como: dissertações, artigos, notícias. O conteúdo está sediado no endereço www.jornalismoambiental.jor.br.

Outras ações integram a agenda do NEJ. Desde 2001, a entidade mantém o projeto Terça Ecológica, um encontro mensal com jornalistas, técnicos e especialistas, que visa aprofundar os debates sobre problemas ambientais que afetam o Estado do Rio Grande do Sul. Entre os temas em pauta estão, os vazios urbanos, a agricultura e biotecnologia, a piracema.

O programa Sintonia da Terra, produzido em parceria com a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que vai ao ar, todas às quintas-feiras, entre 10h05min e 10h35min, em <http://www.ufrgs.br/radio>, trata de assuntos ambientais da atualidade, temas como a saúde humana e educação ambiental, e a realização de cursos de extensão universitária.

Outro momento significativo do jornalismo ambiental gaúcho foi registrado, em 2003, quando o NEJ teve uma participação decisiva na criação da primeira disciplina

de Jornalismo Ambiental do País, pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para Girardi: Schwaab (2008), responsáveis pela implantação da disciplina “a especialização na área ambiental torna-se uma exigência justamente para dar conta de uma especificidade, e empregar o conhecimento especializado para superar a tradição de tratar os fatos desconectados”.

Em 2007, o Núcleo de Jornalistas Ambientais coordenou a realização do 2º Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental (CBJA), realizado em Porto Alegre. A publicação do livro “Jornalismo ambiental: Desafios e reflexões” (2008), resultado do Congresso, reúne 32 artigos escritos por jornalistas e pesquisadores de todo o Brasil, e da América Latina, acerca dos problemas e desafios, teóricos e práticos, da disciplina.

A publicação aprofunda os debates sobre o jornalismo ambiental, com enfoque para a qualificação da atividade, de acordo com pressupostos éticos; o caráter público da informação; a cidadania, condições essenciais para a realização de coberturas mais qualificadas, que possam superar a visão fragmentada que hoje impera.

Apesar da intensa mobilização que marca a evolução do ambientalismo, no Rio Grande do Sul, das ações conjuntas entre sociedade, jornalistas e meios de comunicação, entidades ambientalistas se mostram apreensivas quanto ao futuro ambiental no Estado.

As preocupações da sociedade civil organizada, nesse sentido, estão expressas no documento, intitulado, “Diagnóstico e demandas sócio-ambientais de entidades ambientalistas gaúchas”, encaminhado, ao Secretário Estadual do Meio Ambiente, Berfram Rosado, no dia 17/03/09 (Anexo 1).

Levantamentos sobre a situação dão conta de que, nos últimos anos, os debates têm sido prejudicados, em grande parte, pela falta de comprometimento de autoridades governamentais, no gerenciamento e encaminhamento das políticas públicas, consideradas prioritárias para o Estado.

A falta de pessoal técnico qualificado³⁴ para atender às complexidades das demandas, aliada a má aplicabilidade dos recursos financeiros, tem contribuído para

³⁴ No documento, os ambientalistas ressaltam que a “acentuada ingerência política e econômica na área técnica, o desestímulo pelos baixos salários e o desrespeito aos pareceres técnicos dos

que as grandes decisões venham sendo tomadas a reboque de interesses econômicos.

[...] essa fragilização institucional não pode ser considerada simplesmente o resultado de uma falta de vontade política. Ao contrário, nos últimos anos, as visões econômicas imediatistas do governo e de parte do setor produtivo colocaram como prioridade a flexibilização de leis, diretrizes e ações de proteção ao meio ambiente. Transformou-se quase em ficção³⁵ a almejada compatibilização entre o desenvolvimento e o meio ambiente.

As entidades atentam para o “quadro dramático” em que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência do descaso governamental, e da falta de compromisso de autoridades no gerenciamento das políticas públicas para o meio ambiente. Exigem, a urgente implantação de uma “Gestão Ambiental Democrática”, que contemple uma maior participação social na tomada de decisões, e há tempo de reverter a situação.

Alguns problemas se intensificaram, durante esta década, e servem como demonstrativo de que as autoridades têm falhado em questões prioritárias para o Estado, a saber:

1) A conversão do bioma Pampa, em áreas para a agricultura, silvicultura e pastagens artificiais, saltou de uma média de 136 mil hectares, na última década, para 400 mil hectares nesta década.

2) O bioma Mata Atlântica - um dos mais ameaçados do planeta - não possui, no Estado, do Rio Grande do Sul, uma política de recuperação das áreas degradadas, enquanto amarga um percentual da cobertura original, inferior a 3%. O Rio Grande do Sul é o Estado da Região Sul que possui o menor percentual de áreas protegidas; a saber, somente 0,68% de sua superfície é convertida em Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral.

3) Em outubro de 2006, foi registrada a mortandade de mais de 86 toneladas de peixes no Rio dos Sinos, que banha 32 municípios, localizados na região metropolitana de Porto Alegre, uma das mais populosas do Estado. Durante décadas, os mananciais de água, na região, vêm sofrendo com o despejo de produtos químicos lançados, irregularmente, por indústrias – especialmente os curtumes, que abastecem a indústria calçadista. Três indústrias: uma do setor

funcionários de carreira levaram a uma evasão em massa de técnicos fundamentais às funções de proteção ambiental”. Disponível em: <<http://blog.agirazul.com.br/>>. Acesso em: 1º dez. 2009.

³⁵ Disponível em: <<http://blog.agirazul.com.br/>>. Acesso em: 1º dez. 2009.

alimentício, e duas do setor calçadista, foram responsabilizadas pelo crime, considerado pelos ecologistas, a maior tragédia ambiental, dos últimos 40 anos, no Rio Grande do Sul.

Esses são alguns exemplos que demonstram a fragilidade de órgãos estaduais de meio ambiente.

De acordo com os ambientalistas, nos últimos anos, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, “tem sido lembrada pela opinião pública [...] em situações negativas ou em eventos comemorativos, desarticulados dos programas que visam dar fortalecimento e continuidade aos projetos de sustentabilidade”³⁶.

As preocupações das entidades ambientalistas são uma clara demonstração de que os problemas ambientais, no Estado do Rio Grande do Sul, exigem tomadas de decisão, urgentes, e de ações conjuntas, entre a sociedade – na função de denunciar as irregularidades, aos órgãos competentes, principalmente, à imprensa; os setores econômicos que devem estar atentos para os impactos socioambientais – quando da implantação de projetos e novos investimentos; os setores políticos, na formulação de propostas e gestões compartilhadas com a sociedade, fazendo valer os princípios da democracia participativa; e a imprensa gaúcha – responsável pela construção de pautas, cada vez mais comprometidas com a busca de soluções para os impasses, independente dos interesses que estejam envolvidos, sejam estes políticos ou econômicos.

3.3 A CONSTRUÇÃO DA PAUTA

Vimos até aqui que o jornalismo ambiental enfrenta desafios teóricos metodológicos e, também, práticos, para a sua legitimação.

O acréscimo de novos conhecimentos e saberes, abrangendo os conceitos de meio ambiente e de desenvolvimento sustentado, seus efeitos políticos, econômicos e sociais, são considerados o ponto de partida para que o jornalismo ambiental possa avançar no aprofundamento e melhor contextualização dos fatos.

³⁶ Disponível em: < <http://blog.agirazul.com.br/>>. Acesso em: 1º dez. 2009.

Embora se trate de um projeto que demanda resultados, em longo prazo, a especialização dos profissionais, é quase uma unanimidade nos estudos mais recentes.

Em 2003, foi dado um passo importante nesse sentido, com a implantação da primeira disciplina de jornalismo ambiental do País, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que teve a coordenação da professora do Curso de Jornalismo, da instituição, Ilza Girardi.

A introdução de disciplinas, da área de Economia, nos cursos de jornalismo, também, pode representar um avanço importante na construção do conhecimento jornalístico. Para Ângelo e Carvalho, o “saber ambiental” pressupõe que os fatos ambientais devam ser analisados na interface com a Economia e com os efeitos da globalização; contexto sócio-histórico e os processos de produção.

Na perspectiva do pensamento complexo, de que trata Capra (1982), a economia é considerada o vetor para a revisão dos conceitos de desenvolvimento e de progresso, tendo por base que o modelo de crescimento econômico, se orienta a partir do valor atribuído aos recursos naturais.

Entendemos, por outro lado, que a revisão dos conceitos de desenvolvimento, tendo como princípio o combate à visão mercadológica, atribuída ao meio ambiente, pelos vários setores, de que trata Bueno (2007), associada aos modelos de produção e consumo predatórios, que desconsideram a esgotabilidade dos recursos naturais, a interdependência entre homem e natureza, significam, por outro lado, novos desafios para o jornalismo ambiental, no seu processo de legitimação.

Bueno (2007), Girardi: Schwaab (2008), Nosty (2009) destacam a importância de que se intensifiquem as relações entre “saber ambiental” e jornalismo ambiental, e fazem uma projeção do que a incorporação de novos saberes – tanto científicos, quanto tradicionais, podem significar em termos de dividendos para a formação do jornalista, no sentido de agregar valor às notícias, e também para a sustentabilidade da própria imprensa. Para Dornelles (2008) as matérias jornalísticas revelam uma visão empresarial que contempla a própria sobrevivência para o meio ambiente como algo que se não for agenciado adequadamente pode prejudicar o bom andamento dos negócios.

De acordo com Nosty (2009) a imprensa deve ter em conta que a mensagem em meio ambiente é “a mensagem”, e que “nas questões ambientais, os jornalistas

devem atuar como cientistas. Apanhar a informação, buscar as fontes, construir uma teoria e depois proporcionar uma prova objetiva da teoria. A objetividade neste sentido significa questionar os dados de maneira que se evite a resposta falsa”.

O autor defende que o “jornalismo de referência” – qualificado, há mais de quatro décadas, por Merrill (1968) pode se transformar no fio condutor de um processo de renovação do discurso jornalístico, e uma estratégia das mais relevantes, para que se empreenda uma mudança de consciência na sociedade, impondo novos rumos na orientação da sustentabilidade. O jornalismo de referência representa, por outro lado, o resgate das reportagens investigativas, mais contextualizadas, e um pressuposto válido, principalmente, para a imprensa escrita³⁷. Nosty (2009) considera que o tratamento, dado pela TV, às questões ambientais, ainda é, comprovadamente, tendencioso, e muito próximo do jornalismo sensacionalista no qual prevalecem as notícias-espetáculo.

Vimos a partir de Henn (1996) que a pauta é por natureza sistêmica e, por isso, perpassa todo o processo de produção da notícia; do emissor ao receptor. E que a construção de uma boa notícia depende da formulação de uma boa pauta, e do planejamento adequado de todas as etapas de produção, além de conhecimentos precisos na seleção das fontes de informação, no enquadramento das notícias.

Mas como deve ser construída uma pauta ambiental?

As constatações acima subsidiam a compreensão de que as pautas em meio ambiente devem ser construídas de acordo com os problemas e desafios, conceituais e práticos, que apontam para a existência de múltiplos sujeitos e interesses em questão; e que, ao jornalismo, devem ser acrescentados novos conhecimentos e saberes. E, sobretudo, que a construção de uma boa pauta ambiental, liga-se ao fato de que o jornalismo ambiental faz parte de um sistema produtivo de informação, que envolve rotinas e enquadramentos e que obedece a padrões organizacionais determinados por fatores espaço-temporais.

De acordo com Bueno (2008) três funções são elementares na construção das pautas sobre o meio ambiente: 1) Função informativa; 2) Função pedagógica; e 3) Função política.

³⁷ Bernardo Diaz Nosty (2008) destaca a capacidade da imprensa escrita no sentido de aplicar soluções mais bem contextualizadas e integradas em uma paisagem social ampla, contra o acentuado individualismo característico da construção televisiva.

1) A função informativa: corresponde à necessidade da sociedade de estar bem informada sobre os principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando o impacto que determinadas posturas (hábitos de consumo, por exemplo); processos (efeito estufa, poluição do ar e água, contaminação por agrotóxicos, destruição da biodiversidade) e modelos (como o que privilegia o desenvolvimento a qualquer custo) tem sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre a qualidade de vida da população.

2) Função pedagógica: se refere à explicação das causas e conseqüências dos problemas ambientais, a identificação de alternativas e soluções que contribuam para uma maior participação dos cidadãos, nas decisões que lhes dizem respeito.

Moraes e Correa (2008) atentam para o compromisso da imprensa com a conscientização ambiental da sociedade, fato este que pressupõe um maior aprofundamento de relações entre o Jornalismo e a Educação Ambiental. De acordo com essa perspectiva, o jornalismo ambiental – enquanto portador da informação globalizada, e na condição de disciplina especializada, associado ao paradigma da sustentabilidade, ultrapassaria a sua função básica de formador de opinião, para educar e transformar a sociedade.

Teixeira (2008) avalia que as relações entre Jornalismo Ambiental e Educação Ambiental devem se limitar – pelo menos por enquanto, em avaliar os espaços e o tratamento dado pela imprensa ao material jornalístico - notícias e reportagens, que tratem, especificamente, do tema “Educação Ambiental”, neste caso, os estudos de conteúdo.

O autor parte da premissa de que a teoria do agendamento é um instrumento sistêmico e, por isso, tem mecanismos para dar conta das relações entre jornalismo e Educação Ambiental. Defende que o Jornalismo, no momento, é o único caminho que pode levar o cidadão comum ao conhecimento das novas descobertas feitas pela ciência. “O conteúdo veiculado através dos meios de comunicação, sobre a EA, é parte constituinte do conhecimento, da discussão e da compreensão de grande parte do público a respeito deste assunto”.

3) A função política: se refere à importância dos cidadãos – no papel de vigilantes permanentes dos danos ambientais, provocados, geralmente, pelas grandes empresas dos setores agroquímico, biotecnologia, mineração, agropecuária, que, na maioria dos casos, se apropriam do meio ambiente para atender interesses meramente econômicos.

Consideramos que as questões levantadas neste Capítulo, acerca dos desafios teóricos e metodológicos do jornalismo ambiental, como pressupostos para um melhor tratamento do meio ambiente, enquanto sistema multidimensional, podem subsidiar a compreensão do nosso objeto – a produção de notícias sobre os desmatamentos na Amazônia, de forma mais ampla e sistemática, e à luz das tendências mais pertinentes que se apresentam.

Questões que recolocam o jornalismo na sua condição de disciplina prática com caráter inter e multidisciplinar.

4 DESCRIÇÃO DO OBJETO: BASES METODOLÓGICAS

4.1 ESTUDOS DE CASO – DELINEAMENTO

Conforme vimos no Capítulo 3, nosso objeto de pesquisa tem caráter inter e multidisciplinar porque envolve conhecimentos das áreas do jornalismo e de meio ambiente. Bachelard (1971) prevê que os avanços das ciências modernas de acordo com os efeitos da globalização, pressupõem cruzamentos, teóricos e metodológicos, entre as ciências cibernético-cognitivas, humanas e sociais, com destaque para as teorias da informação.

Para o jornalismo convergem conhecimentos das Ciências Humanas; Ciências da Linguagem, Ciências Sociais e, por vezes, de disciplinas como a Economia, a Psicologia, etc.

Vimos no Capítulo 3 que o meio ambiente opera na interface com a quase totalidade das disciplinas; políticas, econômicas e sociais e compreende um conjunto de regras e conhecimentos científicos e tradicionais que se reconfiguram, permanentemente, para dar sustentabilidade ao chamado “saber ambiental”.

A construção do saber ambiental, por sua vez, está condicionada a uma melhor compreensão dos conceitos de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, de acordo com suas múltiplas implicações e desdobramentos.

Para Bueno (2007) as relações entre jornalismo e meio ambiente se constroem no âmbito das interações sociais mais, precisamente, nas relações entre jornalistas e fontes de informação. Segundo este autor, a incompreensão das relações entre estes dois campos, é um dos fatores que impedem o jornalismo ambiental de avançar, e de assumir um comprometimento maior na defesa de uma melhor qualidade de vida à população.

Entendemos que os pressupostos acima acerca das relações entre jornalismo e meio ambiente, nos fornecem subsídios para compreendermos, o nosso objeto de estudo - a cobertura dos desmatamentos na Amazônia, no Jornal O Liberal, como um fenômeno complexo, que abrange um conjunto de características, próprias para um Estudo de Caso.

O estudo de caso é uma investigação empírica muito usada nas ciências sociais para investigar fenômenos contemporâneos que requerem um conhecimento

mais amplo e flexibilidade na busca de resultados. Além desses fatores, possui uma grande capacidade para assegurar as características “holísticas” do objeto.

Os estudos de caso, como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e a análise de dados. Nesse sentido o estudo de caso não é nem uma tática para coleta de dados nem meramente uma característica de planejamento em si (STOECKER, 1991 apud YIN, 2001, p. 33).

Algumas características dos estudos de caso são elucidativas no sentido de explicar como ocorrem as relações entre esse método, e o nosso objeto de pesquisa:

1) Tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões relacionadas a indivíduos, organizações, processos, programas, e eventos etc.; as razões pelas quais foram tomadas, como foram implementadas, e com quais resultados (SCHRAMM, 1971 apud YIN, 2001).

2) Busca responder perguntas do tipo “quem”, “o que”, “onde”, “como”, e “por que”, muito embora, as perguntas “como” e “por que” sejam a estratégia preferida quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos. Por outro lado, o foco sobre os fenômenos contemporâneos, é a principal característica que diferencia os estudos de caso das pesquisas históricas, já que estas também se baseiam em responder as perguntas “como” e “por que”, só que, em relação, a fatos ocorridos no passado (YIN, 2001).

Yin classifica os estudos de caso em: 1) Projetos de caso único (holísticos); 2) Projetos de caso único (incorporados); 3) Projetos de casos múltiplos (holísticos); 4) Projetos de casos múltiplos (incorporados).

Os estudos de caso únicos ou singulares são considerados os mais apropriados para investigar fenômenos da comunicação. “O método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso” (HOWARD BECKER, 1993 apud BRAGA, 2008).

Os projetos descritos acima podem ser desenvolvidos por meio de três abordagens:

1) Causais ou explanatórios: investigam as relações de causa e efeito dos fenômenos, a partir de explicações concorrentes aplicadas a um mesmo conjunto de eventos. Indicam o “como” e “por que” essas explicações podem ser aplicadas, a

outras situações, na busca de resultados mais satisfatórios. O uso de teorias concorrentes nos estudos explanatórios contribui para explicar a complexidade dos fenômenos de uma forma mais precisa e abrangente. “Para compreender o sentido de um autor é necessário concordar todas as passagens contrárias. [...] a boa solução deve explicar não apenas as pistas que concorrem para uma interpretação, mas, também, as que parecem contradizê-la” (BRAGA, 2008).

2) Estudos descritivos: traçam a seqüência de eventos, descrevem e descobrem seus fenômenos-chave; e são mais usados em pesquisas históricas, embora, alguns dos mais famosos estudos de caso tenham sido descritivos.

3) Exploratório: baseiam-se em hipóteses para descobrir situações, idéias e intuições a respeito dos fenômenos. No entanto, os estudos de caso estão muito longe de serem apenas uma estratégia exploratória; um único estudo de caso pode buscar, ao mesmo tempo, um propósito explanatório, descritivo e exploratório, ou seja, os casos explanatórios podem complementar-se com estudos “exploratórios” e “descritivos” (YIN, 2001).

Diante dos referenciais acima entendemos que o nosso objeto de pesquisa se trata de um estudo de caso único, “descritivo”, porque se propõe a investigar um fenômeno contemporâneo – a cobertura dos desmatamentos na Amazônia, em seus aspectos contextuais; num único meio de comunicação – o jornal O Liberal do Pará, buscando traçar a “seqüência de eventos, descrever e descobrir seus fenômenos-chave”.

Por outro lado, entendemos que as relações de “causa e efeito” – características dos estudos explanatórios podem contribuir para esclarecer uma questão-chave do nosso objeto, ou seja: “como” o jornal O Liberal opera no enquadramento das fontes de informação – levando em consideração que esse é um processo que deve perpassar todas as etapas do noticiário: a formulação da pauta, a realização da entrevista, a construção das notícias, etc., e como isso pode reverter em avanços qualitativos para a cobertura dos desmatamentos na Amazônia.

Yin (2001) procura explicar por que o escândalo *Watergate* é um dos mais importantes e mais bem elaborados estudos de caso de todos os tempos, envolvendo acontecimentos jornalísticos.

A pesquisa realizada no *The Washington Post* pelos repórteres, Bob Woodward e Carl Bernstein (1974) é considerada, um clássico estudo de caso

porque envolve uma “complexa situação humana”, que pode ser investigada, tanto por jornalistas, como por cientistas sociais. Yin acrescenta:

[...] baseia-se em métodos jornalísticos sólidos e representa, quase que por acaso, um projeto comum para os estudos de caso. [...] o caso é um encobrimento, um conjunto complexo de acontecimentos que ocorreram no rastro do roubo. [...] Bernstein e Woodward confrontam continuamente o leitor com duas questões do tipo “como” e “por que”: como ocorreu o encobrimento e por que ocorreu? (YIN, 2001, p. 34).

Braga (2008) também considera os estudos de caso a estratégia de pesquisa mais apropriada para investigar fenômenos da comunicação.

Levantamentos feitos pelo autor, junto às agências de fomento, eventos e cursos de pós-graduação, em âmbito nacional, demonstram por que, nos últimos anos, essa modalidade de pesquisa, tem despertado um interesse particular entre os pesquisadores brasileiros.

A diversidade de estudos de caso na área – abordando processos de produção, produtos, instâncias de recepção, processos de circulação, dispositivos críticos, mediatização de processos sociais e culturais; e ainda casos de enfoque comunicacional sobre objetos no âmbito de outros conhecimentos assim como de enfoques pertinentes a outras áreas sobre fenômenos de comunicação. Toda essa diversidade evidencia a «possibilidade e o interesse» da produção de conhecimento geral através do estudo de objetos e situações singulares (p. 87).

A pesquisa também revelou alguns riscos e limitações dos estudos de caso únicos, por conta de duas questões: 1) A dinâmica que move os fenômenos comunicacionais, em decorrência dos avanços tecnológicos e 2) A diversificação dos processos sociais interacionais, que requerem um conhecimento abrangente, na apreensão e manuseio do objeto.

Os riscos identificados nos estudos de casos únicos foram: 1) Dispersão dos estudos em meio à variedade dos objetos; 2) Derivação centrífuga: na ausência de teorias próprias do campo comunicacional, as teorias auxiliares podem exercer uma função desviante, impedindo a elaboração de declarações teóricas mais gerais; 3) Empirismo: a análise de um objeto com base em teorias escolhidas, antecipadamente, pode impedir a busca pelas teorias concorrentes; 4) Apriorismo: esse desvio ocorre quando o caso é trabalhado empiricamente e descritivamente, sem fazer inferências, ou fazendo apenas inferências técnicas. Ao mesmo tempo,

em que não se dá suficiente atenção ao caso, em sua singularidade empírica, também não se contribui para os avanços teóricos (BRAGA, 2008).

4.2 O MODELO INDICIÁRIO

Braga (2008) entende que os riscos de dispersão, derivação centrífuga, empirismo e apriorismo, característicos dos estudos de caso únicos, no campo da comunicação podem ser superados, se associados ao paradigma indiciário. O autor se baseia na premissa: “[...] “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la [...]” (GINZBURG, 1989 apud BRAGA, 2008).

Enumeramos algumas características e vantagens do paradigma indiciário, com o objetivo de identificar “onde” e “como” este pode funcionar na busca de resultados mais abrangentes, nos estudos do jornalismo – ou, mais precisamente, no nosso estudo de caso:

1) O paradigma indiciário não privilegia exclusivamente o empírico, seu objetivo não é colher e descrever indícios – mas selecionar os indícios mais relevantes, organizar o processo para fazer as inferências. Um mesmo indício pode ser pista para diferentes possibilidades interpretativas.

2) Os indícios podem levar a percepção de realidades mais complexas sobre um fenômeno único, conduzindo os resultados para um conhecimento superior ao descritivo, que pode ser decisivo na problematização do objeto.

3) Os indícios, por mais negligenciáveis ou irrelevantes que se apresentem, podem adquirir significado, quando articulados com os demais. É do conjunto de indícios relacionados pela pesquisa que se podem inferir lógicas, processos e estruturas que caracterizam o caso e, conseqüentemente, a marca do pesquisador.

No modelo indiciário o processo de articulação se dá por meio de tensionamentos entre os três instrumentos que integram a pesquisa: situação empírica, bases teóricas e problema de pesquisa – ou triangulação, que podem ser submetidos a dois tipos de inferências: a) aquelas referentes às lógicas específicas do caso; b) aquelas referentes à inserção do caso em determinados contextos sociais de interesse da pesquisa.

Braga (2008) propõe ainda um terceiro nível de inferências: são as inferências transversais, que possibilitam identificar “o que há, de propriamente jornalístico” no âmbito da pesquisa.

A construção de um modelo teórico metodológico que integre os estudos de caso únicos do jornalismo e o modelo indiciário pressupõe uma “descrição reconstrutivista” do objeto baseada:

Não na soma superficial do maior número de detalhes, mas sim, em perspectiva oposta a esta, em um número reduzido de indícios relevantes (pistas, sintomas) que – articulados pelo pesquisador – aproximam o olhar sobre as lógicas processuais básicas que fazem o objeto «funcionar», tanto em sua organização interna (articulação entre as partes); como nas relações com contextos e outras situações com que este entra relevantemente em relação, na perspectiva do pesquisador (BRAGA, 2008, p. 83).

Entendemos que os conceitos, características e princípios dos estudos de caso, a partir de Yin (2001), associados ao modelo indiciário, proposto por Braga (2008), que considera os indícios como a porta de entrada para as inferências – os tensionamentos entre teoria e objeto, são essenciais para compreendermos, de forma mais clara, nosso objeto de pesquisa, tanto em relação aos critérios de seleção dos materiais, quanto aos procedimentos de análise, Capítulo 5, conforme veremos a seguir.

4.3. PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO E ANÁLISE

Vimos até aqui, como, e por que, os estudos de caso de fenômenos da comunicação podem se tornar mais produtivos quando associados ao modelo indiciário. “A percepção de particularidades dos objetos com base em pistas, restos, indícios, detalhes dos mais imprevisíveis, se acionados conjuntamente pelo pesquisador etc.”, podem contribuir na construção do problema de pesquisa (BRAGA, 2008).

Heloiza Herscowitz (2007) procura explicar de que forma os estudos de caso em jornalismo – ou mesmo o modelo indiciário³⁸ podem se beneficiar se associados,

³⁸ Segundo a autora “os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos [...] das narrativas jornalísticas [...]” (HERSCOWITZ, 2007)

à análise de conteúdo, enquanto um método que pode ser empregado, tanto nos estudos com caráter exploratórios, quanto descritivos ou explanatórios.

[...] a análise de conteúdos, revela-se como um método de grande utilidade na pesquisa jornalística. Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. [...] Serve também para descrever e classificar – produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias [...] (p. 123).

Relacionamos algumas características da análise de conteúdo e como este método pode operar nos estudos de caso no campo do jornalismo.

1) Ajuda a entender um pouco mais sobre, quem produz e quem recebe, a notícia e, também, a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos, e a lógica organizacional por trás das mensagens. O paradigma de Lasswell (1927:1936): “diz o que para quem em que medida e com que efeito”, surgido nos anos 20 e 30, a partir de estudos sobre os efeitos da propaganda no rádio, bem como o conceito inicial de Berelson (2007)³⁹, são fundamentais para explicar como se deu o processo de evolução da análise de conteúdo, visando atender as novas demandas sociais, tecnológicas, etc.

2) Serve para avaliar um grande número de informação manifesta a partir do uso de palavras, frases, parágrafos, temas, etc., embora, o “tema” seja a unidade de registro mais comum e mais usada para investigar fenômenos mais complexos e, também, nos estudos do jornalismo. A grande variedade de materiais, impressos e gravados, disponíveis para análise, dão conta da grande capacidade e flexibilidade desse método para as inferências e, portanto, para uma análise mais ampla do objeto.

3) A análise de conteúdo tem se mostrado eficiente no enquadramento de grandes temas sociais e de alcance global como violência, racismo e, mais recentemente, nos temas ambientais. O estudo sobre as características da cobertura do meio ambiente da revista *Time* e do jornal *New York Times*, entre 1991 e 1992, comprovou essa tendência. Scott Detwiler (2005) codificou 398 reportagens, ao total, em seis categorias: tópico ambiental, ângulo da reportagem; importância geopolítica; importância demográfica e motivações (HERSCOWITZ, 2007).

³⁹ Bernard Berelson define a análise de conteúdo como “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (HERSCOWITZ, 2007).

No Brasil, o estudo de Ramos (1995) sobre a cobertura da Conferência do Rio de Janeiro, a Rio-92, utilizou a análise de conteúdo para investigar um tema ambiental de grandes proporções e repercussão mundial. O autor fez um mapeamento sobre como os jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, Jornal Nacional, da Rede Globo, e Jornal da Manchete, da extinta TV Manchete, operaram durante as fases de preparação, realização e repercussão do evento.

Ao todo foram analisados 1.108 exemplares, nos dois jornais, de 1º de junho de 1991 a 15 de dezembro de 1992 – 18 meses, portanto, e mais 60 telejornais, no período de 4 de maio a 11 de julho de 1992, perfazendo um total de 17 horas de gravação. O material foi codificado em três categorias: a) Quantidade e frequência das matérias; b) Fontes de informação; c) Assuntos mais abordados.

Nos últimos anos, a análise de conteúdo passou por diversas atualizações para incorporar os avanços tecnológicos, e para melhor abranger a complexidade social, também, para superar críticas. O método passou a alcançar melhores resultados depois que venceu o seu reducionismo histórico – característico dos estudos iniciais, que o associavam a resultados puramente quantitativos⁴⁰.

A característica híbrida da análise de conteúdo pode ser vista como um método que reúne elementos quantitativos e qualitativos [...] Tamanho, formato e frequência de informação são capazes de determinar seu impacto social ou a intensidade dos seus significados, sem que se conheçam os fatores não-quantitativos que auxiliam os pesquisadores na interpretação e na crítica desses fenômenos (HERSCOWITZ, 2007, p. 125).

Herscowitz (2007) assinala que a análise de conteúdo, aplicada ao paradigma de Lasswell (1927:1936) pode tornar mais produtivas, as relações entre o método quantitativo e qualitativo, nos estudos do jornalismo. Identificar “o que diz a mídia, para quem e com que efeito”, significa ir além da “informação manifesta”, explicar melhor a complexidade dos fenômenos.

⁴⁰ A análise de conteúdo como método que pode encampar de maneira eficiente, o campo quantitativo e qualitativo, num mesmo objeto, consagrou-se na segunda metade do século XX com os estudos de Klaus Krippendorf (2004) e de Robert Weber (1990). Nesse período surgem também as críticas. O método é acusado por alguns pesquisadores qualitativos de reducionista, e de ser superficial, por desconsiderar o conteúdo latente e o contexto dos objetos analisados – nesse caso, ele só serviria como técnica (HERSCOWITZ, 2007).

De acordo com os referenciais acima que buscam associar os estudos de caso ao modelo indiciário, e à análise de conteúdo, nosso percurso de análise dos materiais, foi construído de acordo com duas linhas de ação:

- a) Análise quantitativa do conjunto de notícias e reportagens publicadas, visando identificar como se deu a cobertura em relação: 1) A quantidade de matérias publicadas, mês/ano, visando identificar as fases mais e menos significativas da cobertura, e por que essas oscilações ocorreram?; e 2) “Fontes de informação” para examinar quem são as fontes; a quais setores pertencem; e quais são mantidas à margem, ou mesmo excluídas do processo de produção.
- b) Análise qualitativa das “Principais falas”, no conjunto de matérias publicadas sobre a “Operação Arco de Fogo”, buscando identificar interesses contraditórios, ambigüidades, tendências, consensos, etc., que possam contribuir para imprimir uma melhor qualidade da cobertura dos desmatamentos na Amazônia. De acordo com Herscowitz (2007) “a identificação de tendências e representações obtém melhores resultados quando emprega, ao mesmo tempo, a análise quantitativa (contagem de frequências do conteúdo manifesto, e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparecem, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina)”.

Entendemos que os objetivos, aos quais nos propomos, possam ser explicados a partir de dois questionamentos:

- a) Como o jornal opera no processo de enquadramento das fontes, partindo da premissa de que existe uma pré-disposição histórica para a utilização das fontes oficiais, na produção das notícias, e uma tendência, também histórica, para exclusão daquelas fontes que não se enquadram aos procedimentos de rotina.
- b) Quais são as “falas”, que melhor caracterizam o confronto de opiniões, sobre os desmatamentos na Amazônia, e que melhor contextualizam a complexidade de relações entre os jornalistas e as fontes.

No entanto, estamos cientes dos limites aos quais estamos submetidos por conta da utilização da análise de conteúdo, como método de nossa pesquisa. Herscowitz (2007) defende que “por mais coerência interna que tenha o arsenal de

codificações e mensuração de um estudo, os resultados da análise de conteúdo são apenas um mapeamento de tendências e intenções, e não a realidade em si, porque esta dificilmente é apreendida através da análise de textos [...]”.

4.3.1 Por que o Jornal O Liberal

A opção pela escolha do Jornal O Liberal do Pará, como objeto de nossa pesquisa, se deve a alguns fatores organizacionais/tecnológicos e, também, históricos.

O Jornal O Liberal foi criado em 1946, para dar sustentação ao Partido Liberal, depois Partido Social Democrata (PSD), e tinha como objetivo defender os interesses políticos de Magalhães Barata, interventor federal, que governava o Estado do Pará, pela segunda vez⁴¹.

Em 1966 o jornal foi adquirido por Rômulo Maiorana que, anos mais tarde, se tornaria um dos maiores empresários do ramo da comunicação no País. Entre as empresas que integram, hoje, o Grupo ORM (Organizações Rômulo Maiorana) destacamos: Jornal O Liberal e Amazônia Hoje; as emissoras de TV Liberal (Canal 7), filiada à Rede Globo, e ORM – sistema de TV a cabo; as Rádios AM, FM, O Liberal CBN, e o provedor de acesso à internet, Libnet. Depois da morte do seu fundador, em abril de 1986, o Grupo passou a ser presidido pelo filho mais novo da família, Rômulo Maiorana Júnior.

De acordo com a empresa Infomídias - FX Mídias, especialista em mídia *indoor* digital, e representante de grandes grupos de comunicação, nas regiões Norte e Nordeste, o Jornal O Liberal, possui uma “visão inovadora, credibilidade e responsabilidade com a informação”. Opera com um modelo de jornalismo voltado para o desenvolvimento regional, priorizando as “ações de responsabilidade socioambiental, agronegócios e sustentabilidade”⁴². É o único jornal das regiões Norte/Nordeste, que recebeu prêmios internacionais.

No portal ORM⁴³, o diretor executivo da empresa, Rômulo Maiorana Junior, atribui a trajetória bem sucedida de O Liberal, a uma preocupação constante e

⁴¹ Ver mais sobre a história do Jornal O Liberal em LUFT (2005).

⁴² Disponível em

<http://www.fxmidias.com.br/v02/infomidias/midia_jornais.html>. Acesso em: 11 nov. 2010.

⁴³ Organizações Rômulo Maiorana.

permanente, do pai, Rômulo Maiorana, que sempre priorizou os avanços editoriais e tecnológicos, de olho nas exigências do mercado. “Nós fazemos exatamente o que mundo moderno exige, o acompanhamento de mudanças em tempo real. [...] inovamos na hora exata [...] atuamos com avanços acima da média do mercado brasileiro e até do mercado mundial⁴⁴.”

A tiragem média do jornal é de 40 mil exemplares, durante a semana, podendo chegar a 87 mil aos domingos. O jornal O Liberal possui seis cadernos diários (Atualidades, Classificados, Esporte, Magazine, Poder e Polícia) e mais oito suplementos na edição de Domingo. Conta, atualmente, com a colaboração de 54 colunistas, entre jornalistas, políticos, empresários, grande parte, destes, com reconhecimento e credibilidade no cenário nacional: Ancelmo Goes, Miriam Leitão, Elio Gaspari, Gaudêncio Torquatto. Também integram a lista de colaboradores do Jornal, o ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso, e o escritor Paulo Coelho.

Atualmente, o jornal mantém quatro correspondentes no interior do Estado: Alailson Muniz e Darte Vasques (Santarém); Edivaldo Mendes (Castanhal); Evandro Correa (Marabá); além de duas sucursais: uma em Brasília (Thiago Vilarins e Ronaldo Brasiliense) e outra, em São Paulo. A empresa está localizada à Av. 25 de Setembro, 2473 - Bairro do Marco, Belém-Pará. Na internet, o jornal está sediado no endereço <http://www.orm.com.br/oliberal/>.

O jornal também mantém ações de responsabilidade social de caráter permanente. O Instituto Criança Vida, e O Liberal na Escola, além de patrocinar diversos eventos culturais no Estado do Pará.

O projeto O Liberal nas escolas foi criado, há 15 anos, com o objetivo de “fomentar o costume da leitura de jornais, em sala de aula”. Em termos mais abrangentes, o projeto visa ampliar a capacidade crítica dos alunos, a qualidade do vocabulário e, também, das intervenções verbais”, contribuindo, para que estes possam compreender melhor o mundo e a comunidade onde vivem. O Programa abrange estudantes da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação especial de escolas particulares e públicas federais.

⁴⁴Disponível em:

<<http://www.orm.com.br/projetos/oliberal/interna/default.asp?modulo=247&codigo=499962>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

Em 2010, o projeto está sendo desenvolvido em 350 escolas distribuídas em 15 cidades do Pará. Ao longo do ano, os coordenadores, diretores e professores das escolas, que integram o projeto, passaram por diversas atualizações incluindo palestras, oficinas e seminários, visando ampliar a capacidade do uso do meio jornal, nas atividades práticas de ensino.

No entanto vale ressaltar que o jornal O Jornal, também, é alvo de muitas críticas, e enfrenta processos na Justiça, acusado de manipular informação, e também, de perseguir jornalistas, entre estes, o jornalista paraense, Lúcio Flávio Pinto, um dos profissionais mais atuantes e respeitados do País.

Por outro lado, entendemos que, questões dessa natureza, não sejam significativas no âmbito dessa pesquisa, pois partilhamos da idéia de que o jornalista deve exercer a atividade com certa autonomia, tanto na seleção dos fatos e das fontes como, também, das falas mais relevantes, principalmente, nas questões que demandam um alto grau de complexidade. A autonomia profissional que nos referimos, é reivindicada, há mais de dois séculos, por jornalistas do mundo inteiro, e conta com o apoio de pesquisadores como o português Nelson Traquina.

Diante dessa perspectiva, nos limitamos em situar nossa escolha - o Jornal O Liberal, apenas do ponto de vista empresarial, tecnológico e histórico, e como um veículo que, há 64 anos, acompanha as principais transformações: políticas, econômicas e sociais, do Estado do Pará. E que, por isso, tem o compromisso e a responsabilidade de manter a opinião pública bem informada, principalmente, nas questões que requerem um tratamento mais integro e abrangente e, por vezes, desvinculado de interesses ideológico-mercadológicos, nesse caso, os desmatamentos.

5 A PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS

5.1 QUANTIDADE E FREQUÊNCIA DE MATÉRIAS

O Gráfico abaixo, “Quantidade e frequência de matérias”, foi elaborado com base no conjunto de notícias e reportagens, publicadas no jornal O Liberal (230 ao total), no período de 1º/01/08 a 31/12/08. As matérias foram coletadas *on line*, no site <http://www.oliberal.com.br>, nas Editorias de Atualidades. Política, Poder e Polícia⁴⁵. O material foi gravado em arquivo digital, numeradas em seqüência, e identificadas de acordo com a data da publicação, e a respectiva editoria, onde foram publicadas.

Embora o método quantitativo não seja o caminho mais apropriado para os estudos de caso – considerando que estes pressupõem uma compreensão mais sistemática e abrangente do objeto, entendemos que o mesmo possa ser elucidativo no sentido de explicar como o Jornal opera na cobertura dos desmatamentos, nas etapas que se seguem: “Principais fontes” (Quem são o que falam e o lugar de onde falam).

Por outro lado, entendemos que o método quantitativo pode servir, como um eixo direcionador de nossa análise qualitativa que objetiva identificar as “Principais Falas”, na cobertura da “Operação Arco de Fogo”, assunto que será tratado no item 6.3.

Do mesmo modo, as possíveis disparidades entre o volume de matérias publicadas, em determinados períodos, podem contribuir para compreendermos por que alguns acontecimentos são mais relevantes e adquirem maior visibilidade do que outros.

O Gráfico 1, a seguir, demonstra como se deu a cobertura dos desmatamentos no Pará, do ponto de vista quantitativo, relação mês/ano.

⁴⁵ Para efeitos dessa pesquisa não incluímos as matérias oriundas de agências de notícias, já que nosso objeto busca priorizar as notícias produzidas em âmbito regional, dada à proximidade aos fatos e melhor identificação com o contexto.

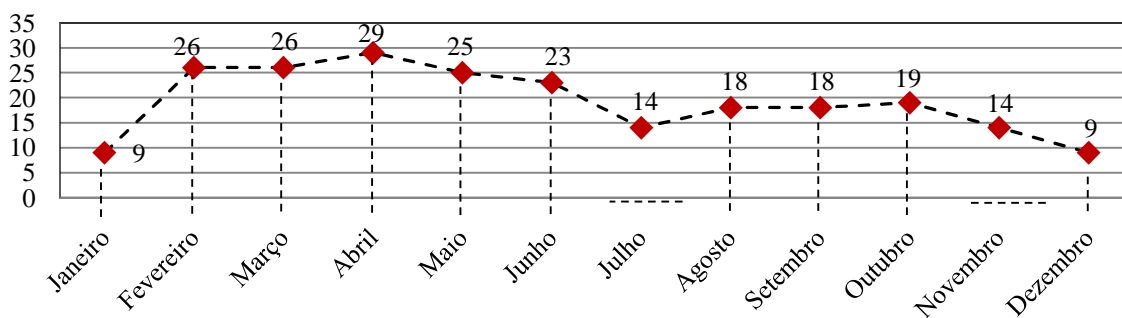


Gráfico 1 - Quantidade e Frequência das Matérias (Total: 230).

Fonte: Da própria pesquisa.

O Gráfico acima – Quantidade e frequência das matérias, embora apresente um caráter puramente quantitativo, revela alguns pontos significativos que podem subsidiar a análise das etapas subsequentes: Principais fontes, item 5.2, e principais falas, item 5.3.2.

Entendemos que a constatação mais importante relativa a essa etapa, decorre da grande disparidade entre o número de matérias publicadas, nos meses de fevereiro a junho de 2008, em relação aos meses de janeiro e dezembro, quando foi registrada a menor incidência de matérias publicadas.

As oscilações detectadas, entre os dois períodos, mais e menos significativos, atestam, num primeiro momento e, sob um âmbito mais geral, que o jornal O Liberal não cobre os desmatamentos de forma contínua e sistemática, e com base no conceito de meio ambiente, enquanto um sistema inter e multidisciplinar, que abrange, portanto, múltiplas fontes de informação, e à luz dos princípios do jornalismo ambiental.

A grande incidência de matérias publicadas durante os meses de fevereiro a junho de 2008 e, por outro lado, a baixa incidência registrada nos meses de janeiro e dezembro indica que a cobertura dos desmatamentos, se deu de forma fragmentada e descontínua, e que ainda depende de eventos especiais para atingir a opinião pública. Conforme tratamos no Capítulo 3, Jornalismo ambiental – Jornalista do presente, a ênfase para os acontecimentos que apresentam um maior grau de visibilidade também é uma tendência presente, em grande parte da imprensa brasileira, e estrangeira nas coberturas envolvendo temas ambientais.

Por outro lado a queda acentuada nos meses de janeiro e dezembro, em relação ao conjunto total de matérias, se justifica porque, durante esse período, não

constatamos, no âmbito dessa pesquisa, nenhum acontecimento particularmente relevante, envolvendo os desmatamentos no estado do Pará.

O grande número de matérias publicadas de fevereiro a junho, se justifica, porque foi justamente, nesse período, que ocorreu um dos maiores acontecimentos envolvendo os desmatamentos ilegais no Pará. A deflagração da Operação “Arco de Fogo”, instituída pelo governo federal, para combater os desmatamentos predatórios e o comércio ilegal de madeira na região, mais precisamente, nos estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará.

Durante o período em que se realizou a Operação, um confronto discursivo se desencadeou na imprensa regional tendo como protagonistas: o governo federal, por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – responsável por comandar a Operação, e os setores direta e indiretamente atingidos pela fiscalização: madeireiros, empregados do setor, e o comércio de um modo geral.

A Operação Arco de Fogo, objeto de nossa análise qualitativa, bem como os seus impactos serão melhor explicados no item 5.3.

5.2 PRINCIPAIS FONTES

A análise quantitativa para avaliar a participação das fontes de informação, durante a cobertura, foi realizada com base no conjunto de matérias publicadas, no período de 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008.

Entendemos que o uso da totalidade do *corpus* (230 notícias e reportagens) para a construção dessa etapa, pode contribuir para explicar como o jornal operou no processo de enquadramento das fontes, levando em consideração que estamos diante de um tema complexo, com alto poder de confronto discursivo, e que envolve a participação de múltiplas fontes de informação: políticas, econômicas, sociais, científicas e que, na sua maioria, defendem interesses totalmente opostos.

Em termos mais específicos, nossa pesquisa objetiva identificar quais as fontes mais relevantes ou, as que detêm maior “credibilidade” junto ao Jornal O Liberal, na cobertura dos desmatamentos, e quais as que são mantidas à “margem” do processo de produção; a que setores estas fontes pertencem, e por que esses fenômenos ocorrem.

Diante dessas indagações, os procedimentos de análise relativos a essa etapa, foram elaborados da seguinte forma: 1) Classificação das fontes de acordo com os setores aos quais estas aparecem vinculadas; 2) Classificação das fontes de acordo com a sua área de atuação, isto é, com as instituições aos quais se vinculam, por exemplo: sabemos que o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA pertencem à esfera do governo federal. Enquanto o primeiro está vinculado à administração direta, o segundo, pertence à administração indireta, sendo responsável pelas ações de fiscalização e outros serviços, que lhe são conferidos pelo Ministério do Meio Ambiente.

Acrescentamos a categoria, “Científicas”, aos procedimentos de análise, considerando que as fontes desse meio tiveram uma participação relevante no conjunto de matérias publicadas. Também, porque estas fontes, via de regra, detêm maior reconhecimento e credibilidade na imprensa, na produção de notícias sobre o meio ambiente.

Para efeitos da pesquisa quantitativa foram codificadas cinco categorias: 1) Políticas (Gráficos 3, 4, 5, 6): governos federal, estadual e municipal (administração direta e indireta), 2) Científicas (Gráfico 7): instituições de pesquisa, incluindo as que se ocupam dos serviços de medição ou monitoramento, e pesquisadores; 3). Econômicas (Gráfico 8): madeireiros e seus órgãos representativos, empresas de mineração, e profissionais liberais ligados ao setor; 4) Sociais (Gráfico 9): movimentos sociais, ONGs, igrejas, sindicatos de trabalhadores, agricultores, “assentados”, e 5) “Outras”: acrescentamos esta categoria aos procedimentos de análise para encampar àquelas fontes que não se enquadram em nenhuma das categorias mencionadas.

Entendemos que a análise quantitativa para examinar as “Principais fontes”, pode contribuir para identificar quais os setores mais representativos, e quais os menos representativos, na cobertura dos desmatamentos, e por que esses fenômenos ocorrem. Em outras palavras, pretendemos, com essa análise, identificar como opera o Jornal O Liberal no processo de seleção das fontes, e obter uma visão proporcional da influência de cada meio no conjunto de matérias publicadas: Político, Científico, Econômico, Social.

O Gráfico 2, Participação das fontes por setor, revela a participação de cada setor no conjunto de matérias publicadas.

De acordo com o gráfico, a Categoria “Políticas” aparece em primeiro lugar, com um percentual de 65,21%, uma diferença bastante acentuada, portanto, isto é, 30,42%, em relação a categoria “Científicas”, que aparece em segundo lugar, com um percentual de 13,05%; o “Econômico”, com 8,07%; e o “Social”, com um percentual de 6,52%. Os demais 6,52% se referem à categoria “Outras”, que não está representada por meio de gráfico.

Vale ressaltar que a predominância das fontes oficiais nos estudos envolvendo jornalismo e meio ambiente é uma tendência que vem se mantendo na grande imprensa brasileira, desde a Conferência do Rio de Janeiro, a Rio-92. Estudo pioneiro realizado por Ramos (1995), durante a realização e repercussão desse evento, nos principais jornais e TVs do País, concluiu que as fontes do meio político - governo “federal” e “internacional” predominaram no conjunto de matérias publicadas, com um percentual de 59,9%.

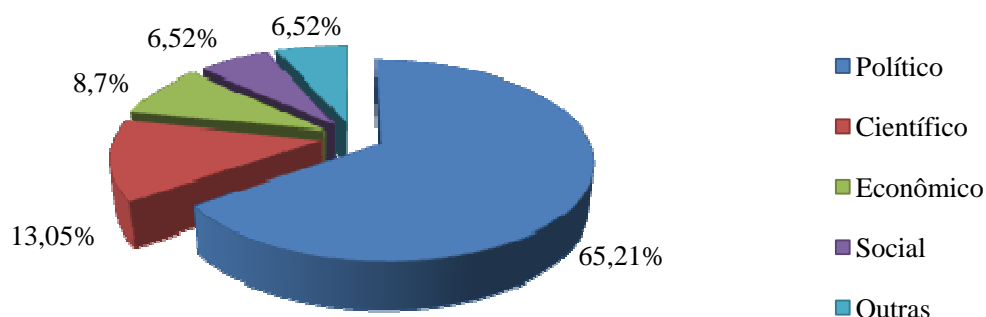


Gráfico 2 - Participação das Fontes por Setor (100%)
Fonte: Da própria pesquisa.

O Gráfico 3, Participação das fontes políticas, se refere a participação das fontes do setor político: governos federal, estadual e municipal (administração direta e indireta). A análise dos materiais, relativa a essa etapa, revelou que o Governo Federal aparece, em primeiro lugar, com um percentual de 45,21%, em relação aos demais poderes (governo estadual e municipal). Juntos, os governos, estadual e municipal, somam 19,99%, em relação ao total de matérias publicadas nessa categoria.

Na categoria Governo Federal (Gráfico 4), a fonte que predominou foi o IBAMA, com um percentual de 20,86%. Em seguida, aparece o Ministério do Meio Ambiente, com uma participação de 15,21%.

Entendemos que a predominância do governo federal, por meio do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente, nessa categoria, deve-se ao fato de que estes órgãos são os responsáveis pelas ações de fiscalização do meio ambiente no País. E que, em 2008, foram realizadas diversas operações de combate aos desmatamentos ilegais e ao comércio ilegal de madeira, no Estado do Pará, entre as quais, a Operação Arco de Fogo – objeto de nossa análise qualitativa, item 6.3.

Constatamos, por outro lado, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teve uma baixa participação, em relação às demais instituições que integram essa categoria: IBAMA e Ministério do Meio Ambiente. No nosso entender, esse fato revela uma lacuna significativa na cobertura dos desmatamentos, no Jornal O Liberal, mais precisamente, no âmbito das relações entre jornalistas e fontes, se levarmos em consideração que o INCRA é o órgão responsável pelo processo de regularização fundiária no País.

De acordo com o material analisado a falta de regularização fundiária é apontada pelos setores econômicos, sociais, científicos, o fator desencadeador dos desmatamentos ilegais na Amazônia, juntamente com a pecuária, agricultura, os assentamentos rurais, e as carvoarias ou guseiras – empresas que se utilizam do carvão vegetal, para a fabricação do ferro-gusa. Assunto que veremos a seguir.

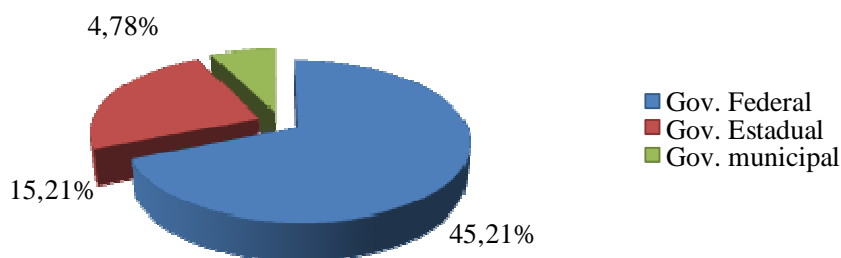


Gráfico 3 - Participação das fontes políticas (65,21%).
Fonte: Da própria pesquisa.

5.2.1 Desmatamentos: causas e consequências

O Quadro 1, abaixo – Desmatamentos: causas e consequências, nos fornece um panorama sobre como foram construídas as notícias sobre os desmatamentos, de acordo com suas implicações políticas, econômicas, sociais e ambientais, mais precisamente, a sua interdependência com a agricultura, a pecuária, e os assentamentos rurais do INCRA.

No nosso entender, 06 (seis) reportagens, relacionadas no quadro a seguir, são elucidativas no sentido de explicar as principais causas e conseqüências dos desmatamentos no Pará, durante o período pesquisado.

No	TITULO	CADERNO	EDIÇÃO
01	Quase 100% do desmatamento é ilegal	Atualidades	25/01/08
02	INCRA patrocina invasões, diz fazendeiro	Atualidades	12/02/08
03	Assentamento é o vilão da Amazônia	Atualidades	13/02/08
04	Amazônia tem 32% de terras irregulares	Atualidades	10/04/08
05	INCRA dá aval a invasor para devastar [...]	Atualidades	13/07/08
06	Assentamentos lideram desmatamentos	Atualidades	30/09/08

Quadro 1 – Desmatamentos (Causas e Conseqüências).

Fonte: Da própria pesquisa.

As reportagens 01, “Quase 100% do desmatamento é ilegal” (Anexo 2) e 04. “Amazônia tem 32% de terras irregulares” (Anexo 17), procuram explicar por que a falta de regularização fundiária é considerada a principal causa dos desmatamentos, na Amazônia, juntamente com a agricultura e à pecuária.

As demais reportagens relacionadas no Quadro 1: 02. “INCRA patrocina invasões, diz fazendeiro”; 03. “Assentamento é o vilão da Amazônia” (Anexo 4); 05. “INCRA dá aval a invasor para devastar florestas”; e 06. “Assentamentos lideram desmatamentos” (Anexo 26) apontam para a interdependência dos desmatamentos no Pará, com os assentamentos rurais do INCRA.

A reportagem 01, “Quase 100% do desmatamento é ilegal” é, no nosso entender, a mais relevante, dentre o material analisado, porque procura explicar, de forma abrangente, a intercausalidade dos desmatamentos com a agricultura e a pecuária, colocando em confronto múltiplas fontes de informação.

Quatro setores foram ouvidos para a construção dessa reportagem, mais precisamente: 1) Político: o Secretário Estadual de Meio Ambiente, Valmir Ortega; 2) Social: o Diretor do Programa Amazônia da Organização Não-Governamental Conservação Internacional, Adrian Garda; 3) Econômico: o Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Pará (Faepa), Carlos Xavier, e o Diretor Executivo do

Sindicato das Indústrias de Ferro-Gusa do Estado do Pará (Sindiferpa), Mauro Corrêa.

A reportagem chama a atenção para o fato de que “mais de 99% dos desmatamentos, registrados no Pará são ilegais”. Esses índices se justificam levando em consideração que, a grande maioria, das “investidas na floresta, não respeitam os limites de derrubada de 20% e de 80%, de área preservada”, previstos por lei. De acordo com a reportagem, entre as causas das irregularidades, estão as “grandes extensões de terra e a falta de pessoal para as ações fiscalização e combate no interior do Estado” do Pará.

O Secretário de Meio Ambiente (Sema), Valmir Ortega – a principal fonte ouvida nessa reportagem, afirma que as iniciativas do governo estadual para coibir os desmatamentos, são decorrentes da divulgação de que o Pará ocupou a segunda posição, nos índices de desmatamento no Brasil, em 2007, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O Plano Estadual de Prevenção ao Desmatamento Ilegal prevê implantar unidades regionais da Sema, nos municípios que registram os maiores índices de desmatamentos. São Felix do Xingu, por exemplo, liderou a lista dos maiores desmatadores, em 2007 e, por isso, deve ser alvo de uma fiscalização mais intensa.

De acordo com o secretário, a iniciativa do governo do Estado, é “aumentar a capacidade de cobertura em um território de mais de 1,2 mil quilômetros quadrados [...]. A presença física da Secretaria reduziria a atuação de madeireiros, pecuaristas, grileiros, posseiros e toda sorte de atores sociais que contribuem com o desmatamento”.

Na mesma reportagem, o diretor do Programa Amazônia da Organização Não-Governamental Conservação Internacional, Adrian Garda – a segunda fonte ouvida nessa reportagem, atribui o aumento dos índices de desmatamentos no Pará, registrados nos meses de novembro e dezembro, de 2007, pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), ao avanço da soja e da pecuária na região. Para ele, “a desculpa dos representantes do setor agropecuário de que as atividades econômicas estão restritas a áreas já degradadas não convence. “Nestes dois meses, mais de 95% da devastação ocorreu dentro de áreas privadas, principalmente, para expandir os pastos, [...] São Félix do Xingu, onde o INPE apontou a maior taxa de desmatamento, não por coincidência, tem o maior rebanho do Estado”.

O Presidente da Federação de Agricultura do Pará (Faepa), Carlos Xavier – a terceira fonte ouvida nessa reportagem defende que os produtores de soja e de gado não podem ser responsabilizados, sozinhos, pelos altos índices de desmatamento na Amazônia. “Ninguém derruba floresta para plantar soja, seria inviável, o custo é muito alto. [...] só se cultiva soja em áreas já antropizadas”, afirma.

Para a Faepa, a participação da pecuária nos desmatamentos ilegais deve ser relativizada quando o assunto é encontrar culpados para o problema. A exemplo do que ocorreu com o cultivo da soja, nos últimos anos, “a produção de gado também tem sido feita nas áreas já desmatadas. E acrescenta: a categoria “não compactua com o desmatamento ilegal e está empenhada, junto aos órgãos estaduais, na busca de alternativas mais sustentáveis para o meio ambiente”.

A Matéria 04, “Amazônia tem 32% de terras irregulares”, trata sobre a falta de regularização fundiária, como prerrogativa para os crimes de grilagem, trazendo ao conhecimento público, a pesquisa do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), intitulada, “Quem é o dono da Amazônia?”

O Imazon analisou recadastramentos do INCRA, em 1999, (em propriedades iguais ou maiores de dez mil hectares); 2001 (propriedades entre cinco mil e 9,99 mil hectares em municípios selecionados); e 2004 (posses em municípios selecionados da Amazônia). O estudo concluiu que: “pelo menos 158 milhões de hectares de terra - o equivalente a 32% das terras da região permanecem irregulares [...] e com processos inconclusos junto aos órgãos federais. Existem propriedades com documentos falsos e posses informais cuja localização é desconhecida e sobre as quais restam dúvidas sobre o direito de regularização” (Jornal O Liberal, 10/04/2008, Atualidades).

As demais reportagens relacionadas no Quadro 1: 02. “INCRA patrocina invasões, diz fazendeiro”; 03. “Assentamento é o vilão da Amazônia”; 05. “INCRA dá aval a invasor para devastar florestas”; e 06. “Assentamentos lideram desmatamentos”, apontam para a interdependência dos desmatamentos com os assentamentos rurais do INCRA, no estado do Pará.

A Matéria 02, “INCRA patrocina invasões, diz fazendeiro”, procura esclarecer, já a partir do próprio título, por que o governo federal deve ser responsabilizado pelo aumento dos desmatamentos na Amazônia.

Três fontes foram ouvidas para a construção dessa reportagem: um empresário do setor madeireiro; o Superintendente do INCRA e o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) no Estado do Pará.

De acordo com o empresário Dário Bernardes – proprietário da primeira fazenda com Selo Verde no Pará, e principal fonte ouvida nessa reportagem, a “reforma agrária, não passa de uma grande farsa”. O INCRA [...] é o órgão que fomenta as invasões de terra no Pará [...], fazendo reforma agrária, de qualquer jeito, em qualquer área, sem levar em conta se é mata fechada, se é área de manejo, e sem oferecer a mínima infra-estrutura aos assentados”.

Em outro trecho da reportagem, o Superintendente Substituto do INCRA, Elielson Silva, negou a participação daquele órgão no aumento dos desmatamentos, e no fomento às invasões de terras no Pará. “Na verdade, não tem [...] nexos de causalidade esta relação do desenvolvimento social que o INCRA vem fazendo com o desmatamento que vem ocorrendo na Amazônia”. Por outro lado, admite que os assentamentos não oferecem infra-estrutura adequada para os agricultores acampados, que ficam impedidos de produzirem até mesmo alimentos para o seu próprio sustento.

O Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), Carlos Augusto Santos Silva, também considera que os assentamentos do INCRA não têm ocorrido de forma ordenada, e muito menos, de maneira ecologicamente correta. Defende que é preciso buscar uma “solução para que de fato sejam criados assentamentos adequados, mas não é por causa destes desajustes, que devemos condenar as ações de reforma agrária, uma importante política de inclusão social”.

A Matéria 03, “Assentamento é o vilão da Amazônia”, procura ressaltar a participação do INCRA, nos desmatamentos no Pará. Na verdade, trata-se de uma resposta da Federação de Agricultura do Estado do Pará (Faepa), às acusações feitas pela Organização Não-Governamental Conservação Internacional, e pelo próprio governo federal, à Matéria 01, “Quase 100% do desmatamento é ilegal”, de que o agronegócio⁴⁶ – cultivo da soja mais a pecuária, seriam os grandes vilões dos desmatamentos na Amazônia.

⁴⁶ O Presidente da Faepa, Carlos Xavier, avalia que “não é justa a condição de vilão” imposta aos produtores rurais e pecuaristas, acrescentando que “as riquezas geradas pelo agronegócio têm sido importantes para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e estadual. Trata-se de um setor que [...] precisa ser valorizado e estimulado no Brasil” (Jornal O Liberal, 13/02/08, Atualidades).

Por meio de nota publicada na imprensa, o Presidente da Faepa, Carlos Xavier, afirma que não é o *agribusiness* o maior responsável pelo desmatamento no Pará, mas, sim, os assentamentos do INCRA. Atribui parte da responsabilidade à própria União, pela “má gestão dos territórios de floresta no Estado, e pela “falta de políticas para controlar o desmatamento na Amazônia”, uma vez que mais de 70% das terras paraenses pertencem ao governo federal”.

De acordo com o empresário é “muito simples” comprovar a participação dos assentamentos nos desmatamentos no Pará. Até outubro de 2007, as superintendências do INCRA, de Belém, Marabá e Santarém implantaram 896 novos projetos de assentamentos, com uma média de 200 famílias por área, perfazendo um total de 190 mil famílias de colonos, apenas no Pará.

A Instrução Normativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário permite a cada família de assentado a abertura de três hectares de floresta por ano. “Se multiplicarmos os números, veremos que o resultado será um potencial significativo de desmatamento anual, financiado com recursos do próprio governo federal, por meio do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil”. Acrescenta o empresário: “o que falta é uma política pública que estimule o desenvolvimento sustentável dessas áreas de reforma agrária e para controle dos fluxos migratórios de outros Estados em direção à Amazônia” (Jornal O Liberal, 13/02/08, Atualidades).

As reportagens 05, “INCRA dá aval a invasor para devastar florestas” e 06 “Assentamentos lideram desmatamentos”, são, no nosso entender, um desdobramento da matéria 03, “Assentamento é o vilão da Amazônia”, e nos fornecem um panorama do conflito de opiniões envolvendo, por um lado, o setor econômico, representado pelos produtores rurais e, por outro, o setor político – mais precisamente, o governo federal, por meio do INCRA, enquanto órgão responsável pela regularização fundiária no País.

A primeira reportagem “INCRA dá aval a invasor para devastar florestas” procura mostrar a interdependência entre a falta de estrutura dos assentamentos com as invasões de terra, e a extração ilegal de madeira na Amazônia.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Serra Azul, criado pelo INCRA, em 2005, no município de Monte Alegre, oeste do Pará, é um dos exemplos, identificados no material analisado, que servem para contextualizar as irregularidades nos projetos de assentamentos rurais, na região.

Em 2007, o Projeto Serra Azul foi interditado pela Justiça Federal, a pedido do próprio Ministério Público Federal, sob a acusação de que o INCRA estaria criando assentamentos de forma ilegal e sem o devido processo de licenciamento ambiental. De acordo com a reportagem o “PDS tornou-se alvo de invasões e de desmatamento ilegal, enquanto os verdadeiros beneficiados pela criação do Projeto – os agricultores, não podem entrar na área, [...]”. O INCRA “não fiscaliza a entrada de pessoas estranhas, não evita a devastação e o licenciamento do assentamento não acontece” (Jornal O Liberal, 13/07/08, Atualidades).

O Presidente da Associação de Assentados da Serra Azul (ASA), Luís Paulo, enfatiza o trabalho da entidade no sentido de convencer as pessoas a esperarem o licenciamento ambiental para ocuparem os seus lotes. No entanto, o PDS tornou-se alvo de invasões e de desmatamento ilegal. Também não possui estradas, escolas, postos de saúde, ou qualquer outro tipo de infra-estrutura básica. As famílias que ocupam a área vivem em condições precárias, sem nenhuma assistência do governo.

Em outro trecho da reportagem, o chefe do INCRA em Monte Alegre, Cleomar Luís Rodrigues da Silva, reconhece o problema e alega que a falta de pessoal para a fiscalização da área complica ainda mais a situação. No total, são apenas 10 servidores, quando, na verdade, seriam necessários, pelo menos 70, para atuarem na própria Unidade, e para as atividades de fiscalização e combate aos crimes ambientais nos assentamentos. O acesso ao PDS Serra Azul, que só pode ser feito por meio de helicóptero, também contribui para dificultar as ações de fiscalização.

A segunda reportagem relativa a esse bloco, “Assentamentos lideram desmatamentos” procura mostrar, por meio de percentuais, a participação dos assentamentos rurais no aumento dos índices de desmatamentos no Pará.

Levantamento feito pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, em 2008, atesta que o INCRA ocupou as seis primeiras posições, na lista dos cem maiores desmatamentos registrados da Amazônia Legal, desde 2006. A lista é composta, também, por pessoas físicas e empresas.

Durante esse período, os assentamentos foram responsáveis pelo desmatamento de uma área de 228.208,649 hectares⁴⁷, nos estados do Pará e do

⁴⁷ O Presidente do INCRA, Rolf Hackbart, reagiu, à divulgação da lista, afirmando que os dados se referem a assentamentos antigos e aos desmatamentos que ocorreram até 2001. Segundo ele, o levantamento foi feito com base em fotos de satélite de 1997 e 2006. “Na época da criação dos

Mato Grosso, por onde passa o chamado “Arco do Desmatamento”. Das cem áreas atuadas, 49 estão localizadas em Mato Grosso e 38, no Pará.

À época, o então Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou uma agenda de medidas para combater os desmatamentos na Amazônia: 1) Criação de um comitê interministerial de combate ao desmatamento, composto por seis ministros, uma espécie de “Copom do Meio Ambiente”, com reuniões a cada dois meses; 2) Elaboração do plano de prevenção e combate ao desmatamento, com a criação de novos distritos florestais na Amazônia, e do Fundo Amazônico para políticas de combate ao desmatamento; 3) Criação da Força Federal de combate aos crimes ambientais, com a realização de um concurso público para a seleção de três mil novos oficiais federais; 4) Instalação de novas barreiras da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para detectar o transporte de madeira retirada de forma irregular; e 5) Criação de oficinas para dar sustentabilidade aos assentamentos do INCRA e em toda a região (Jornal O Liberal, 30/09/08, Atualidades).

Entendemos que as três reportagens, acima, ressaltam a importância do INCRA, para o aprofundamento das notícias sobre os desmatamentos na Amazônia, não somente, como órgão do governo federal, encarregado das questões fundiárias no País, mas, também, como um dos principais agentes dos desmatamentos, por meio dos assentamentos rurais.

No nosso entender, esses fatos demonstram o quanto são complexas as coberturas dos desmatamentos, principalmente, quando as notícias envolvem um alto grau de confronto de opiniões, entre os setores envolvidos.

Selecionamos três reportagens para melhor esclarecer esta afirmação. As reportagens 1. “INCRA vai recadastrar imóveis rurais” (Anexo 7); 2. “Propriedades rurais ignoram recadastramento⁴⁸ exigido pelo INCRA”; e 3. “Produtores rurais ignoram cadastro” (Anexo 24) tratam sobre o recadastramento das propriedades

assentamentos, a legislação ambiental era diferente da atual. (Jornal O Liberal, 30/09/08, Atualidades).

⁴⁸ O objetivo do INCRA era recadastrar, no período de 3 de março a 2 de abril de 2007, mais de 23 mil imóveis rurais, entre pequenas, médias e grandes propriedades, situadas em doze municípios paraenses considerados os campeões do desmatamento no Estado. Segundo o Superintendente Regional do INCRA, em Belém, Cristiano Martins, a meta é “identificar com precisão a malha fundiária dos municípios paraenses que integram a relação dos 36 municípios da Amazônia Legal, que lideram o ranking do desmatamento na região, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para comprovar a propriedade do imóvel, os produtores rurais têm de apresentar ao INCRA, documentos que comprovem a titularidade ou posse pacífica da terra, juntamente com plantas e memoriais descritivos da localização geográfica do imóvel. (Jornal O Liberal, “INCRA vai recadastrar imóveis rurais”, 29/02/08, Atualidades).

rurais – como medida para minimizar os problemas fundiários na região, combater os crimes de grilagem, as invasões de terra, os impactos ambientais sobre a floresta.

Entendemos que as três reportagens sintetizam, muito bem, o alto grau de confronto de interesses entre as principais fontes envolvidas com os desmatamentos na Amazônia quando o assunto é a regularização fundiária: de um lado, o setor político, representado pelo INCRA, e de outro, o setor econômico, representado pelos produtores rurais e pecuaristas.

A reação contrária dos produtores ao recadastramento proposto pelo INCRA, de que trata a matéria 03, no nosso entender, encerra a participação do governo federal enquanto responsável pela regularização fundiária no País, e como um dos principais agentes dos desmatamentos na Amazônia.

A categoria, Governo Estadual, representada no Gráfico 5, aparece em segundo lugar, no conjunto de matérias do setor “Político”, com um percentual de 15,21%, em relação às demais fontes dessa categoria. A fonte que predomina é o governo do Estado do Pará, por meio da governadora, Ana Júlia Carepa (PT) e, em seguida, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema).

A participação expressiva do governo estadual, no conjunto de matérias nessa Categoria, se justifica, porque a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) é a principal parceira do governo federal nas ações de fiscalização e no combate aos desmatamentos ilegais na região. A Operação Arco de Fogo, por exemplo, contou com a participação efetiva do Governo do Estado, por meio das Polícias Civil e Militar, por meio da Delegacia do Meio Ambiente (Dema), Defesa Civil e Corpo de Bombeiros.

A participação da Polícia Federal, Polícia Civil e Militar e, também, do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, nas operações conjuntas entre o governo federal e estadual atestam que a cobertura dos desmatamentos é um caso predominantemente “Político”, podendo, por vezes, se transformar num caso de “Polícia”, porque envolve apreensões, multas, prisões e a impetração de ações judiciais. E aqui cabe um parêntese.

A constatação de que os desmatamentos na Amazônia são, também, um caso de polícia, ficou evidente, durante a análise da cobertura da Operação Arco de Fogo, item 5.3. Três reportagens: “IBAMA volta a Tailândia” (21/02/08); “Governadora acusa madeireiras e promete continuar com a Operação” (21/02/08); e

“Força Nacional vai ocupar Tailândia” (23/02/08), relacionadas no Quadro 3, não por coincidência, foram publicadas na Editoria de “Polícia”.

Na categoria “Governo Municipal” (Gráfico 6), o destaque ficou por conta da Prefeitura Municipal de Paragominas, que aparece em primeiro lugar, com um percentual de 4,8%, em relação às demais fontes, dessa categoria (prefeituras de Belém, Tomé-Açu, e Santarém).

Esse fato se justifica porque, em 2007, foi implantado o projeto “Município Verde”, que prevê atingir o índice de desmatamento zero, nos próximos anos, com a implementação de políticas de reflorestamento, implantação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do município, como alternativas aos desmatamentos.

O Programa “Desmatamento Zero”, da Prefeitura Municipal de Paragominas, que se destaca no conjunto de matérias analisadas, relativas a essa categoria, como alternativa aos desmatamentos, trata-se de um projeto inovador, que conta com o apoio de setores políticos, econômicos, científicos e sociedade civil organizada.

Três reportagens ressaltam a importância dessa iniciativa para reduzir os desmatamentos no município. 1) “Paragominas superou cultura da devastação” (Anexo 3); 2) “Paragominas quer deslançar zoneamento ecológico até agosto” (21/04/08, Atualidades); e 3) “Paragominas terá zoneamento ecológico” (11/03/08, Atualidades)

A Matéria 01, “Paragominas superou cultura da devastação”, trata sobre o projeto Vale Florestar, que prevê reflorestar mais de 150 mil hectares na rodovia Belém-Brasília, em parceria com o governo federal.

A iniciativa prevê minimizar os efeitos dos desmatamentos, no município que, durante as últimas quatro décadas, integrou a lista dos campeões de desmatamentos de todo o País. De acordo com a reportagem, o município possui, hoje, o maior projeto de reflorestamento de espécies nativas da Amazônia e a terceira maior área de certificação florestal - FSC do Brasil.

O termo de cooperação técnica assinado entre a Prefeitura Municipal, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e o Ministério do Meio Ambiente, conforme a reportagem 2, desse bloco, “Paragominas quer deslançar zoneamento ecológico até agosto”, trata sobre o Plano Municipal de Combate ao Desmatamento, que prevê o cadastramento das propriedades rurais, seguido do Zoneamento Econômico Ecológico.

O pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Adalberto Veríssimo, responsável pela elaboração do Projeto ressalta: “Para que o plano se realize de maneira efetiva é necessário um planejamento e parcerias estratégicas, além de um plano que consolide o econômico, o social e o ambiental”.

O destaque para a Prefeitura Municipal de Paragominas, na categoria “Governo Municipal”, no âmbito dessa pesquisa, demonstra que existe um interesse particular do jornal O Liberal, em cobrir propostas sustentáveis de desenvolvimento, e com resultados em longo prazo, que visam a preservação da floresta, e como alternativa, ao modelo de extrativismo predatório de madeira, empregado, durante décadas, na Amazônia.

A mesma reportagem também procura mostrar que o reflorestamento das áreas já degradadas, com árvores nativas, é uma alternativa apropriada e eficiente para minimizar os impactos dos desmatamentos na região. A proposta conta com o apoio de diversos setores: políticos, sociais, econômicos - os madeireiros inclusive, e principalmente, científicos, além dos órgãos financiadores, responsáveis pela sustentação financeira na implantação e execução dos projetos.

Por outro lado, o material analisado revelou indícios de que uma nova tendência, ou uma nova frente de preservação da Amazônia começa a tomar impulso podendo se transformar no principal objeto de debates, nos próximos anos. Trata-se da manutenção da “floresta em pé”, assunto que aprofundaremos no item a seguir.

5.2.2 Alternativas: “Floresta em pé”

A reportagem, intitulada, “Wandenkolk pede desenvolvimento, mas com preservação da região” aponta os antecedentes⁴⁹ que levaram à destruição da floresta, e ao mesmo tempo, chama a atenção para a importância da “manutenção

⁴⁹ De acordo com o parlamentar, a região amazônica sempre foi explorada de forma irresponsável, desde a colonização, nos moldes de quem busca o lucro momentâneo, sem ter em conta o rastro de destruição que fica à sua passagem. “A destruição do meio ambiente na Amazônia está vinculada à exploração econômica descontrolada para atender o mercado mundial, à exploração descontrolada da mão-de-obra e à mínima retenção de riqueza na região, com a conseqüente desarticulação social das populações locais, que desde a colonização explora os recursos regionais (Jornal O Liberal, 22/07/08, Poder).

da floresta em pé”, como resposta ao modelo histórico de desenvolvimento adotado para a região, que não levou em conta as especificidades regionais.

O Deputado Federal, Wandenkolk Gonçalves (PPS/PA), defende que “a destruição da Amazônia só será superada no momento em que a floresta em pé passar a valer mais do que a sua destruição com a exploração de diversas atividades, [...] como a venda de créditos de carbono”, por exemplo. (Jornal O Liberal, 22/07/08, Poder).

As reportagens relacionadas no Quadro 2 – Alternativas aos desmatamentos – Floresta em Pé, tratam sobre a importância da preservação da Amazônia, e o que isso pode representar em termos de ganhos sociais, ambientais e, também, financeiros para a região.

Nº	TÍTULO	EDITORIA	EDIÇÃO
01	Quem deixar de derrubar a floresta vai ganhar crédito	Atualidades	09/05/2008
02	Floresta em pé é muito mais lucrativa	Atualidades	25/08/2008
03	Governadores pedem pagamento por floresta	Atualidades	20/11/2008

Quadro 2 – Alternativas aos desmatamentos: “Floresta em Pé”

Fonte: Da própria pesquisa

A matéria 01, “Quem deixar de derrubar a floresta vai ganhar crédito”, (Anexo 22), procura enfatizar a importância da preservação da Amazônia ou a “manutenção da floresta em pé”, como uma tendência que conta com o apoio do governo brasileiro, de alguns governadores da região, e de entidades científicas estrangeiras.

O Plano Amazônia Sustentável (PAS) assinado no dia 08/05/08, pelo presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, reúne medidas e ações em torno de um “modelo de desenvolvimento “sem devastação” para a Amazônia, nas áreas de meio ambiente, além da “promessa de crédito para quem não derrubar a floresta; e de intensificação da fiscalização e de infra-estrutura como portos, hidrovias, ferrovias, estradas e termelétricas, além de projetos de saneamento básico e habitação” (Jornal O Liberal, 09/05/2008, Atualidades).

A segunda matéria desse bloco, “Floresta em pé é muito mais lucrativa” (Anexo 25) procura esclarecer, já a partir do próprio título, e por meio de uma fonte

científica/social, a importância de preservar a floresta e a sua biodiversidade, e como essa medida pode se transformar num negócio lucrativo, em longo prazo.

A analista em biodiversidade da Organização Não-Governamental, Conservação Internacional, Thaís Kasecker, procura explicar a importância de preservar as florestas tropicais. De acordo com a pesquisadora, as florestas tropicais são áreas primárias e, por isso, detêm uma infinidade de genes e componentes que podem ser usados para o aprimoramento da agricultura, da indústria farmacêutica, florestal, etc., desde que focados em “atividades compatíveis com a proteção da biodiversidade”, e no manejo sustentável dos recursos.

Na mesma reportagem, o vice-diretor do Museu Emílio Goeldi, Nilson Gabas, chama a atenção para o fato de que manter a biodiversidade na Amazônia “é questão de sobrevivência, enquanto parte da cadeia alimentar”. Segundo ele, o governo federal deve criar políticas públicas que incentivem o desenvolvimento de pesquisas, na região, além de investimentos na instalação e manutenção de laboratórios bem equipados e com alta tecnologia. Também ressalta a importância do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) que realiza pesquisa com medicamentos naturais, há mais de uma década. Mais de 45 produtos já foram elaborados com matérias-primas nativas da região, extraídas com o apoio de pessoas das comunidades tradicionais⁵⁰ da região, com supervisão técnica e controle de qualidade da Instituição.

O Diretor Presidente do Instituto, Benedito Rabelo, alerta que os desmatamentos são um “risco” para a coleta de amostras, usadas no desenvolvimento de pesquisas. A “derrubada da floresta, sem o devido conhecimento do manejo sustentável torna muito mais difícil a descoberta de novas espécies de plantas medicinais” (Jornal O Liberal, 25/08/08, Atualidades).

A reportagem 03, “Governadores pedem pagamento por floresta” (Anexo 27), procura mostrar que existe vontade política, de alguns governadores da região, para que os desmatamentos na Amazônia sejam estancados.

Em junho de 2007, os governadores do Pará, Ana Júlia Carepa, do Mato Grosso, Blairo Maggi, e Eduardo Braga, do Amazonas, representaram o Brasil no

⁵⁰ Povos tradicionais são aqueles grupos possuidores de um conhecimento definido como: “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. [...] Há uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social [...]” (DIEGUES et al., 2001 apud DUTRA, 2005).

Fórum Global de Governadores sobre Mudanças Climáticas, promovido pelo governador de Los Angeles, Califórnia, Arnold Schwarzenegger.

O Protocolo de Cooperação ambiental firmado entre os governadores brasileiros e os governos dos estados norte-americanos da Califórnia, Illinois e Wisconsin, estabelece metas de redução em 20% das emissões de gases que causam o efeito estufa. Os estados brasileiros devem concentrar esforços no combate ao desmatamento, que é responsável por 75% das emissões do Brasil, se utilizando de um instrumento denominado Redução por Desmatamento Evitado (*RED*, na sigla, em inglês) e também na redução das queimadas.

A reportagem também procura mostrar que o Estado do Pará pode assumir a vanguarda na implementação e execução do Protocolo. A governadora, Ana Júlia Carepa, considera que: “embora o Pará detenha o maior índice absoluto de desmatamento da Amazônia, com aproximadamente 24 milhões de hectares, o Estado ainda detém mais da metade do seu território sob forma de áreas protegidas, seja unidade de conservação em suas diversas categorias, ou Terra Indígena”.

Uma segunda afirmação da governadora chama a atenção para o fato de que a manutenção da floresta em pé, passa, obrigatoriamente, pela garantia da melhoria da qualidade de vida dos povos da floresta. E de que “não haverá solução para a Amazônia se não houver enfrentamento à pobreza, com a implementação de mecanismos que visem ajudar os que já vivem na floresta a mantê-la em pé” (Jornal O Liberal, 20/11/2008, Atualidades).

Entendemos que a reportagem “Governadores pedem por pagamento de floresta”, também, é uma das mais relevantes, no conjunto de matérias publicadas. Primeiro, porque demonstra a importância ambiental e social de preservar a floresta, e em seguida, porque atenta para os desafios na implantação de projetos sustentáveis na região.

Partilhamos da idéia de que as questões ambientais devam ser tratadas de acordo com as tendências em vigor, cabendo aos jornalistas buscar alternativas e medidas preventivas, e de longo prazo, conforme demonstrou a análise até aqui.

Pesquisadores sugerem que o jornalismo deve ir além dos fatos, investigar as causas e as conseqüências dos fenômenos, atentar para importância do uso de múltiplas fontes de informação, como forma de contribuir para que grande parte dos problemas sejam elucidados e atinjam a opinião pública, antes mesmo que estes ocorram (MELO, 1982); (CHAPARRO, 2001).

Entendemos que a preponderância das fontes de informação, do setor “Político” – representado pelos governos, federal e estadual e municipal, com um percentual de 65,21%, no âmbito desta pesquisa, atesta que a cobertura dos desmatamentos na Amazônia, tem um caráter predominantemente político, e que as fontes oficiais ou institucionais são as que ditam as cartas no processo, no jornal O Liberal do Pará.

Por outro lado, chamamos a atenção para o fato de que a unilateralidade no uso de determinadas fontes de informação, conforme constatamos, nessa etapa da pesquisa, que identificou as principais fontes presentes na cobertura, pouco contribui para os avanços do jornalismo ambiental, que pressupõe um emprego equilibrado dos diversos setores envolvidos com os fatos.

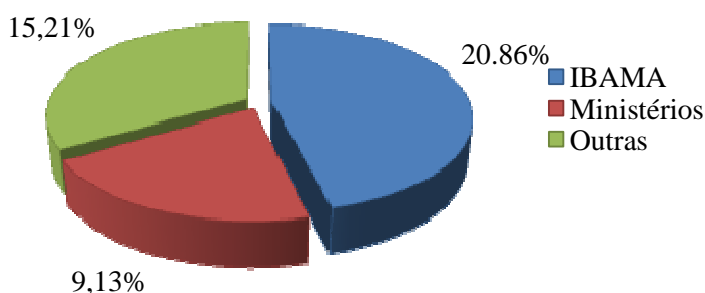


Gráfico 4 - Governo Federal (45,21%).
Fonte: Da própria pesquisa.

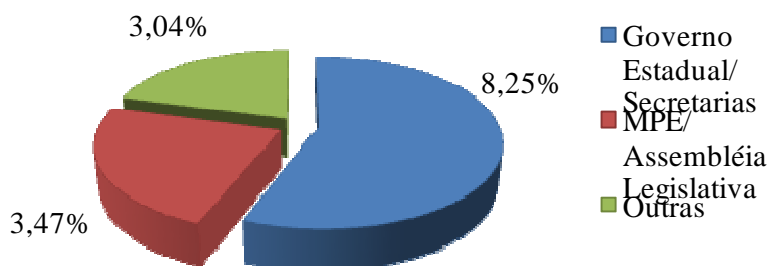


Gráfico 5 - Governo Estadual (15,21%)
Fonte: Da própria pesquisa.

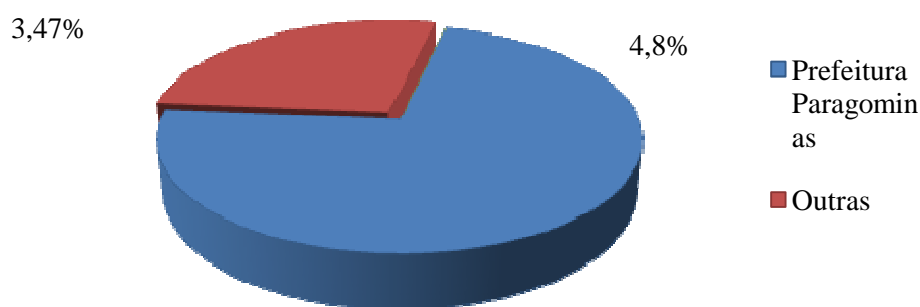


Gráfico 6 - Governo Municipal (4,78%).
Fonte: Da própria pesquisa.

De acordo com o Gráfico 7, a categoria “Científicas” – representada pelas instituições de pesquisa, incluindo as que se ocupam dos serviços de medição e monitoramento, e pesquisadores, aparece, em segundo lugar, no conjunto de matérias publicadas, com um percentual de 13,05%. O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) foi a fonte que obteve a maior participação, nessa Categoria, seguida do Museu Goeldi (MPEG) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Os resultados acima demonstram que o Imazon, o Museu Goeldi e o INPE são as três instituições científicas que detêm maior credibilidade, junto ao jornal O Liberal, na cobertura dos desmatamentos. Esse fato se justifica porque, tanto o Imazon, quanto o Museu Goeldi, e o INPE desenvolvem pesquisas e ações voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável na região, amplamente reconhecidas, no Brasil e no exterior.

Mas quem são estas fontes e quais suas principais atividades no universo da pesquisa?

O Imazon foi fundado em 1990, em Belém, com o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, [...] disseminação ampla de informações e formação profissional”.

Em dezoito anos de existência, a instituição já publicou mais de 300 artigos, dos quais mais de 50%, em revistas científicas internacionais. É considerada uma

associação sem fins lucrativos, e qualificada pelo Ministério da Justiça brasileiro, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)⁵¹

O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) é a instituição de pesquisa mais antiga da região Amazônica. Foi criado no dia 6 de outubro, de 1866, em Belém, no Pará, pelo naturalista Domingos Soares Ferreira Penna, e é vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Ao longo de sua história o MPEG acumulou importantes coleções botânicas, zoológicas, paleontológicas, mineralógicas, arqueológicas, etnográficas e bibliográficas⁵²

Desde a sua fundação, o MPEG se dedica ao “estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimentos e acervos relacionados à região”, estando inserido em várias redes de pesquisas internacionais. Em 2002, a instituição lançou o Programa Biodiversidade da Amazônia, em conjunto com a ONG Conservação Internacional (CI-Brasil). No mesmo período, começou a integrar a Rede Nacional de Pesquisas (RNP), o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), o Tropical Ecology Assessment and Monitoring (TEAM), o Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) e a Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (GEOMA)

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), por sua vez, é o órgão responsável pelo desenvolvimento científico e tecnológico de sistemas digitais utilizados nos processos de monitoramento e acompanhamento dos índices de desmatamentos, e das queimadas em todo o País. Entre os programas desenvolvidos pelo INPE para a Amazônia estão o Prodes (Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) e o DETER (Detecção do Desmatamento em Tempo Real).

O sistema Prodes foi implantado em 1988, e tem por objetivo levantar as estimativas anuais das taxas de desflorestamento da Amazônia Legal, por meio da classificação digital de imagens. Paralelamente, o Sistema está produzindo um super banco de dados voltado para apoiar as ações de fiscalização do governo federal na região, mais precisamente, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA.

O DETER (Detecção do Desmatamento em Tempo Real) é um levantamento, realizado mensalmente pelo INPE, desde maio de 2004, que utiliza dados de dois

⁵¹ Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/novo2008/index.php?>>. Acesso em: 28 set. 2009.

⁵² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Goeldi>. Acesso em: 28 set. 2009.

satélites (Terra/Aqua e CBERS), e tem como principal vantagem, a apresentação dos dados estratificados por município, estado, base operativa do IBAMA e unidades de conservação. É um sistema de alerta, e ao mesmo tempo, um indicador de tendências do desmatamento anual, que mapeia tanto áreas de corte raso, quanto áreas em processo de desmatamento por degradação florestal. Este serviço também serve de suporte aos órgãos federais no controle e combate aos desmatamentos, facilitando e agilizando as operações de fiscalização.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais é vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, e tem sua sede em São José dos Campos, no estado de São Paulo. É uma das instituições de pesquisa de maior credibilidade no País. Mantém acordos de cooperação com cerca de 20 países entre os quais, a Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Japão e Índia, para a troca de conhecimento e tecnologia. O site do INPE é hoje um dos mais consultados pelos jornalistas, que cobrem os desmatamentos na Amazônia⁵³.

Os resultados acima revelam, portanto, que as fontes ligadas ao meio “Científico” ocupam o segundo lugar, no conjunto de matérias publicadas, com um percentual de 13,05%. No nosso entender, a participação expressiva das fontes dessa categoria, em relação às demais categorias, revela uma tendência positiva da cobertura, considerando que estas fontes detêm um alto grau de reconhecimento e credibilidade na produção jornalística sobre o meio ambiente.

No entanto, alguns estudiosos acusam os jornalistas ambientais de terem sido acometidos pela “síndrome do Lattes”, ou síndrome da lattelização, nos últimos anos. Em outras palavras, que estes têm dado extrema prioridade, ou se reduzido, às fontes do meio científico, esquecendo, na verdade, que “a questão ambiental deve ser tratada a partir da ótica daqueles que são os mais diretamente afetados, a sociedade” (BUENO, 2007).

Particularmente, não partilhamos com a idéia da “lattelização” do noticiário, porque entendemos que as fontes científicas merecem, sim, um lugar de destaque na cobertura do meio ambiente, principalmente em se tratando dos desmatamentos na Amazônia. Os pesquisadores – enquanto detentores de um conhecimento inter e multidisciplinar sobre os temas ambientais são – ou pelo menos deveriam ser, os responsáveis pela busca de alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico,

⁵³ Disponível em: <<http://www.inpe.br/>>. Acesso em: 6 out. 2009.

baseado no consumo predatório de produtos oriundos de recursos naturais. Os meios científicos formam o alicerce para a formulação das políticas públicas. Esse fato não exclui a importância das fontes detentoras do chamado “saber tradicional”, mais precisamente, os povos tradicionais como os índios, por exemplo – e que, também, tiveram uma baixa participação no conjunto de matérias, embora estejam entre as fontes mais relevantes no sentido de denunciar os desmatamentos ilegais.

Um dado significativo, nessa categoria, é que a Universidade Federal do Pará (UFPA) não consta, como fonte principal, no conjunto de matérias publicadas, mesmo em se tratando de uma das universidades mais tradicionais do País, e responsável pela produção de um grande volume de pesquisas sobre temas regionais. Além disso, a instituição agrega o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), um centro de pesquisa inter e multidisciplinar, reconhecido internacionalmente, que oferece cursos de pós-graduação – mestrado e doutorado, sobre temas e problemáticas regionais, entre estas, os desmatamentos, e sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A ausência da UFPA e do NAEA, e de outras fontes científicas regionais, tão relevantes quanto às demais, comprova que o jornal O Liberal não cumpre uma função importante do jornalismo ambiental, que requer o uso de múltiplas fontes de informação, ou múltiplos pontos de vista, para a construção do noticiário. A unilateralidade no uso das fontes dos meios científicos, além de acarretar prejuízos quanto ao aprofundamento da cobertura e melhor esclarecimento da opinião pública, pode contribuir, em longo prazo, para que se estabeleçam “acordos mercadológicos” entre imprensa e fontes de informação, em torno de interesses meramente econômicos (BUENO, 2007).

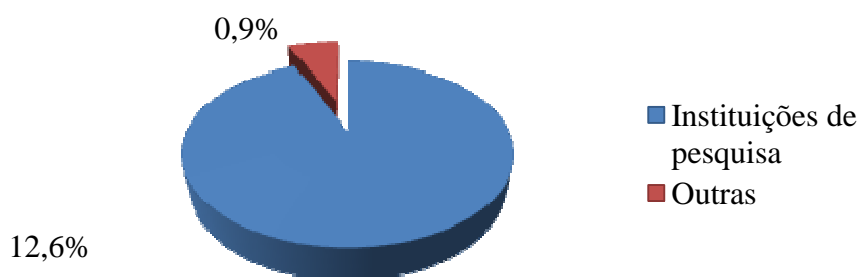


Gráfico 7 - Participação das Fontes Científicas (13,5%).
Fonte: Da própria pesquisa.

De acordo com o Gráfico 8, a categoria, “Econômicas” – representada pelos madeireiros e pecuaristas, e demais empresários ligados ao setor, aparece em terceiro lugar com um percentual de 8,7%, no conjunto de matérias publicadas.

A baixa incidência de fontes dessa categoria, em relação às demais categorias: Políticas e Científicas, que aparecem em primeira e segunda posição, respectivamente, traz à tona uma questão significativa, e para a qual dificilmente obteremos uma resposta, no âmbito dessa pesquisa: Como explicar a baixa participação dos madeireiros, no noticiário, se estes são entre os principais responsáveis pela “produção dos acontecimentos”? Indagações dessa natureza nos levam a concluir que a busca de respostas para essa, e outras questões, não menos significativas, pode ser bem mais complexa e abrangente do que se possa imaginar.

Entendemos que a baixa participação dos meios econômicos no âmbito dessa pesquisa, deve-se ao fato de que os crimes envolvendo os desmatamentos ilegais na Amazônia são praticados por pessoas que agem na clandestinidade e que, também, são responsáveis pelos conflitos agrários na região, pelos crimes de grilagem, o contrabando de madeira, pelos assassinatos no campo. De acordo com o material analisado, só em Tailândia – principal alvo da Operação Arco de Fogo, mais de 70% das serrarias opera irregularmente⁵⁴ (segundo dados do IBAMA), além das centenas de carvoarias ilegais instaladas no município. (Matéria 01).

O Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de que trata a reportagem “Desmatamento esconde rede de crimes” (Anexo 10), chama a atenção para o fato de que na esteira dos desmatamentos ilegais estão os crimes de grilagem, a apropriação indevida de extensas áreas de terras, por grileiros, posseiros, pelo Movimento dos Sem Terra (MST); o Movimento dos Sem Tora, o trabalho escravo, assassinatos. O assassinato da irmã Dorothy Stang, em fevereiro de 2007, é um exemplo extremo do alto grau de intercausalidade entre os desmatamentos e os assassinatos rurais, além das dezenas de pessoas que estão ameaçadas de morte porque denunciaram crimes ambientais na região.

Diante desses fatos, entendemos que as respostas, ou as soluções, para a baixa participação dos madeireiros, no conjunto de matérias publicadas estejam nas

⁵⁴ Durante a Operação, os fiscais constataram que, além dos 70% das serrarias que operam ilegalmente no município de Tailândia, as demais, cerca de 50, que possuem registro na Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), apresentaram algum tipo de problema. Uma das irregularidades mais constantes é o desacordo entre a quantidade de madeira estocada nos pátios, e os inventários apresentados pelas empresas ao IBAMA.

mãos do governo federal, através do Ministério do Meio Ambiente, responsável pelas ações de fiscalização e combate aos desmatamentos ilegais, e do INCRA, que é o órgão encarregado pelo gerenciamento das questões fundiárias no País.

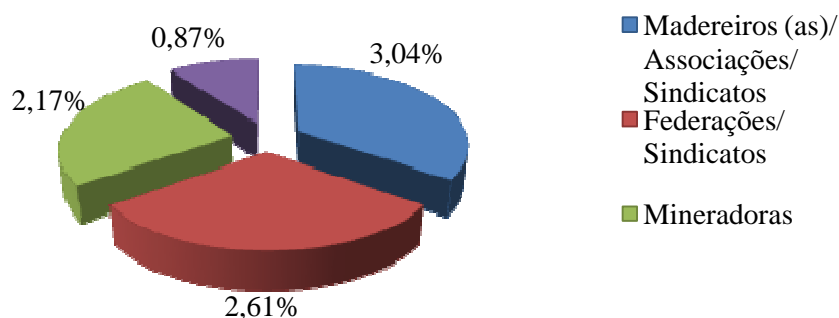


Gráfico 8 - Participação das Fontes Econômicas (8,7%).
Fone: Da própria pesquisa.

O Gráfico 9, representa a categoria “Sociais” que aparece em quarto e último lugar, no âmbito dessa pesquisa, com um percentual de 6,52%, em relação aos demais setores precedentes: político, científico e econômico.

Os resultados mostram que houve uma baixa participação dessa categoria, no conjunto de matérias publicadas, embora este seja o setor mais atingido pelos desmatamentos ilegais, e onde é registrada a maior concentração de conflitos. Estas fontes são os índios, os ribeirinhos, o pequeno agricultor, os assentados⁵⁵.

Estudos demonstram que historicamente os índios são considerados as principais vítimas dos crimes ambientais na Amazônia. No entanto, o material analisado revelou uma tendência contrária.

Pelo menos três reportagens apontam os índios como sujeitos ativos na exploração irregular de madeira, no Estado do Pará: 1) “Caciques ameaçam retomar corte da mata” (Anexo 15); 2) “Índio decide manter o bloqueio de estrada”; e 3) “Devastação atinge 297 mil hectares de reserva” (Anexo 28).

A matéria 01 “Caciques ameaçam retomar corte da mata”, no nosso entender, é a mais relevante no sentido de explicar a interdependência entre os desmatamentos e as reservas indígenas no estado do Pará.

⁵⁵ Dutra (2005) destaca o Princípio 22, da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento: “As comunidades e os povos indígenas têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e do desenvolvimento por seus conhecimentos e práticas tradicionais (DIAS, 1994 apud DUTRA, 2005).

Afirma o Lead: “caciques das 13 aldeias Tembé e Kaapo, localizadas no município de Paragominas, [...] pretendem cobrar do governo federal a aprovação e liberação de projetos de manejo na reserva para que eles também possam extrair madeira das florestas localizadas nos mais de 150 mil hectares de reserva”, onde vivem cerca de 1.300 índios.

De acordo com a reportagem, a decisão de solicitar a liberação de planos de manejo na Reserva, é uma espécie de “mea culpa”, porque em julho de 2007, os índios Tembé e Kaapo permitiram que madeireiros invadissem a reserva para dela extrair milhares de metros cúbicos de madeira, nobre inclusive – como o ipê, cuja extração é proibida por lei.

O cacique Sérgio Muxi Tembé considera que os índios foram obrigados a vender madeira para sobreviverem. “[...] Muita gente nos prometeu ajuda, os governadores, o governo federal [...] mas de prático não se fez nada, ninguém dá alternativa prá gente sobreviver”.

A Matéria 2, “Índio decide manter o bloqueio de estrada” trata de outro protesto liderado, desta vez, por índios das Aldeias Nova e Turé, uma reserva de 800 hectares, localizada no município de Tomé-Açu, no nordeste do Pará. Os índios bloquearam uma estrada para protestar contra a FUNAI, pela falta de assistência e fiscalização na área, e chamar a atenção para a extração irregular de madeira na Reserva.

O líder da Aldeia Nova, Raimundo Tembé, acusa os madeireiros da região de estarem se beneficiando da reserva e que índios, de outra etnia, a Tekunaí estariam colaborando com os madeireiros. “O pessoal da Tekunaí não está [...] apoiando o nosso protesto porque ajuda os madeireiros. Nós queremos uma providência, pois não dá para continuar só derrubando a floresta. A nossa terra é o nosso futuro”.

A reportagem 3 “Devastação atinge 297 mil hectares de reserva”, no nosso entender, é um desdobramento das Matérias 1 e 2, e se refere, mais especificamente, aos índices de devastação na reserva Tembé, localizada no município de Paragominas.

De acordo com o Lead a reserva Tembé já está com quase metade dos seus 297 mil hectares devastados pela extração ilegal de madeira, causada pela invasão irregular de terras. O abate sistemático da floresta vem sendo praticado, há anos, por madeireiros, que têm suas serrarias espalhadas pelos municípios que fazem fronteira com a reserva – e quase sempre com a conivência dos próprios caciques

[...]. Até mesmo uma estrada clandestina foi construída há, pelo menos três décadas, para escoar a madeira que atravessa a reserva.

Técnicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) garantem que a “maioria das invasões com o objetivo de retirar madeira da reserva é feita em parceria com os caciques Tembé, que não procuram esconder a ostentação de camionetes e outros bens, mordomias que não chegam ao restante da tribo, que continua plantando, colhendo, caçando e pescando para sobreviver (Jornal O Liberal, 1º/12/08, Atualidades).

Abrimos mais esse parêntese, para chamar a atenção sobre a complexidade das relações entre jornalistas e fontes de informação, na cobertura dos desmatamentos na Amazônia. Os índios, via de regra, são responsáveis por denunciar os desmatamentos como um problema que historicamente lhes afetam. Conforme observamos, nesse caso, estes aparecem, não como denunciantes, mas, como protagonistas dos desmatamentos ilegais.

Ainda nessa categoria, constatamos que algumas reportagens são elucidativas e mostram a que ponto podem chegar as conseqüências para àquelas fontes que denunciam os crimes ambientais na região.

Em janeiro de 2006, o radialista, Hilberto de Araújo Freitas, foi vítima de atentado quando desconhecidos atearam fogo no seu carro, e na Rádio Rosário FM, de sua propriedade, no município de Colares, localizado a 100 quilômetros de Belém. Em entrevista ao jornal O Liberal, o radialista afirmava ter sido vítima de perseguição por questionar, na sua emissora de rádio, assuntos polêmicos como o desmatamento e a instalação de serrarias em áreas que, segundo ele, deveriam ser de proteção ambiental.

Na oportunidade, o radialista reclamava da morosidade da polícia na condução do processo e na prisão dos envolvidos. “Não quero me precipitar, mas acho que não há boa vontade em elucidar o caso por saberem (a polícia) que pessoas grandes estão envolvidas no caso” (Jornal O Liberal, 05/01/06, Polícia).

No entanto um dos casos mais complexos envolvendo perseguição a jornalistas, na Amazônia, tem como principal alvo o jornalista paraense, Lúcio Flávio Pinto, editor do Jornal Pessoal e ex-correspondente do Jornal O Estado São Paulo, e que, durante quase duas décadas de 70/80, foi repórter do Jornal O Liberal. Lúcio Flavio Pinto é considerado um dos jornalistas mais respeitados e atuantes da região,

tendo recebido diversos prêmios nacionais e internacionais pela sua atuação em defesa de grandes causas na Amazônia.

No Livro “Jornalismo na Linha de Tiro”, Lúcio Flávio, faz um desabafo sobre as perseguições e ameaças que têm sofrido, durante toda a sua carreira, por combater e denunciar grandes interesses econômicos que agem na contramão das necessidades regionais: grileiros, madeireiros, políticos, intelectuais.

A reportagem “O jornalista acusa o maior grileiro de terra do planeta. E é condenado pela justiça da terra”, publicado no Jornal Pessoal, de sua propriedade, procura explicar como o empreiteiro paraense, Cecílio do Rego Almeida, se tornou, na década de 90, o maior grileiro do mundo, adquirindo irregularmente mais de 5 milhões de hectares de terras públicas, pertencentes ao Estado do Pará, com a conivência de cartórios de imóveis da região. A área corresponde a 10% da área total de um dos maiores estados da federação.

O imóvel teve seu registro cancelado depois que entidades sociais, presentes na região, se mobilizaram e assinaram um manifesto, no qual reivindicavam “o reconhecimento dos direitos dos atuais moradores e das populações indígenas [...]”(PINTO, 2006).

No entanto, as perseguições e ameaças para os que denunciam os desmatamentos ilegais no Pará, atingem também o cidadão comum, o pequeno agricultor, o índio, o assentado.

A reportagem “Agricultor faz denúncia e acaba morto” (Anexo 21) é um exemplo extremo dos riscos, aos quais estão submetidas, as fontes, que denunciam os desmatamentos ilegais na Amazônia.

Em abril de 2008, o agricultor, Emival Barbosa Machado, de 50 anos, foi morto com três tiros, por um pistoleiro, próximo de sua casa, no assentamento Paraúna, em Tucuruí, no sudeste do Pará. Meses antes de ser assassinado, o agricultor havia denunciado junto aos órgãos competentes, IBAMA e Delegacia de Polícia de Tucuruí, o desmatamento e a venda ilegais de madeira, feitas por madeireiros da região.

Segundo o agricultor, “os órgãos ambientais do governo federal sabiam das irregularidades, mas nada haviam feito contra a situação. [...] Quando há qualquer denúncia de fora, Tucuruí pára do lado dos madeireiros e o IBAMA de Tucuruí é conivente com a situação”, afirmou o agricultor, por ocasião da denúncia à TV Liberal, filiada à Rede Globo, em Belém (Jornal O Liberal, 26/04/2008, Atualidades).

Em fevereiro de 2007, a missionária norte-americana, naturalizada brasileira, Dorothy Mae Stang, pertencente à Congregação Nossa Senhora de Namur⁵⁶, foi assassinada, a mando de fazendeiros, num crime que repercutiu mundialmente, junto às entidades de defesa dos direitos humanos e na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Irmã Dorothy, que exercia a sua vocação missionária na Amazônia, desde a década de 70, foi morta com seis tiros à queima roupa, porque denunciou, às autoridades, a extração ilegal de madeira, entre outros crimes, praticados por fazendeiros, grileiros, no município de Anapu, também conhecido como Terra do Meio, situado a 500 km de Belém, região onde ela pretendia implantar um projeto de assentamento para pequenos agricultores – os chamados PDS (Projeto de Desenvolvimento Social), em parceria com o INCRA. “Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar”⁵⁷, defendia a missionária.

Só para ilustrar, em dezembro de 1988 – há mais de vinte anos, o seringueiro e sindicalista, Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, foi assassinado nos fundos de sua casa, no município de Xapuri, no Estado do Acre, também a mando de fazendeiros da região, num crime que teve grande repercussão internacional.

Chico Mendes defendia um projeto de reforma agrária que previa a preservação da floresta amazônica por meio do desenvolvimento de projetos sustentáveis e da criação de reservas extrativistas para os seringueiros – uma proposta que corria na contramão dos interesses de grandes madeiras e fazendeiros da região. O crime ocorreu pouco depois em que Chico Mendes havia recebido o prêmio Global 500, da Organização das Nações Unidas (ONU), conferido a personalidades ao redor do mundo que lutam em defesa do meio ambiente⁵⁸.

Levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra, (CPT), entidade ligada à Igreja Católica, que integra a categoria, “Sociais”, como fonte principal, comprovou

⁵⁶ As Irmãs de Nossa Senhora de Namur, mais conhecida como Irmãs de Notre Dame de Namur, é uma congregação religiosa feminina da Igreja Católica, que se dedica à educação dos mais pobres. Foi fundada em 1804, em Amiens, na França, durante o Período Napoleônico (1799-1815). A missão inicial da congregação era a educação dos jovens e a formação de professores de religião. As regras e espiritualidade são de inspiração inaciana. A congregação está presente em 15 países, entre estes, o Brasil, mais precisamente no Pará (Belém, Anapu – onde ocorreu o assassinato da irmã Dorothy Stang, Itaituba, Região do Xingu); e no Ceará (Fortaleza). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Irm%C3%AAs_de_Nossa_Senhora_de_Namur>. Acesso em: 11 jan. 2010.

⁵⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dorothy_Stang>. Acesso em: 28 fev. 2010.

⁵⁸ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_mendes>. Acesso em: 28 fev. 2010.

que, entre 1997 e 2006, o Pará foi o líder nos conflitos rurais na Amazônia. Em 2005, o Estado respondeu por mais de 30% dos casos registrados em todo o País.

A reportagem “Desmatamento esconde rede de crimes” (Anexo 10), aponta para o grau de intercausalidade entre os desmatamentos e os conflitos rurais, no Estado do Pará.

O Relatório da CPT, concluiu que: “com a cadeia de irregularidades que acompanha os desmatamentos ilegais, estão os crimes de “grilagem de terras públicas, assassinatos sob encomenda, invasão de terras e expulsão de pequenos agricultores de suas casas”. Estes são apenas alguns dos muitos crimes que andam lado a lado com os desmatamentos ilegais, de acordo com o Relatório (Jornal O Liberal, 02/03/08, Atualidades).

Da mesma forma, a Matéria “Violência reina no interior paraense” (Anexo 9) procura mostrar a estreita ligação entre a localização dos assassinatos rurais e o desmatamento na Amazônia.

Estudo realizado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) concluiu que “os dez municípios com os maiores índices de desmatamento em 2004 foram responsáveis por 45% dos assassinatos rurais em 2003 e 2004”. Entre as áreas mais violentas está “Terra do Meio” – localizada entre os municípios de Altamira e São Félix do Xingu, e de onde saíram metade das vítimas de assassinatos no campo, em 2003, e também onde foi assassinada a missionária Dorothy Stang.

Para o Procurador Federal em Altamira, Marco Antônio Delfino de Almeida, a violência, decorrente da extração ilegal de madeira, também, ocorre entre os próprios madeireiros. “O que observamos é que, como há escassez da madeira, cada vez mais você tem a utilização de milícias armadas para escoltar essa extração”. Em 2008, dois madeireiros que exploravam madeira ilegalmente da floresta, no município de Uruará, foram mortos em confronto pela disputa de espaço de floresta.

A reportagem procura mostrar, ainda, que a violência, decorrente dos desmatamentos ilegais, atinge, também, os órgãos responsáveis pela fiscalização e combate aos crimes ilegais. Em fevereiro de 2008, durante a realização da Operação Arco de Fogo, em Tailândia, a promotora de justiça do município, Ana Maria Carvalho, teve de sair às pressas da cidade, porque estava sendo ameaçada de morte (Jornal O Liberal, 02/03/2008, Atualidades).

O material analisado também revelou a interdependência dos desmatamentos ilegais com outros crimes praticados na região, com o trabalho escravo, por exemplo.

De acordo com a reportagem “Trabalhadores são salvos da escravidão” (Anexo 23), em maio de 2008, 38 trabalhadores, mantidos em regime de escravidão⁵⁹, numa fazenda em São Félix do Xingu, no sudeste do Pará, foram resgatados, por um helicóptero da Força Aérea Brasileira, quando preparavam a área para a derrubada da mata. Os trabalhadores “não recebiam salários, moravam em barracos em condições degradantes, bebiam água de um igarapé poluído, [...] e eram obrigados a pagar pela comida fornecida pelo fazendeiro”.

Segundo o fiscal do Ministério do Trabalho, Benedito de Lima Silva Filho, São Félix do Xingu, é um município onde a escravidão de peões, o desmatamento e a grilagem de terras caminham lado a lado, há várias décadas, e sem nenhuma solução de parte das autoridades. Para ele, o empregador que desmata ilegalmente a floresta, não se preocupa com a legalização do trabalho; “desmatar e maltratar o trabalhador” tem o mesmo significado.

Entendemos que as matérias, acima, “Desmatamento esconde rede de crimes” e “Violência reina no interior paraense”, demonstram que a Comissão Pastoral da Terra, e também o Imazon, estão entre as fontes mais relevantes e, mais socialmente ativas, na função de denunciar à imprensa, e aos órgãos competentes, as irregularidades e crimes praticados na região, e as repercussões que as denúncias podem causar. O Greenpeace – que, também, aparece no conjunto de matérias publicadas, na categoria “Sociais” – é outra fonte que detém grande credibilidade na imprensa regional, na função de denunciar os crimes ambientais.

Um primeiro estudo que realizamos sobre a cobertura dos desmatamentos na Amazônia, no Jornal O Liberal, do Pará, revelou a importância do Greenpeace no papel de denunciar os desmatamentos ilegais, bem como a sua capacidade para imprimir ações com alto grau de visibilidade e repercussão na imprensa regional.

O estudo concluiu que:

⁵⁹ O Procurador do Ministério do Trabalho, Carlos Leonardo Silva considera que é difícil vencer o trabalho escravo porque boa parte da sociedade não o reconhece. “Pensa que “o trabalho escravo é apenas o cerceamento da liberdade”, quando, na verdade, é o “tratamento indigno, a privação dos direitos essenciais do trabalhador enquanto [...] cidadão” (Jornal O Liberal, 27/05/2008, Poder).

[...] não fossem as ações do Greenpeace em sua campanha Amazônia Viva, talvez as irregularidades praticadas pelo setor madeireiro jamais chegassem ao conhecimento da opinião pública e atingissem tamanha dimensão. Foi preciso a interferência de uma Organização Não-Governamental para que a imprensa regional, até mesmo o próprio IBAMA – encarregado de fiscalizar o setor madeireiro, atentasse para a situação alarmante de que é vítima hoje o Estado do Pará (LUFT, 2005, p. 111).

Segundo Bueno (2007) as questões ambientais devem ser tratadas no âmbito daqueles que são os mais diretamente atingidos, a sociedade. A baixa participação de fontes do meio “Social” comprova, no entanto, que a cobertura dos desmatamentos na Amazônia, no jornal O Liberal, não segue necessariamente essa ordem, pelo contrário; as fontes mais atingidas, àquelas, que defendem interesses de suas comunidades, são as que menos aparecem no conjunto de matérias publicadas.

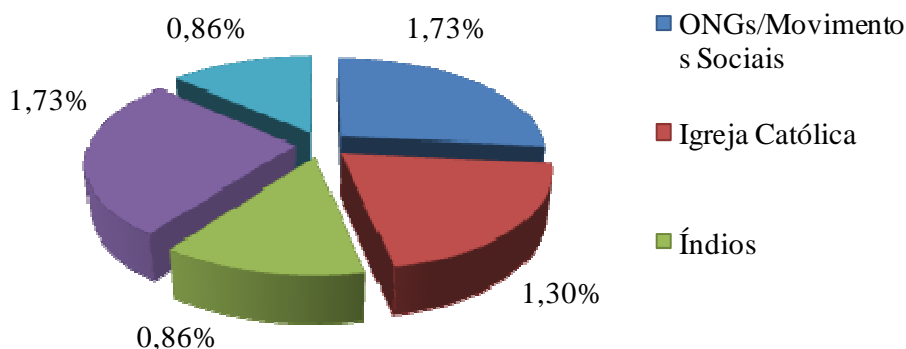


Gráfico 9 - Participação das Fontes Sociais (6,52%).
Fonte: Da própria pesquisa.

A análise relativa à categoria Outras fontes – que não está representada em gráfico atingiu um percentual de 6.52%, no conjunto de matérias publicadas. A análise dos materiais, relativos a essa categoria, revelou uma questão significativa, no âmbito das relações entre jornalistas e fontes: que os jornalistas que cobrem os desmatamentos na Amazônia, por vezes, têm de recorrer ao uso de “fontes anônimas”, ou fontes “não-identificadas”, para melhor explicar os fatos. Essa questão se torna evidente, principalmente, quando os fatos contrariam interesses econômicos, até mesmo políticos, conforme constatamos na análise qualitativa, mais adiante.

O uso de expressões como “definiu um oficial da PM, pedindo para não ser identificado”, ou uma “fonte de Brasília”, identificadas na Matéria 25 (Quadro 3), dão

conta das dificuldades que enfrentaram os jornalistas no acesso às informações, durante a cobertura da Operação Arco de Fogo.

A análise do material levantou que os produtores do acontecimento, isto é, os representantes do governo federal: IBAMA, e principalmente, a Polícia Federal, restringiram o acesso às informações, para a imprensa, sob a justificativa de que pretendiam manter em sigilo as estratégias da Operação.

A matéria 07, intitulada, “Força Nacional vai ocupar Tailândia” (Anexo 5), chama a atenção para o fato de que “repórteres e jornalistas tentaram, sem sucesso, levantar informações junto à assessoria de imprensa dos órgãos responsáveis pela Operação, sob a justificativa de que as estratégias de ação, bem como as áreas que seriam visitadas deveriam ser mantidas em sigilo.

Em outro trecho da matéria lê-se: “Jornalistas têm encontrado dificuldades no acompanhamento da operação, face à hostilidade de alguns agentes, que dificultam o trabalho da imprensa impedindo o acesso as informações”.

5.3. ANÁLISE QUALITATIVA – DESCRIÇÃO DO OBJETO

O Quadro 3, Operação Arco de Fogo (“Títulos das Matérias”) foi elaborado com base no total de matérias publicadas no Jornal O Liberal (33 reportagens), durante a realização e repercussão do acontecimento, mais precisamente, no período de 11/02/08 a 04/04/08.

A Operação Arco de Fogo foi selecionada como objeto de nossa análise qualitativa porque se trata da maior ação de fiscalização, já realizada, pelo governo federal, no combate à extração e ao comércio ilegais de madeira na Amazônia. E, também, porque obteve uma das maiores repercussões já registradas na imprensa regional.

Diante dessas questões, nosso percurso de análise compreende três estratégias operativas: 1) Descrever o objeto visando explicar como se constrói a cobertura dos desmatamentos na Amazônia; 2) Identificar quais são as falas que melhor caracterizam a cobertura da Operação Arco de Fogo, e quais os seus efeitos sobre os setores envolvidos: políticos, econômicos, sociais, dando ênfase para os impactos sociais e ambientais; 3) Identificar relevâncias, prioridades e consensos durante a cobertura.

Mas o que é a Operação Guardiães da Amazônia e quais seus objetivos mais especificamente?

A Operação “Guardiães da Amazônia” – ou “Arco de Fogo”, conforme passou a ser chamada posteriormente, foi criada pelo Governo Federal, em 2008, para combater a extração e o comércio ilegal de madeira na Amazônia, como resposta ao avanço das derrubadas indicado pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a partir do segundo semestre de 2007.

Ao todo, dezesseis municípios foram selecionados como alvos da Operação, nos estados do Mato Grosso, Rondônia e Pará; 12 municípios estão localizados no Estado do Pará, entre estes: Tailândia, Paragominas, Altamira, Tomé Açu, e Breves, situado no arquipélago de Marajó.

Tailândia – cujo nome está associado à grande quantidade de madeiras asiáticas instaladas na região, foi o primeiro município incluído na lista do governo federal, como alvo da Operação, por se tratar de um pólo exportador de madeira, que abriga cerca de 150 serrarias. Destas, 70% operam ilegalmente⁶⁰ (segundo dados do IBAMA); além de centenas de carvoarias – empresas que se utilizam do carvão vegetal para a produção do ferro-gusa, a matéria-prima usada na fabricação do aço (Matéria 01, Quadro 3).

As carvoarias ou guseiras como, também, são chamadas, consomem anualmente uma grande quantidade de madeira extraída, ilegalmente, de florestas nativas da região. Por esta razão, as guseiras⁶¹, juntamente com a agricultura, a pecuária e os assentamentos rurais do INCRA, são consideradas as principais causas dos desmatamentos ilegais na Amazônia.

A Operação Arco do Fogo teve início no dia 11/02/08, e se estendeu até o dia 04/04/08. Foi coordenada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e contou com a participação do Governo do Estado

⁶⁰ Durante a Operação os fiscais também constataram que, além dos 70% das serrarias que operam ilegalmente no município de Tailândia, as demais, cerca de 50, que possuem registro na Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), apresentaram algum tipo de problema. Uma das irregularidades mais constantes é o desacordo entre a quantidade de madeira estocada nos pátios e os inventários apresentados pelas empresas ao IBAMA.

⁶¹ Matéria publicada no Jornal O Globo, Edição do dia 02/08/1987, já antecipava os impactos das guseiras sobre os desmatamentos na Amazônia. Afirma a matéria: “Quatro organizações internacionais que defendem a ecologia denunciaram [...] no Congresso dos Estados Unidos, que o Projeto Grande Carajás vai devastar a floresta amazônica, com a conivência do Banco Mundial (BIRD), que financia o empreendimento. Segundo elas, a mata será transformada em carvão para alimentar as indústrias de ferro gusa e poderá ser arrasada em menos de 20 anos” (COSTA, 2006).

do Pará, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), e Polícias Civil e Militar.

Segundo o IBAMA o principal objetivo da Operação era causar prejuízos aos madeireiros que cortam ilegalmente plantas nativas, fazer com que a atividade irregular seja inviabilizada, por meio de ações de repressão como: a apreensão da madeira extraída ilegalmente; a prisão em flagrante dos envolvidos e a conseqüente apreensão dos equipamentos utilizados na extração da madeira; cobrança de multas por cada árvore cortada, sem a prévia autorização do órgão responsável, neste caso, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema); bloqueio a crédito bancário; e, em última instância, criar uma “lista suja”⁶² e divulgá-la em todos os meios de comunicação, incluindo a Internet (Matérias 01 e 03).

O balanço final da Operação, publicado no Jornal O Liberal (Edição do dia 12/04/08) registra que, durante o período em que permaneceram em Tailândia, os fiscais federais apreenderam “mais de 23 mil metros cúbicos de madeira, extraída ilegalmente da floresta⁶³ - o equivalente para encher 500 carretas, o que resultou na aplicação de quase R\$ 25 milhões em multas. Foram destruídos 1.170 fornos de carvão, elaborados com autos de infração, 52 termos de embargo e 74 termos de apreensão e depósito”; e efetuadas onze prisões. Quatorze serrarias e 25 carvoarias foram embargadas, além de outras seis áreas, com sinais de desmatamentos, que abrangem cerca de 4 mil hectares.

No total foram ajuizadas, 18 ações por crime ambiental, envolvendo doze empresas. Além das sanções administrativas, todas as empresas apanhadas pela Operação, responderão cível e criminalmente pela devastação ambiental e terão de recuperar as áreas desmatadas (Matéria 33 e 26).

Segundo cálculos do Sistema Nacional de Emprego (Sine), vinculado ao Ministério do Trabalho e do Emprego, até o dia 23/03/08 – pouco mais de um mês do início da Operação, oito mil pessoas haviam perdido seus empregos nas

⁶² Só na primeira semana, isto é, do dia 11/02/08, quando teve início a Operação, até o dia 18/02/08, os fiscais do IBAMA apreenderam cerca de 13 mil m³ de madeira; desativaram 190 fornos de carvão, ao longo da rodovia PA-150, apreenderam quatro armas de fogo; quatro motosserras, um trator utilizado para remoção de vegetação em Área Permanente de Preservação (APP), um caminhão carregado de madeira serrada. Cinco multas foram aplicadas (Matérias 2, 3 e 8).

⁶³ De acordo com a Coordenadora de Fiscalização da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Eleni Cunha, a madeira foi apreendida “porque não tem origem, não tem plano de manejo florestal, nota fiscal, guia florestal” ou mesmo cadastro no controle de estoque da Sema, responsável pela análise e aprovação dos planos de manejo (Matéria 08: “Operação reinicia transporte de madeira”, Edição do dia 24/02/08).

serrarias e carvoarias, de Tailândia. Mais de 4 mil trabalhadores deram entrada com o pedido do seguro-desemprego (Matéria 21).

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira de Tailândia (Sindimata), Francisco Chagas da Silva, cerca de dez mil trabalhadores perderam seus empregos com o desmonte do setor madeireiro, no município, em consequência da Operação: mais de três mil nas serrarias, seis mil nas carvoarias e quase mil na extração de madeira. O comércio demitiu cerca de 30% dos funcionários, por consequência da queda de 90% nas vendas (Matéria 32)

No	TITULO	CADERNO	EDIÇÃO
01	Em Tailândia apreendidos 10 mil metros de madeira	Atualidades	14/02/2008
02	IBAMA continua caça ao desmatamento	Atualidades	16/02/2008
03	Tailândia teme viver crise econômica	Atualidades	18/02/2008
04	IBAMA e Sema cedem à pressão e suspendem a fiscalização	Atualidades	20/02/2008
05	IBAMA volta a Tailândia	Polícia	21/02/2008
06	Governadora acusa madeiras e promete continuar com a operação	Polícia	21/02/2008
07	Força Nacional vai ocupar Tailândia	Polícia	23/02/2008
08	Operação reinicia transporte de madeira	Atualidades	24/02/2008
09	Força Nacional desembarca em Tailândia	Atualidades	25/02/2008
10	Operação em Tailândia vai durar mais de um ano	Atualidades	26/02/2008
11	Política ambiental freia a economia	Atualidades	27/02/2008
12	Flexa Ribeiro exige a aprovação emergencial dos planos de manejo	Atualidades	28/02/2008
13	Leilão de madeira só vai cobrir o frete	Atualidades	1º/03/2008
14	Madeira apreendida chega a Belém	Atualidades	03/03/2008
15	Madeira “fantasma” é descoberta pelos agentes da “Arco de Fogo”	Atualidades	05/03/2008
16	IBAMA destrói 107 fornos de produção de carvão em Tailândia	Atualidades	05/03/2008
17	Estado promete investimento em Tailândia	Atualidades	07/03/2008
18	Líder do PSDB considera que o Estado faz chantagem contra Tailândia	Poder	12/03/2008
19	Tomé-Açu registra invasão de desempregados da vizinha Tailândia	Atualidades	17/03/2008
20	Salame diz que ação em Tailândia não passou de “show pirotécnico”	Poder	19/03/2008
21	Tailândia já perdeu oito mil empregos	Atualidades	23/03/2008
22	Decretada situação de emergência em Tailândia	Atualidades	26/03/2008
23	Deputado Gerson Peres diz que ações do governo devem evitar desemprego	Poder	05/04/2008

24	Desmatamento é tema de debate hoje na AL	Atualidades	07/04/2008
25	Força Nacional volta para Tailândia	Atualidades	09/04/2008
26	Ajuizadas seis ações contra madeiras	Atualidades	12/04/2008
27	Madeireiros já migram para Tomé-Açu	Atualidades	14/04/2008
28	Senadores visitam áreas desmatadas	Atualidades	17/04/2008
29	Senadores querem suspender operação	Atualidades	18/04/2008
30	IBAMA é controlado por ONGs, diz senador	Atualidades	19/04/2008
31	Miséria expulsa famílias de Tailândia	Atualidades	27/04/2008
32	MP ajuíza seis ações civis públicas por danos ao meio ambiente	Atualidades	08/05/2008

Quadro 3 - Operação Arco de Fogo (Título das Matérias).

Fonte: Da própria pesquisa.

5.3.1 Protestos

A apreensão de 13 mil metros cúbicos de madeira – só, na primeira semana, da Operação Arco de Fogo, a possibilidade de leilão da madeira apreendida, associadas a outros fatores como a falta de aprovação dos planos de manejo, gerou uma onda de protestos e invasões no município de Tailândia.

No dia 19/02/08, mais de 800 pessoas interditaram a ponte da rodovia PA-150, que liga Tailândia ao município de Goianésia, tentando impedir o transporte da madeira apreendida, para Belém. Os manifestantes também depredaram prédios públicos, atearam fogo nas ruas e tentaram invadir a prefeitura municipal. Quatro pessoas foram presas pela Polícia Militar, identificadas como líderes dos “atos de violência” e de “vandalismo”.

Segundo o major, Neil Duarte, do Batalhão de Choque da Polícia Militar foram os “líderes da manifestação, que incitaram a população a fazer o quebra-quebra” (Matérias 04 e 05).

Para o IBAMA os protestos foram desencadeados por madeireiros – que pretendiam suspender a Operação e ter de volta a madeira apreendida, e pelos empregados de serrarias e carvoarias – ameaçados de perderem seus empregos. O governo do Estado estima que 70% da economia de Tailândia “sobrevive da exploração madeireira, seja através do extrativismo ou da produção de carvão que abastece fornos siderúrgicos” (Matérias 03, 07 e 17).

Em entrevista coletiva à imprensa, o gerente executivo do IBAMA, no Pará, e coordenador da Operação, Aníbal Picanço, atribuiu os protestos, ao

“descontentamento dos madeireiros” diante da mudança de estratégia daquele órgão, sobre o destino da madeira apreendida.

Anteriormente ao Termo de Compromisso, assinado entre o IBAMA e o Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em novembro de 2007, a madeira apreendida ficava sob a responsabilidade dos madeireiros infratores. Após a assinatura do Termo de Compromisso quem retira a madeira apreendida é a Sema (Matérias 05 e 08).

De acordo com a governadora, Ana Júlia Carepa, parceira do governo federal na Operação, o Estado do Pará “perde anualmente R\$ 2 bilhões com atividades ilegais, com o comércio clandestino de madeira, o que representa quase um quarto do orçamento estadual para 2008, que é de R\$ 9 bilhões”.

Para a governadora, os protestos em Tailândia, foram provocados por “gente inescrupulosa que utilizou pessoas inocentes e tentou colocá-las contra uma ação de Estado importante. Não vamos tolerar ilegalidades, nem que [...] tenhamos de andar de colete, à prova de balas, de agora em diante”, afirmou. “O Estado não se limitará apenas à repressão aos crimes ambientais. Faremos reflorestamento e recomposição florestal nas áreas de onde a madeira foi retirada” (Matérias 06 e 11).

Para o prefeito municipal, Paulo Jasper, os protestos são consequência da ameaça de desemprego e, também, pela falta de alternativas do governo federal de sobrevivência à população. Em 2008, cerca de 16 mil pessoas sobreviviam diretamente da indústria madeireira.

5.3.2 Principais falas

Nesta etapa da pesquisa buscamos avaliar como o jornal O Liberal operou no processo de seleção das falas, e quais as falas mais relevantes, do ponto de vista social e ambiental, durante a Cobertura da Operação Arco de Fogo, em Tailândia.

No nosso entender, os critérios adotados na seleção das falas pelo Jornal O Liberal são um reflexo dos resultados da primeira etapa da pesquisa, que examinou a quantidade e frequência de matérias e as principais fontes de informação, quando constatamos que a cobertura dos desmatamentos teve um caráter predominantemente político.

A exemplo dos resultados precedentes, as falas mais representativas, na cobertura da Operação Arco de Fogo, também são oriundas dos meios políticos.

Esse dado é significativo à medida que demonstra uma interdependência e, ao mesmo tempo, uma complementaridade entre os métodos de análise empregados nessa pesquisa: quantitativo e qualitativo. Também porque reafirma a capacidade do governo federal, por meio do IBAMA, e do Ministério do Meio Ambiente e, do governo estadual, para produzir acontecimentos com alto grau de visibilidade.

Por outro lado, constatamos que as falas mais relevantes no sentido de buscar alternativas e soluções para os desmatamentos ilegais, no município de Tailândia, são provenientes do governo do estado do Pará. Por exemplo: no dia 25/03/08, um mês após o início da Operação Arco de Fogo, a governadora, Ana Júlia Carepa, assinou decreto declarando “situação de emergência”⁶⁴, em Tailândia, e anunciou um pacote de medidas, prevendo a liberação de R\$ 12 milhões para a implantação de projetos agroindustriais de curto e longo prazos.

O Termo de Compromisso assinado com a Prefeitura Municipal prevê, entre outras medidas: a assinatura de convênio entre a Secretaria Estadual de Agricultura (SAGRI) e a cooperativa de trabalhadores do município para a industrialização do suco de caju; incentivo à produção de oleaginosas como o dendê – Tailândia é o maior produtor nacional do fruto, com uma produção anual de 30 mil toneladas; aumento da produção de leite, de três mil litros/dia, para dez mil litros/dia (Matérias 17 e 22).

Ainda como parte do pacote, o Governo do Estado, assinou o Decreto 825, em março de 2008, incluindo Tailândia no programa “Pará Rural”, que prevê a regularização fundiária e ambiental do município em “consonância com o apoio à produção” (Matéria 17).

O prefeito do município, Paulo Jasper (PSDB), outro crítico da Operação Arco de Fogo considerou que “Tailândia virou palmatória da Amazônia, do Brasil e do mundo” e tentava amenizar a crise criando “frentes de emergência”. A idéia era contratar até 1800 pessoas que perderam seus empregos com o fechamento das serrarias e carvoarias, para trabalhar nos serviços de limpeza da cidade e de combate à dengue, por um salário mínimo de 415 reais mensais. Afirma a Matéria 21: “Todos os dias, os contratados pela frente de emergência reúnem-se às sete

⁶⁴ O líder do PSDB na Assembléia Legislativa do Pará, Deputado José Megale – correligionário do prefeito de Tailândia, Paulo Jasper, taxou de “pura chantagem” a exigência do Governo do Estado de declarar “situação de emergência” no município. Segundo ele, “não há nada que justifique a decretação de calamidade pública, a não ser o desejo mal disfarçado do governo em aproveitar-se da situação para fazer uma intervenção no município, com vistas a facilitar a vida de seus parceiros na próxima eleição municipal” (Matéria 18).

horas da manhã em frente à sede da prefeitura para uma solenidade de hasteamento das bandeiras de Tailândia, do Pará e do Brasil, quando todos, com a mão no peito, cantam o Hino Nacional”.

O prefeito de Tailândia, também, pretendia ampliar o programa “Leite do Povo”, garantindo a distribuição gratuita de quatro mil litros de leite/dia à população carente. Além do leite *in natura*, o programa distribui iogurte produzido pela prefeitura, à população, em três pontos da cidade. As famílias beneficiadas são previamente cadastradas – e recadastradas de seis em seis meses.

De acordo com o líder do Governo, na Assembleia Legislativa, Deputado Airton Faleiro (PT), a crise em Tailândia “é bem mais complexa do que a simples extração de madeira ilegal”. Em 2008, Tailândia era o 7º município mais violento do Brasil, e um dos principais “alvos de invasões de terras privadas e, também, de reservas legais, pelo Movimento dos Sem-Toras⁶⁵ (Matéria 06).

Na sessão do dia 11/03/08, o líder do PSDB, na Assembleia Legislativa do Pará, Deputado José Megale, responsabilizou o Governo do Estado pela crise que se abateu sobre o município de Tailândia, chamando a atenção para o fato de que “é o Estado quem autoriza e fiscaliza a exploração florestal. É o Estado o responsável pelo descontrole do desmatamento, assim como pelo desemprego de milhares dos trabalhadores” (Matéria 18).

Além dos “protestos”, “quebra-quebra”, “saques” ou “atos de vandalismo”, conforme foram chamados os protestos em Tailândia, às matérias 04, 05, 06 e 11, importante ressaltar que a Operação também provocou uma sucessão de críticas em razão dos métodos utilizados para a fiscalização, sobretudo, porque não apresentava alternativas de desenvolvimento para o município.

A madeira apreendida, o fechamento de dezenas de serrarias e de carvoarias, a destruição de fornos de carvão, seguidos da aplicação de multas aos madeireiros, e o alto índice de desemprego causado pela Operação, geraram um confronto discursivo, que se intensificou, através do Jornal O Liberal, durante todo período em que os fiscais permaneceram em Tailândia.

As principais fontes de informação em confronto foram: o IBAMA juntamente com o governo do estado – enquanto “produtores da ação”; os madeireiros e os

⁶⁵ Os conflitos em Tailândia impediram a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Desmatamento na Assembleia Legislativa. A proposta lançada pelo deputado César Colares (PSDB) – e que já contava com a assinatura de 25 deputados, 11 a mais do que o exigido no Regimento Interno da Casa – foi arquivada antes mesmo de ser formalizada (Matéria 06).

empregados de serrarias e carvoarias – enquanto os principais atingidos pela fiscalização; e instituições políticas: Assembléia Legislativa, Câmara Federal e o Senado Federal, a grande maioria, contrária à Operação Arco de Fogo.

De parte dos madeireiros algumas declarações se destacaram durante a cobertura. Dário Bernardes – proprietário da primeira fazenda com Selo Verde do Pará é um dos críticos mais contundentes das ações de fiscalização no governo federal na região. Para ele, a Operação Arco de Fogo foi uma ação com “muitos holofotes, mas poucos resultados práticos”, porque não resolve os problemas da região. “É apenas uma ação para inglês ver. Mais parece um circo político [...]. Cada metro cúbico de madeira que foi apreendida não paga nem metade do que está sendo gasto para manter estes homens em Tailândia [...]”.

O empresário apontou erros estratégicos na condução das ações, denunciando que o grande volume de madeira ilegal transita pelas vicinais. “[...] os pistoleiros continuam protegendo as cargas nas vicinais, as máquinas estão intocadas, as carretas continuam passando, as terras sendo invadidas [...]. A coisa foi tão mal planejada que eles sequer previram políticas sociais para minimizar os impactos da operação [...]. Daqui a pouco, a polícia vai embora e tudo volta a ser como antes”.

Para o presidente da União de Entidades Florestais do Pará (Uniflor), Wagner Kronbauer, a Operação Arco de Fogo, em Tailândia, foi mais um espetáculo do que propriamente um projeto voltado para resolver os problemas da região: “Quando a imprensa começa a cobrar atitudes em relação ao desmatamento, se faz uma grande fiscalização para aparecer no jornal. E o que vai acontecer é que vão gastar centenas de milhões e uma hora vão parar, porque não vão poder manter o exército lá eternamente, e as pessoas vão voltar a desmatar”.

Não menos contundentes foram as críticas do Deputado João Salame (PPS), presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Pará, e ex-presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), à Operação Arco de Fogo.

Em discurso, no dia 19/03/08, na Assembléia Legislativa, o parlamentar avaliava que a ação, em Tailândia, não passou de um “show pirotécnico”, porque não cria alternativas de sobrevivência aos trabalhadores; foi feita para dar mais uma resposta à opinião pública e à mídia internacional, depois que foram divulgados os índices alarmantes de desmatamento na Amazônia. “Ação de punição tem que ser

cotidiana, não pode ser só para dar uma satisfação”. [...] A ação só afugentou quem está atuando na ilegalidade e o empurrou para outros locais”⁶⁶. Por que não há uma força-tarefa para regularização fundiária?”questiona o parlamentar (Matéria 20).

Na mesma sessão, o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Airton Faleiro (PT), rebateu as críticas, afirmando que quem é contra a Operação, está a favor da ilegalidade. Não podemos em nome de um discurso de que se está gastando muito tentar impedir a fiscalização. Afirma ainda: “é indefensável a ilegalidade, e qualquer parlamentar tem que tomar cuidado, porque pode transparecer para a opinião pública que está defendendo a não fiscalização” (Matéria 20).

O Sindicato da Indústria Madeireira de Tailândia (Sindimata) condenou os “incidentes” ocorridos em Tailândia. De acordo com o Presidente, João Medeiros, a entidade não é contra o combate ao desmatamento, mas, sim, aos métodos utilizados pela fiscalização, que não levou em conta as necessidades da região. Segundo ele, enquanto o governo federal está procurando “mostrar para o restante do país que é implacável no que diz respeito ao combate ao desmatamento, na Amazônia, vivem cerca de 20 milhões de brasileiros que precisam sobreviver” (Matéria 03).

O assessor jurídico do Sindimata, Christian Bonn, também se manifestou contrário à fiscalização, afirmando que iria contestar na Justiça, os resultados da Operação. “Em primeiro lugar, como é que os fiscais podem ter apreendido, cerca de 12 mil metros cúbicos de madeira – o advogado se referia a quantia apreendida só na primeira semana, se para medir essa quantidade sabe-se que seriam necessários pelo menos 20 dias? Como conseguiram fazer isso em dois ou três dias?” Por outro lado, apontava para as irregularidades no sistema de informática da

⁶⁶ O deputado João Salame se refere aos madeireiros e desempregados de Tailândia que migravam para o município de Tomé-Açu, em busca de novas oportunidades de trabalho na indústria madeireira, e aos impactos que essa migração pode causar. A Matéria 27 afirma que: “madeireiros de Tailândia atingidos pela fiscalização, “aos poucos começam a chegar a Tomé-Açu, na tentativa de reiniciar suas atividades em madeiras do município que há algum tempo foram desativadas”. Em outro trecho da matéria lê-se: O prefeito de Tomé-Açu, Francisco Eudes está preocupado com a chegada dos madeireiros e desempregados da vizinha Tailândia, e enfatiza que nos últimos dias “aumentaram os atendimentos no hospital e no posto médico, os pedidos de vagas na rede escolar e de ocorrências policiais. Para conter a migração desenfreada o prefeito pretende criar a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Sematur) que terá, dentre as suas funções, “não só impedir que madeireiros de outros lugares como Tailândia, cheguem ao município, mas também fiscalizar para que sejam sanadas as irregularidades existentes nas serrarias que ainda estão conseguindo manter suas atividades e empregos. Outra iniciativa da prefeitura de Tomé-Açu é “fechar um pacto com a sociedade local para alcançar o “desmatamento zero”, a exemplo de Paragominas (Matérias 19, 20 e 27).

Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) nos processos de fiscalização e autuação de empresas madeireiras. “Estamos investigando três casos de empresas que tiveram seus cadastros de toras de madeira desfalcados e revertidos em favor de outra empresa” (Matéria 08).

No dia 17/04/08, a Subcomissão Temporária para acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia presidida pelo senador paraense Flexa Ribeiro (PSDB), e a Comissão Temporária Externa de Risco Ambiental, presidida pelo senador Jaime Campos (DEM-MT), chegaram a Belém, para acompanhar os efeitos da Operação Arco de Fogo, em Tailândia, e realizar reuniões em Paragominas, no sudeste do Estado, e Breves, na ilha de Marajó, também alvos da fiscalização.

A Comissão do Senado pretendia entre, outras questões, discutir *in loco*, e por meio de audiências públicas, “algumas propostas e soluções, depois de ouvir as entidades de classe – empresarial, e de trabalhadores do Pará, governo do Estado, deputados estaduais, ONGs ambientalistas e sociedade civil”.

Para o senador Flexa Ribeiro, a Operação Arco de Fogo, apesar dos resultados positivos, estaria sujando a imagem do Pará, para o resto do mundo, diante da exposição nacional e internacional, por meio da mídia. “É preciso preservar, mas também mostrar ao resto do Brasil que na Amazônia não há apenas floresta. Aqui vivem 23 milhões de brasileiros querendo a mesma qualidade de vida de outras regiões” (Matéria 29).

5.3.3 Consensos

Vimos no Capítulo 3 - “Jornalismo ambiental: Jornalista do presente” que a construção de uma boa reportagem deve priorizar a busca de alternativas para os problemas ambientais, a partir do confronto de opiniões.

Apesar das críticas em torno dos resultados da Operação Arco de Fogo, em Tailândia, principalmente, pela falta de alternativas de desenvolvimento do governo federal para o município, e de sobrevivência à população desempregada, o material analisado indicou algumas tendências significativas.

A Matéria 24, intitulada, “Desmatamento é tema de debate hoje na AL”, com o subtítulo “políticos e entidades discutem ações para a preservação do meio ambiente” é, no nosso entender, a que melhor sintetiza os resultados positivos da Operação Arco de Fogo, no sentido de desencadear um amplo debate com os

setores envolvidos no sentido de buscar alternativas para os desmatamentos ilegais no Pará.

A reunião realizada, na Assembleia Legislativa do Estado, no dia 07/04/08, reuniu senadores, deputados federais, prefeitos, sindicatos rurais, e representantes de órgãos ligados ao setor madeireiro, para debater sobre a falta de regularização fundiária, do Estado do Pará; e a realização do Zoneamento Ecológico Econômico das áreas alteradas, como prerrogativa para o desenvolvimento de projetos sustentáveis na região.

O deputado estadual, Airton Faleiro (PT), ao se referir aos impactos da Operação Arco de Fogo, em Tailândia, durante a sessão na Assembleia Legislativa, do dia 19/03/08, lembrou que o Pará é o Estado mais “bagunçado” do Brasil do ponto de vista fundiário (Matéria 20).

De acordo com o presidente da Comissão de Meio Ambiente, da Assembleia Legislativa, Deputado João Salame (PPS) “para conter o avanço sobre a floresta, é preciso fazer o zoneamento nas áreas alteradas, identificando o uso mais adequado das terras [...] para atividades produtivas, preservação e reflorestamento. Questões como a de Tailândia não podem ser tratadas como caso de polícia e, sim, fruto da elaboração de uma política firme, que incentive a preservação e o reflorestamento”⁶⁷ (Matéria 24).

Conforme constatamos, na Matéria 12, o presidente da Comissão e a Subcomissão Temporária para acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, senador Flexa Ribeiro (PSDB) - outro crítico da Operação Arco de Fogo, durante sessão, no senado, do dia 27/02/08, cobrou do governo federal, a criação de medidas que visem à regularização fundiária na Amazônia, como uma pré-condição para combater os desmatamentos ilegais.

Em 2008, tramitava no senado federal o projeto de autoria do senador Flexa Ribeiro que prevê a “utilização de 20 milhões de hectares já desmatados no Pará para fins de reflorestamento, com espécies nativas, ou exóticas, o que concorreria para a formação de uma reserva legal em propriedades rurais. Não é para plantar cana ou soja, mas para reflorestar [...] e para fazer a compensação da reserva legal em outra área de preservação”.

⁶⁷ O Deputado Estadual João Salame, criticou a Operação Arco de Fogo, em Tailândia, questionando “por que não se cria uma força-tarefa para a regularização fundiária?” (Matéria 20, Edição do dia 13/03/08).

Vimos no Capítulo 3, que o jornalismo precisa ir além, ultrapassar os limites do factual, buscar alternativas, tendências e consensos para os problemas ambientais, a partir do confronto de opiniões. Essa perspectiva reafirma a importância das ações de fiscalização do governo federal, na Amazônia, à medida que provocam reações e debates em torno de alternativas e propostas sustentáveis para os desmatamentos ilegais. Durante a cobertura da Operação Arco de Fogo, a falta de regularização fundiária como a principal causa dos desmatamentos ilegais, se transformou num denominador comum, um ponto de consenso, entre todos os setores ouvidos pelo jornal O Liberal: políticos, econômicos, sociais e científicos.

O Programa Desmatamento Zero, da Prefeitura Municipal de Paragominas também foi uma unanimidade durante a cobertura da Operação. O Programa que é coordenado pelo pesquisador Adalberto Veríssimo, do Imazon, prevê reduzir os índices de desmatamento, no município, em 100%, nos próximos anos, com projetos de reflorestamento das áreas degradadas, em parceria com o IBAMA e o governo estadual.

Observamos, entretanto, que a proposta pela manutenção da “floresta em pé” (Quadro 2) – embora seja a melhor alternativa para a preservação da Amazônia, identificada, no âmbito dessa pesquisa, não recebeu a devida atenção, por parte dos jornalistas. Exceto nas matérias que tratam sobre o projeto Desmatamento Zero da Prefeitura Municipal de Paragominas. Nenhuma das fontes principais ouvidas durante a cobertura da Operação Arco de Fogo se manifestou diretamente sobre o assunto.

6 CONCLUSÃO

Ao longo dessa pesquisa, constatamos que a cobertura dos desmatamentos, no jornal O Liberal, do Pará, se mostrou um campo fértil, apontando problemas e desafios do jornalismo enquanto uma prática inter e multidisciplinar que deve tratar o meio ambiente – os desmatamentos, nesse caso, de acordo com suas múltiplas implicações e múltiplos agentes envolvidos.

A constatação de que o presente e o futuro do jornalismo dependem da inserção de algumas variáveis ambientais na produção de notícias, adquire relevância à medida que acrescenta novas perspectivas, e novos desafios sobre os modos de ver, de compreender e de narrar os acontecimentos

A primeira etapa da pesquisa que avaliou a “Quantidade e frequência de matérias” (Gráfico 1), relação mês/ano, foi particularmente significativa porque revelou os critérios utilizados pelo jornal O Liberal, na seleção dos temas, e também, por que determinados acontecimentos adquirem maior relevância do que outros, e como isso repercute na qualidade da produção noticiosa

Constatamos, nessa etapa da pesquisa, que houve uma grande disparidade entre o número de matérias publicadas, no período de fevereiro a junho de 2008, em relação aos meses de janeiro, e de agosto a dezembro, quando a incidência de matérias foi bem menor; e que esse dado é significativo à medida que demonstra que a cobertura se deu de forma isolada e descontínua e ainda depende de eventos especiais para atingir a opinião pública.

A predominância de matérias publicadas, durante o período em que foi realizada a Operação Arco de Fogo, em Tailândia, (129, de um total de 230), comprovou que a cobertura dos desmatamentos se torna mais abundante e produtiva quando ocorre um acontecimento de grandes proporções, e com múltiplas fontes envolvidas, neste caso, as ações de fiscalização do governo federal.

Um primeiro estudo que realizamos sobre o mesmo objeto, em 2000, também concluiu que o Jornal o Liberal não cobre os desmatamentos de forma íntegra e sistemática, e à luz dos princípios do jornalismo ambiental, que pressupõe o meio ambiente como um sistema altamente complexo que deve ser tratado de acordo com suas dimensões políticas, econômicas, sociais, ambientais (LUFT, 2005). Conclusão semelhante a que chegou Ramos (1995), por meio de estudo pioneiro

sobre a cobertura da Conferência do Rio de Janeiro, a Rio-92, nos principais jornais e TVs do País.

De acordo com Bueno (2007), Girardi: Schwaab (2008) o caráter descontínuo e fragmentado das coberturas sobre o meio ambiente é um dos fatores que impede o jornalismo de avançar, ultrapassar os limites do factual, perpassar sistematicamente todas as etapas da produção noticiosa, todas as editorias.

A segunda etapa da pesquisa que avaliou as “Principais fontes”, presentes no noticiário, nos forneceu uma visão proporcional da influência de cada meio: Político, Científico, Econômico e Social, no conjunto de matérias publicadas, e como esses resultados repercutem na produção de notícias, mais precisamente, nas relações entre jornalistas e fontes de informação.

A predominância de fontes ligadas aos setores Políticos, que atingiram um percentual de 65,21%, em relação às demais categorias: “Científicas” – que aparecem, em segundo lugar, com 13,05%; “Econômicas”, com 8,7%; e “Sociais”, com 6,52%, demonstra, num segundo momento, que a cobertura dos desmatamentos, tem um caráter predominantemente político, podendo, por vezes, se transformar, num caso de “Polícia”, considerando que as ações de fiscalização, envolvem apreensões, multas, prisões, e impetração de ações judiciais.

Conforme constatamos (à pág. 101), a participação de fontes ligadas à Polícia Federal, Polícia Civil e Militar, estaduais e, também, do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, na cobertura da Operação Arco de Fogo, contextualizam bem essa afirmação.

A participação expressiva de fontes ligadas ao Governo Federal (Gráfico 4); o IBAMA, que aparece em primeiro lugar, no conjunto de matérias publicadas, com um percentual de 20,86%, e o Ministério do Meio Ambiente, que aparece em segundo lugar, se justifica, porque, em 2008, foram realizadas ações de fiscalização periódicas, no estado do Pará. A Operação Arco de Fogo – objeto de nossa análise qualitativa foi a maior já realizada na região, no combate aos desmatamentos e ao comércio irregular de madeira.

Embora tenhamos optado por categorizar as fontes à luz do conceito de meio ambiente, enquanto um sistema inter e multidisciplinar que deve ser tratado de acordo com suas implicações: políticas, econômicas, sociais, ecológicas (Souza, 2002), entendemos que esse fato não impede que façamos um cruzamento com

outras categorizações mais abrangentes, e melhor identificadas com a complexidade cada vez mais crescente dos fatos.

Chaparro (2009) divide as fontes de informação de acordo com critérios profissionais e institucionais, e com a sua capacidade de produzir acontecimentos com alto grau de visibilidade, assunto que foi levantado no Capítulo 2, O Percurso das Fontes.

Sete categorias integram o mapeamento concluído recentemente: 1) Fontes Organizadas, 2) Fontes Informais; 3) Fontes de Referência; 4) Fontes de Aferição 5) Fontes Aliadas: 6) Fontes Documentais e 7) Fontes Bibliográficas.

Fontes Organizadas “são empresas e/ou instituições de todos os tipos com capacidade de produzir fatos e falas noticiáveis. Capazes para [...] realizar e socializar intervenções discursivas na sociedade. Caracterizam-se pela competência profissional adquirida para lidar com o jornalismo, tanto no que se refere às técnicas da linguagem quanto ao potencial transformador e difusor do Jornalismo. Nesse processo entram os sujeitos sociais que, com vigor institucional, agem e interagem nos espaços e nas dinâmicas da democracia, tanto nos formatos representativos quanto nos formatos participativos”.

De acordo com o modelo proposto podemos observar que grande parte da cobertura dos desmatamentos, no jornal O Liberal, foi construída a partir do uso de Fontes Organizadas. Ainda mais se considerarmos que, nessa categoria, estão incluídas fontes do meio político econômico e social que, de alguma maneira, têm habilidade para intervirem nos diversos “cenários de conflitos (políticos, econômicos, ideológicos, culturais, religiosos, científicos, ético-morais etc.)”, e para os quais “o recurso à ferramenta jornalística da denúncia é cada vez mais freqüente”.

A predominância do IBAMA como fonte principal, e do Ministério do Meio Ambiente demonstra, por sua vez, que o governo federal tem grande capacidade para produzir ações com alto poder de visibilidade. Contatamos, entretanto, que o mesmo não ocorreu com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que teve uma baixa participação no conjunto de matérias analisadas. Esse dado é significativo à medida que o INCRA⁶⁸ é o órgão federal, responsável pelo

⁶⁸ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

gerenciamento das questões fundiárias no País, e que a “falta de regularização fundiária” foi considerada, por todos os setores presentes durante a cobertura da Operação Arco de Fogo, como a principal causa dos desmatamentos ilegais.

Outros resultados decorrentes dessa etapa da pesquisa contribuem para explicar como o jornal O Liberal operou no processo de seleção dos fatos e das fontes, durante a cobertura.

A participação expressiva das fontes Científicas, que aparecem, em segundo lugar, no âmbito dessa pesquisa, demonstra que houve uma mudança substantiva, no jornal O Liberal, em relação à pesquisa que realizamos, em 2000, sobre o mesmo objeto, quando as fontes do meio científico estiveram ausentes da cobertura. Essa constatação é significativa à medida que estas fontes contribuem para imprimir credibilidade e profundidade às notícias.

De acordo com Chaparro, fontes científicas, ou “fontes de referência”, “são pessoas sábias ou instituições que detêm conhecimento reconhecido e socializável, indispensável ao entendimento mais complexo dos acontecimentos da atualidade”.

Neste caso, comprovamos que algumas fontes científicas se destacaram durante a cobertura, são mais credíveis do que outras. Estamos nos referindo ao Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que liderou nessa categoria, seguido do Museu Goeldi, e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Entendemos que as matérias “Amazônia tem 32 de terras irregulares” (Anexo 17) e “Violência reina no interior” (Anexo 9), reafirmam a importância do Imazon na produção de pesquisas interdisciplinares envolvendo as relações entre o homem e o meio ambiente na Amazônia priorizando interesses e necessidades regionais. Enquanto a primeira reportagem trata sobre os problemas fundiários no Pará, como a principal causa dos desmatamentos ilegais; a segunda denuncia a intercausalidade entre os desmatamentos ilegais e os assassinatos rurais.

Por outro lado, constatamos que a Universidade Federal do Pará (UFPA) esteve ausente da cobertura. No nosso entender, essa é uma lacuna que precisa ser revista, considerando que a UFPA é uma das universidades federais mais tradicionais do País, que agrega o (NAEA) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos,

responsável pela produção de pesquisas interdisciplinares, voltadas para o desenvolvimento sustentado na região, que são reconhecidas mundialmente.

De acordo com o modelo proposto “fontes de aferição” são aquelas em que, por sua “qualificação especializada ou pelo grau de conhecimento em determinados temas e cenários da atualidade, e por sua independência e honestidade, são consideradas confiáveis para a aferição das revelações jornalísticas”.

Constatamos, nesse caso, que o INPE pode operar tanto como uma “fonte de referência”, produzindo pesquisas mais abrangentes sobre os desmatamentos, como “fonte de aferição”, considerando que o órgão é responsável pelos serviços de medição e monitoramento dos desmatamentos, em tempo real, por meio dos sistemas Prodes e Deter.

O dever de confrontar

Embora a cobertura tenha se mostrado produtiva em relação ao aproveitamento das fontes científicas e, também, políticas, observamos que a maior lacuna, nesta etapa da pesquisa, se refere à baixa participação das fontes sociais e, também, econômicas – nesse caso, os madeireiros, que aparecem em terceiro lugar, no conjunto da pesquisa.

Compreendemos que a baixa participação de fontes ligadas aos setores econômicos, se justifica porque os desmatamentos ilegais, no Estado do Pará, são praticados por madeireiros que agem na clandestinidade; em grande parte, são grileiros que se apropriam indevidamente de grandes extensões de terras, unicamente com o objetivo de desmatar. Por outro lado, não podemos descartar a importância da indústria madeireira para a economia regional, que tem uma participação expressiva na arrecadação estadual. Colocá-las em pauta como sujeitos dos desmatamentos legais pode significar ir de encontro aos interesses regionais.

Fontes sociais ou “fontes informais” são “aquelas que, de modo geral, não têm nem identidade nem atuação institucional. E como pessoas, apenas como pessoas, tornam-se protagonistas da narração jornalística, falando apenas por si. Em boa parte das situações, elas aparecem nos conflitos narrados como vítimas ou testemunhas dos fatos da atualidade, em especial àqueles que mais fortemente geram efeitos sociais. Estas fontes são representadas pelo cidadão comum “que fala apenas por si” [...] (Chaparro, 2009).

De acordo com o material analisado as fontes sociais ou “informais”, também obtiveram uma baixa participação no conjunto da pesquisa e, quando aparecem, são representadas pelas Organizações Não-Governamentais, pelo Imazon, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade que exerce um dos papéis sociais mais importantes no sentido de denunciar os desmatamentos ilegais na Amazônia. Essa constatação se reveste de importância à medida que as fontes sociais – representadas, nesse caso, pelos índios, ribeirinhos, pequenos agricultores, assentados, são os principais atingidos pelos desmatamentos ilegais e, por isso, os principais responsáveis por denunciar os crimes ambientais na região.

As questões levantadas (às páginas 115 a 119), dessa pesquisa, nos levam a sugerir que o ato de denunciar os desmatamentos ilegais na Amazônia, à imprensa e aos órgãos competentes, deveria ficar a cargo de entidades organizadas, neste caso, as igrejas – com destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), os movimentos sociais/ambientalistas, o Imazon, o Greenpeace e que, em síntese, são as instituições mais estrategicamente organizadas para dar sentido e visibilidade às causas sociais e ambientais na Amazônia.

Entendemos que esses fatores, aliados às restrições de acesso aos fatos e às fontes, contribuam para esclarecer melhor por que a imprensa regional tem operado e priorizado as coberturas dos desmatamentos em parceria com os órgãos federais, e estaduais, nas ações de fiscalização; e também, por que a cobertura teve um caráter predominantemente político.

Chaparro destaca a importância das “fontes aliadas” na construção do noticiário. Estas são os “informantes particulares dos jornalistas (repórteres, pauteiros, editores, colunistas, editorialistas [...]), e com as quais o jornalista pode estabelecer uma “relação de confiança recíproca”.

No nosso caso, o aproveitamento de fontes “aliadas” poderia contribuir para ampliar a compreensão dos desmatamentos como um fenômeno globalizado, considerando que os jornalistas estão entre os profissionais mais atuantes na rede mundial de computadores; e que os desmatamentos na Amazônia é um dos temas recorrentes nos debates em longa distância.

A jornalista cubana Adelfa Fiallo Pestano destaca a importância da Red de Comunicación Ambiental de América Latina y el Caribe⁶⁹ - pioneira nos debates

⁶⁹ De acordo com Pestano (2008) a Red de Comunicación Ambiental de América Latina y el Caribe é uma rede das redes. Para ela confluem a Red Mesoamericana, a rede argentina, paraguaia, a

sobre o meio ambiente, via Web. Defende que os jornalistas interconectados mundialmente devem ter uma visão globalizada da crise ambiental – principalmente dos problemas que afetam os países da América Latina.

O dever de alertar

O Capítulo 3, Jornalismo ambiental – Jornalista do presente sugere que a informação ambiental, deva cumprir três funções básicas: 1) A função informativa; 2) A função pedagógica; e 3) A função política (Bueno, 2008).

A função informativa corresponde à “necessidade da sociedade de estar bem informada sobre os principais temas que abrangem a questão ambiental”, considerando o impacto que determinadas posturas (hábitos de consumo, por exemplo); processos (destruição da biodiversidade.../) e modelos (como o que privilegia o desenvolvimento a qualquer custo) podem causar sobre a qualidade de vida da população. Essa perspectiva nos leva a considerar que uma parcela das matérias analisadas possui um viés informativo/pedagógico, porque procuram manter a opinião pública informada sobre as causas e conseqüências dos desmatamentos e seus devidos desdobramentos.

O Quadro 1. “Desmatamentos: causas e conseqüências”; e 2. “Alternativas: floresta em pé”, refletem de certa forma o interesse do jornal O Liberal de imprimir um caráter pedagógico às notícias, à medida que as notícias apontam para a intercausalidade entre os desmatamentos com outras questões regionais: a agricultura, a pecuária, e os assentamentos rurais do INCRA. A reportagem “Quase 100% do desmatamento é ilegal” (Anexo 2) contextualiza bem essa afirmação.

No entanto, nenhuma matéria, em especial, chama a atenção para os “hábitos de consumo”. Nesse caso, estamos nos referindo ao consumo de produtos originários de madeira extraída da Amazônia. Pesquisas da Organização Não-Governamental Amigos de Terra registram que, no início desta década, cerca de 80% da madeira produzida na região era absorvida pela indústria da construção civil do Estado São Paulo. O uso e o consumo predatório dos recursos naturais, bem

como o “combate à cultura do desperdício”, estão entre as prioridades da Agenda 21 brasileira, documento oficial da Rio-92⁷⁰.

Moraes e Correa (2008) destacam a importância do caráter pedagógico da informação ambiental. Defendem que o jornalismo, enquanto portador da informação globalizada, e na condição de disciplina especializada, associado ao paradigma da sustentabilidade, ultrapassaria a sua função básica de formador de opinião, para informar e transformar a sociedade.

De acordo com Bueno (2008) a informação ambiental deve compreender também, uma função política. Esta se refere à “importância dos cidadãos, no papel de vigilantes e de denunciantes permanentes dos crimes ambientais”.

A baixa participação das fontes sociais no material analisado demonstra que a função política da informação, nesse caso, foi relegada a um segundo plano, considerando que índios, ribeirinhos, pequenos agricultores, assentados, tiveram uma baixa participação, no conjunto de matérias publicadas, aparecem em quarto e último lugar.

Vimos no Capítulo 3, que o jornalismo precisa ir além, ultrapassar os limites do factual, buscar alternativas, tendências e consensos para os problemas ambientais, a partir do confronto de opiniões. Para que isso ocorra de fato, sugerimos que as funções informativa, pedagógica e política deveriam ser empregadas de modo mais equilibrado, equitativo; e de acordo com os múltiplos interesses envolvidos nos acontecimentos. Em última instância, essa mudança de postura por parte da imprensa, poderia contribuir para a prática de um jornalismo mais preventivo na Amazônia, e melhor identificado com as necessidades regionais.

O dever de transformar

Diante desses resultados recomendamos que o noticiário sobre os desmatamentos na Amazônia deveria priorizar alguns aspectos identificados no âmbito dessa pesquisa, a saber:

1) A falta de regularização fundiária no Estado do Pará, como a principal causa dos desmatamentos ilegais e dos crimes ambientais praticados na região;

⁷⁰ A Agenda 21 brasileira estabelece, entre outras prioridades, os programas e ações de inclusão social (com o acesso de toda a população à educação, saúde e distribuição de renda), a sustentabilidade urbana e rural, a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável. Todavia, o ponto-chave dessas ações é o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis que visem combater a cultura do desperdício.

2) A importância da criação de Unidades de Conservação (UCs), tendo em conta suas reais repercussões no contexto regional;

3) O reflorestamento das áreas já degradadas, precedido dos Zoneamentos Ecológicos Econômicos (ZEEs) dos municípios. Entendemos que o Projeto Desmatamento Zero, da Prefeitura Municipal de Paragominas traz um novo ânimo aos debates, já que é resultado de um processo de negociação entre setores políticos, econômicos, sociais e científicos; e

4) A difusão de iniciativas que priorizem a manutenção da Floresta em Pé, enquanto proposta que conta com o apoio de governadores da região, do governo federal, de entidades científicas brasileiras e estrangeiras, e de madeireiros, inclusive.

Importante lembrar que o jornalismo tem como compromisso maior a busca permanente por uma melhor qualidade de vida à população; e que, por isso, tem o dever de **confrontar** opiniões, o dever de **alertar** a população sobre os danos ambientais e o dever de contribuir para **transformar** a sociedade diante das inquietações contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AGENDA POSITIVA DA AMAZÔNIA. Brasília: Câmara dos Deputados, Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, Centro de Documentação e Informação, 2001.

ALBA, Miguel Angel de. La red de comunicación ambiental de América Latina y el Caribe. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 75-78.

ALMEIDA, Edileuson. Imagens da selva: telejornalismo, desenvolvimento sustentável e Amazônia brasileira. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 258-273.

ÂNGELO, Fabrício Fonseca; CARVALHO, Cacilda do Nascimento. A informação ambiental como instrumento para a conscientização do cidadão: um estudo sobre as matérias de temática ambiental produzidas por cinco das principais revistas semanais de notícias. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 303-317.

BACHELARD, Gastón. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1971.

BACCHETTA, Victor L. El periodismo de la sustentabilidad. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 84-88.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BAUMONT, Clarissa de et al. Jornalismo e cidadania ecológica: análise da temática do aquecimento global no Caderno Ambiente do jornal Zero Hora. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 189-209.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP), São Paulo, 1998.

BRAGA, José Luis. Comunicação, disciplina indiciária. **MATRIZES**, Brasil, v. 1, n. 2, 2008, p.73-88. Disponível em:
<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/MATRIZES/article/view/5235/5259>>.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo, Marajoara Editorial, 2007.

_____, Wilson da Costa. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 105-118.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. [s.l: s.n], 1982.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.

COELHO, Maria Célia et al. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: Edições Cejup, 2000.

COSTA, Luciana Miranda. O esverdeamento da imprensa. **Revista Acadêmica Semestral – Estudos em Jornalismo e Mídia**, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e Mídia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 41-54, 2º semestre 2006.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 43-55.

DUTRA, Manuel José Sena. **A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005.

FAUSTO NETO, Antonio. A cobertura jornalística da política. **Revista de jornalismo**, v. 3, n. 3, jan./dez, p. 23-57, 1995.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Lectores, espectadores e internautas**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

GELÓS, Héran Sorhuet. Periodismo ambiental: eje comunicacional del siglo XX. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 67-74.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

HENN, Ronaldo César. **Pauta e notícia**. Canoas: Editora Ulbra, 1996.

HERSCOWITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 123-142.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br>>.

JORNAL O LIBERAL DO PARÁ. Disponível em: <<http://www.oliberal.com.br>>.

LAGO, Claudia, BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LEFF, Enrique. As universidades e a formação ambiental na América Latina. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, Editora/UFPR, n. 2, p. 11-20, 1995.

LUFT, Maria Schirley. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia**: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas. São Paulo: Annablume, 2005.

MAZZARINO, Jane. O agendamento na perspectiva das fontes do campo jornalístico: observando fazeres do movimento socioambiental. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Editora Unisinos, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 53-63, jan./abr. 2007.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista o diálogo possível**. São Paulo: Ática. 2008.

MELO, José Marques de (Org.). **Mídia, ecologia e sociedade**. São Paulo: Intercom, 2008.

_____. José Marques de. Impasses do jornalismo científico. **Revista Comunicação e Sociedade**, n. 7, p. 19-23, 1982.

MORAES, Cláudia Herte de; CORRÊA, Aline Michelle Ferreira. Entre o susto e o esquecimento: jornalismo ambiental na lógica da indústria da informação. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 210-224.

MORIN, Edgar. **A sociologia do microsocial ao macroplanetário**. Portugal: Universitária, 1990.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo científico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PESTANO, Adelfa Fiallo. Actualidad y perspectiva de la Red de Comunicación Ambiental de América Latina y el Caribe. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 34-38.

PINTO, Lúcio Flávio. **O jornalismo na linha de tiro**: de grileiros, madeireiros, políticos, empresários, intelectuais & poderosos em geral. Belém: Edição Jornal Pessoal, Smith Produções Gráficas Ltda., 2006.

POSTMAN, Neil. **Quando a cultura se rende à tecnologia**. Lisboa: Difusão Cultural – Sociedade Editorial e Livreira Ltda., 1992.

PRINGLE, Sharon. Retos de la REDCALC en centroamérica frente al cambio climático. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.)

Jornalismo ambiental: desafios e reflexões. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 79-83.

RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RAMOS, Luis Fernando Angerami. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1995.

RODRIGUES, Adriano. A emergência dos campos sociais. In: REVAN, Raimundo Santana (Org.). **Reflexões sobre o mundo contemporâneo**. Teresina: UFPI, 2000, p. 189-198.

SCOTT, Lasch. Formas tecnológicas de vida (cap.2) e teoria mediática (cap. 6). In: _____. **Crítica de la información**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005, p. 39-58; p. 119-138.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas – Oficina Editorial Ltda., 2005.

SOUZA, André Luiz Lopes de. **Desenvolvimento sustentável, manejo florestal e o uso dos recursos madeireiros na Amazônia brasileira:** desafios, possibilidades e limites. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

TEIXEIRA, Dinair Velleda. A ética no discurso do Zero Hora sobre a educação ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental:** desafios e reflexões. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 241-254.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

_____. **Teorias do jornalismo:** a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIGUEIRO, André. Cidades sustentáveis. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Regis Toni (Org.) **Jornalismo ambiental:** desafios e reflexões. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p. 39-42.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia:** estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WEBGRAFIA (Sites Consultados)

Agenda 21 (Pesquisado em 23 de Dezembro de 2009)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21/

Agapan (Pesquisado em 1º de Dezembro de 2009)

<http://blog.agirazul.com.br/2009/04/27/agapan-comemora-38-anos-de-desafios-e-conquistas-ambientais/>

Chico Mendes (Pesquisado em 28 de Fevereiro de 2010)

<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Especial%3APesquisar&search=funda%C3%A7%C3%A3o+chico+mendes>

Clube de Roma (Pesquisado em 1º de novembro de 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_de_roma

Comunique-se (Pesquisado em 15 de Julho de 2010)

<http://www.comunique-se.com.br/>

Diagnóstico e demandas sócio-ambientais de entidades ambientalistas gaúchas (Pesquisado em 17 de março de 2009)..

<http://blog.agirazul.com.br>

Dorothy Stang (Pesquisado em 28 de Fevereiro de 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Dorothy_Stang

Fundação Gaia (Pesquisado em 22 de Dezembro de 2009)

<http://www.fgaia.org.br/>

Infomídias – FX Mídias (Pesquisado em 11 de Novembro de 2010)

<http://www.fxmidias.com.br/v02/infomidias/infomidias.html>

Imazon (Pesquisado no dia 28 de Setembro de 2009)

<http://www.imazon.org.br/novo2008/index.php?>

INCRA (Pesquisado em 16 de Novembro de 2010)

<http://www.incra.gov.br/portal/>

INPE (Pesquisado em 06 de Outubro de 2009)..

<http://www.inpe.br/>

Irmãs Nossa Senhora de Namur (Pesquisado em 11 de Janeiro de 2010)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Irm%C3%A3s_de_Nossa_Senhora_de_Namur

Museu Goeldi (Pesquisado em 28 de Setembro de 2009).

http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Goeldi

NEJ (Pesquisado em 1º de Dezembro de 2009)

<http://www.agirazul.com.br/>

Organizações Rômulo Maiorana (ORM) (Pesquisado em 11 de Novembro de 2010)
<http://www.orm.com.br/>

ANEXOS

- ANEXO 1** – Diagnóstico e demandas Socioambientais de entidades ambientalistas gaúchas, para o Secretario de Estado de Meio Ambiente do RS, Berfram Rosado (p. 150)
- ANEXO 2** – Quase 100% do desmatamento é ilegal (p. 153)
- ANEXO 3** – Paragominas superou cultura da devastação (p. 155)
- ANEXO 4** – Assentamento é o vilão da Amazônia (p. 157)
- ANEXO 5** – Força Nacional vai ocupar Tailândia (p.158)
- ANEXO 6** – Força Nacional desembarca em Tailândia (p. 161)
- ANEXO 7** – INCRA vai recadastrar imóveis rurais (p. 162)
- ANEXO 8** – Leilão de madeira vai só cobrir o frete (p. 163)
- ANEXO 9** – Violência reina no interior paraense (p. 164)
- ANEXO 10** – Desmatamento esconde rede de crimes (p. 166)
- ANEXO 11** – Madeira apreendida chega a Belém (p. 168)
- ANEXO 12** – IBAMA destrói 107 fornos [...] (p. 170)
- ANEXO 13** – Estado promete investimentos em Tailândia (p. 172)
- ANEXO 14** – Tailândia já perdeu oito mil empregos (p. 174)
- ANEXO 15** – Caciques ameaçam retomar corte da mata (p. 175)
- ANEXO 16** – Força Nacional volta para Tailândia (p. 177)
- ANEXO 17** – Amazônia tem 32% de terras irregulares (p. 179)
- ANEXO 18** – Ajuizadas seis ações contra madeireiras (p. 180)
- ANEXO 19** – Madeireiros migram para Tomé-Açu (p. 183)
- ANEXO 20** – Senadores querem suspender operação (p. 185)
- ANEXO 21** – Agricultor faz denúncia e acaba morto (p. 187)
- ANEXO 22** – Quem deixar de derrubar a floresta [...] (p. 189)
- ANEXO 23** – Trabalhadores são salvos da escravidão (p. 191)
- ANEXO 24** – Produtores rurais ignoram cadastro (p. 193)
- ANEXO 25** – Floresta em pé é muito mais lucrativa (p. 195)
- ANEXO 26** – Assentamentos lideram desmatamentos (p. 197)
- ANEXO 27** – Governadores pedem pagamento por floresta (p. 200)
- ANEXO 28** – Devastação atinge 297 mil hectares de reserva (p. 202)

ANEXO 1 - Diagnóstico e demandas sócio-ambientais de entidades ambientalistas gaúchas para o Secretário de Estado de Meio Ambiente do RS, Sr. Berfram Rosado.

Porto Alegre, 17 de março de 2009.

Senhor Secretário:

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (SEMA) passa por uma situação nunca antes vista. Constatamos, particularmente, um enfraquecimento das políticas públicas de proteção ambiental e um acentuado esfacelamento do quadro funcional. Essas inconsistências são devidas à incompreensão do papel-chave da SEMA para a manutenção e aprimoramento da qualidade de vida da população gaúcha bem como para o planejamento de um tipo de desenvolvimento – com sustentabilidade sócio-ambiental – de nosso Estado. Em função desta incompreensão relacionada ao papel de uma pasta tão importante, criada há quase 10 anos, temos tido, por exemplo, alta rotatividade de secretários com, praticamente, um mandatário nomeado a cada ano. Isso vem ocorrendo desde 2003. Provavelmente, nenhuma secretaria de meio ambiente no Brasil tenha sofrido tantas mudanças em tão pouco tempo.

Como foi dito, tal falta de compreensão se faz sentir na precariedade do quadro funcional. A acentuada ingerência política e econômica na área técnica, o desestímulo pelos baixos salários e o desrespeito aos pareceres técnicos dos funcionários de carreira levaram a uma evasão em massa de técnicos fundamentais às funções de proteção ambiental. A SEMA mantém ainda muitos cargos em comissão (CCs) e pessoal técnico contratado temporariamente, sem concurso, o que enfraquece ainda mais a função de licenciar, denotando desmerecimento de uma carreira típica de Estado. Os funcionários que lidam com o licenciamento ambiental, área estratégica para defesa da vida, devem possuir estabilidade e liberdade de consciência para julgar processos de acordo com sua área profissional. De outro modo, estarão expostos a assédio moral, como vem acontecendo na SEMA. As decisões nesta área devem ser, acima de tudo, técnicas e à luz da legislação. A recorrente distorção que prioriza a decisão política, a reboque de interesses econômicos efêmeros e de alto impacto ambiental, não pode mais continuar. Esta situação perversa deve ser avaliada também nos órgãos ambientais municipais, já habilitados ao licenciamento ambiental local de empreendimentos, onde a contratação de técnicos temporários, por meio de empresas de consultoria, está se tornando regra.

Por outro lado, essa fragilização institucional não pode ser considerada simplesmente o resultado de uma falta de vontade política. Ao contrário, nos últimos anos as visões econômicas imediatistas do governo e de parte do setor produtivo colocaram como prioridade a flexibilização de leis, diretrizes e ações de proteção ao meio ambiente. Transformou-se quase em ficção a almejada compatibilização entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Nunca houve tanta apologia a um crescimento econômico que não apresenta soluções em harmonia com nossos biomas – a verdadeira via de geração de emprego e renda para a população trabalhadora. Para tanto, em nossa visão, o último titular da pasta desempenhou mais um papel de interventor e desregulamentador do setor de meio ambiente, com o intuito de favorecer a área econômica privada, desmerecendo o papel que deveria desempenhar como um secretário de meio ambiente. Isso esteve evidente no processo de regulamentação da silvicultura pela descaracterização do seu Zoneamento Ambiental (ZAS), pela emissão das licenças prévias ilegais para barragens de irrigação (Jaguari e Taquarembó), bem como para outros empreendimentos. Tal situação levou, inclusive, à abertura de um processo judicial contra a presidente da FEPAM, por improbidade administrativa, assim como a um processo contra o Presidente do CONSEMA por comportamento anti-democrático.

O quadro ambiental no Rio Grande do Sul permanece dramático. No que se refere ao bioma Pampa, a perda anual, que corresponde a conversão à agricultura, silvicultura e pastagens

artificiais, saltou da média de 136 mil hectares, na década passada, para 400 mil hectares nesta década.

Concomitantemente, o bioma Mata Atlântica - um dos mais ameaçados do planeta - não possui, no Estado, uma política de recuperação de áreas degradadas enquanto amarga um percentual de remanescentes inferior a 3% da cobertura original. O Rio Grande do Sul é o Estado da Região Sul que possui o menor percentual de áreas protegidas, a saber, somente 0,68% de sua superfície representada por Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral. As entidades ambientalistas protocolaram vários documentos em relação às demandas de proteção à biodiversidade, até agora não respondidos.

O caso da morte de 80 toneladas de peixes no Rio dos Sinos, no ano de 2006, demonstrou a fragilidade desta Secretaria, lembrada pela opinião pública somente em situações negativas ou em eventos comemorativos, desarticulados dos necessários programas para dar fortalecimento e continuidade à área.

Em 2007, as entidades ambientalistas, por meio da APEDEMA/RS, realizaram uma série de tentativas de diálogo com a SEMA visando resgatar as políticas ambientais, enfraquecidas nos últimos anos. Entretanto, as tentativas foram infrutíferas, pois a pauta apresentada por nossas entidades não foi minimamente respondida. Pensamos, mesmo, que a falta de vontade política na área ambiental, em realidade, foi resultado de uma visão intervencionista na área técnica por parte de gestores sem trajetória nesta área que não priorizaram o diálogo quer com os ambientalistas, quer com o setor técnico da SEMA.

Em suma, entendemos ser urgente a inversão desse atual processo de enfraquecimento deliberado da SEMA, retomando-se e preservando-se os instrumentos de controle ambiental, o fortalecimento do quadro funcional e da infra-estrutura da Secretaria e diminuindo o peso dos CCs no órgão. É necessário, também, fortalecer os instrumentos, programas e ações institucionais de proteção e aprimoramento do Meio Ambiente, destacando-se, dentre estes, o Zoneamento Ambiental da Silvicultura.

Para tanto, nós, entidades ambientalistas gaúchas, entendemos como prioritárias as seguintes questões, requerendo, com relação a elas, atenção, comprometimento e responsabilidade de Sua Senhoria:

I. GESTÃO AMBIENTAL DEMOCRÁTICA

a. A homologação do diretor técnico da FEPAM, eleito democraticamente pelo quadro técnico, fazendo-se cumprir o estatuto dessa Fundação.

b. O cumprimento do princípio da publicidade ou da transparência, observando o direito de acesso às informações públicas conforme a Constituição Federal.

Apresentação das informações solicitadas pela CT Biodiversidade sobre percentuais licenciados com silvicultura e outras solicitadas sobre percentuais de barragens.

c. Transparência e publicização dos atos de licenciamento ambiental em todos os níveis.

Rediscutir, de forma participativa, o Balcão de Licenciamentos. Suspensão imediata da prática ilegal de emissão de Licenças sem Estudos de Impacto Ambiental, quando necessário pelo porte e natureza dos empreendimentos. Respeito a pareceres técnicos elaborados em outras gestões.

d. Promoção de concursos públicos para o provimento das vagas técnicas.

e. Respeito e cumprimento das deliberações dos Comitês de Bacia, homologados pelo CRH, no licenciamento de empreendimentos.

II. SILVICULTURA

Respeito ao Zoneamento Ambiental da Silvicultura elaborado pela FEPAM e FZB, ora em retomada de discussão nas CTs do CONSEMA por força de determinação judicial.

III. POLÍTICA DE BIODIVERSIDADE

a. Efetivação das Unidades de Conservação (UCs) existentes, com provimento dos quadros adequados e de recursos suficientes, e criação de novas unidades com vistas a que sejam protegidos, até 2012, ao menos 3% de cada bioma em UCs de Proteção Integral;

b. Nos sistemas produtivos, a promoção do respeito às peculiaridades dos ecossistemas e incorporar funções e produtos da biodiversidade.

c. Fomento de mecanismos que proporcionem incentivos pelos Serviços Ambientais.

IV. CONSEMA

- a. A imediata criação de editais do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) para financiamentos de projetos que estejam em consonância com a política ambiental estadual, sendo tais editais abertos a sociedade civil gaúcha. Além disso, exigimos a abertura das contas do FEMA, bem como apresentação de prestação de contas detalhada dos últimos desembolsos feitos pela SEMA com recursos do FEMA.
- b. Cumprimento da resolução 107/2005 que estabelece que as ONGs ambientais deverão ser indicados pela APEDeMA/RS para ocuparem o assento no CONSEMA.
- c. Cumprimento da Decisão Administrativa n.º 0287/98 no qual faculta o reembolso das despesas decorrentes do comparecimento do representante de organização ecológica não governamental em reunião do CONSEMA.
- d. Tratamento, em plenária, das questões elencadas pelas ONGs em 2008 como itens de pauta para o CONSEMA.
- e. Realização de eleição para a presidência do CONSEMA, visto que o atual mandato está por findar, conforme resolução CONSEMA n.º 007/00.

Maria da Conceição de A. Carrion - Coordenação da APEDeMA – NAT

Cíntia Barenho - Coordenação da APEDeMA - CEA

Vicente R. Medaglia - Coordenação da APEDeMA - InGá

ANEXO 2 - Quase 100% do desmatamento é ilegal.

Data: 25/01/2008

Editoria: Atualidades

Quase 100% do desmatamento é ilegal

INCONTROLÁVEL

Grandes extensões de terra e pouco pessoal dificultam ações de combate. Menos de 1% dos desmatamentos, feitos no Pará, em 2007, são legais. Mais de 99% das investidas contra as florestas não respeitam limite de derrubada de apenas 20% e de 80% de proteção da vegetação nativa, exigido por lei. A informação é do titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semma), Valmir Ortega, que concedeu entrevista coletiva ontem, por ocasião da divulgação do Pará como o segundo Estado com maior índice de desmatamento no Brasil. Como ação emergencial, o governo federal anunciou a aceleração das medidas de proteção em 36 municípios do País, 12 deles paraenses, 19 no Mato Grosso, quatro em Rondônia e um no Amazonas.

No Pará, as ações para coibir o avanço irracional à floresta serão intensificadas em Altamira, Brasil Novo, Dom Eliseu, Novo Progresso, Novo Repartimento, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Ulianópolis, São Félix do Xingu e Cumaru do Norte. Os dois últimos com os maiores índices de desmatamento do Estado, atestado pela pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

O secretário afirma que as ações de monitoramento e fiscalização intensiva nessas áreas devem complementar o trabalho desenvolvido pela Semma. O esforço é para aumentar a capacidade de cobertura em um território de mais de 1,2 mil quilômetros quadrados. Um dos passos importantes é a elaboração do Plano Estadual de Prevenção ao Desmatamento Ilegal, o qual deve se agregar ao que está sendo feito pelo governo federal. Entre os dias 12 e 15 de fevereiro, será realizado em Belém o Seminário Nacional de Combate ao Desmatamento Ilegal, o qual reunirá representantes de todo o Brasil de órgãos estaduais e federais.

Ortega diz que uma das dificuldades mais prementes do Estado é a centralização da estrutura da Secretaria em Belém. Os municípios do interior estão cobertos pelo monitoramento a distância como, por exemplo, o feito através do Sistema de Controle de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (Sisflora), o qual permite atuar e notificar ilícitos ambientais a distância. Mas a presença física da Secretaria reduziria mais a atuação de madeireiros, pecuaristas, grileiros, posseiros e toda sorte de atores sociais que contribuem com o desmatamento.

Em um ano, estima o secretário de Meio Ambiente, a Semma deve implantar unidades regionais em Marabá e Santarém. Em médio prazo, mais braços da Secretaria devem chegar em dois municípios ainda não definidos. Valmir Ortega acrescentou que, dos atuais 430 servidores, entre efetivos e temporários, cerca de 150 estão empenhados diretamente em ações de fiscalização para proteger a floresta. Mais de 40 novos funcionários concursados foram chamados recentemente para integrar o quadro e há um concurso público previsto para este ano, o qual deve abrir vagas para 250 cargos.

Ortega afirma que neste primeiro ano de governo a Semma duplicou o quadro de servidores com nível superior, o que melhora a qualidade do combate aos crimes ambientais. Ele contabiliza ainda as operações 'Paz no Campo' e 'Paz nos rios' como duas ações positivas que ajudaram a reduzir o desmatamento no Pará.

Pecuaristas e guseiras negam qualquer culpa

A despeito de o Ministério do Meio Ambiente ter apontado a expansão do cultivo da soja, o avanço do gado e a atividade siderúrgica de ferro-gusa como os principais vilões do ranking do desmatamento na Amazônia - como era de se esperar - a Federação das Indústrias negou ontem qualquer contribuição para o aumento desses índices.

Para a Federação de Agricultura do Pará (Faepa) os produtores de soja e de gado não podem ser responsabilizados pelo crescimento do desmatamento na Amazônia. 'Para começar, ninguém derruba floresta para plantar soja, seria inviável, o custo é muito alto. Só se cultiva soja em áreas já antropizadas. E o avanço desta produção no ano passado foi pequeno por causa das moratórias, que vêm sendo respeitadas', argumentou o presidente da Faepa, Carlos Xavier.

Ele disse ainda que a própria produção de gado deve ser relativizada quando o assunto é encontrar culpados para o desmatamento. 'A produção de gado tem sido feita nas áreas já desmatadas, não houve grandes avanços para outras áreas', afirmou Xavier, ressaltando que a categoria não compactua com o desmatamento ilegal e está empenhada, junto aos órgãos estaduais, na busca de alternativas mais sustentáveis para o meio ambiente.

O Sindicato das Indústrias de Ferro-Gusa do Estado do Pará (Sindiferpa) - representante das dez siderúrgicas instaladas em Marabá - também contesta as observações do Ministério do Meio Ambiente. 'Não tivemos acesso ao estudo, apenas ao que foi divulgado na imprensa, mas o que podemos dizer é que o Pólo Siderúrgico do Pará continua consumindo carvão da mesma forma. E em algumas delas, muito pelo contrário, houve uma redução dessa produção por causa da normativa da Semma que obriga as siderurgias a comprovarem antecipadamente a origem do carvão', argumentou o diretor executivo da Sindiferpa, Mauro Corrêa.

Soja e pecuária seriam os vilões

O diretor do Programa Amazônia da organização não-governamental Conservação Internacional, Adrian Garda, afirma que o aumento do desmatamento nos meses de novembro e dezembro, atestados nos estudos do instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) feitos na Amazônia, apontam para o avanço do soja e pecuária no Pará. Segundo ele, a desculpa dos representantes do setor agropecuário de que as atividades econômicas estão restritas a áreas já degradadas não convence. 'Nestes dois meses, mais de 95% da devastação ocorreu dentro de áreas privadas, principalmente para expandir os pastos', observa.

Adrian explica que o avanço da soja e do gado tem a ver com o aumento do valor de mercado desses dois ativos. Nos Estados Unidos, o uso do milho para produção de etanol pressionou a compra de grãos do mercado brasileiro. Na China, também aumentou o consumo desses produtos. Aliado a isso, o Brasil saltou de terceiro maior exportador de carne do mundo para a primeira colocação. 'São Félix do Xingu, onde o INPE apontou a maior taxa de desmatamento, não por coincidência tem o maior rebanho do Estado', diz.

O integrante da Conservação Internacional diz que uma das soluções para reduzir o desmatamento é investir na valorização econômica da floresta em pé. 'Enquanto a floresta derubada for mais lucrativa, os índices continuarão subindo', pontua. Adrian Garda afirma que há organismos e instituições financeiras e governos estrangeiros que estão incentivando a criação de sistemas de crédito de carbono, os quais podem ser vendidos no mercado de ações e gerar mais lucro do que uma árvore no chão. Outra estratégia do gênero é conseguir rentabilidade com serviços ambientais, experiência que já vem dando certo, por exemplo, no Rio de Janeiro. 'A Amazônia presta um grande serviço ambiental ao Sul do País regulando as chuvas desta região. É preciso criar formas de capitalizar esse serviço', comenta.

ANEXO 3 - Paragominas superou cultura da devastação.

Data: 12/02/2008

Editoria: Atualidades

Paragominas superou cultura da devastação

PARAGOMINAS E ULIANÓPOLIS

Evandro Corrêa

Especial para O LIBERAL

Empresários e pecuaristas de Paragominas reuniram-se no último final de semana para elaborar uma resposta ao governo federal, que identificou doze municípios paraenses, entre 36 prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento. Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu estão na lista, que desencadeou um decreto através do qual todas as propriedades rurais destes municípios serão recadastradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Pelo decreto, onde for constatada derrubada ilegal de florestas, as propriedades serão embargadas e não poderão vender produtos ou receber financiamentos. Quem comprar produtos dessas fazendas também poderá responder criminalmente. Além disso, o documento prevê o controle da agropecuária, o bloqueio do financiamento para atividades que gerem desmatamento, o deslocamento de tropas do Exército, Força Nacional e Polícia Federal em ações de combate ao desmatamento e o monitoramento mensal das áreas embargadas.

indignação

Em Paragominas, o prefeito Adnam Demacki reagiu com indignação. 'Todas as ações no âmbito municipal são contrárias ao desmatamento e favoráveis ao desenvolvimento sustentável da região', declarou. Em janeiro do ano passado, durante o seminário 'Normatização de florestas plantadas', foi lançada a Carta de Paragominas, que dispõe critérios para atividades de florestamento e reflorestamento.

Segundo Demacki, Paragominas possui o maior reflorestamento de espécies nativas da Amazônia e a terceira maior área de certificação florestal FSC do Brasil. Em dezembro foi criada a primeira Área de Proteção Ambiental (APA), às margens do rio Uraim.

Em breve o município vai começar a receber os benefícios do programa Vale Florestar, para reflorestar 150 mil hectares na rodovia Belém-Brasília. As terras degradadas e com pastagens já estão sendo arrendadas para esta finalidade.

O empresário Aderval Dalmaso, presidente do Sindiserpa, diz que os critérios para a lista do governo federal são defasados. Ele diz que a área total desmatada, cuja medição considera os desmatamentos desde a década de 80, foi decisiva para a inclusão de Paragominas. 'Se for assim, o município está sendo condenado pelo passado de degradação, e não pelas atividades sustentáveis que implantamos'.

Na opinião de José Carminati, presidente do Sindicato Rural de Paragominas, as medidas proibitivas inviabilizarão a atividade produtiva na região. Segundo ele, Paragominas começou e desenvolveu sua produção agrícola nos últimos anos unicamente em áreas alteradas e improdutivas aplicando tecnologias avançadas na preparação e cultivo do solo. 'O resultado disso, é o desenvolvimento de uma agricultura com crescente produtividade e geração de emprego e renda sem a necessidade de se derrubar um único hectare de floresta',concluiu Carminati.

No dia 13, Demacki entregará à ministra do Meio Ambiente Marina Silva um ofício solicitando o fornecimento de todos os dados oficiais do desmatamento. Empresários do setor produtivo pretendem cobrar a estruturação do Ibama e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) para agilizar a concessão das licenças ambientais para o reflorestamento e manejo florestal do município, além de apoio para a conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico e outras iniciativas.

ANEXO 4 - Assentamento é o vilão da Amazônia.

Data: 13/02/08

Editoria: Atualidades

Assentamento é o vilão da Amazônia

Queda-de-braço

Agronegócio revida acusações durante visita da ministra Marina Silva a Belém

As áreas de assentamento, e não o *agribusiness*, são as maiores responsáveis pelo desmatamento na Amazônia; cabe constatação à dimensão das áreas desflorestadas no ano passado, apontadas pelo relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais (Inpe); e boa parte da responsabilidade pela má gestão dos territórios de floresta no Estado é da própria União, uma vez que mais de 70% das terras paraenses pertencem ao governo federal. Estes são, em linhas gerais, os termos da nota publicada hoje pela Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa).

O documento tem destinatário certo: a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que está em Belém participando de uma reunião no Hangar Centro de Convenções da Amazônia com representantes de todos os órgãos do sistema ambiental brasileiro, além da polícia federal. O encontro foi organizado para definir um plano de ação para controle do desmatamento na Amazônia, a partir das medidas determinadas, ao longo das últimas semanas, pelo presidente Lula.

'Não vamos tentar um encontro com a ministra. Apenas publicamos a nota e esperamos que ela a veja', afirma o presidente da Faepa, Carlos Xavier. Segundo ele, Marina Silva vem recebendo informações distorcidas de sua assessoria. 'Declarar que o agronegócio é o responsável pelo avanço do desmatamento é faltar com a verdade', diz Xavier, acrescentando que os dados divulgados pelo Inpe, de um desmatamento recorde de 37 mil hectares, também são inverídicos.

O presidente da federação diz que é muito simples comprovar a participação dos assentamentos na redução da cobertura florestal amazônica. Basta fazer alguns cálculos. 'Só até o dia 4 de outubro do ano passado, as superintendências do Incra de Belém, Marabá e Santarém implantaram 896 novos projetos de assentamento, com uma média de 200 famílias por área, o que perfaz 190 mil famílias de colonos apenas no Pará', diz Xavier. Uma instrução normativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário permite a cada família de assentado a abertura de três hectares de floresta por ano.

'Se multiplicarmos os números, veremos que o resultado será um potencial significativo de desmatamento anual, financiado com recursos do próprio governo federal, por meio de financiamentos do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil', explica o presidente da Faepa. 'Não criticamos a política de assentamento. Há uma clara necessidade de fixação do homem ao campo, com condições mínimas de subsistência. O que falta é uma política pública que estimule o desenvolvimento sustentável dessas áreas de reforma agrária e para controle dos fluxos migratórios de outros Estados em direção à Amazônia', afirma Xavier.

De acordo com o presidente da Faepa, o setores agrícola e pecuário não podem responder sozinhos pela falta de políticas de governo destinadas a controlar o desmatamento na Amazônia. 'Não é justa a condição de vilão que nos impõem', diz acrescentando que as riquezas geradas pelo agronegócio têm sido importantes para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e estadual. 'Trata-se de um setor que não deve ser tacado. Ele precisa ser valorizado e estimulado no Brasil'.

ANEXO 5 - Força Nacional vai ocupar Tailândia.

Data: 23/02/2008

Editoria: Polícia

Força Nacional vai ocupar Tailândia

Segurança

A PM também já enviou 450 soldados para garantir o embarque de madeira

CARLOS MENDES

Da Redação

Uma operação conjunta da Força Nacional e Polícia Militar, reunindo cerca de 600 homens, com apoio de três helicópteros, um deles de resgate e combate a incêndio, a serviço do Corpo de Bombeiros, vai ocupar hoje e amanhã a cidade de Tailândia, de 53 mil habitantes, no leste do Pará. A chegada dos primeiros 450 homens, da PM, estava prevista para o amanhecer de hoje, quando a maior parte da população ainda estivesse dormindo. A Força Nacional, com 157 homens, estará em Tailândia amanhã, desembarcando em Belém num avião da Força Aérea Brasileira (FAB).

A presença das tropas é para garantir a retirada de 15 mil metros cúbicos de madeira apreendida na semana passada durante a operação 'Guardiães da Amazônia', organizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema). A PM levou para o município seu Pelotão de Choque, cavalaria e canil, que saíram de Belém durante a madrugada em comboio pela rodovia PA-150. O alto comando da PM passou todo o dia de ontem reunido, tratando dos últimos detalhes da logística da operação.

A presença das tropas será, num primeiro momento, para dissuadir qualquer reação violenta dos madeireiros, de seus empregados e de vândalos que sempre se aproveitam de grandes manifestações para promover invasões e quebra-quebras de prédios públicos. Além disso, os militares abrirão caminho para a saída de 24 caminhões com madeira que será levada para uma área da antiga fazenda Pirelli, em Marituba, município da Região Metropolitana de Belém. Nas margens do Rio Moju, que corta Tailândia, nove balsas foram preparadas para armazenar as toras de madeira.

Segurança

O coronel Paulo Gerson, comandante do Corpo de Bombeiros Militar (CBM), informou que um helicóptero da corporação dará apoio aéreo às tropas e estará de sobreaviso para eventual combate a incêndios, resgate de feridos ou primeiros socorros. 'Espero que nada disso seja necessário', resumiu.

O secretário estadual de Meio Ambiente, Walmir Ortega, disse que técnicos do órgão e fiscais do Ibama já estavam em Tailândia desde a tarde de ontem. Eles foram recebidos por 200 policiais militares que ficaram na cidade para reprimir os distúrbios de terça-feira. Ortega estima que 50 mil metros cúbicos de madeira devem ser retirados do município e transportados em 600 caminhões até Marituba, num percurso de 260 km.

'É, na verdade, uma ação para garantir a própria segurança da população contra a violência provocada por baderneiros insuflados justamente por aqueles que vivem na ilegalidade, derrubando a floresta e enriquecendo cada vez mais em detrimento dos próprios trabalhadores', definiu um oficial da PM, pedindo para não ser identificado.

Loucos

O oficial revelou que o serviço de inteligência da PM identificou um movimento ainda mais forte e organizado em Tailândia, inclusive com armamento distribuído em fazendas da região, para provocar novos distúrbios na cidade e reação contra a presença militar. 'Eles não são loucos de enfrentar gente bem preparada como o nosso pessoal, mas se forem vão se arrepender amargamente', acrescentou o militar.

O sindicato das empresas madeireiras do município nega que esteja por trás de novo protesto ou de qualquer suposta hostilidade à PM, atribuindo-a a grupos políticos e a 2 mil trabalhadores ameaçados de demissão nas serrarias fechadas pelo Ibama.

'Não usamos armamento letal', garante comandante-geral da PM

'Nós estamos preparados para garantir, de maneira pacífica, a saída dessa madeira de Tailândia sem nenhum problema. Não levamos nenhum armamento letal, apenas balas de borracha, bombas de efeito moral e spray de pimenta'. garantiu o comandante-geral da PM, coronel Luiz Cláudio Ruffeil, ontem à noite, durante entrevista a O LIBERAL por telefone. Ele confirmou que a chegada das tropas da PM, hoje pela manhã, é para abrir caminho para receber a Força Nacional, que desembarca no domingo em Belém em horário ainda não confirmado.

Luiz Ruffeil disse que os técnicos da Sema e os fiscais do Ibama poderão trabalhar com tranquilidade, porque os militares estarão nas serrarias e na cidade para oferecer a eles toda a segurança necessária. Nenhuma demonstração de força, alerta o coronel, irá impedir os policiais militares de fazer seu trabalho. E quando o assunto é a possibilidade de ocorrer um episódio como o de Eldorado dos Carajás - reação violenta de manifestantes e revide ainda mais violento da tropa -, Ruffeil rebate com o seguinte argumento: quando a tropa atuou em Tailândia, esta semana, para conter o vandalismo e a depredação de prédios públicos, em nenhum momento foi cogitada a utilização de armas letais.

A PM enfrentou os manifestantes de maneira organizada e não houve nenhum caso de pessoa ferida com lesão grave. A bala de borracha, por exemplo, quando disparada à distância do manifestante que tenta se aproximar do policial em busca de confronto físico, provoca apenas dor, embora forte. Quando um grupo de manifestantes tenta se aproximar da tropa, o revide é o disparo de gás lacrimogênio. Ainda há o spray de pimenta, a cavalaria e os cães, estes bem treinados.

O coronel acredita que a população de Tailândia irá entender o trabalho da PM e da Força Nacional como algo necessário à segurança de todos. 'Quem está trabalhando na legalidade não tem o que temer. Agora aqueles que estiverem fora da lei e agirem com violência serão presos e conduzidos para Belém', avisa Ruffeil. (CM)

Justiça suspende atividade comercial de madeireiras do município

As madeireiras responsáveis pelos tumultos que impediram no início da semana uma operação contra o comércio ilegal de madeira em Tailândia, nordeste do Pará, serão excluídas por dois meses do sistema eletrônico que controla o transporte e o armazenamento de produtos florestais, o que, na prática, impede as empresas de exercerem qualquer atividade comercial no período.

Em decisão liminar, a juíza Hind Gassan Kayath, da 2ª Vara Federal em Belém, permitiu ontem que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) bloqueie a inscrição das madeireiras no sistema. A solicitação foi feita à Justiça pelo instituto e pelo Ministério Público Federal (MPF) no Pará. As empresas suspensas do sistema são as serrarias Primavera, Catarinense, GM Sufredini, Tailaminasplac e Taiplac.

PACAJÁ

O superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Sul do Pará, Raimundo Oliveira, quer aproveitar a operação Guardiões da Floresta, do governo federal, para desocupar uma área de floresta invadida por sem-toras no município de Pacajá, Sudoeste do Estado. Os invasores estão na área desde o começo de janeiro e, apesar das denúncias feitas pelos moradores, até agora nada foi feito. Ontem, nova denúncia foi protocolada na Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (Deca) de Marabá.

O grupo de invasores sem-toras fortemente armado continua acampado na entrada de uma área de aproximadamente 9 mil hectares que possui milhares de hectares de floresta intacta e está localizada na vicinal do Adão, no quilômetro 260 da Rodovia Transamazônica (BR-230), sentido Marabá-Altamira. Segundo o relato de agricultores da região, cerca de 40 homens estão no local, sob o comando de Antônio dos Santos, o 'Sorriso'.

O superintendente Raimundo Oliveira disse que um servidor lotado na unidade do Incra de Tucuruí irá a Pacajá para fazer um levantamento da situação. Na próxima semana, mais dois técnicos devem chegar ao município. O órgão vai investigar a situação porque os invasores dizem que trabalham para o Centro Regional de Educação Social Comunitária e de Extensão Rural (Crescer), uma entidade contratada pelo órgão para fazer serviços na região. Raimundo Oliveira garantiu que o Instituto não tem nenhuma relação com a invasão.

ARMADOS

Oliveira demonstrou que uma das preocupações do Incra é com o fato de os invasores estarem armados, de acordo as denúncias dos moradores. Por isso, para o superintendente, o ideal é 'pegar uma carona' na operação Guardiões da Floresta, que visa o combate ao desmatamento no Pará. A outra possibilidade, disse Oliveira, é fazer uma operação conjunta com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), com o apoio da Polícia Militar. No entanto, ele vai aguardar as informações da equipe que vai fazer um levantamento inicial para tomar uma decisão

ANEXO 6 - Força Nacional desembarca em Tailândia.

Data: 25/02/2008

Editoria: Atualidades

Força Nacional desembarca em Tailândia

Segurança

Polícias militar e federal não têm estrutura para permanecer na área

CARLOS MENDES

Da Redação

A presença na Amazônia da Força Nacional de Segurança é uma decisão de governo e não será revista, até porque as forças regulares das Polícias Militar e Federal na região, segundo avaliação de uma importante fonte militar, não têm estrutura suficiente para uma permanência prolongada, de no mínimo dois meses, em municípios onde os crimes ambientais continuam sendo praticados com preocupante intensidade. A fonte de Brasília, ligada à operação militar, disse que o primeiro contingente, com 157 homens, deveria desembarcar no começo desta madrugada na capital paraense. Por uma 'questão de logística', a Força também incluiu Marabá na rota de desembarque.

Por 'medida de segurança', a fonte não quis dizer a hora exata do desembarque do voo da Força Aérea Brasileira (FAB), previsto para ocorrer no aeroporto militar da Base Aérea de Belém. A tropa deverá seguir imediatamente para Tailândia em três caminhões militares. Assim que ela chegar ao município, o Pelotão de Choque da Polícia Militar retornará a Belém para cumprir outras missões. Uma delas é a desocupação de fazendas invadidas no sul e sudeste paraense por trabalhadores rurais.

Desde sábado, Tailândia está ocupada por mais de 400 policiais militares. Parte desse contingente acompanha agentes da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na retirada de 15 mil metros cúbicos de madeira apreendida em sete serrarias do município. Somente hoje 16 carretas transportaram 205 metros cúbicos.

O trabalho mal começou, porque ainda faltam visitar 130 de um total de 147 serrarias da região. A Sema acredita que nos pátios das serrarias ainda exista 50 mil metros cúbicos de madeira derrubada da floresta e transportada ilegalmente.

A aparente calma nas ruas da cidade, na verdade, camufla um clima de tensão. Os madeireiros que insuflaram seus empregados a promover quebra-quebra e saques, no começo da semana passada, inclusive distribuindo cachaça e maconha, de acordo com investigação do serviço de inteligência da PM, agora se mostram dóceis e dispostos a colaborar com as forças de segurança e agentes dos órgãos ambientais. Eles prometem, a partir de agora, atuar na legalidade. Hoje, 70% da madeira da região têm origem ilegal.

Ao mesmo tempo em que ameaçam demitir 2,5 mil empregados, os madeireiros acionaram seus advogados para ingressar hoje com mandado de segurança para ter de volta a madeira que está sendo levada em carretas para uma fazenda que já pertenceu à antiga multinacional Pirelli, em Marituba, município da região metropolitana de Belém, a 240 km de Tailândia.

ANEXO 7 - INCRA vai recadastrar imóveis rurais.

Data: 29/02/2008

Editoria: Atualidades

INCRA vai recadastrar imóveis rurais

Na Amazônia

Mas proprietário vai ter que arcar com parte das despesas do mapeamento

Proprietários e produtores rurais dos municípios paraenses que serão alvo da operação de recadastramento de terras, deslanchada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a partir da próxima segunda-feira, 3, vão ter que arcar com os custos financeiros do mapeamento da propriedade, através de coordenadas medidas por satélites, através do Sistema de Posicionamento Global (GPS). O anúncio foi feito ontem, na sede do Incra, em Belém, pela coordenadora-geral do Cadastro Rural Nacional do Incra, Lucimeri Selivon, que juntamente com o superintendente regional do órgão, Cristiano Martins, anunciou, em coletiva à imprensa, as normas de recadastramento de imóveis rurais nos 36 municípios da Amazônia Legal (veja o quadro), que lideram as estatísticas de desmatamento na região, entre estes, doze no Pará. O prazo para regularização das propriedades rurais vai de 2 de março a 2 de abril.

O Incra estima recadastrar no Pará mais de 23 mil imóveis rurais, entre pequenas, médias e grandes propriedades rurais, situadas em doze municípios paraenses, tidos pelo órgão fundiário como os campeões do desmatamento no Estado. A meta, segundo o superintendente regional do Incra em Belém, Cristiano Martins, 'é identificar com precisão a malha fundiária dos municípios paraenses que integram a relação dos 36 municípios da Amazônia Legal, que lideram o *ranking* do desmatamento na região, relação elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), nos termos da estratégia do governo federal para frear a destruição da floresta amazônica'.

A operação de recadastramento das propriedades rurais - 'uma varredura completa na área total dos municípios-alvo da operação', na definição do superintendente regional -, está divulgada, em detalhes técnicos e operacionais, em uma instrução normativa, publicada pelo Incra, no Diário Oficial da União, no último dia 19. Segundo a respectiva instrução normativa, 'donos ou posseiros de médias e grandes propriedades, com área acima de quatro módulos fiscais - unidade de controle fiscal que varia de 25 a 55 hectares, dependendo da extensão territorial do município -, terão que apresentar ao órgão fundiário, no período de 3 de março a 2 de abril, documentos que comprovem a titularidade ou posse pacífica da terra, juntamente com plantas e memoriais descritivos das localização geográfica do imóvel.

Lucimeri Selivon, que além de coordenar o Cadastro Rural Nacional do Incra, é diretora de Ordenamento da Estrutura Fundiária do órgão, enfatiza que a norma estabelece que as informações técnicas dos documentos de localização dos imóveis, terão que ser elaboradas com base em coordenadas medidas por meio de aparelhos GPS (via satélite) e assinadas por técnicos habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) do Pará. Selivon explica que a documentação poderá ser entregue nas sedes ou nas unidades avançadas das superintendências regionais do Incra, localizadas, respectivamente, em Belém, Marabá e Santarém, ou em escritórios que serão disponibilizados em municípios-alvo da operação.

ANEXO 8 - Leilão de madeira vai só cobrir o frete.

Data: 1º/03/2008

Editoria: Atualidades

Leilão de madeira vai só cobrir o frete

Em Tailândia

É o que afirma fazendeiro sobre a venda em leilão de madeira apreendida

Duas operações com muitos holofotes mas poucos resultados práticos. Esta é a impressão que os empresários da região tem sobre as operações 'Arco de Fogo' e 'Guardiães da Floresta' deflagradas pelos governos federal e estadual no município de Tailândia (PA). Nas contas deles, os 13 mil metros cúbicos de madeira branca que foram apreendidas durante a operação pagam apenas os custos com o transporte da carga para Belém. E o mais grave: não resolve as mazelas da região.

'Cada metro cúbico de madeira que foi apreendida não paga nem metade do que está sendo gasto para manter estes homens em Tailândia. Paga apenas o frete para Belém', disparou o fazendeiro e empresário Dario Bernardes. Ele explicou que apesar do volume apreendido ter sido grande, a madeira branca possui baixo valor de mercado. Segundo ele, o valor do metro cúbico deste tipo de madeira é de R\$ 80, enquanto o frete de Tailândia para Belém custa em torno de R\$ 1,5 mil. 'Se eles conseguirem trazer em cada carreta 20 metros cúbicos de madeira o máximo que eles vão arrecadar no final é R\$ 1,6 mil por caminhão. Ou seja, vai ser um pouco mais do que o frete, o que não justificaria um leilão do material apreendido', estimou Dario, ressaltando que a este cálculo, deve ser levado em consideração também que na hora de serrar a madeira - muito utilizada para fazer vigas - pelo menos metade do material é desperdiçado.

'Ao invés de o governo fazer um leilão da madeira em tora, eles deveriam serrar este material em Tailândia mesmo e só depois transportar para Belém e usar na construção de obras públicas. O que reduziria os custos e daria resultados mais práticos para a população', sugeriu.

Para ele, apesar do mérito da proposta de fiscalização do governo, a operação 'Arco de Fogo' é apenas uma ação para inglês ver. 'Mas parece um circo político, onde todo mundo fala muito mas ninguém se pergunta porque os resultados foram tão pífios e os impactos tão grandes. E isso acontece porque eles estão no lado errado de Tailândia, não se prepararam para enfrentar de fato a questão. O grande volume de madeira ilegal transita pelas vicinais e não onde os policiais estão', afirmou Dario alertando que a falta do elemento surpresa nesta operação também contribuiu para o fracasso dos resultados.

'A operação vazou. Todo mundo já sabia onde eles estariam. E enquanto os policiais estão na cidade, o resto está desassistido. Os pistoleiros continuam protegendo as cargas nas vicinais, as máquinas estão intocadas, as carretas continuam passando, as terras sendo invadidas, mas ninguém vai lá. A coisa foi tão mal planejada que eles sequer previram políticas sociais para minimizar os impactos da operação ou a aceleração da liberação dos planos de manejo. Daqui a pouco, a polícia vai embora e tudo volta a ser como antes', criticou.

Para resolver o problema de Tailândia, na opinião dele, é preciso mais do que buscar dar uma satisfação para as cobranças internacionais sobre o desmatamento na Amazônia. 'Não sou contra a operação. Acho que ela tem que ser feita, mas, de uma maneira correta, com vários órgãos integrados, o Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a Sema (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), para fazer com que o manejo seja legalizado senão, não vai dar certo', disse.

ANEXO 9 - Violência reina no interior paraense.

Data: 02/03/2008

Editoria: Atualidades

Violência reina no interior paraense

Vítimas

Municípios onde há mais desmatamento respondem por 45% dos assassinatos

MARLY QUADROS

Da Redação

Além dos dados da CPT, outro estudo, produzido por pesquisadores do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Danielle Celentano e Adalberto Veríssimo, aponta a estreita ligação entre a localização dos assassinatos rurais e o desmatamento na Amazônia. De acordo com a pesquisa, os dez municípios com os maiores índices de desmatamento em 2004 foram responsáveis por 45% dos assassinatos rurais em 2003 e 2004. Uma das áreas citadas entre as mais violentas é a 'Terra do Meio' (localizada entre os municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no centro-oeste do Pará), de onde saíram metade das vítimas dos assassinatos rurais em 2003.

De acordo com os pesquisadores, as pessoas mortas não tinham vínculo com nenhum movimento social ou com o Movimento dos Sem Terra e foram, na verdade, vítimas da grilagem, processo de apropriação de terras públicas por meio da falsificação de documentos ou da corrupção. Este nome surgiu porque os grileiros costumavam colocar as escrituras falsas em caixas com grilos, que as deixavam amareladas e roídas, dando assim a impressão de que eram antigas e verdadeiras. As técnicas de falsificação acompanharam as mudanças tecnológicas. 'Atualmente, os grileiros que agem na Amazônia usam imagens de satélite para negociações de venda das terras públicas na internet' diz o estudo. Muitas das áreas griladas vão parar nas mãos de grupos que visam unicamente a extração da madeira.

GRILAGEM

O Procurador Federal em Altamira, Marco Antônio Delfino de Almeida, afirma que apesar das ações predatórias da madeira não estarem corriqueiramente relacionadas aos casos de grilagem, já que os madeireiros irregulares não têm exatamente o interesse na posse da área explorada, nos casos onde isso ocorre geralmente estão envolvidas grandes extensões de terra. 'Essa questão da grilagem existe mais dentro dos planos de manejo irregulares, que levam grandes áreas, normalmente com documentação fundiária fraudada. Aí, sim, você tem a grilagem. Esses pequenos que aparecem mais na mídia cometem um outro crime, o de usurpação, que é explorar bens econômicos de terras públicas' explica.

Para ele, o governo precisa ser mais rigoroso com o desmatamento causado por pecuaristas. 'Ao madeireiro não interessa retirar toda a floresta, isso seria economicamente inviável. O pecuarista é que é o criminoso, porque há uma relação direta com uma série de irregularidades, inclusive o trabalho escravo. O madeireiro retira a madeira, abre a estrada e o pecuarista toma a terra. E diferentemente do madeireiro, ele não deixa nada, bota a mata abaixo. Temos casos em que o desmatamento chegou a 2.900 hectares', relata.

Mesmo assim, o procurador alerta que não pode ser desconsiderada a violência que envolve a extração ilegal de madeira. 'O que observamos é que, como há escassez da madeira, cada vez mais você tem a utilização de milícias armadas para escoltar essa extração. Já soubemos de casos até de

confronto entre extratores ilegais pelo espaço de floresta', conta. Isso aconteceu recentemente no município de Uruará, quando um conflito entre dois grupos acabou com a morte de dois homens.

Há também, a intimidação das populações tradicionais. Muitas vezes, seringueiros, extrativistas, ou até mesmo ribeirinhos são expulsos das áreas cobiçadas pelos madeireiros clandestinos. 'Eles cercam determinadas áreas e impedem que as pessoas ali penetrem ou muitas vezes as expulsam para que possam extrair sem interferências'.

Promotora é ameaçada de morte

O poder que está por trás dos madeireiros que atuam na clandestinidade tem a violência como uma de suas principais armas e não alcança somente o cidadão comum. A promotora de Justiça Ana Maria Carvalho, que atuava na Comarca de Tailândia, foi retirada do local pelo Ministério Público do Estado por medida de segurança. Desde que iniciou a operação 'Guardiões da Floresta' e depois a 'Arco de Fogo', ela passou a receber uma série de ameaças de morte, feitas por telefone ou bilhetes anônimos. A partir de amanhã, quem assume a missão de acompanhar os crimes envolvendo o meio ambiente na região é o promotor Daniel Barros.

Em Tailândia, ele não encontrará realidade muito diferente da que vivenciou em seu município de origem, Santarém, onde atuava com a promotoria ambiental desde o dia 10 de setembro do ano passado. Lá, nos últimos cinco meses, a promotoria recebeu mais de 300 denúncias relacionadas ao transporte ou retirada ilegal de madeira. Na opinião do promotor, a fragilidade da lei ambiental favorece o crime. 'Para mim, (a lei) foi direcionada a beneficiar quem comete o crime. As penas são muito brandas. Uma pessoa que derrubou milhares de hectares vai pegar pena de um a três anos, no máximo', explica.

Outro ponto favorável às irregularidades é a demora na tramitação dos processos. Daniel relata que quando começou a trabalhar em Santarém, existiam autos de infração parados desde 2003. Como é considerado crime de menor potencial ofensivo, entre os poucos madeireiros pegos pela Justiça trabalhando de forma irregular, a maioria conseguiu se livrar cumprindo alguma pena alternativa, como é chamada popularmente a audiência que acaba em transação penal. 'Encaminhamos os processos para o Juizado Especial de Crimes Ambientais. Lá é marcada uma audiência para a transação penal, que é uma proposta direta do Ministério Público para o autor do fato. Acaba o processo com a pessoa cumprindo alguma prestação de serviços à comunidade'. Das últimas 15 audiências envolvendo a exploração ilegal de madeira, lembra Daniel, nove resultaram em prestação de serviço. 'Este benefício só é dado pela lei, porque por mim não daria', comenta.

O benefício só pode ser utilizado uma vez. Se o madeireiro for pego de novo, o tratamento não será mais o mesmo. Por conta disso, seis dos nove que poderiam usar esse expediente terão que responder processo sobre crime contra o meio ambiente, que normalmente dura em torno de um ano. Daniel revela, porém, que muitos madeireiros usam o caminhoneiro que transporta a madeira como bode expiatório. 'Se o caminhoneiro for pego no meio do caminho, o dono não aparece. Muitos motoristas recebem para assumir o risco. Às vezes, desesperados, acabam embarcando. O madeireiro paga as custas da transação penal - para ele, então, acaba saindo muito barato'. (M. Q.)

ANEXO 10 - Desmatamento esconde rede de crimes.

Data: 02/03/2008

Editoria: Atualidades

Desmatamento esconde rede de crimes

Denúncia

Grilagem de terras e assassinatos sob encomenda são ligados à devastação

MARLY QUADROS

Da Redação

Os órgãos estaduais e federais que começaram a coibir a extração ilegal de madeira na Amazônia terão muito trabalho pela frente se levarem em consideração que o problema não envolve apenas o desmatamento. Grilagem de terras públicas, assassinatos sob encomenda, invasão de terras e expulsão de pequenos agricultores de suas casas são apenas alguns dos crimes que andam lado a lado com a cadeia de irregularidades que acompanha a atividade ilegal. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, entre 1997 e 2006, o Pará foi o líder nos conflitos rurais na Amazônia, sendo que 2005 foi o pior ano, quando o Estado respondeu por mais de 30% dos 408 casos registrados.

Ao contrário do que as notícias recentes possam demonstrar, o centro do problema não está localizado em Tailândia. No município é, na verdade, beneficiada parte da madeira retirada de outros locais, como Anapu, Marabá, Parauapebas, São Félix do Xingu e Altamira, entre outros, onde acredita-se que a fiscalização do Ibama ainda deverá passar. É desses locais que saem, também, as principais vítimas dos criminosos que atuam por trás do desmatamento ilegal praticado em terras públicas, como a freira Dorothy Stang, assassinada por defender pequenos agricultores assentados do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) em Anapu.

Os casos de ocupação de terra para a exploração ilegal da madeira, de acordo com o último relatório da CPT, divulgado no ano passado, aumentaram de 39 em 2002 para 59 em 2006. No mesmo documento foi denunciada a existência de um grupo armado de invasores de terra especializado no desmatamento da floresta, e que se autodenomina 'Movimento dos Sem Tora'. Esse grupo começou a agir em 2005, invadindo, principalmente, áreas privadas, de onde era retirada a madeira de alto valor comercial para ser revendida.

O delegado titular da Delegacia de Crimes Ambientais de Marabá, Alberoni Afonso, relata uma das últimas aparições desse grupo. Em setembro do ano passado, a polícia teve que retirar os invasores de uma área de reflorestamento de 20 mil hectares, pertencente à empresa Globo Metais, no município de Breu Branco. 'Esse movimento é conhecido já no sul do Pará. Eles invadem uma área com objetivo único de extração de madeira. Estamos agora acompanhando a situação de uma área em Pacajá, também de reflorestamento ambiental, onde já existe um grupo de invasores acampado próximo, justamente visando invadir para extrair madeira', conta.

Alberoni explica que o Movimento dos Sem Tora não tem nenhuma ligação com os movimentos sociais relacionados à reforma agrária, mas que eles causam um grande prejuízo ao meio ambiente, já que retiram justamente a madeira nativa de áreas não exploradas. 'Esses 'sem tora' são grupos que se associam para cometer o crime ambiental. Eles agem a mando de madeireiros e ocupam áreas geralmente de preservação ambiental, utilizam equipamentos de grande porte, como trator, motosserra, caminhão, geralmente fornecidos por proprietários de serrarias'.

Para coibir esse tipo de crime, a Polícia Civil não pode atuar sozinha, porque os grileiros e invasores que visam a madeira andam protegidos por pistoleiros. Se necessário, eles também expulsam famílias inteiras, queimam casas e levam terror por onde passam.

No caso da retirada da área da Globo Metais, foi necessário apoio do Comando de Missões Especiais, da Delegacia de Meio Ambiente e até de peritos da Polícia Científica. Força extra necessária, já que a Delegacia de Crimes Ambientais no município conta com apenas dez policiais, para atender toda a região sudeste do Pará, que engloba 23 municípios. Além de Marabá, existem apenas duas outras unidades especializadas em conflitos agrários, em Belém e Redenção.

ANEXO 11 - Madeira apreendida chega a Belém.

Data: 03/03/2008

Editoria: Atualidades

Madeira apreendida chega a Belém

Operação

Dois mil metros cúbicos são trazidos de Tailândia para a capital paraense

Cerca de dois mil metros cúbicos de madeira apreendidos na operação 'Guardiões da Amazônia', no município paraense de Tailândia, chegaram em Belém, ontem, por volta das 12 horas. É parte dos mais de 13 mil metros cúbicos retirados de serrarias ilegais na cidade pelas equipes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Polícia Federal e as tropas da Força Nacional. Outro carregamento deve chegar ainda hoje, no mesmo horário.

As balsas chegaram ontem. Não foi possível confirmar a quantidade de material transportado. Porém, segundo informações da tripulação que conduziu os dois veículos de Tailândia a Belém, uma delas tem capacidade para transportar cerca de 800 metros cúbicos de madeira dura, a de melhor qualidade, e 1.400 metros cúbicos de madeira mole. A embarcação menor pode transportar de 400 a 600 metros cúbicos.

A retirada do material apreendido está sendo feito desde a quinta-feira passada, quando foram transportados 4.192 mil metros cúbicos da madeira. Cerca de 1.440 metros cúbicos estão sendo transportados por balsas e 2.752 pelas estradas que ligam Tailândia à capital paraense, separadas por 250 quilômetros de distância.

A madeira apreendida já tem destino certo: será leiloada, como determina o termo de compromisso firmado entre o governo estadual e o Ibama. O leilão deve ocorrer depois que as empresas se defendam em processo administrativo aberto pelos órgãos ambientais, conforme ordenou a 5ª Vara da Justiça Federal, na semana passada. A madeira será estocada em um depósito do governo do Estado, no município de Marituba, na Grande Belém.

A região de Tailândia está sob fiscalização rigorosa desde o último dia 11 de fevereiro, quando começou a 'Guardiões da Amazônia'. A ação estadual foi ampliada com o reforço do governo federal, que batizou o combate ao desmatamento como operação 'Arco de Fogo', desde o último dia 25. Nela, atuam juntos Polícia Federal, Força Nacional, Ibama e governo do Estado.

Em Tailândia, a Sema também está vistoriando pedidos de licenciamento ambiental protocolados no órgão. São 13 processos de serrarias e 16 de carvoarias, cujos processos já foram encaminhados para licenciamento. Ao todo, foram 77 madeireiras e 40 carvoarias de Tailândia que pediram para regularizar a situação junto à Secretaria. As análises estão sendo feitas com prioridade. A quantidade de empresas licenciadas em Tailândia é de 22 madeireiras e seis carvoarias, com 240 fornos.

Lei de Gestão de Florestas completa dois anos, mas ainda sofre crítica

Há exatos dois anos, foi publicada a Lei de Gestão de Florestas Públicas, sob o nº 11.284. A lei, aguardada com grande expectativa pelo setor empresarial, governo, pesquisadores e a sociedade em geral, trouxe como principais componentes a regulamentação da gestão de florestas públicas para uso sustentável e criou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Mas o importante marco regulatório das atividades do setor produtivo florestal ainda não foi implementado na sua totalidade e corre o risco de perder sua eficácia com o passar do tempo,

visto que o setor florestal na Amazônia está se desintegrando, imerso numa crise de falta de matéria-prima legalizada que já dura mais de cinco anos.

Segundo Justiniano Netto, diretor executivo da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex), mesmo com todos os avanços previstos na lei, o setor não saiu da crise. 'A Lei de Gestão de Florestas Públicas trouxe alguns avanços nos últimos dois anos, só que em passos muito lentos, aquém da necessidade e prioridade que a produção sustentável na Amazônia requerem', ressaltou.

Ele citou o exemplo da empresa Precious Woods, que anunciou na quinta-feira, 28, o encerramento de suas atividades no Estado. 'Esta empresa, que tinha selo verde, sentiu os reflexos do atraso na concessão das florestas públicas, que poderia trazer alguma estabilidade ao setor. Acreditamos que neste meio tempo o governo perdeu o foco e a prioridade. E no ritmo que a situação avança, talvez daqui a pouco não haja mais clima para implantar esta lei', alertou.

O presidente da Uniflor, Wagner Kronbauer, lembrou que a lei previa também um período transitório onde o setor poderia continuar produzindo através dos chamados 'contratos de transição'. Mas dos 30 que poderiam funcionar, menos de 10 contratos foram liberados. 'Se os contratos de transição que não dependem de licitação tiveram tanta dificuldade para funcionar, como serão as concessões?', questiona.

Para Wagner, a recente crise no município de Tailândia, desencadeada pela operação 'Guardiões da Floresta' mostra as consequências de falta de política florestal para o setor. 'As empresas querem trabalhar dentro da legalidade, mas não encontram meios e isso acaba abrindo espaço para a ilegalidade. O desmatamento da Amazônia não será freado enquanto a floresta não for utilizada de forma sustentável. Esse era o grande argumento da Lei de Gestão e, por isso, ele teve amplo apoio de vários segmentos da sociedade. Acredito que, se dentro de doze meses nós não tivermos as concessões florestais liberadas e funcionando no Estado do Pará, grande parte do setor vai entrar em um colapso irreversível', afirmou

ANEXO 12 - IBAMA destrói 107 fornos de produção de carvão em Tailândia

Data: 05/03/2008

Editoria: Atualidades

IBAMA destrói 107 fornos de produção de carvão em Tailândia

CARLOS MENDES

Da Redação

Uma varredura completa, para identificar e destruir fornos de carvão, madeira escondida na mata e multar madeireiros envolvidos em crimes ambientais começou ontem em Tailândia, onde o cerco apertado cada vez mais contra os ilegais. Na incursão, ontem, foram destruídos 107 fornos de produção de carvão vegetal que não tinham licença ambiental e queimavam árvores extraídas de desmatamento ilegal. A balsa que faz a travessia entre os municípios de Tailândia e Moju teve uma redução de 90% no fluxo de caminhões. Diariamente, os helicópteros do Ibama e da Polícia Federal realizam sobrevôos de reconhecimento sobre o município e áreas vizinhas.

Os fiscais identificaram mais 280 fornos e quatro pontos de desmatamento recente. Também foram observadas cinco esplanadas de madeiras com um total de 600 toras no meio da mata. A Polícia Federal, por sua vez, continua os trabalhos de apuração dos crimes ambientais. O transporte de madeira também está sendo monitorado. Mesmo com toda a vigilância policial, os criminosos continuam a agir. Dois caminhões que transportavam 110 metros de carvão vegetal sem documentação cada um foram parados na estrada. A carga e os veículos foram apreendidos. A multa aplicada é de R\$ 200 por metro de carvão apreendido.

Das cinco serrarias vistoriadas, quatro foram fechadas e as máquinas lacradas por terem em depósito e vender madeira irregular. As multas ultrapassam R\$ 1,79 milhão. Em uma madeireira foram encontrados 1,7 mil metros cúbicos de maçaranduba, madeira usada na construção civil, sem origem legal. Segundo o coordenador da equipe do Ibama, Bruno Versiani, a medição da madeira nos pátios das serrarias está sendo feita de forma criteriosa e a grande diferença entre o saldo da empresa e a quantidade de madeira encontrada no pátio caracteriza a ilegalidade.

BALANÇO

Segundo o Ibama, até o momento, foram apreendidos mais de três mil metros cúbicos de madeira ilegal, o suficiente para encher 200 caminhões. A frente de trabalho que tem na mira as carvoarias já havia destruído, na semana passada, 98 fornos e apreendeu 765 metros de carvão e 12 motosserras.

A cada infração administrativa constatada pelo Ibama, a Polícia Federal dá início ao processo de investigação dos crimes ambientais. Além de dar segurança aos fiscais do Ibama, a PF colhe depoimentos e recebe denúncias. Também realiza incursões no município a fim de coibir a ação de criminosos e garantir a ordem e o cumprimento da lei. Ontem foram recolhidas sete motocicletas e três máquinas caça-níqueis. Em duas serrarias de médio porte, metade da madeira encontrada nos pátios não tinha origem legal. A terceira serraria era clandestina. Funcionava no local de uma empresa desativada, mas não apresentou documentação aos fiscais. Apesar disso, estava em pleno funcionamento.

Os fiscais apreenderam todo o maquinário e um trator. Nas três serrarias, as máquinas foram lacradas e as atividades paralisadas. A madeira apreendida será retirada pela Secretaria de Meio Ambiente. A Sema utiliza quatro balsas para transportar a madeira até Belém. Já foram transportados cerca de seis mil metros cúbicos dos 13 mil apreendidos durante a operação 'Guardiões da Amazônia'.

SOBREVÔO

Um sobrevôo realizado sobre os municípios de Tailândia e Moju até a Terra Indígena Anambé localizou 194 fornos de produção de carvão vegetal e dez pontos de desmatamento. Na área da terra indígena, não foram constatados ilícitos ambientais. Agora, as vistorias serão realizadas por terra. De acordo com Bruno Versiani, foram constatadas outras irregularidades. Uma empresa foi flagrada escondendo toras com pó de serraria. Outra apresentava um grande número de toras de maçaranduba com diâmetro abaixo do permitido.

A equipe do Ibama foi reforçada e agora conta com 30 fiscais, além dos dez da Secretaria de Meio Ambiente. A meta é vistoriar duas serrarias por dia das 69 madeiras que estariam ativas na cidade de Tailândia, além das não cadastradas e das carvoarias. A operação 'Arco de Fogo' mobiliza mais de 300 agentes públicos, além de 200 policiais militares do governo estadual. Eles utilizam dois helicópteros e 55 veículos para combater o transporte, armazenamento e comercialização de madeira e carvão vegetal ilegais, além de outras irregularidades.

ANEXO 13 - Estado promete investimentos em Tailândia.

Data: 07/03/2008

Editoria: Atualidades

Estado promete investimentos em Tailândia

A governadora Ana Júlia Carepa anunciou, ontem, o investimento de R\$ 12 milhões para conter os prejuízos sociais causados pelo fechamento de madeiras e carvoarias no município de Tailândia durante as operações 'Guardiões da Amazônia' e 'Arco de Fogo'. O início de algumas obras consideradas emergenciais, como pavimentação de estradas vicinais, depende do prefeito Paulo Jasper, o 'Macarrão', declarar, oficialmente, o estado de calamidade na cidade do nordeste paraense.

Os investimentos anunciados devem ser aplicados em serviços de infra-estrutura como pavimentação de estradas e ruas dentro do município. Além de urbanizar a cidade, devem ajudar a empregar a mão-de-obra dispensada do setor madeireiro. O número de contratados dependerá das obras a serem anunciadas até o final deste mês pela Secretaria Estadual de Transporte (Setran), mas existe a expectativa de cerca de 800 contratações. Segundo o titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Marcílio Monteiro, essas contratações acontecerão mais rapidamente se o prefeito decretar estado de calamidade.

Se o prefeito não concordar (Macarrão não esteve entre os presentes à reunião realizada anteontem entre a governadora e representantes do setor econômico do município), algumas ações deverão demorar um mês ou mais porque o decreto poderia sustentar a dispensa de licitações, explicou o secretário.

Outras medidas anunciadas prevêm resultados a médio e longo prazos. Há, por exemplo, ordem para que a Secretaria Estadual de Agricultura (Sagri) firme convênio com a cooperativa de trabalhadores do município para a industrialização do suco de caju e não só da castanha.

As secretarias também devem se articular para incentivar a criação de pequenos animais, intensificar a produção de oleaginosas como o dendê (Tailândia é o maior produtor nacional, com produção de 30 mil toneladas de frutos em 2007) e de leite. Para o governo, este último tem alto potencial, podendo saltar dos três mil litros produzidos para dez mil.

Ainda como parte do pacote foi assinado decreto que inclui Tailândia no programa 'Pará Rural', que prevê a regularização fundiária e ambiental junto com o apoio a produção. Outros municípios como Igarapé-Açu, Almeirim e Eldorado do Carajás estão no programa que só deverá começar a apresentar resultados em 2009.

Segundo Marcílio, a meta é regularizar sete milhões de hectares em três anos. Somente com a entrega de títulos e concessão de licenças ambientais em conformidade com a lei é que a produção ocorrerá, acredita, porque dará condições aos produtores de buscarem financiamentos.

Combate ao desmatamento vai prosseguir

O governo estima que 70% da economia de Tailândia sobrevive da exploração madeireira, seja através do extrativismo ou da produção do carvão que abastece fornos siderúrgicos. Não se tem uma projeção exata do desemprego gerado pelo fechamento dos empreendimentos considerados ilegais por não terem licença ambiental ou titularidade de terra. E o combate continuará, avisou a governadora Ana Júlia.

Segundo o titular da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Walmir Ortega, dez técnicos estão na região que engloba Tailândia há cerca de duas semanas. Eles fazem um mutirão para agilizar as vistorias nos terrenos identificados nos Planos de Manejo Florestal em análise no órgão.

Vinte e quatro planos apresentam pendências em documentação, disse ao revelar também que a apreensão de 13 mil metros cúbicos de madeira realizada pela Sema na primeira semana de operação atingiu sete empresas. Duas delas concentraram metade do material.

Ortega revelou ainda que o impacto dessas ações para o emprego ainda será confirmado por informações como o número de pedidos de seguro-desemprego. Certo é que o impacto imediato é maior na área urbana. Na rural, o fechamento de fornos de carvoaria gera demissões, mas há alternativas na agricultura, o que exige investimentos em cultivos familiares, disse.

ANEXO 14 – Tailândia já perdeu oito mil empregos.

Data: 23/03/2008

Editoria: Atualidades

Tailândia já perdeu oito mil empregos

Caos

Prefeitura tenta amenizar crise criando frentes de trabalho

RONALDO BRASILIENSE

O Sistema Nacional de Emprego (Sine), do Ministério do Trabalho e do Emprego, já registrou 4.400 pedidos de seguro-desemprego no município de Tailândia, nordeste do Pará, há mais de um mês palco da operação Arco de Fogo, de combate aos desmatamentos na Amazônia.

O Sine confirma a situação de caos social em Tailândia, onde pelo menos oito mil pessoas perderam seus empregos na indústria madeireira e nas carvoarias por causa da operação do Ibama, Polícia Federal, Secretaria de Meio Ambiente e Força Nacional de Segurança. Apenas de empregos formais, com carteira de trabalho assinada, Tailândia pode perder em apenas dois meses mais de cinco mil postos de trabalho.

Para tentar amenizar o problema, o prefeito de Tailândia, Paulo Jasper, o 'Macarrão', criou frentes de emergência no município, contratando 600 desempregados pelas madeireiras e carvoarias, pagando um salário mínimo mensal, para trabalhar na limpeza da cidade e no combate à dengue.

Todos os dias, os contratados pela frente de emergência reúnem-se às sete horas da manhã em frente à sede da prefeitura para uma solenidade de hasteamento das bandeiras de Tailândia, do Pará e do Brasil, quando todos, com a mão no peito, cantam o Hino Nacional.

Para empregar o maior número possível de trabalhadores desempregados pelos rigores da operação Arco de Fogo, que confiscou e enviou para Belém toda a madeira apreendida nas serrarias sem comprovação de origem, o prefeito determinou que a cada 30 dias um novo grupo de 600 pessoas seja contratado, revezando-se com um novo grupo de 600 pessoas, 30 dias depois, possibilitando com isso que 1.800 pessoas ganhem um salário mínimo de R\$ 415, sem descontos.

Com o desmonte do setor madeireiro, Paulo Jasper procura alternativas para evitar que o quadro social no município se agrave ainda mais. Uma das alternativas estudadas esta semana é a implantação de um pólo de confecções, que funcionaria no atual ginásio de esportes de Tailândia. As negociações para a abertura do pólo estão sendo feitas junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

'Pelos nossos cálculos, a implantação de um projeto para a produção de confecções poderia gerar até mil empregos em Tailândia', afirma o prefeito. 'Tailândia virou palmatória da Amazônia, do Brasil e do mundo', lamenta.

Um dos programas sociais implantados em Tailândia chama-se 'Leite do Povo', que garante a distribuição diária de quatro mil litros de leite à população carente. O produto é adquirido diretamente junto aos fazendeiros de Tailândia, garantindo a geração de renda no próprio município. Segundo a secretária de Assistência Social Higia Frota, além de leite in natura, o programa também distribui iogurte produzido pela prefeitura. As famílias beneficiadas são previamente cadastradas – e recadastradas de seis em seis meses – e o leite é distribuído gratuitamente em três pontos: Vila Macarrão, no centro da cidade e no bairro de Nossa Senhora de Fátima.

TORAS

A Polícia Federal, após um longo trabalho de inteligência, descobriu centenas de toras de madeira nobre enterradas numa plantação de milho localizada a 20 quilômetros do centro do município de Tailândia. Fiscais do Ibama e policiais federais que integram a operação Arco de Fogo, em sobrevôo de helicóptero sobre a fazenda, ficaram intrigados com uma clareira aberta no meio do milharal. Ao pousarem na área, encontraram toras de madeira nobre como ipê, angelim e maçaranduba. A madeira passou então a ser retirada com o auxílio de tratores. O suposto proprietário do milharal não foi encontrado. 'Os madeireiros estão usando de todos os artifícios para burlar a fiscalização, mas não vão conseguir', afirmou o delegado federal Raimundo Freitas, coordenador da operação Arco de Fogo pela Polícia Federal.

ANEXO 15 - Caciques ameaçam retomar corte da mata.

Data: 30/03/2008

Editoria: Atualidades

Caciques ameaçam retomar corte da mata

Sem apoio

Índios da região de Paragominas dizem que não suportam mais a penúria

EDIVALDO MENDES

Correspondente em Castanhal

Caciques das 13 aldeias tembé e kaapo, onde vivem cerca de 1.300 índios, disseram, na tarde da última quarta-feira, em Paragominas, que vão exigir que o governo federal também aprove e libere projetos de manejo para que eles também possam extrair madeira das florestas localizadas nos mais de 150 mil hectares de reserva que possuem. O anúncio foi feito durante reunião convocada pelo prefeito de Paragominas, Adnan Demachki, para discutir a participação dos índios no projeto de tornar o município o primeiro a alcançar o desmatamento zero na Amazônia, através de medidas e iniciativas ambientais, muitas delas já implementadas, como a criação de um parque ambiental, e educação ambiental para mais de 30 mil crianças da rede municipal de ensino. Adnan está convocando todos os paragominenses 'a pactuarem o compromisso com a preservação e respeito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado'. Daí a convocação dos índios para fazerem parte desse pacto.

Fazendo uma espécie de mea culpa por terem liberado, desde julho do ano passado e por uma quantidade ínfima de dinheiro, madeiros a invadir a reserva e dela extrair milhares de metros cúbicos de maçaranduba, ipê, tauari e currupixa (segundo os próprios indígenas, mais de 20 mil hectares de área foram invadidos pelos madeiros), os caciques garantem que, se não forem atendidos nas reivindicações, voltam a comandar a invasão das próprias terras.

Além do plano de manejo florestal, os índios querem recursos para tocar uma atividade econômica que os sustentem e também gere renda, através de uma roça mecanizada, acabando de vez com a agricultura de toco. 'Fomos obrigados a vender madeira para poder sobreviver. Só produzimos pra gente se alimentar, a caça e a pesca estão ficando cada dia mais difícil. Muita gente nos prometeu ajuda, os governadores, o governo federal e até o dr. Felício Pontes (procurador da República). Mas de prático não se fez nada, ninguém dá alternativa pra gente sobreviver', desabafou o cacique Sérgio Muxi Tembê.

Outro cacique, Siba Timbira, da aldeia Ikatu, disse que desde criança ouvia do pai que não se devia viver da madeira. 'Mas a situação chegou a um ponto que a gente não suportou mais, e a Funai é que é a culpada por tudo isso, inclusive fazendo a gente ser obrigada a vender madeira'. Siba acrescentou que 'não somos mais selvagens, que andavam nus e comiam sem sal', e que 'ninguém orienta nós pra gente poder ganhar nosso dinheiro, e foi por isso que chegou um momento que nos fomos mexer com a madeira que meu pai nunca queria mexer'.

Siba lembra que, quando o madeiro invadia a reserva para extrair madeira, 'a gente ia reclamar na Funai, e diziam que não havia recursos, mas que iam tomar providência. E o madeiro continuava invadindo. A área é nossa, a madeira é nossa e nossos filhos necessitam dela e não podem tirar. Sei que foi ilegal vender a madeira. Hoje quem tirou essa madeira ficou mais rico, com carro novo, e Siba continua pobre, não tem nada. O índio continua do mesmo jeito, plantando no braço. Se este ano não nos ajudarem, vamos vender madeira de novo', alerta o cacique.

Mais velho de todos os 13 caciques, Agostinho, da aldeia Canindé, disse que 'há 21 anos vem pelejando com a Funai' para que os madeireiros saíssem da reserva indígena.

Paragominas quer obter selo verde de preservação

Promessas não cumpridas à parte, dessa vez os índios tembé e kaapo contam com o apoio de pessoas influentes e determinadas a fazer do município de Paragominas o primeiro da Amazônia a obter o selo verde, através de desmatamento zero e de outras iniciativas ambientais. Liderado pelo prefeito Adnan Demachki, esse grupo, formado por empresários rurais e urbanos, madeireiros, dirigentes lojistas, Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas e pelo menos mais 35 entidades do município, se prontificou a formar uma comissão para ir até as autoridades que possam viabilizar a instalação de projetos de manejo dentro da reserva indígena, assim como ajudar a elaborar projetos que viabilizem recursos para os índios a tocar uma agricultura mecanizada.

Dentre as autoridades que serão procuradas pela comissão, estão a governadora Ana Júlia Carepa e o procurador Felício Pontes. Programa-se e até mesmo ir a Brasília falar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Calcula-se que pelo menos 10 mil metros cúbicos de madeira derrubada ainda estejam na reserva, apodrecendo, segundo as lideranças. 'Precisamos blindar Paragominas dessa crise ambiental. Estamos pagando mais pelo nosso passado do que estamos fazendo hoje. Precisamos todos buscar um caminho que não seja o que deram a Tailândia', completou o prefeito.

ANEXO 16 - Força Nacional volta para Tailândia.

Data: 09/04/2008

Editoria: Atualidades

Força Nacional volta para Tailândia

Deslocamento

Foi só a tropa sair da cidade para recomeçarem as invasões de terras

EVANDRO CORRÊA

Especial para O LIBERAL

Parte da Força Nacional que estava em Paragominas e que integra a operação Arco de Fogo, saiu da cidade rumo a Tailândia ontem. O efetivo teve que retornar para o local da primeira investida da operação devido a instabilidade gerada no município e aumento considerável das invasões de terra na região.

A escrivã Glória, da Depol de Tailândia, disse que o clima na cidade é de aparente tranqüilidade e desmentiu rumores de que a população tenha soltado fogos de artifício por ocasião da saída dos integrantes da Força Nacional. 'Tudo está calmo. Apenas as invasões de terra agora são mais constantes', ressaltou.

Diante do andamento da Operação Arco de Fogo, que visa combater o desmatamento em 36 municípios brasileiros, 12 deles no Pará, representantes de oito municípios do sudeste e nordeste paraense estão preocupados com a ameaça de uma onda de desemprego em massa, a exemplo do que aconteceu na cidade de Tailândia. Os prefeitos das cidades de Paragominas, Ulianópolis, Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Goianésia, Breu Branco e Jacundá estão articulando uma audiência com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para discutir de que forma o Governo Federal irá agir diante da crise econômica que fatalmente atingirá toda a região. Os gestores afirmam que as correções no setor madeireiro são necessárias, porém é fundamental atentar para a questão do impacto que a ação da operação Arco de Fogo, de caráter repressivo, tem deixado nos municípios. 'Corremos o risco de acabar com a atividade e criar uma legião de desempregados e famintos', diz Jonas Santos, prefeito de Ulianópolis.

BLITZ

Integrantes da Operação 'Arco de Fogo', operação desencadeada pelo Governo Federal e formada por agentes da Polícia Federal, Força Nacional e Ibama, devem intensificar os trabalhos de combate ao desmatamento nos municípios de Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu. Parte do efetivo da operação chegou na noite da última sexta-feira em Paragominas em 25 viaturas. A base da Arco de Fogo está sediada no Parque de Exposições de Paragominas. Parte das viaturas usadas nos trabalhos estão alojadas no quartel da Polícia Militar do Município.

O contingente que chegou a Paragominas representa apenas uma parte do total do efetivo. Os coordenadores da operação só deverão chegar ao município na tarde de hoje. Repórteres e jornalistas tentaram, sem sucesso, levantar informações junto a assessoria de imprensa da operação. As estratégias de ação, bem como as áreas que serão visitadas estão sendo mantidas em sigilo. Nem mesmo as polícias civil e militar dos municípios não tiveram acesso às informações.

Na noite de sexta-feira, os integrantes da operação fizeram barreiras dentro da cidade de Paragominas, onde o Trânsito é de competência do município. Durante as blitzes, duas pessoas

foram presas por porte ilegal de arma. Elas foram apresentadas na Delegacia Seccional de Paragominas. No sábado, eles pagaram fiança e foram liberados.

COMISSÃO

Ainda esta semana, uma comitiva formada por deputados e senadores chega a Paragominas para conhecer o projeto Município Verde, lançado no dia 10 de março pelo Prefeito Adnan Demachki e pela sociedade civil organizada da cidade. O projeto foi firmado em termo de cooperação pelo Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Prefeitura, com o intuito de chegar ao desmate zero, plano municipal de prevenção ao desmatamento e o zoneamento ecológico econômico do Município de Paragominas.

Além de conhecer o projeto senadores e deputados irão também acompanhar o trabalho da operação Arco de Fogo que está em Paragominas, para fiscalizar toda a região sudeste do Estado.

Desde que chegou a Paragominas, os trabalhos da Arco de Fogo se concentrou basicamente na empresa Dunorte, de propriedade da família Mato Grosso. Jornalistas têm encontrado dificuldades no acompanhamento da operação, face a hostilidade de alguns agentes, que dificultam o trabalho da imprensa impedindo o acesso as informações. O advogado da empresa Dunorte, Raphael Vale, disse que a empresa está sendo inspecionada, porém os trabalhos devem prosseguir até amanhã dentro da área da madeireira. ' A empresa está dentro da lei e trabalha com projeto de manejo', finaliza Vale.

ANEXO 17 - Amazônia tem 32% de terras irregulares.

Data: Edição de 10/04/2008

Editoria: Atualidades

Amazônia tem 32% de terras irregulares

Posse

Pesquisa mapeia cadastramentos de 1999 a 2004 e aponta problemas

O governo federal ainda não sabe quem, de fato, é dono da Amazônia. A conclusão é de um estudo realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) denominado 'Quem é dono da Amazônia?', que revela que pelo menos 158 milhões de hectares de terra permanecem irregulares na região e com processos inconclusos por parte do governo federal, representando 32% do território da região. 'Existem propriedades com documentos falsos e posses informais cuja localização é desconhecida e sobre as quais restam dúvidas sobre o direito de regularização', diz o documento do Imazon.

O Imazon analisou recadastramentos realizados em 1999 (em propriedades maiores ou iguais a dez mil hectares), 2001 (propriedades entre cinco mil e 9,99 mil hectares em municípios selecionados) e 2004 (posses em municípios selecionados da Amazônia). 'O estudo mostra avanços como o cancelamento do cadastro de cerca de 20 milhões de hectares de imóveis irregulares, dos quais grande parte foi transferido para a criação de unidades de conservação após 2002', diz o Imazon. Mas, ainda há 'enormes pendências como processos inconclusos de revisão de 56 milhões de hectares e mais de 40 milhões de hectares de posses que permanecem irregulares', constata o relatório.

Uma nova convocação para recadastramento iniciada pelo Incra em fevereiro deste ano confirma o relatório do Imazon. Foi convocado o recadastramento de imóveis rurais em 36 municípios da Amazônia com maior desmatamento, somando cerca de 80 mil imóveis rurais (posses e propriedades) e 100 milhões de hectares. Quem não se recadastrar após 30 dias da convocação terá o cadastro suspenso.

De acordo com Paulo Barreto, pesquisador sênior do Imazon, um total de 158 milhões de hectares (32% do território da Amazônia) seria de áreas supostamente privadas, sem a verificação ou validação do Incra. Aí se incluem posseiros, parte dos quais tiveram seus cadastros cancelados; proprietários de grandes imóveis que apresentaram documentos estaduais, os quais ainda não foram verificados pelo Incra (quase 21 milhões de hectares); outros grandes imóveis cuja documentação ainda está sendo revisada pelo Incra (56 milhões de hectares) e imóveis menores que cinco mil hectares com documentação (falsa ou não) que ainda não foram atingidos pelos recadastramentos. 'Esses imóveis – ou seus documentos – podem ser referentes a áreas dentro ou fora das áreas protegidas criadas recentemente. As áreas supostamente públicas fora das áreas protegidas somavam aproximadamente 104 milhões de hectares ou 21% do território. Essas áreas incluem áreas, de fato, livres de ocupação, mas também aquelas ocupadas por populações com direitos legítimos e outras sem direitos de regularização'.

Para o Imazon, 'o cancelamento de registros ilegais nos cartórios é essencial para a arrecadação de terras públicas que foram ilegalmente documentadas. É importante esclarecer se os registros ilegais nos cartórios podem ser definitivamente cancelados por procedimentos administrativos ou se eles requerem processos judiciais', conclui a ONG.

ANEXO 18 - Ajuizadas seis ações contra madeireiras.

Data: 12/04/2008

Editoria: Atualidades

Ajuizadas seis ações contra madeireiras

Tailândia

Empresas apanhadas pela operação Arco de Fogo terão que recuperar áreas

As primeiras ações judiciais oriundas da Operação Arco de Fogo, realizada pelo Ibama, Polícia Federal e Força Nacional no município de Tailândia, chegaram esta semana à justiça estadual. O promotor Daniel Barros, designado pela Procuradoria-Geral de Justiça de Santarém para Tailândia, ajuizou as seis primeiras Ações Cíveis Públicas de indenização por dano material, moral e coletivo causado ao meio ambiente pelas madeireiras e carvoarias autuadas pelo Ibama. Além das multas administrativas que foram emitidas pelo Ibama, a ação judicial agora exige a recuperação das áreas devastadas, por reflorestamento. As ações são referentes às empresas e aos proprietários G. M. Sufredini Industrial Ltda; Indústria e Comércio de Madeiras Catarinense Ltda; Serraria Primavera, Tailaminasplac Ltda, Gilberto Todescatto e Jorge Luiz de Souza. Eles também respondem a processo criminal pelo dano ambiental.

A Operação Arco de Fogo foi desencadeada em fevereiro para conter a devastação ambiental em Tailândia, sendo apreendidos mais de 23 mil metros cúbicos de madeira extraída ilegalmente, resultando na aplicação de quase R\$ 25 milhões em multas. Foram destruídos mais de 1.170 fornos de carvão, elaborados com autos de infração, 52 termos de embargo e 74 termos de apreensão e depósito. Quatorze serrarias foram embargadas, 25 carvoarias e outras seis áreas, onde foi detectado desmatamento recente em cerca de 4,2 mil hectares.

De acordo com Daniel Barros, o processo de elaboração das ACPs atrasou porque após as autuações, detenção da madeira e de interdição das carvoarias em Tailândia a Polícia Federal instaurou os inquéritos, que depois de concluídos foram enviados para a justiça federal, na capital. Mas a legislação ambiental determina que em casos de dano ao meio ambiente a justiça local é o foro competente para apreciar as ações.

As outras ações, informa o promotor, serão ajuizadas cerca de 48 horas após a Justiça Federal enviar para o Ministério Público Estadual.

AUTUADAS

A empresa G. M. Sufredini Industrial Ltda foi autuada por manter em depósito 1.2 milhão de metros cúbicos de madeira em tora, sem licença outorgada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente ou pelo Ibama. A madeireira foi multada em R\$ 121.8 mil.

A Madeireira Catarinense recebeu multa de R\$ 280 mil, referente a apreensão de 2.8 milhões de metros cúbicos de madeira nativa sem licença ambiental. A empresa também foi acusada de vender 3.958,872 metros cúbicos de madeira nativa. As duas autuações renderam uma multa de R\$ 675 mil.

Contra a Serraria Primavera, flagrada depositando 2,6 milhões de metros cúbicos de madeira ilegal, a multa atingiu R\$ 268 mil.

A operação flagrou no pátio da Tailaminasplac Ltda 822 mil metros cúbicos de madeira da espécie faveira, explorada sem licenciamento ambiental. A multa foi de R\$ 82 mil.

Contra o empresário Gilberto Todescatto já pesa uma multa no valor de R\$ 15 mil. Ele era proprietário de fornos de produção de carvão vegetal, que utilizava madeira nativa, sem nenhuma autorização ambiental.

Outro empresário multado e agora processado, Jorge Luiz de Souza, foi autuado pelo depósito de 2.8 milhões de metros cúbicos de madeira nativa. Foi multado em R\$ 395 mil.

Polícia faz plantão para proteger autoridades

Os policiais federais e os agentes do Ibama deixaram Tailândia na sexta-feira, 4, deste mês. Mas, no início desta semana, os órgãos de segurança pública do Estado enviaram tropas da Polícia Militar para a cidade, atendendo a ofício do promotor Daniel Barros, enviado ao secretário estadual de Segurança Pública, Geraldo Araújo, delegado-geral da Polícia Civil, Justiniano Neto, e ao comandante da Polícia Militar, coronel Cláudio Ruffeil.

Segundo o promotor, a cidade está calma, mas havia comentários de que a população aguardava a saída da Força Nacional para reagir às ações da Operação Arco de Fogo, por isso ele resolveu alertar a cúpula da segurança pública para garantir a ordem no município. Antes de a Força Nacional ser destacada para Tailândia, houve vários dias de tumultos generalizados na sede do município, realizados pelos funcionários das madeireiras e carvoarias, insuflados pelos donos das madeireiras, que não aceitavam a apreensão da madeira ilegal, fruto do desmatamento desmedido na região. A promotora que atuava no município teve que sair às pressas da cidade, temendo ser assassinada pela massa enfurecida com a operação, porque temiam perder seus empregos.

Agora, explica o promotor, há policiais militares de plantão todos os dias na frente do Fórum e da Promotoria de Justiça, fazendo a segurança do juiz, promotor e servidores.

Daniel Barros afirma que já trabalhou em vários municípios, praticamente em todas as regiões do Pará e que está em Tailândia para garantir a continuidade do processo judiciário e que não vai desistir.

Ministério Público denuncia contrabandista

O Ministério Público Federal (MPF) no Pará denunciou à Justiça a comerciante Lilaz de Souza Loureiro, acusada de exportar partes de animais silvestres sob a fachada de venda de artesanato indígena. Lilaz já foi processada por contrabando, receptação de produto de crime e formação de quadrilha e pode ser condenada a uma pena de três a 15 anos de reclusão. A comerciante foi pega pela operação Pindorama, da Polícia Federal (PF), em maio de 2004. A denúncia do MPF foi formulada na quinta-feira, 10.

A polícia encontrou na casa da comerciante, em Belém, pedaços de animais caçados ilegalmente, que eram registrados como artesanato para que pudessem ser vendidos no exterior. Pela legislação, a exportação de artesanato indígena ou similar, confeccionado com partes de animais da fauna silvestre brasileira, só pode ser feita para intercâmbio científico e cultural, entre instituições oficiais ou oficializadas, e com autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Quando foi flagrada na operação Pindorama, Lilaz fazia parte de uma quadrilha chefiada pelo norte-americano Milan Hrabovski. Por meio das suas empresas Rain Forest Crafts e Tribal Arts, sediadas na Flórida, Estados Unidos, ele encomendava artefatos indígenas produzidos com plumas, garras, presas e ossos de animais silvestres brasileiros. Os contatos do americano no Brasil atuavam principalmente nos Estados do Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, além do Distrito Federal.

A partir de investigações da PF e da gência do governo dos EUA, encarregada de proteção à fauna silvestre (o U.S. Fish and Wildlife Service, subordinado ao Departamento do Interior dos EUA), o procurador da República Fernando José Aguiar de Oliveira registrou na denúncia que da quadrilha

também participavam servidores da Funai, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), além de pessoas ligadas às lojas Artíndia, do departamento de artesanato da Funai. Contra esses outros envolvidos, as denúncias terão que ser feitas na Justiça Federal do Estado de origem de cada um, conforme determinação da subseção judiciária de Ji-Paraná, em Rondônia.

ANEXO 19 - Madeireiros migram para Tomé-Açu.

Data: 14/04/2008

Editoria: Atualidades

Madeireiros migram para Tomé-Açu

Longe do Ibama

Eles começam a alugar serrarias que estavam fechadas no município

EDIVALDO MENDES

Correspondente em Castanhal

Madeireiros de Tailândia que tinham sido flagrados pela operação Arco de Fogo serrando madeira ilegal, por isso foram obrigados a paralisar suas serrarias. Agora, aos poucos, estão começando a chegar a Tomé-Açu, na tentativa de reiniciar suas atividades em madeiras do município que há algum tempo foram desativadas. Segundo alguns empresários do setor de Tomé-Açu, pelo menos três serrarias do município já foram alugadas por madeireiros de Tailândia. Mas estes visitantes não estão sendo muito bem recebidos, porque os madeireiros de Tomé-Açu não querem criar mais problemas do que já existem na cidade, como a chegada de dezenas de trabalhadores demitidos das serrarias de Tailândia e a visita certa da operação 'Arco de Fogo' no município, possivelmente depois que a operação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Polícia Federal deixar Paragominas.

Uma das primeiras providências para coibir o avanço da ilegalidade no município será a entrada em cena da nova Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Tomé-Açu (Sematur). Caberá ao titular, Paulo Rocha, tomar as providências não só para impedir que madeireiros de outros lugares, como Tailândia, cheguem ao município, como também fiscalizar para que sejam sanadas as irregularidades existentes na serrarias que ainda estão conseguindo manter suas atividades e empregos.

Pelo menos uma iniciativa já foi tomada pela Prefeitura de Tomé-Açu, através da Sematur: a criação de uma área para que lá sejam instaladas as carvoarias que aproveitam os resíduos das serrarias. A área escolhida fica entre os dois núcleos urbanos do município, mas afastada da PA-140, que liga a cidade de Tomé-Açu do distrito de Quatro Bocas e onde fica a maior parte das serrarias.

Pelo lado dos madeireiros, o presidente do Sindicato dos Madeireiros do Vale do Acará (Simava), Oséas Nunes de Castro, avisa que está em andamento o projeto que pretende, assim como está sendo feito em Paragominas, fechar um pacto com a sociedade tomeaçense para alcançar o desmatamento zero. 'Vamos selar com todas as entidades, associações, empresas e comunidades esse compromisso, de fazer vingar o projeto o Tomé-Açu Verde. E vamos protocolar essa nossa intenção na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e no Ministério do Meio Ambiente', avisa Oséas.

Ele disse que já existe uma parceria entre o Simava e o governo estadual para a recuperação da estrada que liga Quatro Bocas aos municípios de Paragominas e Tailândia. 'Estamos cedendo pelo menos seis máquinas para esse trabalho, e será dessa forma que vamos querer firmar parceria com a Sema, para acabar com o desmatamento no nosso município', explica o presidente do Simava.

Dificuldade leva empresário a mudar de ramo

Daqui a 60 dias, ou enquanto durar o estoque de madeira da sua serraria, um empresário do setor madeireiro de Tomé-Açu vai encerrar suas atividades e entrar em definitivo noutro ramo: o de terraplenagem e locações de máquinas pesadas. Membro de uma família que está há 35 anos na atividade madeireira no Vale do Acará, Júlio Pancieri afirma que sua saída do setor madeireiro já está sendo planejada há pelo menos dois anos. Ele já conversou com seus funcionários e todos estão cientes não somente do fato de que devem procurar outro emprego, mas também das dificuldades que o patrão vem enfrentando para mantê-los trabalhando.

'Eu tomei a decisão de fechar nossa serraria desde quando começaram as dificuldades na liberação de projetos de plano de manejo, de licenças de operação. Nesse último caso, desde maio de 2006, eu aguardava a liberação, o que aconteceu durante o período do inverno, e quando chegou o verão a licença foi suspensa. Nesse setor nunca se sabe se estamos trabalhando cem por cento certo, sempre vem um órgão, seja ele estadual ou federal, criar problemas, sempre tem uma coisa para dizer que está errada, seguida de uma ameaça de parar nossa atividade. Cansei disso', desabafa Júlio Pancieri.

Ele agora toca, junto com a esposa, a JN Terraplenagem e Locações. 'Estou ganhando menos dinheiro, mas feliz por estar trabalhando tranquilo, sem pressão de Ibama, Sema', diz ele, acrescentando que vendeu as máquinas pesadas próprias para o setor florestal e trocou pelas que serão usadas na sua nova atividade empresarial. O maquinário de serraria ainda será colocado à venda. 'Pelo andar das coisas, ter hoje serraria é coisa cada vez mais difícil, e acho que aos poucos a atividade deve perder força, até chegar ao fim, ou então deixar para os governos estadual e federal serrar e vender madeira. Do jeito que está, o fim deve ser esse mesmo', resigna-se Júlio Pancieri.

ANEXO 20 - Senadores querem suspender operação.

Data: 18/04/2008

Editoria: Atualidades

Senadores querem suspender operação

Arco de fogo

Força Nacional, PF e Ibama estariam cometendo abuso de autoridade

Na próxima terça-feira, os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Jaime Campos (DEM-MT) e Expedito Junior (PR-RO) vão propor a obstrução da pauta do Senado até que seja suspensa a operação Arco de Fogo, realizada pelo Governo Federal para combater o desmatamento.

O anúncio foi feito por Flexa Ribeiro na tarde de ontem, em visita ao município de Tailândia. Os senadores, acompanhados por deputados estaduais e federais, reuniram-se com empresários e trabalhadores do setor florestal do município para avaliar a crise provocada pela operação. Para o prefeito Paulo Jasper, o importante é que 'a cidade volte à normalidade, os empresários tenham apoio para legalizar a sua atividade e o povo tenha emprego e renda'.

A Polícia Federal, o Ibama e a Força Nacional podem estar praticando abusos contra os madeireiros alvos da operação Arco de Fogo, segundo Jaime Campos (DEM-MT), presidente da Comissão Temporária Externa de Risco Ambiental, ele mesmo alvo de uma ação do Ibama que apontou irregularidades em fazendas de sua propriedade no Estado do Mato Grosso.

A denúncia é repetida por todos os senadores e deputados federais que ontem participaram de uma sessão especial na Assembléia Legislativa do Estado, antes de visitar in loco os municípios de Tailândia, Paragominas e Breves.

Segundo o senador Flexa Ribeiro (PSDB-Pa), os agentes da operação estariam aplicando penalidades extremas às madeireiras irregulares. 'Se uma madeireira tem estoque 10% acima do que está dito na licença concedida, ao invés de tirar o excedente, eles (agentes da PF e Ibama) estão tirando tudo. Pode estar havendo abuso nesse procedimento', denunciou.

Jaime Campos diz que, na próxima semana, delegados da Polícia Federal e outros integrantes das Forças Armadas que participam da ação serão convidados a prestar esclarecimentos à comissão em Brasília. 'Excesso eles não podem cometer', frisou o senador, que se diz vítima de uma 'missa encomendada'.

'Tenho uma propriedade rural em Mato Grosso onde há 15 anos não se derruba uma árvore e fui condenado em uma ação do Ibama. Disseram que eu tirei vegetação da margem, quando na verdade é fundo de vale. Lavraram um auto de infração, recorremos administrativamente, e até hoje não tive nenhuma resposta. Semana que vem, aliás, meus advogados vão entrar com um processo cobrando judicialmente do Ibama para que expliquem por que não me deram resposta', justificou-se.

Para Sibá Machado (PT-AC), a imagem das comissões não fica abalada com a presidência exercida por um fazendeiro alvo de ação por desmatamento. 'O Jaime é um fazendeiro autuado, mas está no pleno exercício do mandato', disse, reforçando as denúncias de abuso. 'Estamos aqui para defender ao máximo o empresário que disputa o mercado de forma honesta, e que não pode ser penalizado', concordou.

Ele é favorável à proposta da governadora Ana Júlia Carepa de que se pague pelos serviços ambientais, com os custos sendo divididos por todos os entes federados. 'A governadora está corretíssima. Não podemos viver da chibata. Numa escala de zero a dez, uma empresa que caminha entre o três e o cinco no rumo da legalidade, não pode ser abandonada. Precisamos dar a mão. O

governo do Pará não tem como ter este custo, mas o governo federal já começa a trabalhar neste sentido. Ainda em maio, será liberado R\$ 1 bi para este setor, para quem quer fazer direito. A chibata é para quem não tem jeito mesmo', avaliou o senador.

Durante a sessão especial, correu o boato que outro senador, Expedito Júnior (PR-RO), também teria sido autuado por irregularidades em terras de sua propriedade. Ele nega, mas não poupou críticas ao governo federal. 'O Ministério do Meio Ambiente só tem política de repressão, não há política de investimento. Há muito abuso, isso sim, e se nem o Incra nem o Ibama conseguem fazer seu dever de casa, como podem cobrar?'

IMAGEM

O Pará é o primeiro Estado da Amazônia a receber a visita da Comissão Temporária Externa de Risco Ambiental e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, ambas do Senado Federal. 'Vamos visitar todos os municípios envolvidos na operação Arco de Fogo, e em seguida vamos visitar Estados que ainda não sofreram o efeito da operações', explicou Flexa Ribeiro, anunciando que na próxima semana os parlamentares seguirão para Rondônia.

Para Flexa Ribeiro, a ação, apesar de ter um viés positivo, estaria sujando a imagem do Pará para o resto do mundo. 'Estamos afastando investidores com essa ação de exposição nacional e internacional. Corremos o risco de depois entrarmos em um processo de desrespeito ao estado de direito', ponderou.

Flexa Ribeiro disse que é preciso preservar, mas também mostrar ao resto do Brasil que na Amazônia não há apenas floresta. 'Aqui vivem 23 milhões de brasileiros querendo a mesma qualidade de vida de outras regiões'.

Em Tailândia, várias lideranças de trabalhadores e empresários conversaram com os parlamentares. Em todos os discursos, muita crítica à operação e ao Governo do Estado, que hoje realizou uma solenidade no município para lançar o programa 'Pará, terra de direitos'. Acreditando que a governadora Ana Julia iria a Tailândia, o que acabou não acontecendo, o comércio realizou hoje um dia de luto, com panos pretos pendurados nas fachadas das lojas, para denunciar que o setor também está sentindo os reflexos negativos da operação Arco de Fogo.

Cássia Lima, presidente do Clube de Diretores Lojistas, revelou que as vendas no comércio caíram 50% e que o setor já demitiu cerca de 30% dos empregados. Francisco Chagas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira, afirmou que quase dez mil pessoas já foram demitidas do setor florestal e que 46 serrarias, das 51 que funcionavam no município, fecharam as portas. 'Temos apenas cinco serrarias funcionando, mas ninguém sabe até quando. Hoje os trabalhadores estão sobrevivendo do FGTS e do seguro desemprego. Mas, e depois, o que vai acontecer com todos esses pais de família?', indagou, criticando a postura do Governo do Estado.

Valdir Hoss, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, afirmou que a crise também atingiu o campo. Cerca de três mil famílias, que durante a entressafra viviam da carvoaria, perderam sua fonte de renda. 'Nosso principal problema é a falta do título de terra. Sem ele não podemos ter acesso ao crédito para ampliar ou melhorar nossa produção'

ANEXO 21 - Agricultor faz denúncia e acaba morto.

Data: 26/04/2008

Editoria: Atualidades

Agricultor faz denúncia e acaba morto

Tucuruí

Emival Machado fez acusações a madeireiros e Ibama, depois levou três tiros

Foi enterrado ontem em Tucuruí o agricultor Emival Barbosa Machado, 50, morto com três tiros a menos de 50 metros de sua casa, no assentamento Paraúna, na zona rural de Tucuruí. Há um mês, em entrevista à TV Liberal, o agricultor havia denunciado que vinha sofrendo ameaças de morte, feitas a ele e a sua mulher, por haver revelado o desmatamento e a negociação ilegais de madeira no município de Tucuruí.

Emival foi morto na quinta-feira, 24, por volta das 6h30 da manhã, logo após sair de casa. Sua mulher ouviu três disparos e correu para ver o que acontecia. Viu o marido caído no chão, observado por um homem agachado, o provável assassino, ao lado de uma bicicleta vermelha. O pistoleiro fugiu em seguida.

Na denúncia feita à TV Liberal, Emival Barbosa Machado disse que tinha certeza que seria morto por haver denunciado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de Tucuruí a venda ilegal de madeira na região. Ainda segundo Emival na ocasião, os órgãos ambientais do governo federal sabiam das irregularidades, mas nada haviam feito contra a situação. 'Quando há qualquer denúncia de fora, Tucuruí pára do lado dos madeireiros e o Ibama de Tucuruí é conivente com a situação', disse o agricultor por ocasião da denúncia à televisão. O crime foi registrado na Delegacia de Tucuruí.

O Ibama de Tucuruí, em resposta à TV Liberal, disse que as denúncias foram apuradas e que foram constatadas irregularidades na compra e venda de madeira na região'.

JUSTIÇA

O Ministério Público do Estado ajuizou mais seis ações oriundas das infrações ambientais flagradas durante a Operação Arco de Fogo, desencadeada em fevereiro, no município de Tailândia, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em conjunto com a Polícia Federal (PF) e a Força de Segurança Nacional, visando a repressão ao desmatamento e ao contrabando de madeira de lei descontrolado na região.

Ontem, o promotor Daniel Menezes de Barros impetrou outras seis ações civis públicas de indenização por dano material, moral e coletivo causado pelos devastadores ao meio ambiente. As ações são contra as madeireiras, carvoarias e seus proprietários. No total, foram multadas mais de 30 empresas, mas as ações são elaboradas, de acordo com o promotor, conforme a Polícia Federal conclui e envia o processo ao Ministério Público Estadual, esfera a quem compete a denúncia por crimes ambientais. Além de pagamento de indenização pelos danos ambientais, os acusados serão obrigados a reflorestar a área devastada.

Desta vez, Daniel de Barros denunciou os madeireiros e carvoeiros Antônio Marcos Costa, Hugo Pereira Ferreira e Nilve da Silva, além das madeireiras Madeflora - Madeira da Flora Ltda, Madeireira Fênix Ltda e D. K. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. Esta última responde por duas autuações e duas ações judiciais.

Em março, a Promotoria Ambiental de Tailândia ajuizou as seis primeiras ações civis públicas contra os devastadores, somando, até agora, 12 ACPs ao todo. Na ocasião foram denunciados G. M.

Sufredini Industrial Ltda, Madeireira Catarinense, Serraria Primavera, Tailaminasplac Ltda., Gilberto Todescatto e Jorge Luiz de Souza.

A Operação Arco de Fogo apreendeu mais de 23 mil metros cúbicos de madeira extraída ilegalmente, resultando na aplicação de quase R\$ 25 milhões em multas. Foram destruídos mais de 1.170 fornos de carvão, elaborados cem autos de infração, 52 termos de embargo e 74 termos de apreensão e depósito.

Quatorze serrarias foram embargadas, assim como 25 carvoarias e outras seis áreas onde fora detectado desmatamento recente em cerca de 4,2 mil hectares. A estimativa é que ao final de maio todo o inquérito policial federal esteja concluído e que as ações judiciais contra as madeireiras e carvoarias flagradas com ações ilegais cheguem à Justiça.

ANEXO 22 - Quem deixar de derrubar a floresta vai ganhar crédito.

Data: 09/05/2008

Editoria: Atualidades

MEIO AMBIENTE

Quem deixar de derrubar a floresta vai ganhar crédito

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem, após cinco anos de discussões, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que reúne medidas e ações de governo nas áreas de infra-estrutura e de meio ambiente, já em andamento na região, e a promessa de crédito para quem não derrubar a floresta. Em solenidade no Palácio do Planalto, Lula defendeu um modelo de desenvolvimento sem devastação. 'Com esse programa, vamos adentrar as entranhas da Amazônia', disse.

Foi distribuído durante a solenidade um livreto de 24 páginas, sendo 19 delas com dados sobre obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em janeiro de 2007, essas obras causaram divergências entre a coordenadora e ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Em duas páginas do livreto, há uma apresentação do PAS. As obras do PAC citadas no material são portos, hidrovias, ferrovias, estradas e termelétricas, além de projetos de saneamento básico e habitação. O governo argumenta que o PAS e o PAC se complementam.

Também foi divulgado um relatório de 20 páginas com informações sobre a operação Arco Verde, um conjunto de medidas para combater e controlar o desmatamento na Amazônia. É nesse material que o governo informa que abrirá uma linha de crédito para reflorestamento e recuperação de áreas degradadas. A taxa de juros será de 4% ao ano, com carência de 12 anos e prazo de quitação de até 20 anos, sendo que a própria floresta poderá ser dada como garantia de crédito aos bancos financiadores, o chamado penhor florestal. Esse penhor é apontado por ambientalistas como uma das principais novidades do plano.

A papelada também lista ações emergenciais, como distribuição de 120 mil cestas básicas em municípios onde moradores perderam o emprego por causa da repressão ao desmatamento. A operação Arco Verde prevê a contratação de 2.500 agentes de defesa ambiental e a compra de produtos do extrativismo no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos

INTEGRAÇÃO

Em discurso, a ministra Marina Silva disse que o PAS não é uma peça 'estanque' ou que está começando agora. Ela ressaltou a importância do gerenciamento único de todas as ações do governo na Amazônia, que ficará a cargo do ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger. Também citou as críticas ao seu trabalho. 'Eu fui chamada o tempo todo de ministra dos bagres', disse.

Após a solenidade, questionada se havia recursos e medidas realmente novos no PAS, Marina chegou a dizer, em entrevista, que a linha de crédito terá R\$ 1 bilhão. Mas ela não entrou em detalhes sobre a fonte desses recursos nem cronograma de desembolsos. O valor não é mencionado nos documentos distribuídos na cerimônia.

ÁRVORES

Lula prometeu vir a Belém no próximo dia 30 para lançar o programa que pretende plantar um bilhão de árvores, em até cinco anos, por todo o Pará. Foi o que disse, ontem, a governadora Ana Júlia Carepa, após reunião do presidente com os governadores da Amazônia Legal, antes do lançamento do PAS, no Palácio do Planalto. 'Enquanto a ONU (Organização das Nações Unidas) lançou um programa de plantio de um bilhão de árvores no planeta Terra, o governo do Pará pretende plantar um bilhão de árvores só no nosso Estado. Em cinco anos, nós queremos recompor a floresta com um

bilhão de árvores. É o maior programa de recomposição florestal de todo o Brasil, aliás, eu diria de todo o mundo. E o presidente pediu para que o lançamento desse programa coincidissem com a sua visita', destacou a governadora.

Além do lançamento do programa, foi articulada uma ampla agenda para o presidente no Pará. Estão previstas ainda, segundo a governadora, uma visita às obras do PAC, instalação do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que é formado pelos governadores dos Estados que integram a Amazônia Legal, e participação da primeira reunião do Fórum de Governadores da Amazônia

ANEXO 23 - Trabalhadores são salvos da escravidão.

Data: 27/05/2008

Editoria: Poder

Trabalhadores são salvos da escravidão

OPERAÇÃO

Helicóptero da Aeronáutica é usado para tirar 38 homens de uma fazenda

Até um helicóptero da Aeronáutica foi usado em São Félix do Xingu, no sul do Pará, para resgatar 38 trabalhadores mantidos em regime análogo à escravidão em uma fazenda de difícil acesso. O grupo de escravos não recebia salários, morava em barracos sem as mínimas condições de habitação, bebia água de um igarapé poluído, fazia suas necessidades fisiológicas na mata e era obrigado a pagar pela comida fornecida pelo fazendeiro.

Praticamente mantidos reféns do fazendeiro, os trabalhadores pareciam cansados e deprimidos. Não tinham sequer esperança de que alguém aparecesse para resgatá-los. Um deles, fazendo o sinal da cruz ao ver o helicóptero descendo, não conteve as palavras: 'para mim é a salvação. É Jesus Cristo descendo do céu'. O helicóptero teve de fazer mais de cinco viagens até que todos os trabalhadores deixassem o local.

O procurador do Trabalho Carlos Leonardo Silva disse que o trabalho escravo é difícil de vencer porque infelizmente boa parte da sociedade não o reconhece. 'Eles pensam que o trabalho escravo é apenas o cerceamento da liberdade, quando não é somente isso. O trabalho escravo é o tratamento indigno, é a privação dos direitos essenciais do trabalhador enquanto homem, enquanto cidadão', observa.

O resgate dos escravos foi acompanhado pelo repórter da Rede Globo/TV Liberal Roberto Paiva e pelo cinegrafista Jorge Ladimar. A dupla viu de perto as condições degradantes no local onde os trabalhadores foram encontrados. São Félix do Xingu, na verdade, é um município onde a escravidão de peões, o desmatamento e a grilagem de terras caminham lado a lado há décadas sem nenhuma solução por parte das autoridades.

ANIMAIS

Segundo o fiscal do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho Benedito de Lima Silva Filho, onde existe desmatamento também existe trabalho escravo. 'O empregador já desmata de forma ilegal, ele não se preocupa com a legalização do trabalho. Para ele é a mesma coisa: desmatar e maltratar o trabalhador', diz. Depoimentos a respeito disso não faltam. Os fazendeiros que se utilizam do trabalho escravo, diz um lavrador, tratam os trabalhadores como se 'fossem animais'. Não há alojamento, comida adequada, nem água para beber. O pior de tudo é que nem o salário é pago.

Ninguém ousa reclamar, comentou um dos libertados durante a operação do Grupo Móvel. Ele disse ter visto uma vez o fazendeiro com um revólver calibre 38 na cintura. Um homem conhecido por Paulo, segurança da fazenda, tinha uma espingarda calibre 28. O trabalhador resolveu arriscar e fugiu. Durante seis dias, caminhou pela mata e por estradas. Depois, denunciou o caso à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Uma força-tarefa do Ministério do Trabalho, da Polícia Federal e do Ministério Público do Trabalho foi acionada e levou 13 horas para percorrer 200 quilômetros. Quando chegou à fazenda, o grupo concluiu que não seria possível retirar todos os 38 trabalhadores por terra. Foi preciso um helicóptero da Força Aérea.

Depois de 40 minutos, a fazenda foi localizada. Os trabalhadores ficaram aliviados. Eles contaram que, muitas vezes, só tinham arroz para comer. Muitos deles preparavam a área para a derrubada da

mata. Ferramentas e comida tinham que ser compradas do patrão. Tudo era descontado no salário. No fim do mês, em vez receber, os trabalhadores ainda ficavam endividados.

INDENIZAÇÃO

O trabalhador de prenome Marco sabe o significado de sua libertação. Diz que agora vai poder ver a família. 'É o dia mais feliz da minha vida', disse, emocionado. Os trabalhadores foram levados para São Félix do Xingu. Ernoel Rodrigues Júnior se apresentou como patrão. O repórter perguntou se ele se considerava um bom patrão. Resposta seca é rápida: 'sou bom, sou bom'. A polícia desconfia que ele não seja o verdadeiro dono da fazenda, mas apenas gerente. Dono ou não, terá de pagar indenização a todos os trabalhadores e ainda assinar a carteira de trabalho.

ANEXO 24 - Produtores rurais ignoram cadastro.

Data: 18/05/2008

Editoria: Atualidades

Produtores rurais ignoram cadastro

No Pará

Poucos cumprem a exigência do Incra em municípios onde há desmatamentos

RAFAEL GUEDES

Da Redação

A maior parte dos proprietários rurais dos doze municípios paraenses que mais desmataram na Amazônia não respondeu à determinação do governo federal para o recadastramento das posses e propriedades junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Nas três Superintendências Regionais do Incra no Pará, dos 5.835 proprietários que estavam no foco do recadastramento, apenas 966 (16,5%) enviaram documentação. Juntos, grandes e médios proprietários declaram possuir uma área superior a 26 milhões de hectares ou 97% da área cadastrada nesses municípios.

Nas Superintendências de Marabá e Santarém, até o momento, nenhum dos 343 proprietários que responderam ao chamado do governo conseguiu satisfazer as exigências do recadastramento. Já a Superintendência do Incra em Belém estima que, pelo menos, 70% das 623 documentações entregues serão indeferidas. Essas propriedades terão cancelado o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e permanecerão inibidas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), o que impede seus proprietários de contraírem empréstimos ou fazer transações imobiliárias.

O percentual paraense é ainda menor que os 20% registrados nos 36 municípios de quatro Estados - Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Pará - considerados prioritários pela Presidência da República no combate ao desmatamento na Amazônia Legal. Os produtores de áreas a partir de 400 hectares (quatro módulos fiscais) tinham entre os dias 3 de março e 1º de abril para comprovar a titularidade ou posse pacífica dos imóveis, apresentando, para tanto, a planta, o memorial descritivo com as devidas coordenadas geográficas e as Declarações para Cadastro de Imóveis. Em toda a Amazônia, de 15,4 mil imóveis nesta condição, somente 3.080 providenciaram os documentos. Os 36 municípios somam cerca de 80 mil imóveis rurais (posses e propriedades) e 100 milhões de hectares. Os municípios paraenses escolhidos para o recadastramento foram Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu, pela Superintendência do Incra em Belém; Rondon do Pará, Novo Repartimento, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Santa Maria das Barreiras e Cumarú do Norte, vinculados ao escritório de Marabá; e Brasil Novo, Altamira e Novo Progresso, pelo escritório de Santarém.

Retomada

O chefe de gabinete do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Belém, Elielson Pereira, que assume amanhã a superintendência do órgão, afirma que outras duas providências deverão ser tomadas em relação às propriedades em situação irregular. 'Vamos fazer um trabalho de retomada, seja administrativa, seja judicial, das áreas pendentes caracterizadas posses dentro de terras públicas federais. Também vamos fazer a fiscalização cadastral nessas áreas para aferimento da função social das propriedades - o cumprimento das legislações trabalhista e ambiental e o aproveitamento econômico'. Dependendo do quadro encontrado, explica Pereira, essas áreas estarão suscetíveis à desapropriação para a reforma agrária.

Pereira considera que a principal motivação para o baixo índice de resposta dos produtores 'pode ser a ocupação irregular de terras'. 'Nosso sistema é um parâmetro, mas tem falhas. Ele é meramente declaratório. Não estou sabendo efetivamente se a pessoa mora ou produz naquela área', diz,

ressaltando que ainda existem muitas áreas que ainda não foram cadastradas. Mas Elielson reconhece que o tempo para o recadastramento foi 'relativamente exíguo' e afirma que as exigências relativas ao georreferenciamento das áreas criaram dificuldades. 'Não existe uma quantidade suficiente de profissionais habilitados para esse trabalho no Estado', observa. 'Mas, à medida que o proprietário cumprir os requisitos, assim que protocolar a documentação no Incra a qualquer tempo, poderá regularizar a sua situação. O prazo não é justificativa.'

Para José Raimundo Sepeda, chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário da Superintendência Regional do Incra em Marabá, mesmo o baixo índice de recadastramento pode sugerir uma realidade mais positiva. Apenas 5,4% dos proprietários apresentaram documentação naquela Superintendência. 'Mais 14% deles compareceram nos postos de recadastramento nos seis municípios, para obter informações', disse.

Faepa crítica custos e prazo da medida

'Nós não somos contra o recadastramento. Somos contra o custo e o prazo', protesta Carlos Xavier, presidente da Federação Paraense de Agricultura e Pecuária (Faepa). Ele é um dos proprietários rurais que não participou do recadastramento. 'Essa idéia do recadastramento é uma maneira de punir e engessar o desenvolvimento. Estamos tendo brasileiros que começam a exercer aqui políticas que são traçadas fora do País', afirma. Xavier afirma que o Estado não possui profissionais para fazer o georreferenciamento exigido pelo Incra, atribuindo ao processo custos que oscilam entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil por área de quatro mil hectares. Também diz ser contra qualquer desmatamento ilegal, critica a burocracia de órgãos emissores como o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e ataca o poder público. 'Não se faz presente, não cumpre seu papel, não cumpre o que está na Constituição, e agora quer impor, como se tivéssemos o nariz furado. Ele esquece que uma árvore nasce, cresce e morre. Você está trabalhando com um recurso renovável', afirma. 'Se amanhã o mercado quiser comer árvore, madeira, cipó, a gente tira o capim e coloca de novo', completa.

Xavier ressalta que o intenso fluxo migratório em direção à região gerou demandas no campo amazônico. 'O Brasil elegeu a Amazônia e o Pará como área de expansão da fronteira agrícola, e tínhamos 2,1 milhões de habitantes. Hoje, temos 7,2 milhões. Se fôssemos crescer como o resto do Brasil, teríamos três milhões de habitantes.' Segundo o presidente da Faepa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) assentou 186 mil famílias em 896 projetos apenas no Pará, permitindo o desmatamento programado para culturas de subsistência. 'A maioria dos assentados veio de outros Estados. O MDA, através de atos normativos, autorizou cada família a desmatar três hectares por ano. Esse desmatamento é autorizado, e eu defendo. Como ele (o assentado) vai viver e se alimentar? Ele tem que ter o mínimo pra sobreviver', diz. 'O Pará deu uma demonstração de capacidade quando aprovamos o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) na Assembléia Legislativa. Só podemos utilizar os recursos naturais em até 35%. Fica subentendido que se preservarão 65%.'

Xavier reforça a argumentação com um documento de julho de 1981 do Christian Church World Council, que define diretrizes para organizações sociais missionárias no Brasil e considera a Amazônia 'patrimônio da humanidade' e diz que é preciso 'garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígenes, para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias'. (R. G.)

ANEXO 25 - Floresta em pé é muito mais lucrativa.

Data: 25/08/2008

Editoria: Atualidades

Floresta em pé é muito mais lucrativa

Vida

Mudança de hábito entre a população ainda é um desafio para biodiversidade

TAINÁ AIRES

Da Redação

Na Amazônia quase sempre a motosserra chega antes da ciência. Prova disso é que estudos indicam que a perda da biodiversidade na floresta tropical brasileira atinge taxas mil vezes superiores do que as documentadas na história do planeta até hoje. Quando isso acontece, as chances de cura de um câncer ou de outras doenças podem ser eliminadas. Até mesmo a essência de um perfume corre o risco de desaparecer. A analista em biodiversidade do Programa Amazônia da Conservação Internacional, Thais Kasecker, diz que na Floresta Amazônica, que abriga quase um terço da diversidade conhecida do planeta, é natural que a preocupação com o desmatamento nessa área seja alarmante. 'É extremamente assustador pensar que toda a humanidade é dependente da utilização de recursos naturais, mas ainda não tem consciência das implicações da rápida perda que ela vem sofrendo', disse.

Para Thais Kasecker, a destruição da natureza afeta o direito de existência de todas as espécies e também os valores éticos que transcendem os valores econômicos. 'Já está mais que provado que a conservação da biodiversidade não é uma questão de 'eco-chatos' ou 'bichos-grilo', mas sim de sobrevivência da humanidade. Continuar a utilizar os recursos de maneira inconsciente, não planejada e não sustentável, certamente irá comprometer de forma brusca o nosso modo de vida atual. E, futuramente, a existência do homem no planeta Terra', informou a analista em biodiversidade do Programa Amazônia da Conservação Internacional.

Estudos confirmam que a floresta em pé é muito mais lucrativa. Segundo a analista em biodiversidade, florestas tropicais, como a amazônica, são áreas primárias, onde podem ser achados uma infinidade de genes e componentes para uso e aperfeiçoamento da agricultura, indústria e farmácia. Sendo assim, a biodiversidade pode ser um 'negócio' de baixo custo, o que gera produtividade e lucro. 'Acredita-se que ela é uma grande oportunidade para todas as indústrias, como: agricultura, mas focando em atividades compatíveis com a proteção da biodiversidade; indústria florestal, focando no manejo sustentável; pesca, incluindo aqüicultura, entre outros'.

De acordo com a analista em biodiversidade do Programa Amazônia da Conservação Internacional, a principal atitude a ser tomada é a mudança na consciência da população. Para ela, essa mudança precisa acontecer desde o cidadão que desperdiça sacolas plásticas e causa graves problemas, como o entupimento de bueiros, passando também pelos governantes. 'Como se pode ver, biodiversidade é a 'vida na terra'. E em um nível fundamental, todas as economias e negócios dependem diretamente ou indiretamente da biodiversidade e dos recursos que a compõem', declarou.

SOBREVIVÊNCIA

Para o vice-diretor do Museu Emílio Goeldi, Nilson Gabas, é muito comum que pesquisadores apresentem espécies diferentes de plantas e animais. 'É complicado conhecer tudo que existe na Floresta Amazônica ou em qualquer outra. Mas manter a biodiversidade é questão de sobrevivência, faz parte da cadeia alimentar. Portanto, a consciência de se preservar a natureza é fundamental', informou.

Nilson Gabas lembra que é necessário que o governo crie políticas públicas que colaborem com o desenvolvimento de pesquisas. Principalmente, com pesquisadores locais. 'Os pesquisadores da Amazônia são minoria, por incrível que pareça. É necessário que o Pará elabore concursos para esses profissionais, que tenha um setor de recursos humanos eficiente e manutenção de laboratórios', disse.

MEDICAMENTOS

O Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), que realiza atividades de pesquisa de medicamentos naturais, já possui 45 produtos elaborados com matérias-primas nativas da região. Obtidas através do extrativismo, as matéria-primas são cultivadas em área própria do instituto e fornecidas por pessoas das comunidades tradicionais do Estado, com supervisão técnica e controle de qualidade. 'A nossa contribuição é pequena, mas tem reconhecimento social. Não pensamos no lucro', informou o diretor-presidente do IEPA, Benedito Rabelo.

De acordo com o diretor-presidente, o desmatamento é um risco muito grande para a coleta de amostras, que podem desenvolver os estudos científicos. Com isso, se torna muito mais difícil a descoberta de novas espécies de plantas medicinais. A falta de conhecimento do manejo sustentável, segundo Benedito Rabelo, é um risco muito grande para a sociedade.

ANEXO 26 - Assentamentos lideram desmatamentos.

Data: 30/09/2008

Editoria: Atualidades

Assentamentos lideram desmatamentos

Na Amazônia

É o que atesta levantamento do próprio Ministério do Meio Ambiente

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, divulgou ontem uma lista com os cem maiores desmatamentos autuados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na Amazônia Legal desde 2006.

As seis primeiras posições são ocupadas por um órgão do próprio governo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas a lista prossegue com nomes de pessoas físicas e empresas.

No total, os assentamentos do Incra teriam desmatado 228.208,649 hectares. O Incra reagiu à divulgação da lista, apontando que recorreu de todas as oito multas ali mencionadas. Para o presidente do instituto, Rolf Hackbart, os assentamentos são antigos e os desmatamentos ocorreram até 2001.

Ainda de acordo com Hackbart, o levantamento foi feito com base em fotos de satélite de 1997 e 2006. 'Na época da criação dos assentamentos, a legislação ambiental era diferente da atual e a reserva legal era de apenas 50% da área. Hoje a reserva na Amazônia Legal é de 80%', disse Hackbart.

Os desmatamentos localizados no Pará e em Mato Grosso, Estados por onde passa o chamado 'Arco do Desmatamento', predominam na lista. Das cem áreas autuadas, 49 estão localizadas em Mato Grosso e 38, no Pará.

O Incra ocupa as seis primeiras posições da lista divulgada pelo ministério. Depois do instituto, o primeiro nome a aparecer é o de Léo Andrade Gomes, que, em 2006, recebeu multa de R\$ 18,83 milhões pelo desmatamento de 12.557 hectares no Pará.

Na oitava posição consta o nome de Honorato Lourenço de Moraes, que foi multado em R\$ 18,15 milhões pelo desmatamento de 12.100 hectares. Na nona posição, aparece a maior autuação de pessoa física no Mato Grosso, ocorrida em 2007. Rosana Sorge Xavier recebeu multa de R\$ 47,02 milhões pela derrubada de 9.404 hectares.

comitê

O ministro Carlos Minc também disse ontem que o governo federal irá criar um comitê interministerial de combate ao desmatamento. Segundo ele, o comitê será composto por seis ministros e funcionará como uma espécie de 'Copom do Meio Ambiente', com reuniões a cada dois meses. A criação do comitê faz parte de um pacote de medidas imediatas anunciadas pelo ministro para combater o desmatamento na Amazônia.

Entre as medidas anunciadas por Minc, estão uma parceria com Advocacia-Geral da União (AGU) e Ministério Público Federal (MPF) para entrar na Justiça contra os 100 primeiros da lista do desmatamento e a criação da Força Federal de combate aos crimes ambientais, com a realização de um concurso público para a seleção de três mil novos oficiais federais.

Minc pretende também elaborar um plano de prevenção e combate ao desmatamento, implementar novos distritos florestais na Amazônia, desocupar áreas de reserva ocupadas em Rondônia e criar o Fundo Amazônico para políticas de combate ao desmatamento.

Entre as medidas também está o monitoramento dos 'planos de manejo fajutos' – que seriam planos fraudulentos, em que a madeira vem de áreas que já estão totalmente devastadas e situações de madeireiros que dizem estar trazendo madeiras de um local, quando na realidade o produto vem de outra área desmatada ilegalmente.

O ministro anunciou também a instalação de novas barreiras da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para detectar transportes de madeiras retiradas de forma irregular e a criação de oficinas para dar sustentabilidade aos assentamentos do Incra na região amazônica.

MANEJO

Hoje, o Ministério do Meio Ambiente vai anunciar o primeiro plano de manejo florestal sustentável para assentamentos do Incra em Rondônia – o plano de manejo é uma espécie de rotação das áreas que podem ser exploradas de forma seletiva.

Os dados do Ibama apontaram situação grave, segundo Minc. Pelo levantamento, além de áreas de assentamentos, houve desmatamento também em reservas indígenas e parques de preservação ambiental. 'Todos aqueles mencionados (na lista) terão de responder na Justiça sobre o que aconteceu. O mais importante é mudar a atitude e recuperar as áreas devastadas', afirmou o ministro.

Pará ainda é o que mais desmata a floresta

Dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelam que o ritmo de desmatamento da Amazônia subiu 133,6% em agosto. O cálculo, feito por meio de imagens de satélites, indica que nesse mês foram destruídos 756,7 km² quilômetros quadrados de floresta, área equivalente à metade do município de São Paulo. Em julho, o instituto registrou 323,9 km² de florestas derrubadas.

A medição foi realizada pelo sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), que identifica apenas as áreas desmatadas ou degradadas que tenham área maior que 2.500 m². Devido à cobertura de nuvens, nem todos os desmatamentos são detectados.

Em comparação ao mesmo mês do ano anterior, o crescimento do ritmo de desmatamento é ainda maior, atingindo 228,7%. Em agosto de 2007, o Inpe registrou 230,2 km² de áreas devastadas.

Segundo o Inpe, o Pará continua sendo o Estado que mais desmata. De 30 de julho a 30 de agosto, foram registrados 435,3 km² de desmatamentos nessa Unidade da Federação. Em segundo lugar, ficou o Mato Grosso, com 229,2 km², seguido por Rondônia, onde a floresta perdeu 29,9 km².

Apesar de registrar grande diferença em relação ao mês de julho, o desmatamento registrado em agosto mantém a média dos últimos doze meses, período em que 8.673 km² de florestas foram derrubados na Amazônia.

Em comparação com os 12 meses anteriores, o desmatamento cresceu 83%, pois entre setembro de 2006 a agosto de 2007 os satélites registraram 4.731 km² de área desmatada.

NUVENS

Devido à cobertura de nuvens em agosto, apenas 74% da Amazônia Legal pôde ser vista nas imagens analisadas. Ficaram encobertos 99% do território do Amapá e 77% de Roraima. O Mato Grosso ficou livre das nuvens nesse mês, enquanto o Pará teve 24% de sua área encoberta.

O Inpe aponta que a maior parte do desmatamento detectado pode ser caracterizado como corte raso (67,5%) ou degradação florestal de intensidade alta (17%). Nessas duas classificações de derrubada da mata, resta pouca cobertura vegetal sobre o solo.

ANEXO 27 - Governadores pedem pagamento por floresta.

Data: 20/11/2008

Editoria: Atualidades

Governadores pedem pagamento por floresta

PRESERVAÇÃO

Mandatários da região participam de cúpula sobre as mudanças climáticas, nos EUA

LOS ANGELES

Da Redação com Agência Pará

Administradores de mais de 50% das reservas florestais do mundo, que se encontram na Amazônia brasileira, os governadores do Pará, Ana Júlia Carepa; do Amazonas, Eduardo Braga e do Mato Grosso, Blairo Maggi defenderam o pagamento de serviços ambientais como estímulo à preservação da floresta. Os três foram unânimes em afirmar que a conservação da biodiversidade e a manutenção da floresta em pé passa pela garantia da melhoria da qualidade de vida dos povos da floresta, os guardiões desse patrimônio que beneficia toda a humanidade.

Ana Júlia, Braga e Maggi representam a Amazônia e o Brasil no Fórum Global de Governadores sobre Mudanças Climáticas, que foi realizado e se encerrou em Los Angeles, Califórnia, promovido pelo governador Arnold Schwarzenegger. O Amapá é representado pelo secretário de Planejamento, Antônio Carlos Pereira.

No final do primeiro dia, os governadores firmaram um protocolo de intenções sobre cooperação ambiental entre os estados da Califórnia, Illinois e Wisconsin, representados por Schwarzenegger, Rod Blagojevich e Jim Doyle, respectivamente. Também assinaram o documento os governadores da província de Aceh (Indonésia), Yusuf Irwandy e o governador da Papua Nova Guiné.

Os signatários se comprometeram a estabelecer metas de redução dos gases que causam o efeito estufa em 20% das suas emissões. Os estados brasileiros devem concentrar seus esforços no combate ao desmatamento, que representa 75% das emissões do Brasil, se utilizando de um instrumento denominado Redução por Desmatamento Evitado (RED, na sigla em inglês).

As emissões de queimadas, por exemplo, representam 20% do gás carbônico lançado na atmosfera, duas vezes mais que todos os veículos do mundo. Em 2007 foram constatados 44 mil focos de calor no Pará.

Interesse

O presidente da Conservação Internacional, Peter Seligmann, instituição presente em 40 países, se disse surpreso com o envolvimento dos governadores em torno do tema das mudanças climáticas e destacou que a presença deles no evento demonstra que estão engajados e que se importam com o planeta. Lembrou que os efeitos das mudanças climáticas causam impacto em todos os lugares e defendeu que os povos das florestas precisam ser compensados por ajudarem a proteger metade da biodiversidade do planeta.

A governadora Ana Júlia Carepa lembrou que é no Pará que está o campo de batalha na luta pela preservação da floresta. Ela disse que embora o Pará detenha o maior índice absoluto de desmatamento da Amazônia, com aproximadamente 24 milhões de hectares, o Estado ainda detém mais da metade do seu território sob forma de áreas protegidas, seja unidade de conservação em

suas diversas categorias ou Terra Indígena. Ela foi firme ao dizer que não haverá solução para a Amazônia se não houver enfrentamento à pobreza, por isso defendeu a implementação dos mecanismos de RED para ajudar os que já vivem na floresta a mantê-la em pé.

ANEXO 28 - Devastação atinge 297 mil hectares de reserva.

Data: 1º/12/2008

Editoria: Atualidades

Devastação atinge 297 mil hectares de reserva

Ambiental

Extração ilegal de madeira na área dos Tembé tem anuência dos próprios índios

EDIVALDO MENDES

Correspondente em Castanhal

A reserva Tembé já está com quase metade dos seus 297 mil hectares devastados pela extração ilegal de madeira, causada pela invasão irregular de terras. O abate sistemático da floresta vem sendo praticado há anos por madeireiros, que têm suas serrarias espalhadas pelos municípios que fazem fronteira com a reserva - e quase sempre com a conivência dos próprios caciques dos silvícolas das tribos espalhadas pelo local. Como aconteceu entre o dono da serraria Andiroba, do empresário Norberto Hubner, de Paragominas, e meia dúzia de caciques.

Foi lá que ocorreu a apreensão, por fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), de milhares de metros cúbicos de madeira, retirada, segundo o órgão, das terras dos Tembé. Quando esse material florestal estava sendo transportado para outra serraria, que pertence a um filho de Norberto, acabou ocorrendo a apreensão de doze caminhões carregados com toras vindas da serraria Andiroba.

Na noite do último dia 23, pelo menos 500 pessoas acabaram invadindo a sede do Ibama de Paragominas, destruíram documentos, equipamentos e veículos do órgão, e levaram os caminhões e a madeira que tinham sido apreendidos. Para se ter uma idéia da devastação e do sentimento de impunidade do crime ambiental por parte dos madeireiros que há pelo menos três décadas compactuam e sempre enganam os índios, durante esse período foi construída uma estrada para escoar essa madeira que atravessa a reserva.

ESTRADAS

O trajeto, com o passar do tempo, foi gradativamente incorporado ao cotidiano da popula o da região, ao ponto dela se tornar em rota autorizada pelo Estado de linhas de ônibus intermunicipais, assim como de escoamento da produ o agrícola da região. Os próprios técnicos da Funda o Nacional do  ndio (Funai) garantem que a maioria das invasões com o objetivo de retirar madeira da reserva   feita em parceria com os caciques temb , que não procuram esconder a ostenta o de camionetes e outros bens, mordomias que não chegam ao restante da tribo, que continua plantando, colhendo, caçando e pescando para sobreviver.

O próprio ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, durante visita feita em Paragominas, disse que 'não se pode tapar o sol com a peneira', e que 'muitos caciques se aliam aos madeireiros ilegais, e depois compram carros e outros bens, deixando o restante da tribo na miséria'. Minc informou que já está mantendo entendimentos com a dire o da Funai, para que sejam criados mecanismos mais eficientes de fiscaliza o dentro das reservas, para impedir a entrada de madeireiros ilegais.

Indígenas pedem por libera o da atividade

Caciques das 13 aldeias temb  e kaapo, onde vivem cerca de 1,3 mil índios, já manifestaram, no início deste ano, em reunião com o prefeito de Paragominas, Adnan Demachki, o desejo de que o governo federal também aprove e libere projetos de manejo dentro de suas reservas indígenas, para que possam também extrair madeira de forma legal - pedido até hoje ignorado pelas autoridades.

Na reunião com o prefeito, em que se discutiu a participação dos índios no projeto de tornar o município o primeiro a alcançar o desmatamento zero na Amazônia, os caciques fizeram uma espécie de mea culpa por terem liberado áreas da reserva para que madeireiros, a preço de banana, nela invadissem extraíssem milhares de metros cúbicos de madeira nobre.

Além do plano de manejo florestal, os silvícolas querem recursos para tocar uma atividade econômica que os sustentem e também gere renda, através de uma roça mecanizada, acabando de vez com a agricultura de toco. 'Fomos obrigados e vender madeira para poder sobreviver. Só produzimos pra gente se alimentar, a caça e a pesca estão ficando cada dia mais difícil. Muita gente nos prometeu ajuda, os governadores, o governo federal, mas não aconteceu nada, ninguém ajuda a gente a sobreviver', desabafou o cacique Sérgio Muxi tembé.

Outro cacique, Siba Timbira, da aldeia Ikatu, disse que desde criança ouvia do pai que não se devia viver da madeira. 'Mas a situação chegou a um ponto que a gente não suportou mais, e a Funai é que é a culpada por tudo isso, inclusive fazendo a gente ser obrigado a vender madeira', diz o índio, arrematando: 'Não somos mais selvagens. Ninguém nos orienta para podermos ganhar nosso dinheiro, e foi por isso que chegou um momento que fomos mexer com a madeira que meu pai nunca queria mexer'.

Siba lembra que quando o madeireiro invadia a reserva para extrair madeira, 'a gente ia reclamar na Funai, e diziam para gente que não tinha recursos, mas que iam tomar providência. E o madeireiro continuava invadindo. A área é nossa, a madeira é nossa e nossos filhos necessitam dela e não podem tirar'. (E. M.)